

Licença



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/). Fonte:

<https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/208>. Acesso em: 11 set. 2023.

Referência

GOMES, Dionei Moreira; REPÚNAGA, María Alejandra; SCANDELARI, Arthur Britta (org.)

Diversidade linguística na América: línguas ameríndias. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2022. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/208>. Acesso em: 11 set. 2023.

The background of the cover is a dense, overlapping pattern of colorful fingerprints in various colors including red, orange, yellow, green, blue, and purple. The fingerprints are arranged in a way that they appear to be scattered across the page, with some larger and more prominent than others.

Diversidade linguística na América: línguas ameríndias (v. 1)

Dionei Moreira Gomes,
María Alejandra Regúnaga
e Arthur Britta Scandelari
(organizadores)

UnB
Livre

EDITORA
UnB 



Universidade de Brasília

Reitora
Vice-Reitor

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora

Germana Henriques Pereira

Conselho editorial

Germana Henriques Pereira (Presidente)
Fernando César Lima Leite
Ana Flávia Magalhães Pinto
César Lignelli
Flávia Millena Biroli Tokarski
Liliane de Almeida Maia
Maria Lidia Bueno Fernandes
Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Roberto Brandão Cavalcante
Sely Maria de Souza Costa
Wilsa Maria Ramos

The background of the cover is a dense, overlapping pattern of fingerprints in various shades of gray, creating a textured, organic feel. The fingerprints are arranged in a way that they seem to flow from the top and left towards the bottom right.

Diversidade linguística na América: línguas ameríndias (v. 1)

Dioney Moreira Gomes,
María Alejandra Regúnaga
e Arthur Britta Scandelari
(organizadores)

UnB
Livre

EDITORA
UnB 

Coordenadora de produção editorial
Assistente editorial
Revisão

Equipe editorial

Marília Carolina de Moraes Florindo
Lara Perpétuo dos Santos
Arthur B. Scandelari, Dionei M. Gomes,
María Alejandra Regúnaga

© 2020 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa,
1º andar – Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte,
Brasília/DF – CEP: 70910-900
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta publicação poderá ser
armazenada ou reproduzida por qualquer meio
sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília
Heloiza Faustino dos Santos - CRB 1/1913

D618 Diversidade linguística na América [recurso eletrônico] : línguas
 ameríndias / Dionei Moreira Gomes, María Alejandra
 Regúnaga, Arthur Britta Scandelari (organizadores). – Brasília
 : Editora Universidade de Brasília, 2022.
 v. – (UnB Livre).

Inclui índice.
Modo de acesso: World Wide Web.
ISBN 978-65-5846-132-6 (v. 1).

1. Diversidade linguística. 2. Línguas ameríndias. 3. Tipologia
(Linguística). I. Gomes, Dionei Moreira (org.). II. Regúnaga,
María Alejandra (org.). III. Scandelari, Arthur Britta (org.). IV.
Série.

CDU 811.8



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

SUMÁRIO

Apresentação	7
Prefácio	10
Introdução	12
Capítulo 1. A marcação de pluralidade nominal em Mehináku (Arawak)	18
<i>Angel H. Corbera Mori</i>	
Capítulo 2. Interpretação fonético-fonológica do Kustenau (Arawak) na perspectiva do método reconstutivo sincrônico	48
<i>Angel H. Corbera Mori</i>	
<i>Jackeline do Carmo Ferreira</i>	
Capítulo 3. Construções possessivas do Kithãulhu e em outras línguas da família nambikwara	80
<i>Sivaldo Correia</i>	
Capítulo 4. Gramaticalización en lenguas genéticamente emparentadas: lenguas yuto-aztecas del noroeste de México	119
<i>Zarina Estrada-Fernández</i>	
Capítulo 5. Presencia santiagueña en Buenos Aires: aspectos culturales y lingüísticos como marcadores identitarios	154
<i>Marcelo Pagliaro</i>	
<i>Adriana Speranza</i>	

Capítulo 6. Codificación lingüística en las misiones anglicanas de la Patagonia.....	180
<i>María Alejandra Regúnaga</i>	
Capítulo 7. Interpretação temporal em orações não finitas em Karitiana: a contribuição do aspecto	229
<i>Ivan Rocha</i>	
Capítulo 8. Sintagmas posposicionais em línguas da família tupí-guaraní: argumentos ou adjuntos? Primeiros passos: Kamaiurá.....	264
<i>Arthur Britta Scandelari</i>	
<i>Dioney Moreira Gomes</i>	
Conclusão.....	314
Agradecimentos.....	316
Informações sobre os autores.....	318
Índice Remissivo	326

A América exibe uma enorme riqueza linguística, que mais de cinco séculos de colonização não conseguiram fazer desaparecer. O perigo de extinção de línguas indígenas, no entanto, é um fato crescente e avança rapidamente, o que torna necessário reforçar e aprofundar estratégias para combater esse problema. A documentação e a compreensão da diversidade linguística constituem uma das ferramentas mais poderosas para preservar o patrimônio cultural, etno-histórico e cognitivo codificado nas línguas dos povos americanos.

A série *Diversidade linguística na América* se propõe a ser um meio para expandir, aprofundar e consolidar o conhecimento e a preservação da diversidade de línguas americanas, baseado nos avanços de distintas perspectivas teórico-analíticas da Linguística (descritiva, comparativa, diacrônico-evolutiva, de contato, tipológico-funcional, cognitiva, entre outras) e de outras áreas, como Antropologia, Arqueologia, Genética e novas tecnologias, para documentação linguística e práticas educacionais.

O resguardo da diversidade de línguas é mais uma faceta do respeito à diversidade étnica e sociocultural, e favorece um olhar de respeito à pluralidade que caracteriza os seres humanos. Com a publicação deste volume, tornada possível pelo financiamento da Editora Universidade de Brasília (EDU), acreditamos contribuir para proteger o patrimônio linguístico e cultural dos povos originários da América.

Neste sentido, a fim de aprimorar a qualidade da obra, buscamos reunir produções aptas a satisfazer indicadores nacionais de inovação, relevância e impacto. Entre os capítulos com conteúdo inovador, destacamos a contribuição de Estrada-Fernández ao tema da gramaticalização, tão caro aos linguistas na atualidade. Ao tratar de gramaticalização em

línguas geneticamente relacionadas, a autora questiona teorias majoritárias e formula novas proposições sobre o fenômeno. Seus aportes teóricos e suas reflexões originais dialogam com pesquisas recentes e integram o estado da arte dos conhecimentos atuais sobre gramaticalização. Nesta perspectiva, ressaltamos sua contribuição para um possível novo paradigma no tema.

Também no âmbito da inovação, Regúnaga recupera, a partir de documentos históricos, as etapas seguidas por missionários para a descrição de línguas nativas da Patagônia. Sua pesquisa permite divulgar o processo de descrição linguística empreendido, o desenvolvimento dos alfabetos fonéticos empregados e os resultados práticos dessas iniciativas na visão dos próprios estudiosos da época.

Scandelari e Gomes, por seu turno, demonstram originalidade na formulação do problema de investigação, ao analisar como os pesquisadores têm classificado os sintagmas posposicionais em línguas indígenas brasileiras e quais critérios têm sido utilizados. A identificação de padrões pode contribuir para a classificação tipológica das línguas e possibilitar comparações translinguísticas. A metodologia adotada na pesquisa, pela criação de protocolo com possibilidade de replicação por outros pesquisadores, e a proposta final mostram-se relevantes.

Ressaltamos também a relevância dos trabalhos de Corbera Mori, tanto sobre as marcas de plural em Mehináku, quanto sobre a nova análise fonético-fonológica do Kustenau, escrita em coautoria com Ferreira, por possibilitar o avanço das pesquisas da família linguística arawak. Do mesmo modo, salientamos as contribuições de Correia, por aprofundar os estudos de posse na família nambikwara, e de Rocha, por revelar estratégias distintas e pouco conhecidas que os falantes usam para expressar a categoria de tempo em Karitiana (família arikém). Todas essas questões são abordadas com clareza, objetividade e consistência teórica.

No que tange ao último indicador, o viés social da pesquisa de Pagliaro e Speranza, realizada na Argentina, pode servir de exemplo para a solução de problemas referentes à preservação e revitalização de línguas indígenas, cuja tempestividade é notória no Brasil. Os modelos analisados demonstram experiências bem-sucedidas aptas a serem replicadas no país e impactar positivamente políticas nacionais.

Organizada em oito capítulos, a presente obra tem origem no Projeto 9 da Associação de Linguística e Filologia da América Latina (ALFAL), o qual dá nome a este volume, e na Rede de Investigação e Cooperação Interinstitucional sobre Diversidade Linguística (RICIDIL). Aqui se concretiza um dos objetivos principais do projeto, voltado à difusão dos avanços obtidos na identificação e descrição da diversidade dos sistemas linguísticos e na geração de conhecimento sobre línguas ameaçadas, minoritárias ou minorizadas, sempre com a preocupação de pensar estratégias de preservação da diversidade linguística.

A RICIDIL, por sua vez, é uma rede composta de universidades situadas na Argentina, no Brasil, no Chile e no México, criada com o objetivo de produzir e compartilhar conhecimentos, especialmente os relativos à diversidade linguística do continente americano, além de propiciar o intercâmbio de pesquisadores das instituições.

Os capítulos aqui reunidos resultam de pesquisas conduzidas em três dessas universidades, quais sejam, *Universidad de Sonora* (Unison, México), *Universidad Nacional de La Pampa* (UNLPam, Argentina) e Universidade de Brasília (UnB, Brasil), e em sete outras instituições: *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* (CONICET, Argentina), *Universidad Nacional de La Plata* (UNLP, Argentina), *Universidad Nacional de Moreno* (UNM, Argentina), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Brasil), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Brasil), Universidade de São Paulo (USP, Brasil) e Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG, Brasil). Trata-se, pois, de coletânea de pesquisas.

Os diferentes países de origem dos autores e dos organizadores da obra, neste último caso, Argentina e Brasil, se refletem nos idiomas que compõem os capítulos, o Castelhanos e o Português, e concorrem para criar

uma série multilíngue de produções científicas. Tais produções resultam de trabalhos de campo, linguísticos e etnográficos, revisões bibliográficas, reconstruções linguísticas e pesquisas em documentos históricos.

A publicação vincula-se às linhas de pesquisa de instituições representadas pelos organizadores da obra, o *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* (CONICET) e o Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) da UnB. No âmbito daquele, selecionamos produções referentes a línguas indígenas extintas ou em risco de extinção. Neste, agrupamos pesquisas na área de concentração de teoria e análise linguística, centradas em descrição e análise formal e funcional. Todos os manuscritos passaram por dois processos de avaliação por pares: cega e identificada. Antes disso, todos os textos haviam sido apresentados em evento da ALFAL, o ALFALito 2018, ocorrido na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

A obra destina-se principalmente a especialistas da área, como docentes e pesquisadores, mas também a estudantes de pós-graduação e especialistas de áreas afins, a exemplo de antropólogos e arqueólogos, cujos ensinamentos são contemplados neste volume.

Na Introdução, são fornecidos resumos dos conteúdos trabalhados em cada capítulo e dos respectivos métodos de pesquisa utilizados. O minicurriculo das autoras e dos autores pode ser consultado na seção intitulada “Informações sobre os autores”. Adicionalmente, disponibilizamos índice remissivo com os principais termos empregados em cada texto, os quais englobam, entre outros, os nomes de quase uma centena de línguas.

Em conjunto, tais pesquisas podem contribuir para o desenvolvimento científico e para o social, em questões referentes a línguas ameaçadas e à identidade cultural de seus falantes. O formato digital, a distribuição gratuita e o caráter bilíngue da obra reforçam essas possibilidades, ao favorecer a ampla circulação e divulgação do conhecimento, seja no meio acadêmico nacional, seja fora dele.

Apresentamos, a seguir, os conteúdos resumidos de cada capítulo da obra, incluindo os métodos de pesquisa utilizados pelos autores.

A marcação de pluralidade nominal em Mehináku (Arawak)

Corbera Mori descreve o funcionamento dos marcadores de pluralidade nominal na língua mehináku, evidenciando o comportamento similar às demais línguas da família arawak. Após apresentar brevemente o debate sobre a distinção de algumas línguas dentro da família e o padrão morfossintático do Mehináku, faz revisão atualizada e didática do tema pluralidade nominal, tanto na literatura teórica quanto na descritiva de outras línguas arawak, com destaque para as categorias de número gramatical, de coletivo e de quantificador. São descritas características referentes à pluralidade nas línguas Arawak, Yine, Machiguenga, Paresi, Baure e Waurá. Em relação ao Mehináku, os sufixos *-nāu* e *-tüpe* exprimem a categoria de número plural, em oposição ao singular não marcado, os sufixos *-pühü*, *-taku* e *-püku* marcam o coletivo, e as palavras *amunuya* ‘muitos’, *ahā-tāi* ‘poucos’ e *kuma* ‘muito’ são interpretadas como quantificadoras. Os dados do Mehináku foram coletados em pesquisa de campo e, por meio de listas comparativas de palavras, análises de sentenças e tabelas de resumo, expõem os padrões de codificação da pluralidade nominal, de acordo com as propriedades de mais ou menos animado e mais ou menos humano.

Interpretação fonético-fonológica do Kustenau (Arawak) na perspectiva do método reconstutivo sincrônico

Corbera Mori e Ferreira propõem análise fonético-fonológica do Kustenau com base no método Linguístico Reconstutivo Sincrônico, desenvolvido por Adolfo Constenla Umaña. Para tanto, iniciam com síntese dos principais métodos de pesquisa diacrônica, o histórico-comparativo e o de reconstrução interna, explicam o funcionamento da restituição sincrônica, sua aplicabilidade às línguas indígenas extintas, alertando para os casos de subdiferenciação e supradiferenciação, e relatam semelhanças entre algumas línguas pertencentes à família arawak do Parque Indígena do Xingu. Em seguida, interpretam a representação escrita de todas as vogais e consoantes registradas no Kustenau e examinam os dados com base no método proposto. O léxico do Kustenau, que não possui falantes, é comparado com palavras atuais do Mehinaku e do Waurá, línguas com traços próximos à primeira. Ao final do texto, os autores disponibilizam apêndice com lista comparativa do vocabulário nas três línguas e tradução para o Português.

Construções possessivas do Kithãulhu e em outras línguas da família nambikwara

Neste capítulo, são descritas as estruturas possessivas no Kithãulhu e comparadas com mais línguas da família nambikwara, com destaque para o Latundê, o Mamaindê e o Sararé. Correia apresenta as demais línguas da família, seus ramos e localizações geográficas, descreve as características da marcação de posse no Kithãulhu, incluindo a incorporação nominal e a posse predicativa, além da divisão entre nomes possuíveis e não possuíveis, sintetiza a marcação de posse nominal nessas línguas e faz comparação com o Kithãulhu, com foco nas construções nominais,

pronominais e genitiva. Por meio de revisão bibliográfica a respeito da posse nominal, incluindo pesquisas em andamento à época da publicação do capítulo, e de quase sessenta exemplos para análise, alguns dos quais coletados pelo autor mediante uso de questionários e elicitação de dados, Correia mostra a tendência de prefixos indicadores de posse marcarem o núcleo nominal.

Gramaticalización en lenguas genéticamente emparentadas: lenguas yuto-aztecas del noroeste de México

Ao tratar de gramaticalização em línguas geneticamente relacionadas, Estrada-Fernández aborda o tema da gramaticalização pelo viés comparativo. Isto é, não se baseia em uma origem léxica como fonte do fenômeno, mas em uma cadeia de mudanças diacrônicas em línguas distintas. Ao longo do capítulo, a autora apresenta aspectos gerais das línguas da família uto-asteca faladas na região noroeste do México, a exemplo das relações genealógicas entre elas e dos traços tipológicos principais. Faz revisão da literatura teórica sobre gramaticalização, expõe as características mais citadas pelos pesquisadores e problematiza o conceito, sobretudo no que tange aos critérios empregados para defini-lo. Nesta perspectiva, chama atenção para os desafios de analisar línguas ágrafas e pouco estudadas, enfatizando a importância de considerar mudanças diacrônicas recorrentes em mais de uma língua. As análises amparam-se em processos diacrônicos verificados especialmente em Guarijío, Pima Bajo, Tarahumara, Tepehuano del Norte e Yaqui. Por meio de tais evidências linguísticas, Estrada-Fernández suscita novas questões no debate sobre a gramaticalização, questiona a definição do termo, contesta processos obrigatoriamente incluídos no conceito e, dessa maneira, assume o desafio de repensar a teoria.

Presencia santiagueña en Buenos Aires: aspectos culturales y lingüísticos como marcadores identitarios

Com base na Sociolinguística e na Antropologia Social, Pagliaro e Speranza expõem as estratégias usadas por migrantes oriundos do estado argentino de *Santiago del Estero*, e domiciliados na região metropolitana de Buenos Aires, para preservar sua identidade cultural. Os autores concentram-se nos locais de interação dos migrantes, nomeadamente as celebrações de Nosso Senhor dos Milagres de Mailín e a oficina da língua quíchua, para analisar a manutenção de aspectos culturais e linguísticos dos santiagueños. Tais análises fundamentam-se na Etnografia, realizada por meio de entrevistas, conversas direcionadas, observações ativas e documentação. O capítulo apresenta histórico recente de migrações internas na Argentina, com seus impactos culturais e linguísticos na sociedade, aborda as decisões individuais e coletivas de autoafirmação ou não da identidade originária, bem como suas consequências, e narra as dinâmicas sociais durante os eventos. Os relatos dos migrantes santiagueños, reproduzidos no texto, revelam a influência de duas forças principais, a oficina linguística e a religião, na revitalização ou não da língua.

Codificación lingüística en las misiones anglicanas de la Patagonia

Regúnada recupera a história da documentação de línguas originais do extremo sul do continente americano, como o Selk'nam, o Tehuelche e, principalmente, o Yagan, com base nos primeiros documentos publicados pelos missionários anglicanos que lá estiveram, no século XIX. Embasada em pesquisas de arquivo e manuscritos históricos, apresenta as origens e o papel das missões anglicanas na Patagônia, o processo inicial de registro das línguas, os principais documentos produzidos

e, sobretudo, o debate a respeito dos sistemas fonéticos de Ellis e de Pitman, incluindo relatos com vantagens e desvantagens de utilizá-los em relação ao alfabeto ortográfico inglês. A atuação de Thomas Bridges é notória no processo de descrição linguística, o qual culminou em seu famoso dicionário do Yagán. Como consequência da tentativa de evangelização dos povos originários mediante o ensino do alfabeto fonético e a leitura de bíblias produzidas nesta mesma notação, chama atenção a possibilidade surgida para os indígenas de lerem e escreverem em suas próprias línguas ágrafas. Alguns resultados dessas tentativas também são expostos pela autora.

Interpretação temporal em orações não finitas em Karitiana: a contribuição do aspecto

A partir da tentativa de compreender como as línguas expressam o tempo em construções que não manifestam tempo gramatical, Rocha investiga as orações não finitas na língua karitiana, com foco nos aspectos perfeito e prospectivo. Para subsidiar suas análises, faz revisão da literatura teórica sobre tempo e temporalidade, apresenta características tipológicas do Karitiana, como a posição verbal relativamente ao tipo de oração, detalha a metodologia usada na pesquisa, a exemplo de elicitação de dados, métodos experimentais e aplicação de questionários, e fornece avaliação dos resultados obtidos. A quantidade de dados trazida ao texto, com dezenas de exemplos, possibilita exame individualizado por tipo oracional (matriz, complemento, relativa ou adverbial) não somente dos aspectos *byyk* ‘perfeito’ e *pasagng* ‘prospectivo’, objetos da pesquisa, mas também do aspecto imperfectivo progressivo, expresso por *tyka*. As conclusões podem auxiliar os estudiosos do tema a entender as estratégias que os falantes criam para codificar o tempo.

Sintagmas posposicionais em línguas da família tupí-guaraní: argumentos ou adjuntos? Primeiros passos: Kamaiurá

Scandelari e Gomes apresentam os primeiros resultados da pesquisa que investiga como os sintagmas posposicionais são classificados em línguas indígenas brasileiras. Inicialmente, fornecem breve panorama sobre tipologia linguística e comentam os tipos de sintagmas posposicionais em foco. Em seguida, listam os objetivos específicos da pesquisa, a exemplo da preocupação com os critérios empregados pelos linguistas para distinguir argumentos e adjuntos, e relatam a metodologia utilizada, como o uso de um protocolo criado especificamente para o trabalho. Fazem revisão teórica sobre adposições, salientando seu conteúdo semântico e pragmático, e também sobre argumentos e adjuntos, concentrando-se nos testes mais usados para diferenciá-los. Amparados na literatura e na baixa efetividade dos testes, defendem que a distinção entre argumentos e adjuntos deve ser feita de maneira escalar, a partir de elementos prototípicos. Posteriormente, os autores apresentam os dados do Kamaiurá, demonstrando a estrutura interna dos sintagmas posposicionais, as funções que exercem e os critérios usados por Seki (2000) para analisá-los, os quais são cotejados com aqueles arrolados na seção teórica. Por fim, discutem o isomorfismo e a valência das posposições, bem como algumas classificações polêmicas de sintagmas posposicionais no Kamaiurá. Ao longo do capítulo, subjazem dois posicionamentos teóricos principais: um sustenta não haver critérios comuns que possibilitem a identificação desses sintagmas entre as línguas, outro defende a possibilidade de fazer a comparação, embasada nos modelos de protótipo, escala ou *continuum*.

CAPÍTULO 1

A MARCAÇÃO DE PLURALIDADE NOMINAL EM MEHINÁKU (ARAWAK)

Angel H. Corbera Mori
Universidade Estadual de Campinas

1 Introdução

O Mehináku, ISO 639-3: *mmh*, é uma língua originária da família arawak (aruak) falada por, aproximadamente, 286 indivíduos (ISA, 2017), que se distribuem pelas aldeias de Uyaiyuku, Utawana, Aturua e Kaupüna, além do Posto Indígena de Vigilância (PIV) Kurisevo. Essas quatro aldeias e o PIV Kurisevo se encontram na região da fronteira sul do Parque Indígena do Xingu, no estado do Mato Grosso (MT), Brasil.

As primeiras descrições etnográficas e linguísticas relacionadas aos povos indígenas falantes de línguas arawak do Xingu foram apresentadas pelo médico-psiquiatra alemão Karl von den Steinen, em sua obra “*Entre os aborígenes do Brasil Central*” (*Unter den Naturvölkern Zentral-Brasiliens*). Esta obra, inicialmente publicada em Alemão (1894), foi traduzida para o Português por Egon Schaden e publicada em 1940, e é resultado das duas expedições científicas que Steinen fez ao Xingu, no final do século XIX, a primeira em 1884 e a segunda entre 1887 e 1888.

Segundo Steinen, as etnias mehináku, kustenáú¹, waurá e yawalapití são Nu-Aruak. Para este estudioso,

¹ O Kustenáú já não existe, possivelmente se extinguiu ou se fusionou com outros povos arawak do Xingu.

poderíamos também reunir numa só tribo os Mehináku, Waurá e Kustenáu. Estas três tribos falam exatamente o mesmo idioma. Constituem também, como veremos, uma só unidade etnológica. Podem [...] serem chamadas tribos ceramistas, palavra que exprime bem o seu distintivo etnológico mais característico. Temos também os Yawalapití, com um idioma bem semelhante. Mas percebe-se, claramente, pelo seu dialeto ser uma tribo Nu-Aruak. (STEINEN, 1940, p. 197-198)

Estudos contemporâneos, que abordam a classificação interna da família arawak, agrupam as línguas Mehináku, Waurá e Yawalapití no grupo Pareci-Xingu, subgrupo Xinguano (AIKHENVALD, 1999), ou no subgrupo oriental (PAYNE, 1991; RAMIREZ, 2001). Segundo Franchetto (2001, p. 118), na classificação interna da família arawak, as línguas alto-xinguanas estariam mais próximas das denominadas maipure norte-amazônicas, sobretudo daquelas faladas na região do rio Negro, e não das pré-andinas (Asháninka, Ashéninka, Nomatsiguenga, Machiguenga, Piro, Iñapari) e meridionais, como o Terena.

É aceito o fato de que as línguas waurá, mehináku e yawalapití têm características em comum, “mas o Yawalapití diverge um pouco mais das outras, que estas entre si” (RODRIGUES, 1986, p. 69). Na mesma direção, Franchetto (2001) considera o Yawalapití como língua à parte, enquanto o Waurá e o Mehináku são tratados como variedades de uma mesma língua. Uma afirmação mais explícita é apresentada por Seki (1999, p. 419, tradução nossa), para quem “Waurá e Mehináku são dialetos de uma língua. O Yawalapití compartilha 80% do vocabulário com o Waurá-Mehináku, mas a gramática é muito diferente, portanto, não há inteligibilidade mútua, e o Yawalapití deve ser considerado como uma

língua à parte”.² Por certo, todas essas afirmações são válidas, pois somos testemunhas diretas de que tanto os Mehináku quanto os Waurá podem manter uma comunicação praticamente fluida entre eles, sem grandes problemas. Contudo, os falantes de ambos esses povos são cientes de que suas línguas apresentam algumas diferenças, sobretudo na fonética e na fonologia, assim como no léxico. Para os Mehináku, os Waurá são os “outros nós” e, por isso, os dois povos se entenderiam quando se comunicam entre si.

Os resultados que estamos obtendo com a nossa pesquisa sobre a documentação e descrição da língua mehináku nos permitem observar que essa língua se comporta gramaticalmente de forma muito semelhante ao padrão morfossintático de outras línguas da família arawak. Nesse sentido, morfológicamente, as palavras em Mehináku se estruturam a partir de uma determinada base categorial, a qual é acompanhada por diversos morfemas funcionais, tanto prefixos quanto sufixos, porém há predominância de sufixos. Vejamos exemplos de construções morfossintáticas em (1):

(1a) aitsa nu-k-itsu-pa-lu-nāu-pai³
NEG 1SG-ATB-filha-EST-FEM-PL-IMPFF⁴
'não tenho filhas'

(1b) ke-me-nēu-pai nu-xe-xu-nāu
ATB-marido-PL-IMPFF 1SG-irmã-FEM-PL
'minhas irmãs são casadas (Lit. minhas irmãs têm maridos)'

² “Waurá and Mehinaku are dialects of one language. Yarwalapiti shares 80 per cent vocabulary with Waurá-Mehinaku but the grammar is very different, so there is no mutual intelligibility and Yarwalapiti has to be considered a separate language” (SEKI, 1999, p. 419).

³ A língua mehináku tem cinco vogais básicas /i, i, u, e, a/, que são representadas, respectivamente, por uma letra do alfabeto latino: (i, ü, u, e, a). Cada uma dessas vogais pode ser nasalizada, sendo a nasalização representada na escrita pelo diacrítico (~) sobre a vogal. Da mesma forma, cada um dos treze fonemas consonantais dessa língua /p, t, k, ts, tʃ, ʃ, h, m, n, l, r, w, j/ é representada por uma letra ou por dígrafos, considerando o alfabeto latino, a saber: <p, t, k, ts, tx, x, h, m, n, l, r, w, y>.

⁴ Há uma lista de abreviaturas ao final do capítulo.

Diversidade linguística na América: línguas ameríndias (v. 1)

- (1c) k-ayaya-ka-waxü-pai kata tü-nexu-wi-ku
ATB-fala-VBLZ-verdadeiro-IMPF DEM CLF.cilíndrico-FEM-PERF-DCL
'essa moça fala muito'

Sintaticamente, a ordem dos constituintes maiores em construções com verbos transitivos organiza-se, basicamente, seguindo o padrão AVO, como em (2a-c):

- (2a) kxüü äitxa-pai ata ü-täi
tucano comer-IMPF árvore 3SG-fruto.DIM
'o tucano está comendo frutinha' ~ 'o tucano come frutinha'

- (2b) teme i-ya-tuka-la unü
anta 3-ir-beber-FUT água
'a anta irá beber água'

- (2c) uwa-pühü äitxa-pai yanumaka kamäi
urubu-COL.PL comer-IMPF onça morto
'um bando de urubus está comendo a onça morta'

Em orações com verbos intransitivos, a ordem mais recorrente é SV, como se vê nos exemplos (3a-d):

- (3a) ünēune i-ya a-tulu-ka-la
homem 3-ir VBLZ-festa-VBLZ-FUT
'o homem vai dançar na festa'

- (3b) aitsa nu-pawa a-humai-tsa-pai
NEG 1-primo VBLZ-velocidade-VBLZ-IMPF
'meu primo não está correndo'

(3c) yamukuhĩ hü-maku-pai ata ütepu-wa-hã
criança VBLZ-rede-IMPF árvore debaixo.de-LOC-ENF
'a criança está dormindo debaixo da árvore'

(3d) tü-nexu ehexu-wa pãi ümüna-wa-hã
CLF.cilíndrico-FEM esconder-REFL casa atrás.de-LOC-ENF
'a mulher escondeu-se atrás da casa'

A estrutura do capítulo é a seguinte: na seção 2, abordamos brevemente as características da pluralidade nominal nas línguas; na seção 3, considera-se a pluralidade nominal em línguas da família arawak, sobretudo a categoria número na língua mehináku; os morfemas que funcionam como coletivizadores são descritos na seção 4; e os morfemas marcadores de quantificação, na seção 5; no final do capítulo, incluem-se as conclusões e as referências citadas no corpo do texto, seguidas pelas abreviaturas.

2 A pluralidade nominal

Nas línguas naturais distribuídas pelo mundo, a categoria de número pode envolver diversos valores, que vão desde a marcação de número gramatical – por exemplo, para se referir a uma ou mais entidades, estabelecer a distinção entre itens contáveis (evidenciada na gramática de uma língua entre nomes que ocorrem no singular e nomes que ocorrem no plural) e itens não contáveis (nomes não suscetíveis de numeração) – e o uso de coletivos (conjunto de seres ou objetos de uma mesma espécie) até o uso de determinados traços que caracterizam as propriedades inerentes das entidades. Há línguas, por exemplo, que se caracterizam por ter determinados nomes que não podem ser usados em número singular, uma vez que esses nomes, inerentemente, denotam um conceito plural e costumam ser marcados pela concordância de número na sintaxe da

língua, como ocorre com palavras do Inglês: *jeans, pyjamas, headphones, Police, cattle, stars*. Em outros casos, há nominais que sempre ocorrem na forma do singular e não possuem uma forma no plural, que é o caso de palavras do Inglês como *dust, wealth, sheep*.

Segundo Corbett (2000, 2012), a distinção da categoria de número mais comum é a oposição que existe entre singular e plural. Geralmente, a forma não marcada representa o singular, e o plural é derivado mediante um morfema flexional que se soma à base no singular. Contudo, não é incomum encontrar sistemas que se referem a entidades nos seguintes termos: *dual*, para se referir a duas entidades do mundo real; *trial*, três entidades do mundo real; e *paucal*, para se referir a um número pequeno de entidades distintas do mundo real, podendo ser interpretado em termos de ‘poucos’ em contraste com ‘muitos’ (por exemplo, ‘*poucos* alunos vieram para a aula de hoje’ *versus* ‘*muitos* alunos já viajaram’). Conforme Corbett (2000, p. 25), a categoria de número paucal tem sido encontrada em línguas com um sistema complexo que apresentam até quatro valores em termos de dual, trial, quadral e paucal, como é o caso do Lihir, uma língua austronesiana falada nas Ilhas Lihir da Nova Irlanda, Papua-Nova-Guiné.

Com efeito, a categoria gramatical número, na qual se situa o conceito de pluralidade, se relaciona à análise das palavras de uma língua que se diferenciam, geralmente, por meio do contraste entre singular, plural, dual, paucal (poucos). Por exemplo, no Português há oposição entre os números singular (não marcado) e plural (marcado pelo sufixo *-s*), como nas palavras *cachorro* (SG) *versus* *cachorro-s* (PL) e ‘*ele* joga bola’ *versus* ‘*ele-s* jogam bola’.

Uma propriedade semântica relevante para a ocorrência do número nas línguas é a subcategorização dos nomes em contáveis e não contáveis. Os nomes contáveis se caracterizam por aparecer em categorias de contabilidade e de pluralização. Para os nomes considerados não contáveis, denominados também nomes de massa, essas duas características não se aplicam.

Por exemplo, pode-se dizer ‘precisa-se de *mais sangue* para o paciente’, mas resulta agramatical a construção *‘precisa-se de *mais sangues* para o paciente’.

Quando o número é marcado morfologicamente nas categorias nominais, ele se manifesta de diversas formas. Assim, os nominais contáveis podem depender dos valores de animacidade e obrigatoriedade (HASPELMATH, 2013). O valor de animacidade permite estabelecer a distinção entre nomes animados e não animados. Entre os nomes com o valor [+ANIMADO], salientam-se aqueles que são definidos como [+HUMANO], em oposição aos nomes que têm a propriedade de [-HUMANO]. A dimensão de obrigatoriedade, segundo Haspelmath (2013), relaciona-se com a não ocorrência, a ocorrência obrigatória, ou, ainda, a opcionalidade de ocorrer a marcação morfológica da pluralidade nominal. Com base na combinação dessas duas dimensões, Haspelmath (2013) reconhece seis possíveis valores que, aplicados inicialmente a 291 línguas, resultam nos números mostrados no Quadro (1):

Quadro 1. Codificação da pluralidade nominal

1	Plural em todos os nominais, sempre obrigatório	133
2	Plural em todos os nominais, sempre opcional	55
3	Plural somente em nominais humanos, obrigatório	40
4	Sem nominal plural	28
5	Plural somente em nominais humanos, opcional	20
6	Plural em todos os nominais, opcional em nomes inanimados	15
		Total 291

Fonte: HASPELMATH, 2013.

Haspelmath (2013) faz a ressalva de que há uma possível exceção a essa generalização, o fato de que nominais mais humanos sejam mais propensos a terem marcação de plural do que os nominais não humanos, sobretudo os nominais caracterizados pelo traço inanimado. Nesse sentido, outras três possibilidades lógicas podem ser somadas:

7. Plural somente em nominais inanimados, obrigatório;
8. Plural somente em nominais inanimados, opcional;
9. Plural em todos os nominais, opcional em nominais humanos.

No entendimento de Haspelmath (2013), desses três tipos logicamente possíveis, não são atestados plurais inanimados que sejam mais amplos que os correspondentes plurais de itens com a propriedade [+HUMANO].

Conforme Dryer (2013), as línguas usam duas estratégias principais para indicar plural: i) a mais comum é a ocorrência de uma forma morfológica no nome, geralmente um afixo flexional (sufixos e prefixos); e ii) mediante um morfema que pode ocupar qualquer posição no sintagma nominal. Nesse caso, o morfema é uma palavra funcional independente, cuja função é semelhante à dos afixos que indicam pluralidade (DRYER, 1989), ou seja, um “morfema cujo significado e função são semelhantes aos de afixos plurais em outras línguas, mas que é uma palavra independente cuja função é ser um modificador do nome” (DRYER, 1989, p. 865, tradução nossa).⁵ Palavras plurais ocorrem principalmente em línguas austronesianas, como: Yapese, Hoava, Tagalog, Unua, entre outras.

Entre os valores para indicar a pluralidade morfológica nominal, Dryer (2013) considera o caso da reduplicação parcial como recurso

⁵ “*morpheme whose meaning and function is similar to that of plural affixes in other languages, but which is a separate word that functions as a modifier of the noun*” (DRYER, 1989, p. 865).

morfológico semelhante aos afixos, prefixos ou sufixos, dependendo se é o segmento inicial ou o segmento final da base que se reduplica; enquanto a reduplicação total é vista como processo separado. De um total de 1066 línguas consideradas no estudo de Dryer (2013), os valores de marcação de plural atestados foram aqueles que se mostram no Quadro (2):

Quadro 2. Marcas de plural⁶

1	Sufixo plural	513
2	Palavra plural	170
3	Prefixo plural	126
4	Sem marca de plural	98
5	Clítico plural	81
6	Plural morfológico sem método primário	60
7	Plural por reduplicação completa da base	8
8	Plural por mudança da base	6
9	Tom	4
Total		1066

Fonte: DRYER, 2013.

Além dos valores citados nos quadros (1) e (2), é relevante considerar que nas línguas, por um lado, um determinado nome pode ocorrer formalmente em singular (*singularia tantum*), mas denotar um significado que engloba uma multiplicidade ou distribuição de entidades. Por exemplo, a palavra *alcateia* (nome coletivo), que se refere a lobos inseridos individualmente em uma coletividade, assim como *enxame*, que se refere ao

⁶ Nesse quadro, os valores 2 (palavra plural) e 5 (clítico plural) têm a função de indicar pluralidade, mas são processos que não se manifestam morfológicamente. Por outro lado, o valor 4 (sem marca de plural) faz referência a línguas que não dispõem de nenhum marcador de plural no nome. Nesse caso, a pluralidade pode ser interpretada a partir do contexto, ou, ainda, a pluralidade do referente nominal poderia ser codificada no verbo, se esse nominal for argumento do verbo correspondente.

conjunto de abelhas em uma colmeia. Por outro lado, há também nomes que formalmente parecem indicar plural (*pluralia tantum*), mas cujos significados são estritamente singulares, como nas palavras do Português *anais*, *parabéns*, *núpcias*, entre outras. Outras características relevantes desse tipo de nomes podem ser consultadas em Corbett (2000, 2012).

O presente estudo é, então, uma abordagem inicial relacionada à codificação de pluralidade nominal no Mehináku, uma língua originária da família arawak falada no Parque Indígena do Xingu, especificamente na região do Alto Xingu (MT).

3 A pluralidade nominal em línguas arawak

Conforme Aikhenvald (1999, p. 84) aponta, todas as línguas da família arawak apresentam distinção de número singular e plural nos nomes. Para a autora, os marcadores típicos são reflexos dos morfemas do “proto-Arawak **-na /-ni* ‘plural animado/humano’, **-pe* ‘plural inanimado/animado não humano”.

Taylor (1976), no seu artigo “*The nominal plural in Arawak*”, afirma que, na língua arawak, o plural é marcado por um dos vários morfemas existentes, sendo o principal o sufixo *-no*, e seus respectivos alomorfes, além dos sufixos *-be* e *-kbo*. A indicação de pluralidade ocorre, sobretudo, mas não necessariamente, nos nomes com valor [+HUMANO]. Estes nominais, ao ocorrerem no plural, levam o marcador *-no*, um sufixo que espelha variação livre com seu alomorfe *-non*, em posição final de palavra, como na palavra *dinthei-non* ‘tio-PL’, derivada de *dinthei* ‘tio-SG’ (TAYLOR, 1976, p. 371). Outro marcador de plural, o sufixo *-be*, se usa para pluralizar nomes subcategorizados pelo traço [-ANIMADO], como em *áda-be* ‘árvore-PL’. Esse sufixo também pluraliza nomes com a propriedade [+ANIMADO, -HUMANO], como na palavra *anoána-be* ‘abutre-PL’ (TAYLOR, 1976,

p. 373). O terceiro morfema *-kbo*, ao que tudo indica, serve para indicar coletividade, não sendo considerado propriamente um indicador de pluralidade. Assim, os falantes da língua arawak usam a palavra *ibíro-kbo* ‘pequeno-PL’, para se referir a ‘bebês gêmeos’ (TAYLOR, 1976, p. 373).

Em Yine, língua da família arawak falada na região da Amazônia peruana, segundo Hanson (2010), os nominais podem ocorrer marcados ou não, de acordo com a categoria de número. Quando o nome ocorre sem marcador algum, este é interpretado como singular, mas quando os nomes ocorrem com o sufixo *-ne*, eles são interpretados como plurais. A marcação com o sufixo *-ne* ‘plural’ é obrigatória somente em nominais com traço [+HUMANO]. Esse sufixo também pode se manifestar em nominais que inerentemente podem ser caracterizados pelo traço de animacidade. Segundo a autora, “quanto mais animado o referente, maior a probabilidade de ele receber a marcação de número” (HANSON, 2010, p. 128, tradução nossa).⁷ É o que nos mostram os seguintes exemplos retirados da tese de Hanson (2010, p.128):

- | | | | | |
|-----|----|-------------|---------------|-----------------------|
| (4) | a. | çeeçi-ne | ‘men’ | ‘homens’ |
| | b. | nomole-ne | ‘my brethren’ | ‘minha irmandade’ |
| | c. | kjıyoçrı-ne | ‘caimans’ | ‘jacarés’ |
| | d. | sotlı-ne | ‘rocks’ | ‘rochas’ ⁸ |

Em Machiguenga, outra língua arawak também falada na região pré-andina da Amazônia peruana, o número plural é marcado pelo sufixo *-egi*. Esse sufixo é usado principalmente para indicar mais de uma pessoa, enquanto o sufixo *-page* se usa para indicar “um plural ou uma variedade de coisas” (SNELL, 1998, p. 29). Os seguintes itens em (5) e (6) mostram a ocorrência desses sufixos:

⁷ “*the more animate the referent, the more likely it will receive number marking*” (HANSON, 2010, p. 128).

⁸ Sabe-se que o nome ‘*rochas*’, em línguas arawak como Machiguenga e Piro, é visto como animado, fato que o diferencia de outras línguas, sobretudo das indo-europeias.

Sufixo -egi

(5)	tsinane	‘mulher’	tsinanane-egi	‘mulheres’
	notomi	‘meu filho’	notomi-egi	‘meus filhos’
	matsigenka	‘pessoa’	matsigenka-egi	‘muitas pessoas’

Sufixo -page

(6)	pankotsi	‘casa’	pankotsi-page	‘várias casas’
	oshita	‘esteira dela’	oshita-page	‘esteiras dela’
	tsimeri	‘pássaro’	tsimeri-page	‘vários tipos de pássaros’

Também na língua paresi, segundo Brandão (2014), o sufixo *-nae* ‘morfema de plural’ ocorre obrigatoriamente somente em nominais [+HUMANO], porém, em determinados contextos, ele pode também ser interpretado na função associativa (BRANDÃO, 2014, p. 155). Para os nomes com a propriedade [+ANIMADO, -HUMANO] e aqueles vistos como inanimados, a marcação de pluralidade não é obrigatória. Contudo, nomes dessa característica estão mais propensos a ser marcados pelo morfema *toli* ‘coletivo’ (BRANDÃO, 2014, p. 157, 160).

Em Baure, língua arawak ameaçada de extinção e falada na região nordeste da Amazônia boliviana, ocorre a distinção morfológica entre singular e plural (DANIELSEN, 2007). O singular não é marcado, mas o plural dos nomes é indicado pelo sufixo *-nev*, que se junta a todos os tipos de nominais contáveis, incluindo os adjetivos (DANIELSEN, 2007, p. 127, 165). A ocorrência do marcador *-nev* ‘plural’ em adjetivos pode ser vista em (7a) e (7b):

(7a)	t’anev
	ti-a-nev
	pequeno-CLF.animal-PL
	‘animais pequenos (cachorros, porcos, etc.)’

- (7b) ntí' nimon Paš to čáčanev
 ntí' ni=imon po-a-š to č-a-ča-nev
 1SG 1SG=comprar um-CLF.animal-um ART grande-CLF.animal-AU-PL
 'eu compro um dos grandes (porcos)'

(DANIELSEN, 2007, p. 165)

Postigo (2014), em sua tese sobre o Waurá, uma língua muito próxima ao Mehináku, descreve que os nomes, tanto animados quanto inanimados, não levam marcadores morfológicos para indicar a categoria de número. Para ela, na língua waurá, “os nomes não apresentam marcas morfológicas de singular, dual ou plural. Entretanto, para quantificar os elementos, a língua faz uso de numerais, expressões numéricas, palavras quantificadoras e, morfológicamente, coletivizadores sufixados aos nomes” (POSTIGO, 2014, p. 142). Condizente com a autora, os marcadores que indicam coletivo podem ser agrupados como apresentado no Quadro (3):

Quadro 3. Coletivizadores em Waurá

COLETIVIZADORES			
Inanimados		-taku ~ -tsaku	'plantação/conjunto de...'
Animados	não humanos	-pahi	'conjunto de animais'
		-tupa	'conjunto de animais, localizados em um determinado lugar'
	humanos	-nāw	'grupo de...'

Fonte: POSTIGO, 2014, p. 142.

Ainda que o Wauja (Waurá) seja muito próximo da língua mehináku, nem todas as observações apresentadas por Postigo (2014) se aplicam taxativamente ao Mehináku, fato que será mostrado na seção 3.1, a seguir.

3.1 A categoria número na língua mehináku

A categoria número em Mehináku não tem valor de obrigatoriedade (HASPELMATH, 2013), ela é opcional e ocorre quando um determinado item nominal requer ser concretamente explicitado para a categoria número. Nesse caso, o indicador de pluralidade pode ser marcado pelos sufixos *-nāu* e *-tūpe*, enquanto o singular ocorre sem um marcador específico. Cada um desses morfemas é brevemente descrito nas seções subsequentes.

3.1.1 O morfema *-nāu*

Este morfema é um sufixo que ocorre preso aos nomes com o valor [+ANIMADO], os quais incluem, sobretudo, nominais referidos a humanos. Em determinados casos, ocorre também com termos referidos a animais, aparentemente quando não são conceituados como coletivos. A forma básica do marcador de pluralidade é representada pelo sufixo *-nāu*, que tem suas realizações alomórficas como *-nēu*, *-yāu* e *-nāu*. O alomorfe *-nēu* se dá por harmonia vocálica, quando a última vogal da base no singular termina na vogal coronal /e/. Os outros dois alomorfes variam entre as consoantes [j ~ ɲ], quando a forma base no singular termina na vogal coronal /i/. As seguintes palavras são exemplos do uso desse marcador.

Plural em nominais [+HUMANO]

(8)	<i>Singular</i>	<i>Plural</i>	<i>Glosas</i>
a.	tūnexu	tūnexu-nāu	‘mulher’
	enüxa	enüxa-nāu	‘homem’
	waxayu	waxayu-nāu	‘índio’
	pütaka	pütaka-nāu	‘convidado’
	yatama	yatama-nāu	‘pajé’

b.	-üxe	-üxe-nëu	‘irmão’
	nu-tanule	nu-tanule-nëu	‘primo’
	n-iyë	n-iyë-nëu	‘meu genro’
	nu-pekuyete	nu-pekuyete-nëu	‘meu parente’
c.	püxu-lu-i	püxu-lu-i-yãu	‘namorada’
	aripi	aripi-yãu	‘velha’
	tami-tsuwĩ	tami-tsuwĩ-jãu	‘sobrinha’
	enüxa-tãĩ	enüxa-tãĩ-jãu	‘garoto’
	heküyã	heküyã-jãu	‘antepassado’

Plural em nominais [+ANIMADO, -HUMANO]

(9)	upi	upi-jãu	‘pato’
	uwi	uwi-jãu	‘cobra’
	teme-pi	teme-pi-jãu	‘jiboia’
	pahü	pahü-nãu	‘macaco’
	yanumaka	yanumaka-nãu	‘onça’
	küxu	küxu-nãu	‘tucano’
	teme	teme-nëu	‘anta’
	ayuwe	ayuwe-nëu	‘jabuti’
	yupe	yupe-nëu	‘tamanduá’

Os seguintes exemplos adicionais complementam o uso desse marcador:

(10a)	nu-pekuyete-nëu	kata	ünëuneu-nëu-hã,	üxe	upawa-nãu
	1SG-amigo-?-PL	DEM	peessoa-PL-ENF	DEM	outro-PL
	nu-pene-nëu				
	1SG-parente-PL				
	‘estas pessoas são meus amigos, essas outras são meus parentes’				

Diversidade linguística na América: línguas ameríndias (v. 1)

- (10b) enüxa-nãu putaka-naku-nãu-pai⁹ kautai-pia
homem-PL aldeia-LOC-PL-IMPF doença-3.PL
'os homens das aldeias estão doentes'
- (10c) tũ-nexu-nãu ü-tuma-la üxe-hã
CLF.cilíndrico-FEM-PL 3-trabalho-POSS DEM-ENF
xa upawa yamukutüpa-nãu ü-tuma-la-hã
DEM outro rapaz-PL 3-tarefa-POSS-ENF
'este é trabalho das mulheres, aquele é tarefa dos jovens'
- (10d) hauka-tãi-yãu elele-pei amunuya-hã
bebês-DIM-PL chorar-IMPF muito-ENF
'os bebezinhos choram muito'

O sufixo *-nãu* também pode se juntar aos pronomes pessoais. O paradigma do sistema pronominal de pessoa na língua mehináku se dá como em (11):

(11) **Sistema pronominal de pessoa**

	<i>Singular</i>	<i>Plural</i>
	Pessoa-PRO	Pessoa-PRO
1	na-tu	ai-tsu
2	pi-tsu	yi-tsu
3	ene/xãhã	ene/xãhã

Quando esses pronomes estão combinados com o sufixo *-nãu*, os falantes mehináku interpretam-nos com os significados de 'povo', 'turma'. Nesse caso, a adição do sufixo marcador do plural está modificando o significado inicial dos pronomes, como se observa em (12):

⁹ A base nominal *putaka-naku-* 'aldeia-LOC' recebe o morfema *-nãu*, marcador de plural para nomes [+ANIMADO] pelo fato de, nesse caso, a aldeia estar sendo vista como o conjunto de pessoas que moram em um determinado lugar, além de ser correferente ao núcleo nominal.

- (12) na-tu-nāu ‘meu povo’, ‘minha turma’
 pi-tsu-nāu ‘teu povo’, ‘tua turma’
 ai-tsu-nāu ‘nosso povo’, ‘nossa turma’
 yi-tsu-nāu ‘povo de vocês’, ‘turma de vocês’
 xāhā-nāu ‘povo dele/s, dela/s’, ‘turma dele/s, dela/delas’.

Os nomes de massa – como *üxa-i* ‘sangue’, *heyuw-i* ‘saliva’, *puta-ya-i* ‘muco’, *huyuka-i* ‘diarreia’, *eyũka-i* ‘urina’, *hiyã-i* ‘leite’, entre outros – não são pluralizados. Todos esses seriam interpretados como agramaticais se recebessem o marcador de plural *-nāu*, pois esse sufixo se junta apenas a nomes contáveis.

3.1.2 O morfema *-tüpe*

Esse morfema é um sufixo que se junta a nomes com traço [-HUMANO], que incluem nominais cujos referentes se caracterizam por ser [+/-ANIMADO], como objetos e animais. Quando uma palavra termina na vogal coronal /i/, esse sufixo se manifesta pelo alomorfe *-tsipie*. Nos seguintes dados, se mostra a pluralidade em nomes de objetos e em denominações de partes do corpo:

- | (13) | <i>Singular</i> | <i>Plural</i> | <i>Glosas</i> |
|------|-----------------|------------------|----------------|
| | itsa | itsa-tüpe | ‘canoa’ |
| | küyũ | küyũ-tüpe | ‘cesta’ |
| | putaka-naku | putaka-naku-tüpe | ‘aldeia’ |
| | wawau | wawau-tüpe | ‘abanador’ |
| | yawai | yawai-tsipie | ‘machado’ |
| | pāi | pāi-tsipie | ‘casa’ |
| | kalütü | kalütü-tüpe | ‘estrela’ |
| | ulei | ulei-tsipie | ‘roça’ |
| | hexuwākāi | hexuwākāi-tsipie | ‘cocar’ |
| | tüüpa | tüüpa-tüpe | ‘pedra’ |
| | wüxüku-i | wüxüku-i-tsipie | ‘mão’ |
| | nu-tulũ | nu-tulũ-tüpe | ‘minha orelha’ |
| | nu-tewe | nu-tewe-tüpe | ‘meu dente’ |

Os dados em (14a-c) são exemplos adicionais que mostram o uso do sufixo *-tüpe* ~ *-tsipie* em frases:

- (14a) *tünexu* *uwa* *alata-tāi-tsipie* *txawak-i-ku*
mulher lavar.PASS panela-DIM-PL ontem-PERF-DCL
‘a mulher lavou todas as panelinhas ontem’
- (14b) *kalapalu-nāu* *ü-wawa-pa* *walu-pi-tsipie*
kalapalo-PL 3-trazer.PASS-PL¹⁰ caramujo-CLF.linear-PL
‘os Kalapalo trouxeram colares’
- (14c) *au-xepi-ra-tüpe* *xāhā*
1PL-banco-POSS-PL aqueles
‘aqueles bancos são nossos’

Em (15), bases nominais subcategorizadas pelos traços [-HUMANO, +ANIMADO], ao receberem o marcador *-tüpe* ou seu alomorfe *-tsipie*, são pluralizadas:

- | | | | |
|------|------------------|------------------------|------------------------------|
| (15) | <i>Singular</i> | <i>Plural</i> | <i>Glosas</i> |
| | <i>iyumu</i> | <i>iyumu-tüpe</i> | ‘mutum’ |
| | <i>yaapa</i> | <i>yaapa-tüpe</i> | ‘paca’ |
| | <i>püküxü</i> | <i>püküxü-tüpe</i> | ‘cutia’ |
| | <i>kupa</i> | <i>kupa-tüpe</i> | ‘carrapato’ |
| | <i>yuwa</i> | <i>yuwa-tüpe</i> | ‘aranha’ |
| | <i>kupüxa-tü</i> | <i>kupüxa-tü-tüpe</i> | ‘ave (vista de forma geral)’ |
| | <i>uwi</i> | <i>uwi-tsipie</i> | ‘cobra’ |
| | <i>keyeriri</i> | <i>keyeriri-tsipie</i> | ‘jararaca’ |
| | <i>teme-pi</i> | <i>teme-pi-tsipie</i> | ‘jiboia’ |
| | <i>walu-pi</i> | <i>walu-pi-tsipie</i> | ‘caramujo’ |
| | <i>nete-i</i> | <i>nete-i-tsipie</i> | ‘piolho’ |
| | <i>imiyēi</i> | <i>imiyēi-tsipie</i> | ‘minhoca’ |

¹⁰ O sufixo *-pa* ‘plural’ que aparece afixado ao tema verbal indica a pluralidade do argumento externo.

O morfema *-tüpe* ~ *-tsipie* também pode ser sufixado a palavras como as listadas em (16):

(16)	<i>Singular</i>	<i>Plural</i>	<i>Glosas</i>
	apui	apui-tsipie	‘caminho’
	kauki	kauki-tsipie	‘doença’
	aunakĩ	aunakĩ-tsipie	‘história’
	ni-ayala-la	ni-ayala-la-tüpe	‘meu desenho’
	n-apã	n-apã-tüpe	‘minha canção’

Apresentam-se casos em que *-nãu* e *-tüpe* podem coocorrer em uma mesma palavra. Nesses casos, o sentido expresso pela palavra é de coletivo. Cabe dizer ainda que, em todas as ocorrências, *-tüpe* se posiciona após *-nãu*. Os dados em (17) exemplificam essa característica:

(17)	a.	yamuku-nãu-tüpe menino-PL-COL	‘criança masculina (meninos)’
	b.	tünexu-tãĩ-yãu-tsipie mulher-DIM-PL-COL	‘criança feminina (meninas)’
	c.	a-nu-nãu-tüpe 1PL-esposa-PL-COL	‘nossas esposas’
	d.	ü-me-nẽu-tüpe 3-marido-PL-COL	‘maridos delas’

A seguir, apresentam-se duas tabelas, uma que resume os sufixos marcadores de plural (Tabela 1) e outra com os sufixos que caracterizam referentes coletivos (Tabela 2).¹¹

¹¹ Nas tabelas (1) e (2), foram incluídos somente os morfemas, mas não seus alomorfes.

Tabela 1. Marcadores de plural

Morfemas	Traços	Referentes
-nãu	[+HUMANO] [+ANIMADO]	‘seres humanos e animais’
-tüpe	[-HUMANO] [+/-ANIMADO]	‘principalmente objetos, mas também animais

Tabela 2. Marcadores que indicam coletivo

Morfemas	Traços	Referentes
-pühü	[+ANIMADO] [-HUMANO]	‘todo tipo de animais’
-taku	[-ANIMADO] [-HUMANO]	‘todo tipo de plantas dentro de uma área’
-püku	[+/-ANIMADO] [-HUMANO]	‘animais e plantas vistos como um todo’

A seguir, trataremos dos sufixos coletivos apresentados na Tabela 2.

4 Morfemas coletivizadores

Além dos morfemas marcadores que assinalam pluralidade, a gramática da língua mehináku registra sufixos que se juntam às bases nominais do singular para denotar entidades coletivas. As bases nominais marcadas por esses morfemas coletivizadores denotam um conjunto de entidades, visto como um todo, e não unitariamente. Encontramos essencialmente três desses sufixos: *-pühü*, *-taku* e *-püku*. Esses coletivizadores se agregam a nominais para denotar entidades inanimadas e animadas não humanas. A seguir, apresentamos uma descrição sucinta desses marcadores.

4.1 O morfema -pühü

O morfema *-pühü* é um sufixo que se junta a uma base singular com o valor de [+ANIMADO, -HUMANO]. A palavra formada com esse sufixo denota agrupamento ou conjunto de entidades. Genericamente, o significado das palavras que ocorrem com esse morfema pode ser interpretado como ‘conjunto de X’, conforme nos mostram os exemplos a seguir:

(18)	<i>Singular</i>	<i>Coletivo</i>	<i>Glosas</i>
	mapapulu	mapapulu-pühü	‘borboleta’
	uwa	uwa-pühü	‘urubu’
	yanumaka	yanumaka-pühü	‘onça’
	yapa	yapa-pühü	‘paca’
	ukalu	ukalu-pühü	‘tatu’
	ipiehü	ipiehü-pühü	‘capivara’
	awayulu-kuma	awayulu-kuma-pühü	‘cachorro’
	kupatü	kupatü-pühü	‘peixe’
	ahatü	ahatü-pühü	‘gafanhoto’
	apapayëi-müna	apapayëi-müna-pühü	‘animais terrestres’
	animal-CLF.terrestre	animal-CLF.terrestre-COL	

4.2 O morfema -taku ~ -tsaku

O morfema *-taku* realiza-se como *-tsaku* quando a última vogal da base nominal é a vogal coronal /i/. Esse marcador funde simultaneamente o papel de coletivizador e de classificador locativo.¹² Em sua função de classificador, indica ‘área’, ‘superfície’, ‘lugar’, onde existem entidades

¹² O sufixo *-taku* (e seu correspondente alomorfe *-tsaku*) não funciona apenas como coletivizador, mas também parece caracterizar o conjunto de entidades reunidas numa superfície/área de característica plana. Por exemplo: *ata-tüpe* [árvore-PL] *versus* *ata-taku* [árvore-COL] ‘floresta’.

caracterizadas com a propriedade [-ANIMADO, -HUMANO], que se aplica estritamente aos vários tipos de plantação, mas não a objetos. Os dados em (19) mostram o uso desse morfema para se referir ao tipo de planta localizado em determinada área:

- (19) mapala-kumã-taku ‘lugar onde há muito abacaxi’
kuweyulu-kumã-taku ‘lugar onde há muita aboboreira’
au-ya-taku ‘águas estagnadas (pântano)’
yana-tü-taku ‘lugar onde há muito bambu’
ata-taku ‘caatinga, lugar onde predominam
pequenas árvores’
ata-kahü-taku ‘uma área grande de capim’
ikiri-tsaku ‘lugar onde existe sapé’
akaĩ-tsaku ‘lugar com plantação de pequis’
ĩpi-tsaku ‘lugar onde se encontra muito timbó’
maiki-tsaku ‘plantação de milho, vista como área, milharal’
uleitsi-tsaku ‘roça de mandioca, mandiocal’
wayuluki-tsaku ‘lugar onde predominam as palmeiras’

4.3 O morfema -püku

Além dos sufixos *-pühü* e *-taku ~ tsaku*, existe outro que parece exercer a mesma função de marcar o coletivo. Trata-se do morfema *-püku*. Não foi possível ainda identificar as nuances semânticas entre *-taku* e *-püku*. Segundo a explicação dos falantes, quando se usa o marcador *-püku*, a palavra faz referência a um conjunto de entidades que sempre ficam em um determinado lugar. A utilização desse marcador parece ser mais geral, pois se junta a bases nominais com os traços inanimado ou animado ([-HUMANO]), conforme se pode ver nos exemplos a seguir.

(20)	maiki-püku	‘lugar onde se plantou milho, roça de milho, milharal’ ¹³
	ulei-püku	‘roça de mandioca, mandiocal’
	hüka-pana-püku	‘lugar onde se encontram folhas de tabaco, tabacal’
	ayupe-püku	‘lugar onde há plantas de algodão, algodoal’
	ai-püku	‘lugar onde abunda pimenta, pimental’
	yapa-püku	‘lugar onde ficam as pacas’
	pahü-püku	‘lugar onde ficam os macacos’
	kauta-püku	‘lugar onde se encontra muita saúva’
	pahü-püku	‘lugar onde predominam os cupinzeiros, cupinzal’

5 Quantificadores

No conjunto de dados coletado em nossa pesquisa de campo, foram encontradas palavras que podem ser vistas como quantificadores: *amunuya* ‘muitos’, *ahā-tāi* [quantidade-DIM] ‘poucos’ e *kuma* ‘muito’. Essas palavras ocorrem tanto com nomes de seres inanimados quanto animados [+HUMANO OU -HUMANO]. Essas palavras, ao receberem o sufixo *-pai*, marcador de ‘aspecto imperfectivo’ e de tempo não passado (tempo presente), podem ser traduzidas como: ‘há muito(s) X’ *versus* ‘há pouco(s) X’. Algumas construções que mostram o uso desses quantificadores são listadas a seguir.

Glosa: [Quantificador-IMPF] # núcleo nominal

(21)	amunuya-pai pahü	‘(há) muitos macacos’ ¹⁴
	amunuya-pai uwi	‘(há) muitas cobras’
	amunuya-pai tünexu-nāu	‘(há) muitas mulheres’
	amunuya-pai yamuku-nāu	‘(há) muitas crianças’
	amunuya-pai etene	‘(há) muitos remos’
	amunuya-pai pāi	‘(há) muitas casas’

¹³ Nesse caso, *maiki-püku*, se veem os pés de milho como unidades dentro de uma superfície determinada.

¹⁴ Como se observa nos dados de (21), à base *amunuya* ‘quantificador’ sufixa-se o morfema *-pai*, que indica o imperfectivo, o que é interpretado como quantificador existencial ‘há muito(s)/a(s)’.

Os exemplos a seguir mostram a ocorrência desse quantificador em construções morfossintáticas:

- (22a) watuku uku-ta amunuya pahü
 watuku flecha-VBLZ.PASS muito macaco
 ‘Watuku flechou muitos macacos’
- (22b) n-iyā-la nu-tuma-la amunuya xepi
 1SG-ir-FUT 1SG-fazer-FUT muito banco
 ‘vou fazer muitos bancos’
- (22c) nu-nupa amunuya kaipialu makula-naku
 1SG-ver.PASS muito formiga panela-LOC
 ‘vi muita formiguinha dentro da panela’

Exemplos que mostram o uso do quantificador *ahā-tāi* [quantidade-DIM] ‘pouco’ são apresentados na sequência:

Glosa: [Quantificador-DIM-IMPV] # núcleo nominal

- (23) ahā-tāi-piai pahü ‘(há) poucos macacos’¹⁵
 ahā-tāi-piai tūnexu-nāu ‘(há) poucas mulheres’
 ahā-tāi-piai etene ‘(há) poucos remos’

Em (24), apresentam-se exemplos adicionais que registram a função do quantificador *ahā-tāi* ‘pouco’:

- (24a) neune-nēu ü-nuka ahā-tāi kupa-tü
 homem-PL 3-pegar.PASS pouco-DIM peixe
 ‘os homens pegaram pouco peixe’
- (24b) ahā-tāi neuneu iya nakai ü-u
 pouco-DIM pessoa 3.ir.PASS festa 3-DAT
 ‘poucas pessoas foram na festa’

¹⁵ A formação do quantificador existencial ‘há pouco’ sempre se dá considerando o quantificador *ahā* seguido pelos morfemas que indicam ‘diminutivo’ -*tāi* e por *p(i)ai* ‘imperfeito’.

- (24c) ahā-tāi uku kalaka-wa
pouco-DIM flecha quebrar-PERF
'poucas flechas quebraram'

A palavra *kuma*, na maioria das vezes, parece funcionar como quantificador cuja glosa em Português se interpreta como o existencial 'há muito', fato que se depreende ao se considerar os seguintes dados:

- (25a) kuma-waxü-pai makuku waku-penu-wi-ku-hā
muito-certeza-IMPF mosquito rio-LOC-PERF-DCL-ENF
'há muito mosquito na beira do rio'
- (25b) kuma-pai pahü ü-nühütü putaka-naku
muito-IMPF macaco 3-carne aldeia-LOC
'há muita carne de macaco na aldeia'
- (25c) kuma-pai uwi yakaku-ĩ-yāku
muito-IMPF cobra mato-LOC-LOC
'há muita cobra dentro do mato'

Quando a palavra *kuma-pai* é precedida pela partícula *aitsa* 'negação', a construção resulta em uma forma antônima de 'muito', ou seja, 'pouco(s)':

- (26a) aitsa kuma-pai eyu pāi-yāku-hā
NEG muito-IMPF pernilongo casa-LOC-ENF
'há pouco pernilongo dentro da casa'
(Lit. não há muito pernilongo em casa)
- (26b) aitsa kuma-pai uwi putaka-naku
NEG muito-IMPF cobra aldeia-LOC
'há pouca cobra na aldeia' (Lit. não há muita cobra na aldeia)

Ainda que os numerais da própria língua indígena não sejam mais costumeiramente usados, quando ocorrem em construções de quantificação, o numeral precede o núcleo nominal. O dependente, no caso, o numeral, não é marcado para plural, enquanto o núcleo nominal pode ser marcado para plural ou não, como se depreende dos próximos exemplos:

(27a) kayanaku aya-ta pawitsa puti-nai
kayanaku comprar-VBLZ.PASS um perna-roupa
'Kayanaku comprou um par de calças' (Lit. uma calça)

(27b) mipiyama yamuku-nãu elele-pei
dois criança-PL chorar-IMPF
'duas crianças estão chorando' / 'duas crianças choram'

(27c) mipiyama-wa-ka-pai nu-püxu-lu¹⁶
quatro-DISTR-CLF.área-IMPF 1-namorada-FEM
'tenho quatro namoradas'

(27d) Atapulu ü-nuka kamayukula araukuma
Atapulu 3-matar.PASS três galinhas
'Atapulo matou três galinhas'

6 Conclusão

Este texto é uma abordagem ainda inicial dos marcadores de pluralidade nominal na língua mehináku. O estudo mostra que essa língua segue o padrão de outras línguas arawak a respeito da marcação da categoria de número. Essa categoria é opcional, mas, quando se manifesta na gramática da língua, no contraste de número entre singular e plural, apenas o plural é marcado morfológicamente, pelos sufixos *-nãu* e *-tüpe*, enquanto

¹⁶ *nu-püxu-lu* poderia receber o morfema *-nãu*, marcador de plural, porém isso não é obrigatório, pois o elemento dependente *mipiyama* 'quatro' já indica a pluralidade.

o número singular ocorre sem marcador morfológico. Tanto *-nāu* quanto *-tüpe* têm o caráter de serem sufixos marcadores de pluralidade nominal, enquanto os sufixos *-pühü* e *-taku* funcionam mais como coletivizadores de nomes tratados como [+ANIMADO, -HUMANO]. No texto, ainda, abordou-se a distribuição de palavras interpretadas como quantificadores. Estudos posteriores sobre a categoria número nessa língua poderão esclarecer melhor a função mais precisa de cada um dos morfemas analisados no presente capítulo.

Referências

AIKHENVALD, Alexandra. The Arawak language family. In: DIXON, Robert M. W.; AIKHENVALD, Alexandra Y. (Eds.). **The Amazonian languages**. Cambridge: Cambridge University, 1999. cap. 3, p. 65-106.

BRANDÃO, Ana Paula P. B. **A reference grammar of Paresi-Haliti (Arawak)**. 2014. 457 f. Tese (Doutorado em Linguística). University of Texas at Austin, Austin, 2014.

CORBETT, Greville G. **Number**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. 358 p.

CORBETT, Greville G. **Features**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. 322 p.

DANIELSEN, Swinthia. **Baure. An Arawak language of Bolivia**. Leiden: CNWS publications, 2007. 478 p.

DRYER, Matthew S. Plural words. **Linguistics**, Berlim, v. 17, n. 1, p. 865-895. 1989.

Disponível em: <https://doi.org/10.1515/ling.1989.27.5.865>. Acesso em 3 fev. 2020.

DRYER, Matthew S. Coding of nominal plurality. *In*: DRYER, Matthew S.; HASPELMATH, Martin (Eds.). **The World Atlas of Language Structures Online**. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology. 2013. Disponível em: <http://wals.info/chapter/33>. Acesso em: 19 jan. 2020.

FRANCHETTO, Bruna. Línguas e história no Alto Xingu. *In*: FRANCHETTO, Bruna HECKENBERGER, Michael. (Eds.). **Os povos do Alto Xingu**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. cap. 4, p. 111-156.

HANSON, Rebecca. **A grammar of Yine (Piro)**. 2010. 291 f. Tese (Doutorado em Linguística). La Trobe University, Austrália, 2010.

HASPELMATH, Martin. Occurrence of nominal plurality. *In*: DRYER, Matthew S.; HASPELMATH, Martin (Eds.). **The World Atlas of Language Structures Online**. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013. Disponível em: <http://wals.info/chapter/34>. Acesso em: 19 jan. 2020.

INTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos indígenas no Brasil: 2011-2016**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2017. 827 p.

PAYNE, David L. A classification of Maipuran (Arawakan) languages based on shared lexical retentions. *In*: DERBYSHIRE, Desmond C.; PULLUM, Geoffrey K, (Ed.). **Handbook of Amazonian Languages**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1991. v. 3, p. 355-499.

POSTIGO, Adriana V. **Língua Wauja (Arawák)**: uma descrição fonológica e morfossintática. 2014. 244 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2014.

RAMIREZ, Henri. **Línguas Arawak da Amazônia Setentrional**: Comparação e Reconstrução. Manaus: EDUA, 2001. 798 p.

RODRIGUES, Aryon D. **Línguas brasileiras:** para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Edições Loyola, 1986. 134 p.

SEKI, Lucy. The Upper Xingu as an incipient linguistic area. *In:* DIXON, Robert M. W.; AIKHENVALD, Alexandra Y. (Ed.). **The Amazonian languages.** Cambridge: Cambridge University Press, 1999. Cap. 15, p. 416-430.

SNELL, Betty A. **Pequeño diccionario Machiguenga-Castellano** (Documento de Trabajo 32). Lima: ILV, 1998.

STEINEN, Karl von de. **Entre os aborígenes do Brasil central.** São Paulo: Departamento de Cultura, (1894[1940]).

TAYLOR, Douglas. The nominal plural in Arawak. **International Journal of American Linguistics**, Chicago, v. 42, n. 4. p. 371-374. 1976.

Abreviaturas

ART	artigo
ATB	atributivo
AU	aumentativo
CLF	classificador
COL	coletivo
DAT	dativo
DCL	declarativo
DEM	demonstrativo
DIM	diminutivo
DISTR	distribuído
ENF	ênfase, enfático
EST	estativo
FEM	feminino

FUT	futuro
IMPF	imperfectivo
LOC	locativo
NEG	negativo
PASS	passado
PERF	perfectivo
PL	plural
POSS	possessivo
PRO	pronominal
REFL	reflexivo
SG	singular
VBLZ	verbalizador
1	1 ^a pessoa
2	2 ^a pessoa
3	3 ^a pessoa
#	fronteira de palavra interna no Sintagma Quantificador

CAPÍTULO 2

INTERPRETAÇÃO FONÉTICO-FONOLÓGICA DO KUSTENAU (ARAWAK) NA PERSPECTIVA DO MÉTODO RECONSTRUTIVO SINCRÔNICO

Angel H. Corbera Mori

Universidade Estadual de Campinas

Jackeline do Carmo Ferreira

Doutoranda em Linguística (Unicamp)

1 Introdução

Nos estudos diacrônicos das línguas do mundo, os pesquisadores, a fim de dilucidar os elementos linguísticos de determinada língua falada por um povo no passado, a qual já não pode mais ser estudada sincronicamente, de modo tradicional, se baseiam nos pressupostos teóricos de dois métodos, a saber, o método comparativo e o da reconstrução interna (HOCKETT, 1971; CROWLEY; BOWERN, 2010). A escolha de um ou de outro método tem a ver com a situação linguística da língua observada, a disponibilidade de dados e, ainda, com os objetivos da investigação.

O método comparativo é considerado como o mais operativo para se chegar à pré-história linguística. Ele aplica-se nos casos em que duas ou mais línguas distintas estão ou parecem estar relacionadas entre si. Quando não se tem certeza do parentesco correspondente, a aplicação do método comparativo nos permite confirmá-lo ou rejeitá-lo (HOCKETT, 1971). Além disso, o método comparativo, ao ser aplicado a várias línguas,

nos permite ter uma imagem da língua ancestral e nos mostrar, de certa forma, a pré-história individual das línguas que estão sendo comparadas, chegando a uma época que seria da língua comum. Contudo, Crowley e Bown (2010) são cautelosos ao mencionar que:

Infelizmente, o método comparativo de reconstrução linguística não nos permite voltar no tempo que gostaríamos. É difícil colocar datas em mudanças linguísticas para as quais não temos registros escritos. [...] O método comparativo não pode nos levar mais longe no tempo por uma razão simples: porque a linguagem perde gradualmente o vocabulário sobre o tempo, quando elas são separadas por um longo período, elas terão apenas uma parcela muito pequena do vocabulário compartilhado. Para configurar correspondências sonoras sistemáticas entre idiomas, precisamos ter um corpo razoavelmente grande de itens cognatos. Quando o *corpus* de itens compartilhados fica muito pequeno, simplesmente não podemos reconhecer nenhuma correspondência sonora sistemática; de maneira alguma, e sem correspondências sonoras sistemáticas, o método comparativo se torna completamente impraticável. (CROWLEY; BOWERN, p. 317, tradução nossa)¹

¹ “Unfortunately, the comparative method of linguistic reconstruction does not allow us to go back as far in time as we would like. It is difficult to put dates to linguistic changes for which we do not have written records. [...] The comparative method cannot take us further back in time for a simple reason: because language gradually lose vocabulary over time, when they have been separated for a long period, they will have only a very small proportion of shared vocabulary. To set up systematic sound correspondences between languages, we need to have a reasonably large body of cognate items. When the corpus of shared items gets too small, we simply cannot recognize any systematic sound correspondences, at all, and without systematic sound correspondences, the comparative method becomes completely unworkable” (CROWLEY; BOWERN, p. 317).

Para comparar as palavras de diversas línguas, parte-se do pressuposto de que o signo linguístico é arbitrário (SAUSSURE, 1995 [1916]), daí que, ao se comparar uma lista de palavras de um conjunto de línguas, observa-se que há uma certa semelhança sistemática entre a forma e conteúdo dessas palavras. Conclui-se, então, que esse fato não seria o produto de uma mera coincidência, e, assim, levanta-se a hipótese de que essas línguas têm alguma relação de parentesco entre elas. Por outro lado, se essa observação inicial de parentesco filogenético não for tão evidente, a aplicação do método comparativo auxilia-nos na confirmação ou descarte da hipótese do parentesco. Além disso, ao comparar duas ou mais línguas, o método comparativo é capaz de nos mostrar um reflexo da língua predecessora, possibilitando, dessa maneira, uma visão panorâmica de pré-história de cada uma das línguas comparadas, bem como o reconhecimento sobre os diferentes graus de parentesco existentes entre elas. Exemplos típicos de aplicação desse método às línguas ameríndias são os trabalhos desenvolvidos pelos linguistas Rodrigues (1984/1985), para as línguas da família tupí-guaraní; Constenla Umaña (1991), para as línguas da área intermédia; e Torero (2002) e Parker (2013), para as línguas da área andina.

O segundo método trata da reconstrução interna. Diferentemente do método comparativo, a reconstrução interna é uma prática empregada com o objetivo de reconstruir formas ancestrais ou protoformas considerando as evidências no interior de uma mesma língua, fato que se diferencia do método comparativo, o qual reconstrói as protoformas com base nas evidências comparativas de várias línguas ou dialetos (CROWLEY; BOWERN, 2010, p. 121). A reconstrução interna aplica-se aos dados linguísticos descritivos dos quais se dispõe sobre uma língua dentro de uma determinada fase de sua evolução, um exemplo são os estudos feitos sobre Português arcaico, Português clássico ou Português contemporâneo.

Nesse sentido, por meio do método de reconstrução interna, é possível estipular o estágio anterior de uma mesma língua, ou seja, identificar a provável *pré-língua*, diferente da *protolíngua* que é deduzida a partir da aplicação do método comparativo.

Como dito anteriormente, a situação linguística das línguas, bem como o estado de seus dados obtidos pelos pesquisadores e seus objetivos de pesquisa, dita qual dos dois métodos citados seria mais apropriado para o tratamento delas nesse tipo de investigação. Assim, argumenta Constenla Umaña (2000) que a aplicação do método comparativo ou do método de reconstrução interna está sujeita a duas condições básicas:

- i). Se temos dados de várias línguas, aparentadas de acordo com o diagnóstico feito pelo método comparativo, podemos aplicar esse mesmo método para reconstruir uma protolíngua.
- ii). Se temos dados de alternâncias morfofonêmicas não supletivas e recorrentes, podemos aplicar o método de reconstrução interna para reconstruir uma pré-língua (CONSTENLA UMAÑA, 2000, p. 162, tradução nossa)².

Tendo tratado brevemente desses dois métodos mobilizados nos estudos diacrônicos, passemos a uma apresentação do que pretendemos fazer neste trabalho. O capítulo é composto de três seções principais: na seção 2, abordamos brevemente as propostas teóricas desenvolvidas por Constenla Umaña (2000), sobre o método reconstutivo sincrônico e sua aplicação aos estudos de línguas já extintas; na seção 3, trazemos

² “i). Si tenemos datos de varias lenguas, emparentadas de acuerdo con el diagnóstico hecho por el método comparativo, podemos aplicar este mismo método para reconstruir una protolengua.

ii). Si tenemos datos de alternancias morfofonemáticas no supletivas y recurrentes, podemos aplicar el método de reconstrucción interna para reconstruir una prelengua” (CONSTENLA UMAÑA, 2000, p.162).

informações iniciais sobre as línguas arawak do Xingu, informações essas que já foram levantadas e difundidas por Steinen (1894 [1940]); a seção 4 está dedicada à discussão e análise dos dados linguísticos e à representação grafêmica dos segmentos, considerando suas possíveis interpretações fonético-fonológicas da língua kustenau. Fechamos o nosso texto como as conclusões e as referências que nortearam a análise.

2 A restituição como método adicional de reconstrução de línguas

Os dois métodos concisamente descritos na introdução, junto com a geografia linguística, a dialetologia e a glotocronologia, são considerados na linguística histórico-comparativa como métodos indiretos da pré-história linguística, pois fazem referência a períodos que não contam com documentação escrita, diferentemente do método direto que se fundamenta em documentos escritos. Como afirma Hockett (1971), na falta de documentos escritos, é necessário recorrer aos métodos indiretos, pois esses são os únicos recursos que dispomos para reconstruir o passado das línguas.

É nesse contexto que o saudoso linguista costarriquense Adolfo Constenla Umaña (2000) traz uma contribuição importante aos estudos de línguas ameríndias extintas, mas que, de alguma forma, contam com materiais escritos e transcritos inicialmente com base nas grafias de uma determinada língua indo-europeia, sobretudo o Espanhol e o Português, ou outras, tais como o Francês, o Alemão e o Inglês. Essa forma de escrita das línguas ameríndias dependia, sobretudo, da língua materna de quem coletava os dados da língua indígena e, mais do que isso, para uma interpretação relevante dos sons e posterior registro escrito deles, era preciso que o estudioso fosse capaz de identificar distinções que muitas vezes podiam ser imperceptíveis, por não representarem distinção em sua

língua materna ou por não haver grafema correspondente no alfabeto utilizado para a conseqüente representação. Nesse sentido, alguns dos dados necessários para um estudo deste tipo podem ser fruto de distorções ou alterações que não resultam da evolução linguística, mas, sim, das limitações dos transcritores (CONSTENLA UMAÑA, 2000, p. 163).

De acordo com Constenla Umaña (2000), esses materiais são dados tipicamente resultantes de “análises pobres” (GLEASON, 1985) da fonologia das línguas. Essas análises se caracterizam como pronúncias impressionistas, já que expressam uma falsa equivalência entre os grafemas de uma língua europeia e os fonemas de uma língua indígena, além da incapacidade de representar determinadas características articulatórias dos sons ou, em outras ocasiões, por omitirem determinados traços considerados como de difícil distinção ou pela baixa frequência de uso desses traços na língua-alvo (CONSTENLA UMAÑA, 2000, p. 163). Entretanto, essas transcrições assistemáticas, assim denominadas pelo autor, muitas vezes, são os únicos documentos disponíveis de uma língua que já não é mais falada, seja porque ela foi extinta, ou porque o povo que falava a língua materna foi assimilado por outra sociedade, como é o caso do Kustenau (Arawak), uma língua indígena da região do Xingu, atualmente extinta.

Para casos como o que acabamos de mencionar, Constenla Umaña (2000) propôs o método *Linguístico Reconstutivo Sincrônico*, acrescentando, então, à ciência linguística, outra opção de análise desse tipo de dado, além dos métodos tradicionais de reconstrução de línguas já desenvolvidos no campo da Linguística Histórica. Para a aplicação do método, é necessário, basicamente, organizar os dados disponíveis de acordo com as seguintes etapas: i) sistematização do léxico disponível; e ii) interpretação e análise das representações grafêmicas.

Na sistematização do léxico, se procura comparar as diversas formas de escrita para, dessa maneira, interpretar os possíveis valores fonéticos

dos grafemas usados na escrita das palavras. Nessa fase, como destaca o proponente do método, é imperativo “reunir todos os materiais lexicais disponíveis da língua na forma de um léxico organizado a partir da língua em que o estudo é conduzido” (CONSTENLA UMAÑA, 2000, p. 165, tradução nossa)³. No que se refere à interpretação e análise dos grafemas, o autor descreve vários processos, entre eles, três podem ser considerados os mais importantes (conferir síntese do percurso a seguir na aplicação do método, em Constenla Umaña, 2000, p. 175-176):

- i) Determinar o sistema de escrita empregado: no caso específico da América do Sul, a representação grafemática das línguas indígenas está baseada, particularmente, nos grafemas dos alfabetos do Português e do Espanhol e, em alguns casos, nos grafemas da língua materna do estudioso que documentou a língua;
- ii) Verificar a época em que se coletaram os materiais: de acordo com Constenla Umaña (2000), é importante considerar a época em que os dados a ser analisados foram coletados, por exemplo, séculos XVI, XVII, XVIII; e
- iii) Estabelecer comparação das transcrições: é importante considerar este processo, pois um grafema usado na escrita dos dados poderia estar representando dois ou mais valores fonéticos de um determinado segmento da língua-alvo.

Por outro lado, o método reconstrutivo sincrônico, concebido por Constenla Umaña (2000), retoma, a partir de Gleason (1985), dois casos típicos de desvio nas transcrições preliminares de dados de línguas indígenas, coletados, a princípio, por missionários no período colonial

³ “reunir todos los materiales léxicos disponibles de la lengua en la forma de un léxico organizado a partir de la lengua en la que se realiza el estudio” (CONSTENLA UMAÑA, 2000, p.165).

e, posteriormente, por geógrafos, naturalistas, etnólogos, principalmente europeus, “que nas suas pesquisas referentes às suas ciências particulares também se preocuparam com a língua” (CAMARA, 1977, p. 113). Essas duas formas de desvio são a “subdiferenciação”, emprego de um mesmo grafema para transcrever dois ou mais fonemas distintos, ou mesmo para representar a combinação de alofones de dois fonemas diferentes, e a “superdiferenciação” ou diferenciação excessiva, emprego de dois ou mais grafemas distintos para representar duas ou mais variantes de um mesmo fonema, representando geralmente variantes livres ou variantes condicionadas pelo contexto de um determinado fonema (GLEASON, 1985, p. 288). É importante ressaltar que a superdiferenciação não se sobrepõe à subdiferenciação, pois, ainda que a subdiferenciação ocorra, na superdiferenciação o comportamento fonético dos sons é mantido, o que permite uma análise mais próxima ao que de fato a língua apresenta em seu inventário. Por exemplo, a ocorrência dos alofones [s] e [ʃ] do fonema fricativo alveolar do Português do Brasil (PB) poderia ser vista como fonemas diferentes em uma análise superdiferenciada. Em contrapartida, um desvio provocado pela subdiferenciação pode resultar em omissão de distinções significativas e, conseqüentemente, em prejuízo para a análise. Tal seria o caso, por exemplo, de eliminar, em uma transcrição, a oposição fonológica entre os fonemas /b/ e /v/ do PB, como se fossem apenas a realização de um único fonema.

A partir das bases fundamentais do método reconstrutivo sincrônico concebido por Constenla Umaña (2000), apresentamos uma breve análise da representação grafemática dos dados da língua *kustenau* (Arawak) coletados por Steinen (1894 [1940]). Dizemos “bases fundamentais”, pois nossa análise se inspira na proposta de Constenla Umaña (2000), mas diverge um pouco nos procedimentos, tendo em vista que não fazemos comparação entre transcrições diferentes feitas por mais de um autor,

como sugere o estudioso, porém analisamos o Kustenau com base no que dispomos de Steinen (1894 [1940]), único material disponível sobre a língua (conferir próxima seção), bem como nas análises de línguas aparentadas, a saber, Mehinaku e Waurá, as quais contam com descrições mais recentes e/ou podem ser observadas diretamente.

3 Karl von den Steinen e as línguas arawak do Brasil Central

Steinen (1894 [1940]), em sua obra *Entre os aborígenes do Brasil Central*, inclui, em suas descrições etnológicas, informações sobre as línguas que eram faladas na região do Xingu, atualmente, Território Indígena do Xingu, localizado ao norte do estado de Mato Grosso. Na obra supracitada, o autor traz algumas observações linguísticas coletadas durante suas duas visitas feitas à região, em 1884 e 1887. Referindo-se especificamente aos povos arawak (ou aruak), Steinen (1894 [1940], p. 197) afirma que os “Nu-Aruak se dividem em duas sub-tribus: os Nu e os Aruak. ‘Nu-’ é o prefixo dominante dessas tribus, é o prefixo característico pronominal da primeira pessoa [...]. Os Mehinaku, Kustenau, Waurá e Yaulapiti são Nu-Aruak”. Assim, Steinen classificou os Nu-Aruak em Mehinaku, Kustenau, Waurá e Yaulapiti. Dos quatro povos mencionados, o Kustenau já está extinto, e não se encontram outras informações, apenas o que se sabe é que, quando Steinen esteve na região, havia uma aldeia Kustenau. Sobre a língua que esse povo falava, temos apenas um vocabulário de 158 palavras e os nomes dos numerais de 1 a 20 que Steinen conseguiu registrar, e é sobre esse material que nos debruçamos neste capítulo.

Antes de tratarmos especificadamente do tema, vale mencionar que Steinen tratou o Mehinaku, o Waurá e o Kustenau como uma única etnia ou povo e seus respectivos idiomas como variações da mesma língua. Para ele, essas sociedades “constituem também [...] uma única unidade etnológica

[e] podem ser chamadas de povos ceramistas [...]. De fato, o Yaulapiti é uma língua muito semelhante, assim se percebe, claramente, que esta se trata de uma língua do grupo Nu-Arawak” (STEINEN, 1894 [1940]), p. 198). Rodrigues (1986, p. 68-69) praticamente confirma as observações feitas por Steinen, pois, segundo o linguista, as línguas mehinaku, waurá e yawalapiti “têm características em comum, mas a língua Yawalapiti diverge um pouco mais das outras duas, que essas entre si”. Posteriormente, Seki (1999) afirma que o Waurá e o Mehinaku são dialetos de uma mesma língua. Para a pesquisadora, o Yawalapiti partilha 80% do vocabulário básico com Waurá-Mehinaku, porém com uma gramática bastante diferente, “portanto, não há inteligibilidade mútua, e o Yawalapiti tem que ser considerado uma outra língua” (SEKI, 1999, p. 419, tradução nossa)⁴.

Em razão do compartilhamento de cultura e, mais especificadamente, dos semelhantes traços linguísticos que se podem observar nessas línguas, é que, neste trabalho, nos valem de uma aproximação dos dados de versões atuais das línguas aparentadas, são elas, Mehinaku e Waurá, para a interpretação dos registros grafados por Steinen (1894 [1940]).

4 Representação grafemática da língua kustenau

De acordo com Corbera Mori (2007), a lista de vocabulários que aparece como apêndice na obra de Steinen (1894 [1940], p. 661-691) inclui palavras das classes de substantivos, pronomes pessoais de primeira e segunda pessoa, nomes, numerais e cores, além de uma partícula que indica negação.

Para a representação grafemática dos segmentos, Steinen recorreu ao uso dos grafemas do alfabeto latino, estabelecendo algumas equivalências com os valores fonéticos das grafias de línguas europeias, como o Alemão,

⁴ “so there is no mutual intelligibility and Yawalapiti has to be considered a separate language” (SEKI, 1999, p. 419).

o Francês e o Inglês. Essa prática de representação dos sons das línguas indígenas é, como menciona Constenla Umaña (2000, p. 163, tradução nossa⁵),

bem abundante na América, dados de línguas de sociedades ágrafas transcritos por meio de alguma versão do alfabeto latino (a) com anterioridade ao desenvolvimento da linguística sincrônica estrutural no século XX, ou (b) durante esse século, porém, à margem dela.

Esta forma de descobrir os sons das línguas, como afirma o autor citado, revela a pronúncia fonética dos segmentos fazendo referências impressionistas ao valor dos grafemas em outras línguas, mostrando, dessa maneira, que há certa incapacidade para caracterizar determinadas articulações ou, ainda, que se ignoram determinados traços sob o pretexto de sua difícil distinção ou presumida baixa frequência de uso (CONSTENLA UMAÑA, 2000).

Para a análise das palavras do Kustenau, são pertinentes as seguintes grafias e seus respectivos valores fonéticos:

y como em *York*, *χ*, som gutural correspondente ao *ch* do alemão, formado na parte média do céu da boca; *ʃ* equivale ao *ch* do francês; *s* equivale ao *ç* francês; *z* equivale ao *z* do francês; *ʒ* soa como o *th* do inglês (STEINEN, 1894 [1940], p. 662).

Steinen também faz referência ao uso do til (~) para assinalar a nasalização das vogais, mas, no caso da língua kustenau, não encontramos nenhuma vogal com a marca referida. Em relação à representação do

⁵ “bien abundante en América, de datos de lenguas de sociedades ágrafas transcritos por medio de alguna versión del alfabeto latino (a) con anterioridad al desarrollo en el siglo XX de la lingüística sincrónica a partir del estructuralismo o (b) durante dicho siglo, pero al margen de ella” (CONSTENLA UMAÑA, 2000, p. 163).

acento no Kustenau, Steinen menciona que, nos casos em que ele não é indicado, ocorre na penúltima sílaba da palavra.

4.1 Representação grafemática das vogais

A representação escrita das vogais segue essencialmente os grafemas que ocorrem na ortografia do Português brasileiro: <i>, <u>, <e> e <o>. Apenas duas letras aparecem com diacríticos, <ä> e <ö>, as quais possivelmente fazem referência à emissão fonética das vogais [ɛ] e [i], respectivamente⁶. O Diagrama 1 mostra a grafia das vogais:

(1)

Diagrama 1: Grafia das vogais

<i>	<u>		
<e>	<o>	<ö>	
<a>	<ä>		

Os grafemas <i>, <e>, <u> e <a> não representam nenhum problema de interpretação, pois se assemelham muito ao que ocorre na emissão fonética das vogais do Português falado no Brasil. Nos seguintes dados⁷, podemos observar a escrita de palavras com a presença dessas vogais e fazer uma comparação com as suas correspondentes cognatas nas línguas mehinaku e waurá, próximas ao Kustenau:

⁶ Steinen era falante nativo do alemão. Sabe-se que, na língua alemã, a letra <ä> representa o fonema /ɛ/.

⁷ É válido destacar que há uma diferença na transcrição dos dados analisados neste trabalho. Para a língua Kustenau, trazemos os dados transcritos de acordo com os registros de Steinen (1894 [1940]). Já, para os dados do Waurá, foram mantidas as representações baseadas no sistema de Pike, conforme usado por Jackson e Richards (1966). Para a língua Mehinaku, empregaram-se os símbolos do IPA, pois não foi seguida por Angel Corbera Mori (coautor deste capítulo) a representação Pikeana de transcrição fonética.

Diversidade linguística na América: línguas ameríndias (v. 1)

(2)			<i>	
	<i>Kustenau</i>	<i>Mehinaku</i> ⁸	<i>Waurá</i> ⁹	<i>Glosas</i>
	nunéi	ně'ĩ	-nei	'língua'
	nuhite	nũ'hĩ	-hĩ-ti	'mamilo'
	itsá	'itsa	itsa	'canoa'
			<e>	
	nutévoe	'tewe-i	i-tsewe	'dente'
	enira	e'nişa	eniža	'homem'
	etene	e'tene	etene	'remo'
			<u>	
	tíneru	ti-'neşu	ti-nežu	'mulher'
	uléi	u'leitsi	ulei	'mandioca'
	ayupe	a'jupe	ayu-pe	'algodão'
			<a>	
	napi	na'pi	napi	'osso'
	atú	a'tu	atu	'avô'
	mamá	ma'mã	mama	'mãe'

O uso dos grafemas <o> e <ö> na língua kustenau foi registrado por Steinen nas seguintes palavras:

(3a)			<o>	
	nukiriako	'narinas'	nutuló	'orelha'
	nuiriko	'mão'	one	'água'
	zakalo	'papagaio'	amunao	'cacique'

⁸ As palavras no Mehinaku são dados coletados por Angel Corbera Mori (coautor deste capítulo).

⁹ A lista de palavras do Waurá foi extraída de Jackson e Richards (1996) e Richards (2015) publicada no *Intercontinental Dictionary Series. Language: Waura*.

<ö>

(3b) pahö ‘macaco’ köka ‘tabaco’

Considerando as palavras cognatas das línguas mehinaku e waurá que temos registradas, conforme exemplos em (4), é possível perceber que, na escrita dos dados em (3a), há uma supradiferenciação entre as vogais <u> e <o>. Essas palavras do Kustenuau citadas em (3a) contendo a vogal <o> são produzidas pelos falantes mehinaku e waurá atuais sempre com a vogal posterior alta fechada [u], como se vê em (4):

(4)	<i>Mehinaku</i>	<i>Waurá</i>	<i>Glosas</i>
	i’kiri-nã:ku	-kitsi-yāku	‘narinas’
	tu’lũ-ĩ	-tu’lũ	‘orelha’
	nũwi’şikū	-wişikū	‘mão’
	‘uni	uni	‘água’
	şa’kalu	sakalu	‘papagaio’
	amũ’nãũ	amunau	‘cacique’

A letra <ö> foi identificada apenas nas palavras citadas em (3b). Tudo indica, então, que ela foi usada para representar a vogal alta central [ɨ]. Essa interpretação é plausível, uma vez que os cognatos dessas palavras nas línguas mehinaku e waurá contêm essa vogal central. Vejamos os exemplos subsequentes:

(5)	<i>Mehinaku</i>	<i>Waurá</i>	<i>Glosas</i>
	‘pa:hi	pahi	‘macaco’
	hĩ:ka	hi:ka	‘cigarro, tabaco’

Por fim, a letra <ä> foi encontrada na escrita das palavras *utäze* ‘pá para virar biju’, *uläpe* ‘beiju’, *täme* ‘anta’ e *ärze* ‘preto’. Essa vogal parece estar relacionada à vogal anterior média aberta [ɛ], que no Mehinaku

e no Waurá atuais, é uma variante livre da vogal média fechada /e/. No Mehinaku, por exemplo, ‘beiju’ pode ser emitido como [u'le:pe'] ~ [u'le:pe'], e ‘anta’, como ['te:me] ~ ['tɛ:me].

4.2 Representações grafemática das consoantes

Apesar de a lista de palavras apresentada por Steinen (1894 [1940], p. 669-671) ser muito restrita, é possível identificar os grafemas que identificam os possíveis fonemas consonânticos da língua kustenau na época em que o autor coletou as palavras. No seguinte diagrama, apresentamos as grafias identificadas:

(6)

Diagrama 2: Grafia das consoantes

<p>	<t>	<k>	
			
<m>	<n>		
	<s>	<h>	
<v>	<θ>	<z>	<rz>
		<ts>/<tz>	<tš>
		<r>	
		<l>	
			<y>

Fonte: STEINEN (1894 [1940]).

4.2.1 Grafias consonânticas <p>, <t>, <k>

Os grafemas <p>, <t> e <k> univocamente representam os fonemas plosivos desvozeados nos pontos labial, dentoalveolar e velar, respectivamente.

Os itens, a seguir, são exemplos que mostram a presença dessas consoantes no inventário do Kustenau:

- (7) nuputi ‘coxa’ atú ‘avô’ keri ‘lua’
 piuá ‘ralador’ ateui ‘cabeça’ nuiriko ‘mão’
 nupatatá ‘unha’ intai ‘arco’ maiki ‘milho’

O grafema foi identificado apenas na palavra *pebulu* ‘palmeira bocaiuva’. Esse dado nos permite a interpretação de que há uma sonorização opcional do segmento oclusivo bilabial [p] em posição intervocálica. De fato, nas línguas mehinaku e waurá, *pebulu*, foneticamente, ocorre como [pu'pulu]. Ademais, é sabido, pela descrição de Jackson e Richards (1996), que no Waurá o fonema /p/ pode variar com sua correspondente vozeada tanto em posição inicial quanto em posição interna de palavra.

4.2.2 Grafias consonânticas <m>, <n>

Os grafemas <m> e <n> são usados para representar, indubitavelmente, os fonemas nasais primários nos pontos labial e dentoalveolar, respectivamente, como se pode verificar nos seguintes dados:

- (8) mepiama ‘dois’ nato ‘eu’
 numái ‘pele’ tineru ‘mulher’
 amunao ‘cacique’ nisere ‘irmão mais jovem’

4.2.3 Grafias consonânticas <s>, <h>

A consoante <s> foi encontrada apenas nas palavras *nisere* ‘irmão mais novo/primo’ e *kisua* ‘branco’. Aparentemente, o fonema /s/ sofre vozeamento, pois a palavra para ‘irmã’ foi registrada por Steinen (1894 [1940], p. 670) como *nizeru*. Um fato importante que se observa no Waurá é que

as glosas ‘irmão mais novo/primo’ e ‘irmã’ ocorrem foneticamente como [nisezĩ] e [nisezu], respectivamente, já a palavra para ‘branco’ se realiza como [kisuwa].

O grafema <h> que corresponde ao fonema fricativo glotal /h/ foi registrado como tal em todos os casos, como se comprova pelos seguintes dados:

(9)	nuy hi á	‘cílios’	héu	‘sal’
	p ah ö	‘macaco’	uhú	‘batata-doce’
	hemirzá	‘vermelho’	n u hi-te	‘mamilo’

4.2.4 As grafias <v>, <ʒ>, <z>

A consoante <v> foi registrada apenas na palavra *nutévoe* ‘dente’, sua correspondente cognata no Mehinaku e no Waurá é [təwei] e [i'tsewe], respectivamente. Por meio da análise dos cognatos dessas duas línguas, concluímos que <v> foi usada para representar o fonema aproximante labiovelar /w/.

Da mesma forma, o grafema <ʒ> foi registrado na escrita das palavras *nuʒinepu* ‘ombro’, *uʒikuí* ‘mingau’, cujos cognatos equivalentes na língua Waurá atual são [nusenepu] ‘ombro’ e [usitʃui] ~ [uzi'tʃui] ‘mingau’. Isso nos mostra que <ʒ> possivelmente foi usado para representar uma variação do fonema fricativo desvozeado /s/.

O grafema <z> usado por Steinen foi encontrado nas palavras subsequentes do Kustenau:

(10)	en iz a	‘homem’	ut äz e	‘pá para virar beiju’
	zapal akú	‘uluri’	zak al o	‘papagaio’
	pau uz ikú	‘um’	nuk iz api	‘bigode’
	nuan az ataku	‘antebraço’		

Pelos dados que nos foi possível coletar da língua waurá, podemos assumir que, nesse caso, Steinen produziu uma subdiferenciação, ao representar com o grafema <z> a emissão fonética dos fonemas atuais /s/ e /z/ que possivelmente também ocorriam no Kustenau. Na língua waurá, as palavras citadas em (10) têm a seguinte transcrição fonética:

- (11) [eniʒa] ‘homem’ [sapalaku] ‘uluri’
[pawãʒuku] ‘um’ [sakalu] ‘papagaio’
[wanaʒatakui] ‘antebraço’ [nukizapi] ‘lábio’

4.2.5 As grafias <r>, <l>, <y>

Esses três grafemas correspondem univocamente às representações dos fonemas aproximantes centrais, o tepe alveolar /r/ <r> e a palatal /j/ <y>, e da aproximante lateral /l/ <l>. Na sequência, apresentamos exemplos desses dados:

- (12) nukiri ‘nariz’ nutuló ‘orelha’ yatoma ‘pajé’
enira ‘homem’ uléi ‘mandioca’ yutá ‘veado’
nizeru ‘irmã’ makula ‘pote médio’ yenati ‘bambu’

Um fato importante observável nas línguas mehinaku e waurá é que o grafema <r>, usado por Steinen na escrita do Kustenau, atualmente ocorre, na maioria dos casos, como a fricativa retroflexa desvozeada [ʂ], no Mehinaku, e como a fricativa retroflexa vozeada [ʐ], no Waurá, como se pode observar abaixo:

(13)	<i>Kustenau</i>	<i>Mehinaku</i>	<i>Waurá</i>	<i>Glosas</i>
	enira	e'niša	e'niza	'homem'
	keri	'ke:ʂi	'keʒi	'lua'
	tineru	tí'neʂu	tí'nezu	'mulher'

4.2.6 As grafias <ts>/<tz>, <tš>

Não há ambiguidade no que se refere à interpretação dos dígrafos <ts> e <tš>. Em todas as palavras em que foram representados, esses dígrafos fazem referência aos fonemas africados: consoante africada alveolar /tʂ/ <ts> e consoante pós-alveolar /tʃ/ <tš>. O dígrafo <tz> foi registrado apenas na partícula de negação *aitzá* 'não', o que, na prática, seria uma supradiferenciação da consoante africada /tʂ/. Os dados listados em (14) exemplificam os usos do dígrafo <ts> e <tš>:

(14)	nukitsapa	'pé'	nutsitšsu	'barriga'
	nukitsíu	'dedos do pé'	tséi	'fogo'
	pitsu	'você'	munotsi	'máscara'

Paralelamente a esses dígrafos mencionados, Steinen (1894 [1940]) também recorreu ao uso de um quarto, o qual era a combinação das letras <r> e <z>, como nas palavras seguintes do Kustenau:

(15)	kurzima	'pássaro japu'	hemirzá	'vermelho'
------	---------	----------------	---------	------------

É possível que Steinen tenha usado o dígrafo <rz> na tentativa de representar um som que, para o ouvido europeu, resultava estranho, pois, pelas palavras cognatas existentes nas línguas mehinaku e waurá, esse dígrafo equivaleria aos fonemas pós-alveolares [ʂ] ou [ʒ]. Isso pode ser observado nos exemplos trazidos a seguir:

(16)	<i>Mehinaku</i>	<i>Waurá</i>	<i>Glosas</i>
	kuʃima	ku'zima	'pássaro japu'
	mĩhĩsa	mĩ'hiza	'vermelho'

5 Conclusão

O trabalho mostra a aplicação e relevância do método reconstrutivo sincrônico na análise de registros linguísticos, tanto dos que foram feitos no período colonial, como daqueles feitos por viajantes ou por pessoas sem formação linguística. Ainda que considerados estudos assistemáticos, preliminares ou não profissionais, é preciso enaltecer esses tipos de documentos, pois, muitas vezes, são tudo o que resta de algumas línguas e que pode ser usado na comprovação ou refutação de hipóteses.

Nesse sentido, vale destacar a importância do trabalho de Steinen na documentação de uma língua extinta, pois, não fosse o registro feito por ele, não poderíamos fazer investigações no presente. Além do providencial registro, foi possível notar que o pesquisador teve uma percepção apurada dos sons do Kustenau, já que, na comparação de dados atuais das línguas-irmãs, Mehinaku e Waurá, verificam-se traços fonéticos comuns.

Pela observação dos dados, ainda que restritos, é possível concluir também que os fonemas da língua kustenau são parecidos, de fato, com os do Mehinaku e do Waurá atuais. Contudo, assumimos que o Kustenau era uma “variante” mais próxima do Waurá, o que nos leva a supor que os Kustenau se juntaram aos Waurá, partilhando ainda mais intimamente sua língua e cultura.

Baseados na exploração dos dados feita neste estudo, reproduzimos, a seguir, o inventário de fonemas do Kustenau: i) fonemas vocálicos: /i, e, i, u, a/; e ii) fonemas consonânticos: /p, t, k, m, n, s, z, h, ts, tʃ, r, l, w, j/.¹⁰

¹⁰ Para a representação final dos possíveis fonemas da língua kustenau, usamos os símbolos fonéticos do IPA.

Referências

CAMARA JR., Joaquim M. **Introdução às línguas indígenas brasileiras**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

CONSTENLA UMAÑA, Adolfo. **Las lenguas del área intermedia: introducción a su estudio areal**. San José de Costa Rica: Editorial de la Universidad de Costa Rica, 1991.

CONSTENLA UMAÑA, Adolfo. La restitución: un método lingüístico reconstructivo sincrónico. **Filología y Lingüística**, Costa Rica, v. 26, n. 2, p. 161-180, 2000.

CORBERA MORI, Angel. Correspondencias entre grafemas y segmentos en los vocabularios waurá y mehinaku de Steinen (1866 [1940]). **Baciyelmo: Letras. Imágenes. Creación.**, Caracas, n. 2, p.78-96, 2007.

CROWLEY, Terry; BOWERN, Claire. **An introduction to historical linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

GLEASON, Henry A. Jr. **Introdução à linguística descritiva**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

HOCKETT, Charles F. **Curso de lingüística moderna**. Buenos Aires: EUDEBA, 1971.

JACKSON, Evelyn; RICHARDS, Joan. **Waurá tentative phonemic statement**. [Arquivo Lingüístico 104]. Brasília: SIL, 1966.

PARKER, Gary J. **Trabajos de lingüística histórica quechua**. Lima: Fondo editorial PUCP, 2013.

RICHARDS, Joan. Waurá dictionary. *In*: KEY, Mary R.; COMRIE, Bernard (Eds.). **The Intercontinental Dictionary Series**. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2015. Disponível em: <http://ids.clld.org/contributions/267>. Acesso em: 2 fev. 2020.

RODRIGUES, Aryon D. Relações internas na família linguística Tupi-Guarani. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 27/28, p. 33-53, 1984/1985.

RODRIGUES, Aryon D. **Línguas Brasileiras:** para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral.** São Paulo: Cultrix, 1995 [1916].

SEKI, Lucy. The Upper Xingu as an incipient linguistic area. *In:* DIXON, Robert M. W.; AIKHENVALD, Alexandra Y. (Ed.). **The Amazonian languages.** Cambridge: Cambridge University Press, 1999. Cap. 15, p. 416-430.

STEINEN, Karl von de. **Entre os aborígenes do Brasil Central.** São Paulo: Departamento de Cultura, 1894 [1940].

TORERO, Alfredo. **Idiomas de los Andes: Lingüística e Historia.** Lima: IFEA/Editorial Horizonte, 2002.

Apêndice

Léxico Kustenau e Waurá a partir de Karl von den Steinen (1894 [1940]).
Entre os aborígenes do Brasil Central. São Paulo: Departamento de Cultura.
 p. 669-671.¹¹

Português	Kustenau	Waurá	Mehinaku ¹²
língua	nunéi	nunéi, pinyéi ¹³	ně'ĩ
dente	nutévoe	nitseve, pitseve	'təwei
boca	nukanati	nukirapi	kana'ti
lábio	nukirapi		kɨʂa'pi
nariz	nukiri	nukidzi	ki'ri
narina	nukiriako		kirɨnã:ku'i
olho	nutitái	nutitái, purzitái	ut'i'tai
orelha	nutuló	nutulú, pitsulu	tulũ'ĩ
orifício da orelha	nutulunaku	nutulunago	tulũnaku'i
cabeça	núteni, atéui	nuteurzata	tí'wi
fronte	nutuhipiu	nutuetyu	hěkira'i
cabelo da cabeça	nuteukai	nuteve	nũ-tiu'ka:hi
tonsura ¹⁴	eheržeke	eheržeke	tsekeye'teri

¹¹ Os dados trazidos neste apêndice seguem uma disposição baseada em campos semânticos. Cabe salientar ainda que não foram feitas modificações nas glosas, ou seja, elas foram reproduzidas tal qual Steinen (1894 [1940]) o faz.

¹² Os dados do Kustenau e do Waurá são uma reprodução do vocabulário que aparece nos apêndices do livro de Karl von den Steinen (1894 [1940], p.669-671), *Entre os aborígenes do Brasil Central*. Os dados do Mehinaku foram coletados por Angel Corbera Mori junto aos falantes desta língua.

¹³ Esse dado e outros que ocorrem como duas palavras foram reproduzidos tal como aparecem citados na obra de Steinen.

¹⁴ Corte tradicional de forma arredondada do cabelo dos povos do Alto Xingu.

Diversidade linguística na América: línguas ameríndias (v. 1)

sobrancelhas	nuyuhimiepé	nuzuhemiepé, nužiepé	nu-juhija'mepe
cílios	nuyuhiá	nuziá	juhi'jai
bigode	nukizapi	numapi	pulanu'mãĩ
barba do queixo	nupulanuma, nunumatakapi	nupulanumá	pulanu'mãĩ
pescoço	nupiu	nupiute	nũ-'pĩũ
nuca	nupiúte	nupununaku	pununaku'i
garganta	nualalá, nupiunaku	nuhalu(n)te	nũ-piu'na:ku
peito	nupanatako	nupanataku	nũ-pana'ta:ku
mamilo ♀	nuhite	nuhé	nũ-'hĩ
mamilo ♂		ziya, zi(n)ya	i-hĩnu'mati
dorso	nutanaka		tana'kai
barriga	nutšitšu, nukavatái	nutsitsu, nutsityu	n-i'ŋiŋũ, hapa'jai
umbigo	nutukuna	nutukunate	tukuna'ti
pênis	núpei	nupeze	i'tsi, i'ti
escroto	nehulu	nukuntapa	kũjũ ^a ta'pai
genitália ♀	eti	etinabu, piureti	itsi'napu, iti'napu
ânus		nizityáu	iŋũ'ti
ombro	nuŋinepu		hulũ ^a ta'pai
braço	nuaná	nuana, piyana	wanã'ĩ
cotovelo	nuatipulu	nuanhemidyá	wanatipulu'wi
antebraço, face posterior	nukanutapa		nu-wanata'taku
antebraço, face anterior	nuanazataku		nu-wana'penu

Diversidade linguística na América: línguas ameríndias (v. 1)

mão	nuiriko	nukapi, nukabü	nũ-wi'şiku
palma da mão	nukakitfui	nurzikutago	nũ-wişiku'na:pĩ
dorso da mão	nukanutapa	nukanutaba	nũ-kapĩ'penu
dedo	nukapitú	nukaoi tinyemidyá, nukapitúi	kapiti'wi
unha do dedo	nupatatá	nuhupárata	hupata'tai
coxa	nuputi	nupute	pu'ti
joelho	nikietu	nikyetu	ʃʃetu'i
tíbia		nunabü	katiki'ri
perna	nukati	nukate, pitsyati	ka'ti
calcanhar	nutipulu	nutipulu	tipulu'i
pé	nukitsapa	nukizapa, nikiθapa	kitsa'pai
dorso do pé	nukitsapa		kitsa'napi
sola	nukitsapatako	nukirzapatagu	kitsapataku'i
artelho	nukitsíuí	nuparáta, nuhuparáta	ipialã ⁿ ta'pai
unha do artelho		nuhuparáta	hupata'tai
pele	numái	numái, pimiyaí	ma'pi
osso	anapi	inapü	na'pi
sol	kami	kame	'ka:mi
leste		iputuke	je'hĩ ⁿ tsa
meio-dia		katerreka	kamitişişĩ'kã
oeste		itapukén, yeipiéne	je'piene
lua	keri	keži, keri	'ke:şi
estrela	kalute	kalunte, kalonte	ka'lũ ⁿ tĩ

Diversidade linguística na América: línguas ameríndias (v. 1)

dia		muyakale	iju'kaka
noite		mutivaka	je'jawa
céu	enutaku	enunako	enũ'na:ku, enũ'ta:ku
nuvem	one		'je:pe
chuva	one	une	'uni, enuwi'tsaja
arco-íris		iyäpe	a'napi
trovoada		enutsítya	enu'fjɨʃa
vento		izimia	i'hĩjã
fumaça		simialái	hĩmia'lai
fogo	tséi	itséi	i'tsei
sal	héu	ichüve	i'hiu
água	one	une	'uni
pedra		tepá	'ti:pa
terra		kahiti, keháté	'kēhi
argila branca		epitsitsi	'weiki
argila para cerâmica		kamalu	ka'malu
pai	papá	papaítsu	pa'pa
mãe	māma, mamá	mamá iitsu	ma'mã
filha		niʒupalu	nitsu'palu
criança	nutái	nutái, hauka tái	jamu'kũhĩ
avô	atú	batukuzi	a'tu
avó	atší	atsiru	a'tsi
irmão da mãe	uá	uá	u'a, u'wa
irmão mais velho	ezotapi	utapüri, itapüri	nuta'piʃi
irmão mais novo, primo	nisere	uyú, tsalái	nu'tanũ'le

Diversidade linguística na América: línguas ameríndias (v. 1)

irmã	nizeru	irzeru	nũ'şeşu
homem	enira, eniza	enyáu	e'nişa
mulher	tineru	teneru, tenezu	tí'neşu
menino		enira tái	enişa'tái
menina		tineru tái	tineşu'tái
cacique	amunao	amunao	amũ'nãũ
médico-feiticeiro	yatoma	yatuma	ipianawe'kehi
forasteiro	karáipa	karáipa	kaşa'ipa
arco	intai	itái	ĩ'n'tai
flecha	neita	ukú, nukula	u'ku
canoa	itsá	itsá	'itsa
remo	etene	etene	e'tene
nassa ¹⁵		mutu	'mũ:ti
machado de pedra	áp	ápí, apüí	ja'waiti
concha para raspar		ulutapa, ulu tái	wa'lupi
sarjador	piuá	piúa	pi'ja
casa	pae, pai	pae, nupune	'pãĩ
rede	amaká	amaka	a'maka
pano	amakaruti	amakaruto	nãĩ
banco		sepí	şe'pi
pote grande	nukái	nukái	'mãũlu
pote médio	makula	makula	pitsa'puku
pote pequeno	makula tai, nukan ðái		'pitsa'tãĩ

¹⁵ Nassa: artefato de pesca feito de fios entrelaçados usado durante a pesca. Sinom. Covo.

Diversidade linguística na América: línguas ameríndias (v. 1)

madeira para ralar mandioca		imyá	i'mijã
cabaça	mutuku	mutuku	'pitsa
cuia	pitsu	iza	pitsa'tãĩ
pá para virar beijus	utãze	utär-se	ku'te
filtro com malha de peneira		tuapí, tuabi	tu'wapí
cesto		mayapalu	ma'jaku
grelha		yulalalate	julaka'kati
fio de algodão		kuapi	kuja'pi
fuso		tsapa, kuapi-tsapa	kujapi'tfati
pauzinho de fuso		kuapiyati	kuwapi'tsati
pente	palatá	palata, palatanabü	pa'lata
flauta de pau		vatana	wa'tana
cera		kerukakí	mepe'hiŋã
triângulo feminino	zapalakú	zapalaku	ŋapala'ku
tatuagem		izepiula	pihipiu'lã
bracelete de plumas		ituritapa	wanana'ĩ
colar de pedrinhas		uyuizatabi	
flauta	kulutu		ku'luta
guizo para os pés		niŋeyate	'wãjũ, ŋiŋfaka'ti
máscara	muntsí, koahalu	yakuí, koahahalu	jakuiŋã'tu

Diversidade linguística na América: línguas ameríndias (v. 1)

bugio	kapulu	kapulu	ka'pulu
macaco	pahö	pahö	'pa:hi
morcego	alua		a' luwa
onça	yanumaka	yanumaka	janu'maka
capivara		ipiehü	i'piehi
agutí		peköži	pi'kiçi
tamanduá	yuupé	yuupé	'jupe
veado	yutá		ju'ta
anta	täme	täme	'te:me
arara		kazuruti	iṭiṣu'tapa
papagaio	zakalo	zakaló	ša'kalu
japú	kurzima	kuržima	ku'ṣima
jaó		makukaua	maku'kawa
jacú	marlahi	marlahí	ku'jui
mutum		yumú	i'jumu
pato		upí	'upi
caimão	yaká	yaká	ja'ka
iguana		ipiétururža	jamu'lu
tartaruga de rio		ipíu	i'piu
cágado terrestre		marzuzalo, ayue	a'juwe
cobra		uí	'uwi
peixe		kupati	ku'pati
peixe-cão		vapi	'wa:pi
piranha	yakuakumá	yakuakumá	jakuwaku'mã
mereschu	kulupéi	varžai	kulu'pei
raia		yapu	'yapu

Diversidade linguística na América: línguas ameríndias (v. 1)

abelha		mimí	pi'piulu
formiga voadora		heri	
formiga grande		kutá	'kuta
mosquito		eyú	e'sũ ⁿ te
madeira, árvore	áta	ata	'ata
folha	pana	pana	ata'pana
milho	maíki	máiki	'mãiki
mandioca	uléi	mukurá	u'leitsi
mandioca cozida	tepiratí	uléi	uleitsiʃu'ma pu'kati
bebida püserego	nukayá	nukayá	nũ'kaja
bebida pogu	uʃikuí	uzikuí	uʃu'ʃui
beiju	uläpe	uläpe	u'le:pe
inhame	paka	paka	'pa:ka
batata doce	uhú	uhü	'uhu
pimenta	ai	ai	'ai
jatobá		uvati	u'jai
mangave	yetula	yetula	ke'tula
pequi	akani	akái	a'kãĩ
palmeira bacaiuva	pebulu	vepulu	pu'pulu
palmeira buriti		tsaikyú	ka'nala
palmeira tucum		yawala	'wati
tabaco	höká	höká	hĩ'ka
urucum		yúku	'juku
algodão	ayupe	ayupe	a'jupe
cana ubá		ukú	u'ku
capim sapé		ikitsi	i'kiri

Diversidade linguística na América: línguas ameríndias (v. 1)

bambu	yenati		ja 'nati
eu	nato	natu	'natu
tu	ptsü	pitsü	'pitsu
vermelho	hemirzá	muhirža	mĩhĩ' ša
amarelo	ipiula, imi	veruyá, veruyayí	weru'ja
branco	kisúa	kizúa, vuekitží	he:'mi
preto	ärze	ärže, yalaki	jala'ki
azul, verde	pülatirzo, ipiulí	ityualá, yulatiro	ipiu'la
pardo		eruyeyakí	we'ruja 'mutĩ
cinzento	tiuinai		mũ'tĩ
1	pauá	pauá	pa' witsa
2	mepiama	mepiáua	mipi' jama
3	kamaukula	kamaukula	kamaju' kula
4	mepiama auaka	pataikato patapataiyaka	mipijama' waka
5	paua uzikú	pauá urzikú	pa' witsa wiši' kũi
6	papalukaka	pauá taputá	pa' witsa tapu' ta wiši' kũi
7	mepiama taputá	mepiáua taputá	mipi' jama' waka wiši' kũi
8	kamaukulá taputá	kaumaukula taputá	kamaju' kula tapu' ta
9	mepiama auaka taputá	patayaka taputá	mipi' jama' waka tapu' ta
10	paua uzikú taputá	ikumá	ma' mala wiši' kũi
11	pauá taputá nukitsiui		pa' witsa 'ija kitsa' pai

Diversidade linguística na América: línguas ameríndias (v. 1)

12	mepiama taputá nukitsiui		mipi 'jama 'ija kitsa'pai
13	kamuakulá taputá nukitsiui		kamaju 'kula 'ija kitsa'pai
14	mepiama auaka taputá nukitsiu		mipijama 'waka 'ija kitsa'pai
15	ekuma nehimakama		ma'mala kitsa'pai pawitsa'palu
16	papáluka nehimaka		pa'witsa 'ija kitsa'pai
17	mepiama nehimaka		mipi 'jama tapu'ta kitsa'pai
18	kamáukula mehimaka		kamaju 'kula tapu'ta kitsa'pai
19	mepiama auaka nehimaka		mipi 'jama 'waka kitsa'pai
20	kumá mehimaka		ma'mala kitsa'pai
NEGAÇÃO	aitzá	ahitsa	'aitsa

Valores fonéticos das grafias segundo Steinen (1894 [1940], p. 662):

- š equivale ao *ch* francês
- s equivale ao *ç* francês
- z equivale ao *z* francês
- θ soa como *th* inglês

CAPÍTULO 3

CONSTRUÇÕES POSSESSIVAS DO KITHÃULHU E EM OUTRAS LÍNGUAS DA FAMÍLIA NAMBIKWARA

Sivaldo Correia
Doutorando em Letras (UFPE)¹

1 Introdução

As línguas da família nambikwara são agrupadas em 3 ramos: Norte, Sul e Sabanê (ramo sem subdivisão interna). Tipologicamente, possuem alta complexidade morfológica, sendo caracterizadas como línguas polis-sintéticas, com marcação predominantemente do tipo *head-marking* (marcação no núcleo sintático), inclusive para posse.

O presente trabalho objetiva descrever e analisar comparativamente as construções possessivas da língua kithãulhu (pertencente ao ramo Sul, falada por indígenas do Nambikwara do Campo) em relação às demais línguas da família, à luz dos pressupostos teóricos expostos em Payne (1997), Dixon (2010), Stolz (2008), Stassen (2009), Heine (1997), Nichols (1988), Bickel e Nichols (2013), Mithun (1984) e na literatura disponível sobre as línguas Nambikwara: Sararé (BORELLA, 2005), Nambikwara do Sul (KROEKER, 2003), Latundê/Lakondê (TELLES, 2002), Mamaindê (EBERHARD, 2007), Negarotê (BRAGA, 2017), Latundê (COSTA, 2018), Sabanê (ARAÚJO, 2004), bem como nas informações de pesquisas em andamento com línguas do Sul. Serão também brevemente descritas as construções possessivas predicativas do Kithãulhu.

¹ Este trabalho foi realizado com apoio da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

De acordo com Payne (1997), muitas das línguas ameríndias apresentam oposição entre nomes inerentemente possuídos, como partes do corpo e termos de parentesco, e não inerentemente possuídos, envolvendo aspectos culturais relativos aos itens lexicais, reflexo da cosmovisão dos grupos. Serão analisadas as construções possessivas no nível do sintagma nominal (SN), com enfoque no tipo de marcação e sua relação com a (in)alienabilidade em certas classes de nomes. Compararemos, nas línguas dos ramos Norte e Sul, as construções possessivas atributivas e genitivas, buscando uma melhor caracterização da posse. Utilizaremos também critérios sintáticos para verificar a in(alienabilidade) no Kithãulhu, considerando a natureza polissintética da língua e os fenômenos de incorporação nominal.

Os dados da língua kithãulhu foram coletados em pesquisa de campo realizada em 2017, mediante aplicação de questionários, elicitación direta de dados e coleta ou geração de textos, com falantes oriundos das aldeias Barracão Queimado, Doze de Outubro e Nova Estrela (todas localizadas no município de Comodoro, no estado de Mato Grosso – MT), pertencentes a duas faixas etárias (18-30 e 45-60 anos).

As análises sugerem haver oposição básica entre nomes alienáveis e inalienáveis, havendo ainda uma pequena classe de nomes opcionalmente possuídos.

Este texto está composto de: Introdução, sendo que, nas seções 1.1 e 1.2, serão apresentadas as línguas da família nambikwara e sua distribuição geográfica; na seção 2, trataremos da marcação de posse na língua kithãulhu, com nossa proposta de classificação dos nomes; na seção 2.2, apresentaremos a posse na construção equativa; a seção 3 abordará comparativamente os estudos sobre a posse nominal nas línguas da família nambikwara e a questão da in(alienabilidade); na seção 4, apresentaremos a posse na incorporação nominal e como construção predicativa com o verbo *ĩĩn* ‘ter’; e, para concluir, na seção 5, faremos as considerações

finais. As abreviaturas usadas ao longo do capítulo são listadas após as referências bibliográficas.

1.1 A família linguística Nambikwara

Os povos nambikwara são compostos por diversas etnias que compartilham línguas e (ou) complexos dialetais², os quais ainda necessitam de maior mapeamento e descrição em termos gramaticais. Encontram-se em andamento trabalhos de descrição nos níveis de gramática das línguas nambikwara do sul³ (Campo e Guaporé) e de fonologia e prosódia do Sararé⁴ e do Kithãulhu⁵. A família linguística Nambikwara, pela classificação de Eberhard (2007), se divide nos seguintes ramos:

Quadro 1: Família linguística Nambikwara

(continua)

Ramo independente	Ramo Norte		Ramo Sul			
Sabanê	Subgrupo Roosevelt	Subgrupo Guaporé ⁶	Manduca	Campo ou Cerrado	Guaporé	Sararé
	Latundê	Mamaindê	Hukuntesu	Kithãulhu	Hahãintesu	Katitãulhu

² O conceito de complexo dialetal aqui é utilizado para agrupar etnias que falam uma mesma língua ou dialetos que apresentam poucas variações entre si. Ainda não foi possível mapear todas as variedades existentes entre as etnias que habitam as Terras Indígenas nambikwara, cujas línguas ou dialetos pertencem ao ramo Sul da família linguística. Este é um campo fértil para trabalhos de documentação e comparação.

³ A descrição feita por Kroeker (2003) considera o Nambikwara do Sul como uma só língua, havendo variações dialetais entre os grupos. No entanto, os indígenas da região do Cerrado (Terra Indígena Nambikwara) e os do Vale do Guaporé relatam dificuldade de compreensão mútua.

⁴ Fonologia e prosódia da língua sararé da doutoranda Marília Teixeira (UFPE).

⁵ Fonologia e prosódia da língua kithãulhu da doutoranda Paula Mendes Costa (UFPE).

⁶ O subgrupo Guaporé do ramo Norte não se confunde com os falantes de outros grupos do ramo Sul que também habitam a região do Vale do Guaporé. Apesar da proximidade geográfica, há diferenças linguísticas maiores que permitem estabelecer clara divisão entre os ramos Norte e Sul da família nambikwara.

Quadro 1: Família linguística Nambikwara

(conclusão)

Ramo independente	Ramo Norte		Ramo Sul			
Sabanê	Lakondê	Negarotê	Siwaisu	Wakalitesu	Waikisu	
	Tawandê	Tawandê	Nijaklosu	Halotesu	Alantesu	
	Sowaintê			Sawentesu	Wasusu	

Fonte: adaptado de Eberhard (2007).

Das línguas do ramo Norte, atualmente existem Mamaindê, Negarotê, Latundê e Lakondê (um falante). O Tawandê⁷ e o Sowaintê são considerados extintos. Segundo informações dos consultores das etnias Kithãulhu, Halotesu e Wakalitesu, todos esses povos que habitam a TI Nambikwara falam uma mesma língua reconhecida como Nambikwara do Cerrado ou Campo, exceto por algumas variações lexicais específicas de cada etnia, como as palavras *ahũliqwsu* (Kithãulhu) e *iqwsu* (Halotesu) ‘água’, tendo em vista que essas etnias coabitam as aldeias do Cerrado, sendo o maior contingente populacional kithãulhu. Considerando que os dados desta pesquisa foram coletados apenas com falantes do Kithãulhu, não generalizaremos nossa análise para o Nambikwara do Campo.

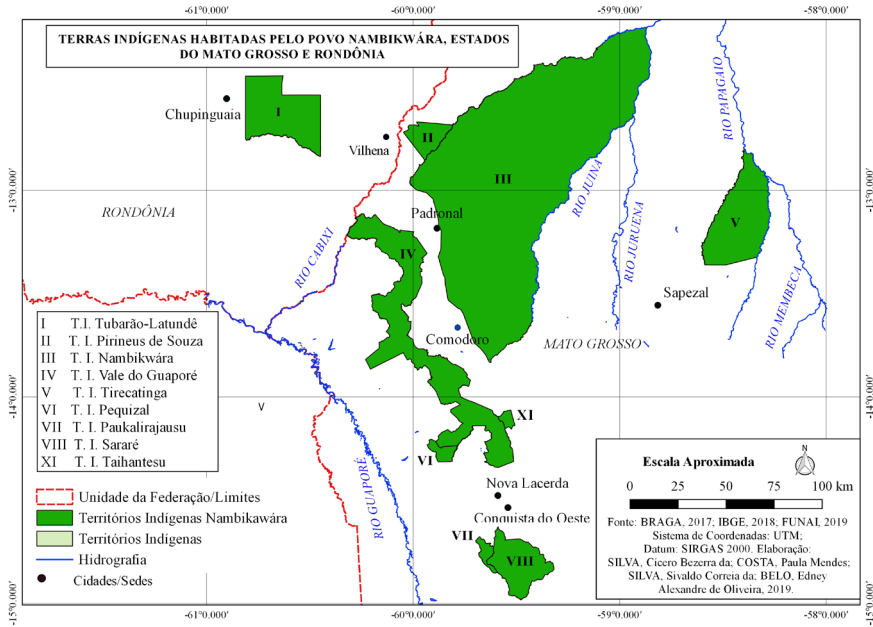
1.2 Distribuição geográfica

Os povos pertencentes ao ramo Sul (subgrupo Campo) da família linguística Nambikwara estão distribuídos em comunidades na Terra Indígena Nambikwara (Kithãulhu, Wakalitesu, Halotesu, Sawentesu) e na Terra Indígena Tirecatina (Wakalitesu). Nesta pesquisa, os falantes são das aldeias Barracão Queimado, Doze de Outubro e Nova Estrela

⁷ Há informações de que haveria descendentes Tawandê, mas sem fluência na língua.

da TI Nambikwara, no município de Comodoro – MT. Segundo dados do IBGE (2010), esta TI conta com 476 habitantes.

Figura 1: Localização dos povos nambikwara



Fonte: SILVA *et al.* (2019).

2 A marcação da posse na língua Kithãulhu

Assim como nas demais línguas nambikwara, o Kithãulhu possui ordem canônica SOV (sujeito, objeto, verbo). A posse nominal obedece à ordem [possuidor + possuído] e se realiza por meio de prefixos, que são formas reduzidas dos pronomes pessoais. São três os prefixos de posse existentes na língua: *da*⁸ (1), *wã*- (2) e *a*- (3) (exemplos 1, 2, 3, respectivamente),

⁸ Em comunicação pessoal com Paula Mendes Costa, o Nambikwara do Campo possui 13 segmentos consonantais, a saber: /p, t, k, ʔ, ʔp, ʔt, ʔk, n, ʔn, l, r, s, h/, que representaremos neste trabalho com os grafemas ⟨p, t, k, ʔ, ʔp, ʔt, ʔk, n, ʔn, l, r, s, h⟩. Segundo a pesquisadora, são

que se aderem ao nome possuído. Formalmente, não há diferença na marcação de posse entre nomes alienáveis e inalienáveis na 1ª e 2ª pessoas do singular, sendo necessário analisar as construções de posse de 3ª pessoa para caracterizar o sistema.

- (1) da-waia-li-a
1-cachorro-?-REF⁹
'meu cachorro'
- (2) wã-hãka-nũ-a
2-mãe-TC-REF
'tua mãe'
- (3) tiahla [a-seakal-a] ùhito-tahe-ra
ele 3-esposa-REF ferir-PST-PF
'ele feriu a esposa dele'

A 1ª pessoa do plural é resultado da combinação dos prefixos de 1ª e 2ª pessoa, conforme o exemplo 4.

- (4) da-wã-halo-a
1-2-lugar-REF
'nossa terra'

A 2ª pessoa do plural é formada pelo prefixo *wã-*, que pode se combinar com outros morfemas que indicam pluralidade.

18 vogais, entre segmentos orais, orais laringais, nasais e nasais laringais /i, u, e, o, a/; /ĩ, ỹ, ẽ, õ, ą/; /ĩ, ã, õ, ẽ, ã, ỹ/. Representaremos todas com os diacríticos nasais e laringais, com exceção de: /u/ por ⟨w⟩.

⁹ As abreviaturas encontram-se na parte final do texto, após as referências bibliográficas.

- (5) iak-a wã-nũ-wai-ki-di-na-ra
 caititu-REF 2-braço-arranhar-BEN-PL-T/E-PF
 ‘o caititu arranhou o braço de vocês’

Identificamos a realização da 3ª pessoa do plural nas seguintes construções, que formam pronomes livres: combinação do prefixo demonstrativo *ta* ‘aquele’ com o morfema de grupo *nunkada*, para fazer referência a um grupo de indivíduos (*tanunkada*); e combinação dos pronomes pessoais *tiahla* ‘ele’ ou *takala* ‘ela’ com o morfema de grupo, para delimitar o sexo dos indivíduos de um dado grupo (*tiahlanunkada* ‘grupo de homens’, *takalanunkada* ‘grupo de mulheres’). O próximo exemplo mostra o pronome pessoal *tiahla* ‘ele’ combinado com o morfema de grupo *nunkada*, formando a da 3ª pessoa do plural.

- (6) tiahla-nunkada hati-ajrawa
 ele-grupo cesto-COP
 ‘o cesto é deles’

No Quadro 2, apresentamos as possibilidades de construções possessivas em que um nome pode receber posse prefixal (1SG, 2SG, 3SG, 1PL, 2PL) e em que a posse ocorre pela justaposição de pronome livre¹⁰ (3SG, 2PL, 3PL).

Quadro 2: Construções possessivas pronominais

(continua)

	Prefixos possessivos	Pronomes livres
1SG	da-	-
2SG	wã-	-

¹⁰ Os nomes próprios, por receber obrigatoriamente o classificador de sexo, também têm o mesmo comportamento dos pronomes livres para a posse.

Quadro 2: Construções possessivas pronominais

(conclusão)

3SG	a ⁻¹¹	tjahla / takala ¹² / nome próprio-CL.m/f
1PL	dawā-	-
2PL	wã-	wanunkada
3PL		tanunkada / tiahlanunkada / takalanunkada

Para a 3ª pessoa, há padrões de posse a depender da posição argumental e da classe do nome possuído. Desta forma, propomos distinção entre três classes de nomes, utilizando critérios semânticos e sintáticos.

2.1 Classes dos nomes no Kithãulhu

As classes de nomes do Kithãulhu podem ser caracterizadas de acordo com o tipo de relação possessiva que estabelecem, tanto no nível do sintagma nominal como enquanto argumentos da oração.

2.1.1 Nomes possuíveis

Os nomes possuíveis são a maioria dos nomes na língua. Em tese, todos os nomes podem ser possuíveis: animados, incluindo animais da floresta (como no exemplo 7), plantas, espírito de pessoas, ou objetos inanimados (como em 8).

¹¹ Na fala, é possível encontrar a realização de [ha-].

¹² É possível encontrar, para designar o referente feminino, a forma reduzida do pronome *takala*, na forma do sufixo *-tala*, porém o mais comum é não haver esta redução.

- (7) da-ianal-a
1-onça-REF
'minha onça'¹³
- (8) wa-iaint'-a kq-tesîri-na-ra
2-comida-REF estragar-E.OP-T/E-PF
'tua comida parece estar estragada'

Enquanto sujeito, a construção possessiva de 3ª pessoa se dá por justaposição com o pronome livre e sem marcação no núcleo, conforme o exemplo 9. Sintaticamente, podemos identificar as seguintes construções:

a) justaposição com pronome livre e sem marcação morfológica no núcleo (*zero-marking*) – ocupam posição sintática de sujeito:

- (9) tiahla hati-a ã-kq-ki-na-ra
ele cesto-REF INST-estragar-REFL-T/E-PF
'o cesto dele se estragou'

Verbos nominalizados são considerados nomes alienáveis:

- (10) tiahla iã-iuta uil'-a-ua
ele respirar-NMZ ser bom-NEG-T/E-IMPF
'a respiração dele não está boa'

b) prefixo possessivo *a-* marcando o possuído – ocupam posição de objeto:

- (11) a-ũãla-kalo-a anat-na-ra
3-roupa-CL-REF atirar-T/E-PF
'atiraram na roupa ele'

¹³ A onça é um animal sagrado para o povo nambikwara. O pajé pode utilizar a construção possessiva para falar da sua onça.

- (12) tiahla a-seakal-a ãhito-tahe-ra
ele 3-esposa-REF ferir-PST.DIST-PF
'ele feriu a esposa dele'

Vale ressaltar que nomes possuíveis enunciados isoladamente, mesmo que sejam empréstimos, não trazem marcação especial. Estruturalmente, podem ser acompanhados de classificadores e se encerram com o sufixo referencial *-su*:

- (13) moto-kalo-su
 motocicleta-CL-REF
 'motocicleta'

2.1.2 Nomes obrigatoriamente possuídos

Os nomes obrigatoriamente possuídos (inalienáveis) se caracterizam pelo uso obrigatório de um prefixo de posse. Mesmo isoladamente, não é possível enunciar o nome sem fazer referência ao possuidor. As seguintes construções são identificadas:

a) justaposição do nome próprio ou pronome livre com marcação prefixal de posse no núcleo (*head-marking*), mesmo com o possuidor explícito:

- (14) Ana-akal-a a-nũ-ki-su
 Ana-CL.F-REF 3-braço-CL-REF
 'o braço de Ana'

b) em isolado, independentemente da posição argumental, os nomes que se referem a partes do corpo exigem a marcação obrigatória *a-* de um possuidor de 3ª pessoa ou indeterminado:

- (15) a-k'ɛr-a sate~saten-na-ra
 3-mijo-REF RDP.ser amarelo-T/E-PF
 'o mijo é amarelo'
- (16) a-nũ-ki-a kãin-na-ra
 3-braço-CL-REF ser grande-T/E-PF
 'o braço é grande'

O quadro 3 resume a estrutura mínima dos nomes inalienáveis:

Quadro 3: Estrutura mínima do nome obrigatoriamente possuído (inalienável)

Prefixo possessivo	raiz	classificador*	sufixo referencial ¹⁴
			-su / -a

*opcional

Classificam-se como “obrigatoriamente possuídos” (inalienáveis) os nomes relativos às partes do corpo humano e de animais, incluídos fluidos corporais. Seguem listas exemplificativas de nomes enunciados em isolado, os quais atestam a ocorrência obrigatória do prefixo *a-*, indicando o possuidor de 3ª pessoa ou a indeterminação, cuja tradução equivaleria a “de alguém” ou “de algo”.

¹⁴ Todos os nomes enunciados em isolado, fora de contexto, são encerrados pelo sufixo *-su*, com valor ainda não bem esclarecido. Quando desempenham papel argumental de sujeito ou objeto, os nomes comumente recebem o sufixo */-a/*. À semelhança do Latundê (Telles, 2002), ambos são usados para introduzir e referenciar participantes no contexto comunicativo, por isso optamos, neste trabalho de rotulá-los como ‘sufixos referenciais’, que são utilizados de forma não coocorrente no final dos nomes. Diferentemente de Kroeker (2003), não identificamos */-su/* e */-a/* marcando não definitude e definitude, respectivamente.

Quadro 4: Partes do corpo humano

Nome	Significado
ahikisu	dedo (mão)
awişu	dente
asusu	osso
anekisu	cabeça
auanēnsu	nariz
anñnkisu	seio
asutasu	perna
asukatikisu	canela
aĵetakadsu	pescoço
atasakatsu	coluna
atihajawsu	sangue
asikoru	quadril
asihualikisu	nádegas
akeru	mijo
asisĭkanunsu	fezes

Quadro 5: Partes do corpo de animais

Nome	Significado
anekisu	asa
akalosu	escama
asiñĉĕlisu	rabo
anet'ausu	chifre
anesalakisu	crista
akilĭtutsu	ferrão

2.1.3 Nomes *opcionalmente possuídos*

Alguns nomes de parentesco e de objetos, como a palavra *wĩn* ‘pai’, que podem ocorrer livremente como itens não possuídos, exemplificado em 17, apresentam comportamento de posse opcional.

- (17) *wĩn*-a *ãũ'in*-na-ra
 pai-REF dormir-T/E-PF
 ‘o pai dormiu’

Identificamos dois padrões de posse para esses nomes:

a) a posse realizada apenas com o prefixo de 3ª pessoa *a-*, conforme exemplo 18, não utilizando a estratégia do pronome livre:

- (18) *a-hãnka-nũ*-a *uil-ĩ*-na-ra
 3-mãe-TC-REF ser bom-PRCEST-T/E-PF
 ‘a mãe dele(a) é boa’

b) a estratégia da justaposição do pronome livre e o uso do prefixo possessivo *a-*, mesmo quando o possuidor está explícito, como em 19, o que não é esperado para nomes possuíveis:

- | | Pronome livre | possuído |
|------|-------------------------------------|----------------------|
| (19) | <i>ta-nunkada</i> | <i>a-wẽn-hali</i> -a |
| | DEM-grupo | 3-criança-PL-REF |
| | ‘as crianças deles’ (daquele grupo) | |

Com a palavra *siba* ‘casa’, pode ocorrer também a combinação da estratégia da justaposição com o prefixo de posse marcando o possuído, como em 20:

- (20) Joao-ahla a-sih-a-sa
 João-CL.M 3-casa-REF-INTR
 ‘é a casa de João?’

Alternativamente, com a mesma palavra *siha* ‘casa’, pode-se construir uma estrutura de posse apenas com a estratégia da justaposição, como em 21:

- (21) takala siha kãin-na-ra
 ela casa grande-T/E-PF
 ‘a casa dela é grande’

Desta forma, propomos que alguns nomes de parentesco e de objeto apresentam comportamento de posse opcional, a depender da escolha dos falantes. Kroeker (2003) afirma que certos substantivos são possuídos facultativamente, a critério do falante, como *sihsu* ‘casa’ ou *huk’isu* ‘flecha’. Para melhor caracterização dessa classe, é necessário buscar motivações pragmáticas que possam interferir na realização da posse. Pelos limites deste estudo, não serão contempladas questões de ordem discursiva em nossas análises.

2.2 Posse na construção equativa

Para Kroeker (2003), a posse também pode ocorrer em oração equativa. Na construção equativa, o nome possuído será núcleo do predicado¹⁵, componente obrigatório, podendo o sujeito ficar implícito. Em 22 e 23, observamos a construção possessiva em predicados nominais com função identificadora (predicado não verbal). Na construção (23a), evidenciamos

¹⁵ Mais dados com a posse em oração equativa são necessários para esclarecer se há diferenças entre a posse de equativas entre os sufixos *-su-na-ra* e *aj-ra-wa*, que Kroeker (2003) descreve como possibilidades alternativas.

que se trata de uma língua *head-marking*, pela marcação da posse se encontrar no núcleo, que neste caso é um predicado nominal.

(22) tjahla da-wĩn-ajrawa
 ele 1-pai-COP
 ‘ele é meu pai’ (lit.: ‘meu pai é ele’)

(23a) João-ahla [Paula-kala a-wĩn-ajrawa]
 João-CL.M Paula-CL.F 3-pai-COP
 ‘João é o pai de Paula’ (lit.: ‘pai de Paula é João’)

Em (23b), temos o exemplo de uma construção equativa que emprega a raiz nula¹⁶ *ieinki*. Na construção com raiz nula, os prefixos possessivos acompanham a raiz nula, e esta, à semelhança do que ocorre no Sararé *jeik*, tem a função de remeter anaforicamente à raiz nominal mencionada.

(23b) hatia da-wã-ieink-ajrawa
 cesto 1-2-RN-COP
 ‘O cesto é nosso’ (lit.: ‘nossas coisas é cesto’)

3 Posse nas línguas nambikwara

De forma comparada, analisaremos a marcação de posse nas demais línguas nambikwara em construções pronominal e genitiva, tendo como enfoque a questão da inalienabilidade.

¹⁶ A raiz nula deriva da palavra *aieinka* ‘coisa’, que é obrigatoriamente possuída. Enquanto raiz nula, figura na construção equativa possessiva.

3.1 A inalienabilidade nas línguas nambikwara

Telles (2002) e Eberhard (2007) demonstram que as línguas nambikwara do ramo Norte (Latundê e Mamaindê) apresentam a marcação de posse do tipo prefixal no nome possuído (*possessee*)¹⁷. Nos termos de Nichols (1986), na relação possuidor-possuído, a marcação morfológica no nome possuído representa a marcação de núcleo (*head-marking*), em oposição à marcação no possuidor (*dependent-marking*), padrão encontrado em línguas como o Inglês (por exemplo, *John's market* 'mercado de John'), em que o possuidor recebe a marca de genitivo -s. Nas línguas em que há a distinção entre posse alienável e inalienável, segundo Nichols (1986), os nomes inalienáveis tenderiam a ter marcação de núcleo nas construções possessivas. Heine (1997) reúne algumas características da inalienabilidade fazendo a relação com os pressupostos teóricos de Nichols:

- a) é restrita à posse atributiva;
- b) é provável que esteja associada a vários recursos de marcação. Por exemplo, nomes alienáveis podem ser descritos como sendo marcados, e os inalienáveis, como não marcados. Isto significa, por exemplo, que, por regra, mais gasto fonológico e/ou morfológico é empregado para codificar a posse alienável, em oposição à posse inalienável;
- c) a posse inalienável envolve uma ligação estrutural mais estreita entre o possuidor e o possuído (Nichols, 1992: 117);
- d) marcadores possessivos em nomes inalienáveis são mais 'arcaicos', isto é, eles parecem etimologicamente mais antigos do que aqueles usados em nomes alienáveis (Nichols, 1992: 117);

¹⁷ Segundo Telles (2002), o Latundê apresenta, além dos prefixos de posse, a marca de posse dual *pan'* não especificada para pessoa.

- e) os nomes pertencentes à categoria inalienável incluem termos de parentesco, termos de parte do corpo, ou ambos, e geralmente também outras classes de nomes;
- f) a categoria inalienável consiste em um conjunto fechado de nomes, enquanto a alienabilidade é uma classe aberta; definida por Nichols (1988: 562) como ‘infinita’. (HEINE, 1997, p. 172, tradução nossa)¹⁸

A semântica dos nomes inalienáveis é variável de uma língua para outra. A maioria dos autores identifica termos de parentesco, partes do corpo e alguns artefatos. Para Mithun (2001), além desses, as entidades classificadas como inalienáveis podem incluir relações filiais, relações espaciais (por exemplo, o topo de um objeto) e, frequentemente, outras relações íntimas associadas a objetos, tais como um lar, certas ferramentas pessoais, pegadas ou pensamentos.

Nas línguas nambikwara, apenas o Sararé teria um morfema específico de inalienabilidade (o prefixo *a-*), de acordo com Borella (2005, p. 17)¹⁹.

¹⁸ “a) *it is confined to attributive possession.*

b) *it is likely to be associated with a number of marking features. For example, alienable nouns can be described as being marked and inalienable ones as unmarked. This means, for example, that, as a rule, more phonological and/or morphological expenditure is employed to encode alienable, as opposed to inalienable possession.*

c) *inalienable possession involves a tighter structural bond between possessee and possessor (Nichols 1992: 117).*

d) *Possessive markers on inalienable nouns are more ‘archaic’, that is, they look etymologically older than those used on alienable nouns (Nichols 1992: 117).*

e) *The nouns belonging to the inalienable category include kin terms, body-part terms, or both, usually also some other groups of nouns.*

f) *The inalienable category consists of a closed set of nouns, while alienability is an open-class category; its membership is described by Nichols (1988: 562) as ‘infinite’ (HEINE, 1997, p. 172).*

¹⁹ Em comunicação pessoal com a pesquisadora Marília Teixeira, no Sararé (etnia Nutajensu), os dados mostram que a marca de inalienabilidade pode ser realizada foneticamente por um alongamento da vogal, sendo fonologicamente o /a/ de inalienabilidade.

As outras línguas distinguiriam as classes dos inalienáveis recorrendo ao sistema de prefixos possessivos, havendo preferência por um determinado prefixo quando os nomes são enunciados em isolado sem mencionar um possuidor específico. Nas línguas do Norte, a inalienabilidade é sinalizada pelo prefixo de 1ª pessoa do plural *nûsa-* e estaria relacionada às partes do corpo. Segundo Eberhard (2007, p. 347, tradução nossa)²⁰, “isso transmite a ideia de que essa é uma parte do corpo comum a todos nós. Mesmo quando se referem ao próprio corpo em fala conectada, os Mamaindê frequentemente voltam à forma /*nûsa-*”.

No Negarotê, “a preferência da posse inalienável é pelo prefixo de 3ª pessoa *na-*” (comunicação pessoal)²¹ No Sabanê, língua mais distante das demais, Araújo (2004) destaca que a língua não faz qualquer distinção entre nomes alienáveis ou inalienáveis, porém ressalta que nomes de partes do corpo humano ou de animais se iniciam com as vogais “a” ou “i”, as quais, para Januacele Costa, segundo Araújo (2004), seriam vestígios de um morfema de inalienabilidade no Proto-Nambikwara. No Lakondê, nos nomes possuídos, a marcação de posse não é obrigatória, embora seja largamente preferencial para termos de parentesco e partes do corpo, de acordo com Telles (2002). Seriam possuídos: artefatos materiais, animais domésticos, partes do corpo, termos de parentesco, entidades mitológicas, entre outros.

No Quadro 6, sintetizamos a inalienabilidade nas línguas nambikwara até então descritas.

²⁰ “*this conveys the idea that this is a body part common to us all. Even when referring to their own body in connected speech, the Mamaindê will often revert to the /nûsa-/form*” (EBERHARD, 2007, p. 347).

²¹ Comunicação com a pesquisadora da língua negarotê Gabriela Modesto Braga, em março de 2019.

Quadro 6: Inalienabilidade nas línguas nambikwara

	Mamaindê	Negarotê ²²	Lakondê	Kithãulhu	Sararé	Sabanê
Nomes	inalien.	inalien.	possuídos	inalien.	inalien.	ausente
Prefixo para inalienabilidade	prefixo 1PL {nūsa-}	prefixo 3SG {na-}	-	prefixo 3SG {a-}	{-a-}	'a-', 'i-' ***
Partes do corpo humano	X	X	**	X	X	***
Parentesco		X	**	**	X	
Partes do corpo de animais				X		***
Casa, artefatos materiais			*	*		
Animais domésticos			*			
Entidades mitológicas			*			

* marcação opcional

** marcação não obrigatória, mas largamente preferencial

*** resquício histórico de possível na classe de nomes inalienáveis, os quais são iniciados pelas vogais “a” e “i”.

X - classe à qual se aplica marca.

Heine (1997, p. 173, tradução nossa)²³ vê a inalienabilidade como categoria gramatical presente em muitas línguas do mundo, podendo ocorrer duas possibilidades de oposição: “a. o conjunto dos alienáveis (aberto) marca a posse no possuidor, enquanto o conjunto de inalienáveis não marca; b. o conjunto de inalienáveis (fechado) marca a posse no

²² Em comunicação pessoal com a pesquisadora Gabriela Braga.

²³ “(a) *The alienable (=open) set is dependent-marked where the inalienable set is not.* (b) *The inalienable (=closed) set is head-marked where the alienable set is not* (Nichols 1988: 578)” (HEINE, 1997, p. 173).

núcleo, enquanto o conjunto de alienáveis não marca (Nichols 1988: 578)”. O Kithãulhu nos parece mais alinhado com o tipo “b”, em que a classe dos inalienáveis é restrita às partes do corpo e de animais e tem marcação de núcleo, enquanto os alienáveis não são marcados.

Além desses fatores, Nichols (1988) acrescenta que a gramaticalização da posse nos inalienáveis é correlacionada com a alta frequência de uso. No Kithãulhu, podemos observar diversos usos de nomes de parte de corpo para referenciar partes de plantas (por exemplo: *nũ* ‘galho’ equivale ao braço da árvore; *nē* ‘copa’, à cabeça, bem como especialmente para identificar partes de objeto e partes de uma área, como a aldeia). Além das partes do corpo se incorporarem a verbos, estes ainda podem ter prefixos instrumentais relacionados a movimentação e partes do corpo, como *wa-* ‘movimento com a mão’.

Diacronicamente, de acordo com Heine (1997), a emergência de um sistema inalienável viria de um estágio de transição entre um antigo e um novo padrão de posse atributiva. Em tal estágio, uma pequena classe de nomes (inalienáveis) não seria afetada por esse novo padrão. No Kithãulhu, a atual marcação de inalienabilidade por meio do prefixo de 3ª pessoa /*a-*/, restrita apenas às partes do corpo, em um estágio anterior, provavelmente também incluiria a classe dos termos de parentesco, como *hānkana* ‘mãe’ (exemplo 18), e alguns objetos de cunho pessoal como *siba* ‘casa’ (exemplo 20), que atualmente aparecem como opcionalmente possuídos²⁴.

Nas próximas seções, discutiremos comparativamente as construções possessivas nominais, pronominais e genitivas do Kithãulhu em relação às das demais línguas da família nambikwara.

²⁴ Uma análise mais acurada da pragmática ajudaria a melhor explicar o porquê dos usos opcionais e quais os contextos que favoreceriam esse uso.

3.2 Construções possessivas nominais

De acordo com Dixon (2010), as construções possessivas podem ser: internas ao SN (típicas construções de posse) ou predicativas com o verbo ‘ter’, com o verbo intransitivo ‘existir’, com verbo de cópula ou outras estratégias. No nível do sintagma nominal, a relação possessiva entre nomes está relacionada com propriedades semânticas do nome possuído, o que pode resultar em diferentes padrões morfossintáticos. Aikhenvald e Dixon (2013) propõe uma divisão das relações possessivas nucleares em três tipos: propriedade (*ownership*); relações parte-todo, incluindo partes do corpo e partes de plantas; relações de parentesco, consanguíneas e de filiação.

Para a nossa análise, utilizaremos a divisão proposta por Stolz (2008), que diferencia dois tipos básicos de construção possessiva no nível do SN: a atributiva pronominal e a atributiva genitiva.

Quadro 7: Posse no nível do SN

Possuidor	Relator	Possuído	Tipo de posse
PRO	X	N	atributiva pronominal
N	X	N	atributiva genitiva

Para Stolz (2008), as relações entre possuidor e possuído se dão por meio de um *relator*²⁵ (X), que pode estabelecer uma relação inerente (não marcada) ou através de marca morfológica (marcada). Stassen (2009, p. 110, tradução nossa)²⁶, por sua vez, acrescenta que, com respeito às construções possessivas nominais, “em muitas línguas, SNs possuidores

²⁵ Para Stolz (2008), na posse predicativa, o relator é o verbo (V).

²⁶ “In many languages, adnominal possessor NPs do not have overt marking, and are placed in juxtaposition to the possessee NP, with or without additional possessor NP indexing” (STASSEN, 2009, p. 110).

adnominais não têm marcação explícita, e são postos em justaposição ao SN possuído, com ou sem indexação adicional ao SN possuidor”.

3.2.1 Construção atributiva pronominal

Quando o possuidor é um pronome ou afixo pronominal, teremos a construção atributiva pronominal. Nas línguas nambikwara, os prefixos pronominais (geralmente formas reduzidas dos pronomes livres) representam o possuidor e irão se aderir ao núcleo, formando a construção possessiva pronominal, conforme exemplos 24, 25 e 26.

Kithãulhu

- (24) da-uaia-li-a
1-cachorro-?-REF
'meu cachorro'

Mamaindê

- (25) na-tei?-tu
3-esposa-FNS
'esposa dele'

(EBERHARD, 2007, p. 347, adaptado)

Latundê

- (26) ã-'najn-ki'nîn-'te
3-cabeça-CL:red/obl/trid-REF
'cabeça dele'

(TELLES, 2002, p. 163)

No entanto, constatamos, nos dados atuais do Kithãulhu²⁷, um padrão diferenciado para a posse de 3ª pessoa, com o uso do pronome livre representando o possuidor, sem marcação no núcleo (exemplo 9). Este padrão tem sido atestado para marcar a posse de nomes alienáveis em posição de sujeito. Para o Sararé, de acordo com Borella (2005), o pronome livre também pode substituir o prefixo possessivo apenas na 3ª pessoa (conforme o exemplo 32a) e na 1ª pessoa do plural, sendo as formas para as demais pessoas do discurso recusadas pelos falantes. Telles (2002), para o Latundê (ramo Norte), aponta a possibilidade do uso do pronome livre *hāj* (exemplo 27), alternativamente ao prefixo possessivo *ā-* (exemplo 26) para a realização da posse de 3ª pessoa.

Latundê

- (27) *hāj-’najn-ki’nīn’tē*
 3-cabeça-CL:redondo/oblongo/tridimens-REF
 ‘cabeça dele’

(TELLES, 2002, p. 163)

No Kithãulhu, os nomes de pessoas são acompanhados de sufixos classificadores de sexo (*-iahla* e *-akali*), e o seu comportamento é o mesmo dos pronomes livres (*tiabla* ‘ele’ e *takala* ‘ela’).

- (28) <João>-ahla *juhl-a*
 João.CL.M faca-REF
 ‘a faca de João’

²⁷ Os dados apresentados neste capítulo foram coletados pelo autor em pesquisa de campo realizada no ano de 2017 com falantes das aldeias nambikwara do cerrado, da etnia Kithãulhu.

Consideramos esse tipo de construção possessiva equivalente às construções atributivas com pronome livre (exemplo 29).

- (29) tjahla wāla-kalo-a wi-na-ra
 ele roupa-CL.plano-REF ser bonito-T/E-PF
 ‘a roupa dele é bonita’

A construção com nome próprio permite evidenciar a marcação no núcleo, assim como ocorre no Mamaindê. Para Eberhard (2007), o Mamaindê não permite que o prefixo possessivo seja marcado no possuidor em construções do tipo 30, sendo obrigatoriamente afixado ao nome possuído.

Mamaindê

- (30) Paulo-soʔka na-sih-ã wi-lei-a-nãn-wa
 Paulo-NCL.HUM 3-casa-FNS entrar-I.PST-S1-PST-DECL
 ‘eu entrei na casa de Paulo’

(EBERHARD, 2007, p. 341, adaptado)

No Sararé (língua do ramo Sul), como no Kithãulhu, ocorre também construção de posse por justaposição de SNs, com a diferença de que os nomes próprios nessa língua não possuem o classificador de sexo (conforme exemplo 31). A expressão da posse no Sararé é também possível através de construção equativa sem cópula (exemplo 32b).

Saráre

- (31) Pedrinho sih-su
 Pedrinho casa-REF
 ‘casa do Pedrinho’

(BORELLA, 2005, p. 18)

Diversidade linguística na América: línguas ameríndias (v. 1)

- (32a) tamana hatisu
ela balaio
'balaio dela'

(BORELLA, 2005, p. 33)

- (32b) Clarice Rodrigo a-hajka-nũ-su
Clarice Rodrigo I-mãe-TC.parentesco-REF
'Clarice é mãe de Rodrigo'

(BORELLA, 2005, p. 18)

3.2.2 Construção atributiva genitiva

As construções genitivas estabelecem a relação de posse entre dois itens lexicais, podendo ser de valor partitivo ou não. No Mamaindê, a construção genitiva é um tipo de composição nominal²⁸, em que a marca /-ã-/²⁹ estará sempre aderida ao possuído (núcleo), de acordo com Eberhard (2007, p. 373). Segundo Telles (2002, p. 159), a posição da marca de posse, sempre precedendo o possuído, é inalteradamente medial.

Latundê

- (33) 'nũ-ã-'tawn-'te
bicho-POS-rabo-REF
'o rabo do bicho'

(TELLES, 2002, p. 164)

²⁸ Diferentemente das línguas do Norte, em que {-a-} funciona como marca de genitivo, no Kithãulhu, todas as palavras (simples ou composições), enquanto argumentos de uma oração, apresentam o sufixo referencial {-a}.

²⁹ /-a-/ para o Negarotê.

Mamaindê

- (34) toh-ã-ja-tu
abelha-GNT-CL:líquido-FNS
'líquido da abelha/mel'

(EBERHARD, 2007, p. 351, adaptado)

No Mamaindê, conforme o exemplo 34, a marca de genitivo é um afixo derivacional diferente do prefixo possessivo de 3ª pessoa *na-* e une duas raízes nominais, podendo o possuído ser um nome, classificador ou verbo nominalizado (cf. Eberhard, 2007).

Para o Kithãulhu, as construções genitivas consistem na relação entre dois nomes de raízes independentes, [raiz + SL] + [raiz + REF]. O primeiro nominal se encerra com o sufixo *-a*, com função ainda não delimitada, aqui denominado de lexicalizador (SL), enquanto o segundo recebe o sufixo referencial *-su* para nomes em isolado (exemplos 35-37).

- (35) da-hãĩn-a kãinti-su
1-avó-SL colar-REF
'colar da minha avó'

- (36) ianal-a wẽn-su
onça-SL criança-REF
'filhote de onça'

- (37) pon-a a-nêtaw-su
boi-SL 3-chifre-REF
'chifre do boi'

No Kithãulhu, é comum que os nomes, quando desempenham papel argumental, recebam o sufixo referencial *-a*³⁰ (exemplos 38 e 39), o que não coincide com o papel desempenhado pelo sufixo lexicalizador *-a* da construção genitiva. Em 38, verificamos que o classificador pode também funcionar como raiz.

- (38) [kaiuh'-a kalo-a] kat-na-ra
bicho-SL CL.plano-REF ser duro-T/E-PF
'o casco do bicho é duro'

- (39) a-kalo-a thethen-na-ra
3-CL.plano-REF ser mole-T/E-PF
'o casco dele é mole'

Quando temos construções genitivas envolvendo partes do corpo humano e de animais (exemplos 37, 40 e 41), observamos o uso obrigatório do prefixo de posse de 3ª pessoa para indicar a inalienabilidade.

- (40) aïn-a a-iq-su
peixe-SL 3-boca-REF
'boca do peixe'

³⁰ Ainda não é possível precisar a função do sufixo aqui chamado de referencial. À semelhança do Kamaiurá (cf. Seki, 2000), o sufixo *-a* parece desempenhar função de marcador de caso dos argumentos nucleares. Kroeker (2003) descreve esse sufixo como nominativo definido, em oposição ao sufixo *-su*, que seria nominativo indefinido. No entanto, identificamos um uso diferenciado da expressão nominal acompanhada de morfologia verbal em que o *-su* se mantém: *iaka-ta-su-na-ra* 'porco-AUM-REF-EV-PF' 'é porcão (estou vendo)'. Neste caso, o sufixo *-su* não parece indicar indefinidade.

- (41) ua'ien-te-a a-ieki-ki-su
coruja-CL.gen-SL 3-olho-CL.redondo-REF
'olho da coruja'

Na construção genitiva com partes de plantas e a palavra “ovo”, não verificamos marcação de inalienabilidade³¹.

- (42a) kuajät-a 'nãn-su
milho-SL CL:folha-REF
'folha do milho'
- (42b) uakal-a nãũ'-su
jacaré-SL CL:ovular-REF
'ovo de jacaré'

Em 38 e 42, temos os classificadores dos nomes formando a construção genitiva, à semelhança do que ocorre no Mamaindê (exemplo 34) e no Latundê (exemplo 43).

Latundê

- (43) tã-ã-ni-'tu
1-POS-CL:hemisfério-REF
'minha casa'

(TELLES, 2002, p. 194)

³¹ Para Borella (2005), as raízes nominais de “folha” e “ovo” (ambos classificadores) são inalienáveis e são dependentes. O que interpretamos para o Kithãulhu como sufixo lexicalizador em 42, para o Sararé, seria marcador de inalienabilidade, o que não é possível para o Kithãulhu tendo em vista construções como a do exemplo 40. Palavras como “ovo” *a-nôŷ-su, para autora, são agramaticais no Sararé, necessitando estar associadas a um possuidor. Não foi o que observamos no Kithãulhu, em que é gramatical a ocorrência da palavra “ovo” em isolado ou em construção genitiva (conforme 42b).

Temos, no Kithãulhu, uma construção possessiva apenas com o classificador e o sufixo referencial *-su* (exemplo 44), sendo que, em 45, o *-su* é substituído pelo referencial *-a*. Em ambos os casos, o sufixo lexicalizador sempre integra as construções genitivas do Kithãulhu.

- (44) kuajãt-a 'nã̃n-su
milho-SL CL:folha-REF
'folha do milho'

- (45) [kaiuh'-a kalo]-a kat-na-ra
bicho-SL CL:plano-REF ser duro-T/E-PF
'o casco do bicho é duro'

Telles (2002) descreve o classificador em construção genitiva como a construção formada pelo prefixo possessivo com o classificador (exemplo 46), sendo opcional a marca de genitivo (exemplo 47). Este classificador também pode desempenhar papel anafórico quando o nome já foi anteriormente mencionado no discurso.

Latundê

- (46) tã̃-ni-'tu
1-CL:hemisfério-REF
'minha casa'

(TELLES, 2002, p. 194)

- (47) tã̃-ã̃-ni-'tu
1-POS-CL:hemisfério-REF
'minha casa'

(TELLES, 2002, p. 194)

O Sararé, por sua vez, realiza as construções genitivas por composição como nas línguas do Norte, porém, sem marca de genitivo. Segundo Borella (2005), quando o nome possuído é inalienável, será acompanhado do morfema de inalienabilidade *-a-*, aderido à coisa possuída (exemplos 48 e 49), evidência de *head-marking*.

Sararé

- (48) hu-ki-a-ia-su
arco-CL:redondo/oblongo-I-boca-REF
'cano da espingarda' (lit.: 'boca do arco')

(BORELLA, 2005, p. 24)

- (49) ia-kata-a-su-su
boca-ser duro-I-osso-REF
'osso de/do porco queixada'

(BORELLA, 2005, p. 46)

4 Construções possessivas na oração

Nas seções seguintes, apresentaremos brevemente a posse em construções com incorporação nominal no verbo e a posse predicativa no Kithãulhu.

4.1 Incorporação nominal e inalienabilidade

O Kithãulhu possui produtivo processo de incorporação de nomes de partes de corpo em verbos e nomes. Aikhenvald e Dixon (2013) salientam que, em línguas que permitem a incorporação nominal, ocorre um efeito similar à posse externa, sendo um processo tipicamente relacionado a

partes do corpo e a relações parte-todo. Segundo Mithun (1984, 2001), a construção, quando ocorre incorporada, traduz maior afetação do participante (possuidor) no evento. O possuidor, por sua natureza, é mais animado e humano, com tendência a ocupar o primeiro plano do discurso, nesse caso, a incorporação exerce um papel discursivo. O tipo de incorporação com possuidor, segundo Aikhenvald e Dixon (2011), tipicamente se aplica a SNs possessivos na função de objeto direto ou sujeito intransitivo.

No Lakondê, de acordo com Telles e Wetzels (2017), a produtividade da incorporação nominal é limitada a alguns morfemas prefixais, representando partes do corpo, o que poderia sinalizar uma polissíntese mais antiga. Os autores entendem também que a incorporação pode indicar o item possuído pelo sujeito ou pelo objeto do verbo.

As incorporações no verbo no Kithãulhu têm *slot* específico entre o prefixo instrumental (opcional) e a raiz verbal. Quando a construção possessiva é sujeito de um verbo adjetival³², poderá ocorrer incorporação da raiz do nome possuído no verbo, perdendo o prefixo possessivo (inalienabilidade) (exemplo 51). Quando não ocorre incorporação, a parte do corpo (inalienável) obrigatoriamente recebe o prefixo possessivo (exemplo 50).

(50) a-suta-su
3-perna-REF
'perna'

(51) takala su-uil-na-ra
ela perna-ser bonito-T/E-PF
'a perna dela é bonita'

³² Nas línguas nambikwara, a função atributiva para cores, tamanho, forma e descrição de estados pertencem à classe de verbos adjetivais. A natureza verbal dessas raízes permite que sejam formadas coordenações verbais para descrever um nome.

A incorporação de construção possessiva no Kithãulhu resultará na incorporação do possuído, que pode ser objeto da oração (exemplo 52), com verbo ativo, ou sujeito, com verbo adjetival (exemplo 51).

- (52) iak-a sa-nê-tai-ta-ra
porco-REF INST-cabeça-amarrar-T/E.S1-PF
'eu amarrei a cabeça do porco (com a mão)'

A posse prefixal (exemplo 53) pode ser substituída por outra estratégia quando ocorre a incorporação da construção possessiva enquanto objeto (exemplo 54). Nesse caso, ocorre incorporação da parte do corpo entre o sufixo instrumental e a raiz, e ocorre indexação do marcador de pessoa de 1ª pessoa objeto (-sa).

- (53) da-nũ-ki-a kãin-na-ra
1-braço-CL-REF ser grande-T/E-PF
'meu braço é grande'

- (54) tiahla sa-nũ-siņ-so-sa-na-ra
ele INST-braço-segurar-pegar-1OBJ-T/E-PF
'ele puxou meu braço' (lit.: 'ele me puxou segurou pelo braço')

4.2 Posse predicativa

Nesta seção, nos limitaremos apenas a apresentar a posse predicativa, expondo questões para futura pesquisa.

Na construção possessiva predicativa, a relação de posse entre dois nomes é estabelecida por um verbo, que pode ser, segundo Dixon (2010), o verbo *have* 'ter', um verbo intransitivo como "existir" ou um verbo de

cópula. Em seu trabalho tipológico, Stassen (2009) estabelece quatro tipos básicos de predicado possessivo: *locational* (locativo), *topic possessive* (possessivo do tipo “tópico”), *with-possessive* (possessivo do tipo “com”), *have possessive* (possessivo do tipo “ter”).

No Kithãulhu, os predicados possessivos são realizados com o verbo *ĩũn* ‘ter’, sendo muito produtivos, inclusive estabelecendo não apenas a relação de posse (exemplos 55 e 56), mas também a codificação do valor existencial (exemplo 57).

(55) kãir-a tihñũ hali ãũn-nã-wa
 colar-REF CL dois ter-T/E.S1-IMPF
 ‘eu tenho dois colares’

(56) duh-a ãũn-nã-wa
 mulher-REF ter-T/E.S1-IMPF
 ‘eu sou casado’ (lit.: ‘eu tenho mulher’)

(57) anĩto-iuta ãũn-nã-ra
 ferir-NMZ ter-T/E-PF
 ‘aconteceu um acidente’ (lit.: ‘teve um acidente’)

Em comunicação pessoal com Edney Belo, com pesquisa em andamento sobre a morfossintaxe da língua Hahãintesu (ramo Sul), também foi observada a raiz verbal *ĩũn-* com o valor possessivo, não tendo sido observadas na literatura, até então, descrições sobre a posse predicativa nas línguas do Norte.

5 Considerações finais

A língua Kithãulhu e as outras línguas nambikwara aqui apresentadas realizam a posse predominantemente recorrendo a um sistema de prefixos que se aderem ao núcleo. Foi descrita uma estratégia de posse com justaposição do pronome livre para nomes alienáveis.

Os nomes inalienáveis do Kithãulhu caracterizam-se pela obrigatoriedade do prefixo possessivo de 3ª pessoa *a-* (diferente do morfema de inalienabilidade do Sararé), sendo um tipo de inalienabilidade à semelhança de nomes *bound inalienables*³³, de acordo a proposta tipológica de Bickel e Nichols (2013), padrão encontrado em muitas línguas indígenas da América, como o Navajo (família Athabaskan) e o Acoma (família Keresan). O Kithãulhu ainda parece conservar uma classe de nomes opcionalmente possuídos, sendo importante considerar para a definição das classes não somente fatores semânticos, mas também fatores sintáticos, como a posição argumental.

Abordamos brevemente a posse em construções predicativas, bem como os fenômenos de incorporação nominal, apontando para a necessidade de maior investigação comparativa entre as línguas da família nambikwara, considerando a posse nominal e a posse predicativa. Questões relacionadas à predicação não verbal (papel das cópulas) e sua relação com a posse prefixal carecem de ser descritas.

³³ Bickel e Nichols (2013) definem “*bound inalienables*” como nomes que exigem obrigatoriamente a flexão de posse, não podendo ser usados sozinhos, uma tipologia comumente encontrada em línguas ameríndias. Os autores ainda afirmam que, frequentemente, línguas com nomes obrigatoriamente possuídos incluem em seu paradigma a categoria de possuidor ‘indefinido’ ou ‘não especificado’. No Kithãulhu, o mesmo prefixo {*a-*} indica posse de 3ª pessoa ou possuidor indeterminado.

Referências

AIKHENVALD, Alexandra; DIXON, Robert M. W. Word-class changing derivations in typological perspective. *In*: AIKHENVALD, Alexandra; DIXON, Robert M. W. **Language at large**: essays in semantics and syntax. Leiden: Brill, 2011, p. 221-289.

AIKHENVALD, Alexandra; DIXON, Robert M. W. **Possession and Ownership**: a cross-linguistic typology. Oxford: Oxford University Press, 2013.

ARAÚJO, Gabriel A. **A Grammar of Sabanê**: a Nambikwaran Language. 2004. 255 f. Tese (Doutorado em Linguística). Vrije Universiteit Amsterdam, Amsterdã, 2004.

BICKEL, Balthasar; NICHOLS, Johanna. Obligatory Possessive Inflection. *In*: DRYER, Matthew S.; HASPELMATH, Martin (Ed.). **The World Atlas of Language Structures Online**. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013. Disponível em: <http://wals.info/chapter/58>. Acesso em: 31 jan. 2020.

BORELLA, Cristina de C. **A Morfologia do Nome**. 2005. 109 f. Capítulo não publicado.

BRAGA, Ana Gabriela M. **Fonologia segmental do Lakondê (Família Nambikwára)**. 2012. 157f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

BRAGA, Ana Gabriela M. **Fonologia Negarotê**: Análise Fonológica da Língua do Grupo Negarotê (Família Nambikwára). 2017. 331 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Vrije Universiteit Amsterdam, Amsterdã, 2017.

COSTA, Rafaela Cunha. **A marcação de posse em Latundê**. 2018. 91 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

DIXON, Robert M. W. **Basic linguistic theory**. v. 2. Oxford: Oxford University Press, 2010.

EBERHARD, David. **Mamaindê Grammar**: a northern Nambikwáran language and its cultural context. Netherlands: LOT Press, 2007.

HEINE, Bernd. **Possession**: cognitive sources, forces, and grammaticalization. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 1 fev. 2020.

KROEKER, Menno H. **Gramática descritiva da língua Nambikuara**. Cuiabá: Sociedade Internacional de Linguística, 2003. Disponível em: <http://www.silbrazil.org/resources/archives/16952>. Acesso em 31 de jan. 2020.

MITHUN, Marianne. The evolution of noun incorporation. **Language**, Washington, DC, v. 60, n. 4, p. 847-894, 1984.

MITHUN, Marianne. The difference a category makes in the expression of possession and inalienability. *In*: BARON, Irène; HERSLUND, Michael; SØRENSEN, Finn (Ed.). **Dimensions of Possession**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001, p. 285-310.

NICHOLS, Johanna. Head-Marking and Dependent-Marking Grammar. **Language**, Washington, DC, v. 62, n. 1, p. 56-119, 1986.

NICHOLS, Johanna. On alienable and inalienable possession. *In*: SHIPLEY, William (Ed.). **In honor of Mary Haas**. Berlim: Mouton de Gruyter, 1988, p. 557-609.

PAYNE, Thomas E. **Describing Morphosyntax**: a guide for Field Linguistics. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

SEKI, Lucy. **Gramática do Kamaiurá**: língua Tupi-Guarani do Alto Xingu. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

SILVA, Cícero B. *et al.* **Terras indígenas habitadas pelo povo nambikwara**: estados do Mato Grosso e Rondônia. [S. l.: s. n.], 2019. 1 mapa, color., 3530 x 2495 px. CD-ROM.

STASSEN, Leon. **Predicative possession**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

STOLZ, Thomas; KETTLER, Sonja; STROH, Cornelia; URDZE, Aina. **Split Possession**: An areal-linguistic study of the alienability correlation and related phenomena in the languages of Europe. Amsterdam: John Benjamins, 2008.

TELLES, Stella. **Fonologia e Gramática Latundê/Lakondê**. Amsterdã: Vrije Universiteit, 2002.

TELLES, Stella; WETZELS, Leo. Polysynthesis in Lakondê: a Northern Nambikwaran Language of Brazil. *In*: FORTESCUE, Michael; MITHUN, Marianne; EVANS, Nicholas (Ed.). **The Oxford Handbook of Polysynthesis**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

Abreviaturas

BEN	benefactivo
CL	classificador
CL.F	classificador feminino
CL.GEN	classificador genérico, coisa não especificada
CL.M	classificador masculino
CL.RED/OBL/TRID	classificador redondo/oblongo/tridimensional
COP	cópula
DECL	declarativo

Diversidade linguística na América: línguas ameríndias (v. 1)

DEM	demonstrativo
E.OP	ênfase de opinião
FNS	sufixo nominal final
GNT	genitivo
I	inalienabilidade
IMPF	aspecto imperfectivo
INST	prefixo instrumental
INTR	partícula interrogativa
N	nome
NCL.HUM	classificador nominal humano
NEG	negação
NMZ	nominalizador
PF	aspecto perfectivo
PL	plural
POS	posse
PRCEST	processo estativo
PRO	pronome
PST	passado
PST.DIST	passado distante
RDP	reduplicação de raiz
REF	sufixo referencial
REFL	reflexivo
RN	raiz nula
s1	marcador pronominal de 1ª pessoa sujeito
SL	sufixo lexicalizador
T/E	tempo / evidencialidade
TC	termo de classe
1	prefixo possessivo de 1ª pessoa do singular
2	prefixo possessivo de 2ª pessoa do singular

Diversidade linguística na América: línguas ameríndias (v. 1)

3	prefixo possessivo de 3ª pessoa do singular
1OBJ	marcador de objeto 1ª pessoa
1SG	1ª pessoa do singular
2SG	2ª pessoa do singular
3SG	3ª pessoa do singular
1PL	1ª pessoa do plural
2PL	2ª pessoa do plural
3PL	3ª pessoa do plural

CAPÍTULO 4

GRAMATICALIZACIÓN EN LENGUAS GENÉTICAMENTE EMPARENTADAS: LENGUAS YUTO-AZTECAS DEL NOROESTE DE MÉXICO

Zarina Estrada-Fernández
Universidad de Sonora

1 Introducción

Bisang (2018) advierte que, si bien aún estamos lejos de comprender la noción plena de gramaticalización, todavía enfrentamos más retos si deseamos plantear explicaciones en torno a cómo es el funcionamiento de los procesos de gramaticalización que se observan en la diversidad de lenguas del mundo. En este mismo sentido, se encuentra la apreciación que hago al final del capítulo de libro que he entregado (ESTRADA-FERNÁNDEZ, en prensa) para la obra de Bisang y Malchukov (en prensa), sobre escenarios y patrones areales de la gramaticalización. En dicha contribución, planteo, a manera de reflexión final, que de un total de veintinueve procesos que se identificaron a lo largo de dicha investigación, solamente once, dígame un 39.9%, se localizaron mencionados en la obra de Heine y Kuteva (2002), lo que significa un reto para el continuar con este tipo de estudios en lenguas como las que abordo en este trabajo. Esta observación no tiene la intencionalidad de realizar una crítica o reflexión meta-teórica sobre la aplicación de la noción de gramaticalización o sobre los parámetros teórico-metodológicos que se han propuesto para explicar procesos de cambio diacrónico (LEHMANN, 2015), sino

más bien reflexionar sobre tres de ellos y abrir la posibilidad de que se identifiquen en otras lenguas del mundo.¹

Sin embargo, precisamente porque el presente trabajo se centra en la noción de gramaticalización es conveniente recordar algunas de las ideas centrales que se han dicho sobre la misma, como proceso de cambio y como teoría, para discutir, sobre todo, las dificultades que emergen cuando se desea incluir en la discusión procesos de gramaticalización en lenguas del mundo sin tradición escrita, dígase sin documentación substancial, de la lengua, dada la ausencia de archivos históricos sobre las mismas. En esto destaco y coincido con Bisang (2018), en que el reto es precisamente atender a la diversidad de las lenguas del mundo para poder contar con una visión más completa en torno a cómo funcionan realmente los procesos de gramaticalización, e incidir en la explicación de los procesos de cambio que se manifiestan en lenguas de diferentes familias en la situación expuesta.

Heine y Kuteva (2012) consideran que la gramaticalización debe ser considerada una herramienta para comprender la evolución del lenguaje, es decir, un constructo teórico-metodológico mediante el cual se explican los cambios diacrónicos que suceden en distintas lenguas del mundo. Este enfoque se relaciona, en parte, con las propuestas de lo que en el siglo XIX desarrolló la gramática histórica o comparativa (MEILLET, 1970), mismas que se centraron, principalmente, en lenguas de la familia indoeuropea. Esta labor previa ha permitido que posteriormente los lingüistas centrados en los estudios de gramaticalización hayan podido referirse a procesos de cambio diacrónico muy claramente atestiguados,

¹ Mis reflexiones se sitúan en una vena similar a las discusiones que Haspelmath (2008, 2018) y Frajzyngier (2010) impulsan, en el sentido de que, antes de emitir generalizaciones, tenemos que reflexionar sobre si estas se acercan a describir realmente la realidad empírica de las lenguas y de los materiales que tenemos para sostener el análisis que se propone. En este contexto resulta relevante atender todas las posibilidades de comportamiento a través de las cuales se manifiesta un determinado dominio funcional.

entre ellos: la formación de elementos demostrativos (deícticos) a partir de artículos definidos (DIESSSEL, 1999; HEINE; KUTEVA, 2002); de los artículos definidos (GIVÓN, 1981) o indefinidos a partir del numeral ‘uno’ (GIVÓN, 1981; HEINE, 1997), o bien, el origen de marcadores de futuro desde auxiliares como el inglés *will*, o morfología verbal en español (BYBEE; DHAL, 1989).

Otros autores, entre ellos Lehmann (2015), Heine y Reh (1984), Heine, Claudi y Hünemeyer (1991), Hopper y Traugott (2003), de acuerdo a la tradición que inicia con Meillet (1970), han propuesto que la gramaticalización es el proceso a través del cual un elemento léxico, o una secuencia de ellos, cambia su función, su distribución y se convierte en un morfema gramatical (*gram*, según Bybee y Dahl, 1989, p. 51). Sin embargo, ya anteriormente, Kuryłowicz (1965, p. 69) propuso que los procesos de gramaticalización también se observan cuando elementos previamente gramaticalizados continúan su proceso de cambio y dan evidencia de una etapa de mayor gramaticalización.

En este trabajo, discuto tres procesos de cambio de los once a los que Estrada-Fernández (en prensa) hace referencia como no documentados por Heine y Kuteva (2002), o al menos, no con el detenimiento que en la presente contribución abordo. De ahí se desprende que uno de los principales retos es el discutir si esos procesos de cambio pueden ser aceptados como procesos de gramaticalización canónicos. Las siguientes secciones buscan cumplir con dos objetivos: (1) abrir un diálogo y recuperar experiencias de otros casos similares, para con ello enriquecer el panorama y acotar lo que he afirmado, y (2) contextualizar los procesos de cambio y cómo se manifiestan, es decir, discutir los motivos en los que fundamento su explicación. Los contextos de cambio, que discuto, fueron observados en lenguas de la familia yuto-azteca habladas en el noroeste de México. La discusión y análisis que presento se restringe a lo que se ha observado en lenguas de la familia

yuto-azteca, cuyos asentamientos se circunscriben a una zona geográfica de la Sierra Madre Occidental conocida como Sierra Tarahumara, en el estado de Chihuahua y su colindancia con el de Sonora, que son pima bajo, tarahumara, guarijío y tepehuano del norte, aunque también hago referencia a la lengua yaqui, que se habla en regiones bajas de la región central oeste de Sonora.

La priorización que doy a estas lenguas en el análisis que presento en Estrada-Fernández (en prensa) se fundamenta, precisamente, en el que por años han compartido una zona de frontera geográfico-cultural, manteniendo su especificidad lingüística. Esta situación representa un contexto lingüístico-cultural interesante a partir del cual pueden hacerse observaciones sobre los procesos de cambio, su estabilidad genética, las diferencias que las separan y la verificación de los procesos o estrategias de cambio de carácter universal.

Durante el desarrollo del trabajo, planteo problemáticas que todo lingüista interesado en los estudios de gramaticalización en lenguas minoritarias normalmente abordaría. Las lenguas bajo estudio, en general, carecen de tradición escrita, cuentan con estudios lingüísticos muy pobremente desarrollados y, además, la mayoría de sus hablantes han permanecido marginados de los procesos educativos, al grado que algunos no saben leer y escribir, factores, que de principio, son muy distintos cuando se analizan lenguas con amplia tradición escrita pertenecientes a la familia indoeuropea o de la familia sino-tibetana, sobre todo por el impacto que esto tiene en la regularidad que muestran estas lenguas en relación con la generalización o extensión de los procesos de cambio.² Esta serie de diferencias socio-culturales son incomprensibles para algunos lingüistas occidentales que por lo general impulsan posicionamientos rigurosos y contundentes en torno a lo que debemos entender como (teoría de la) gramaticalización.

² Como sería restringir el análisis de los fenómenos de gramaticalización de las lenguas bajo estudio, adoptando la visión de los parámetros propuestos por Lehmann (2015, p. 129-188).

Cabe mencionar que uno de los grandes problemas, que los estudios de gramaticalización han abordado casi desde su inicio, es precisamente la definición de qué debemos entender por gramaticalización y cuáles son los tipos de cambio que deben ser considerados como procesos de gramaticalización (WIEMER, 2014).

Ante este escenario, la presente contribución se ha organizado de la siguiente manera: una vez dada esta introducción, en la Sección 2 proporciono un panorama general sobre las lenguas en el que se centra el análisis; en la Sección 3, retomo nociones básicas sobre la gramaticalización; en la Sección 4, desarrollo los apartados que he elegido para mostrar las dificultades conceptuales y metodológicas que es necesario discutir para la explicación de los procesos de cambio abordados; finalmente, en la Sección 5 planteo las conclusiones.

2 Panorama de las lenguas bajo en escrutinio

Sierra Tarahumara es el nombre con el que en México se identifica la región montañosa correspondiente a la Sierra Madre Occidental; se trata de un conglomerado montañoso que baja desde Canadá y las Rocallosas en los Estados Unidos hasta el estado de Durango, en México. La región, en el estado de Chihuahua, cubre un extenso territorio de cerca de 60 000 km². La conformación geográfica de la zona determina que no existe mucha riqueza en términos de tierras fértiles para la agricultura, la cual se restringe a zonas relativamente pequeñas comparadas con la amplitud geográfica. Las principales fuentes de economía de la zona provienen de los recursos forestales, mineros y turísticos.

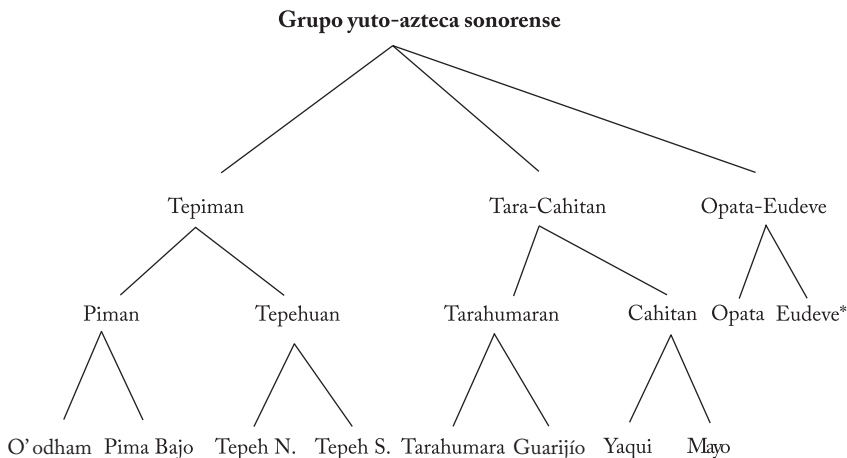
El clima del área difiere según la orientación, el norte-oeste con mayor calor y aridez; el sur más escarpado con clima templado a frío; el este más templado y por ello óptimo para la ganadería, y el sur-oeste

destaca porque de ahí surgen los recursos orográficos que permiten el desarrollo de la agricultura de los estados de Sinaloa y Sonora. Toda esta extensa área ha sido socorrida, desde tiempos ancestrales, por pobladores de los pueblos originarios como zona de refugio para resguardarse de las altas temperaturas de las tierras bajas.

Los asentamientos que actualmente perduran de los pueblos amerindios son cuatro: los tarahumaras o rarámuri, cuya población según el Censo de Población y Vivienda 2010 (INEGI, 2010) suma 85 316 personas; los tepehuanos del norte, con un total de 8396 hablantes; los guarijío o guarijó con 2136, y los pimas con una población que difícilmente llega a los 851 miembros, de los cuales tal vez un número menor a los 500 habla aún la lengua.

Las lenguas en las que centro en este estudio pertenecen a las ramas tepimana y tara-cahita del grupo sonorense de la familia yuto-azteca o yuto-nahua, como se observa en el Diagrama 1:

Diagrama 1: Clasificación de las lenguas yuto-nahuas o yuto-aztecas del grupo sonorense



* lenguas extintas.

Fuente: a partir de Dakin (2004).

Las lenguas tarahumara, guarijío y yaqui-mayo pertenecen a la rama taracahita, aunque los hablantes de yaqui no radican en el área montañosa, sino en los valles centrales bajos del centro-suroeste de Sonora en poblados que se encuentran en ambos lados del río que se conoce con el nombre de Río Yaqui. Las lenguas de los tepehuano del norte y pima bajo pertenecen a la rama tepimana, que también incluye el tohono o'odham, antes pápago, que se habla en la zona fronteriza centro-norte de Sonora y centro-sur de Arizona, en los Estados Unidos, además del tepehuano del sureste (WILLETT, 1991), que se habla en la zona sur de Durango y comparte límites culturales con los hablantes de cora (CASAD, 1984), huichol (GÓMEZ, 2000), y la variedad de náhuatl conocida como mexicano (CANGER, 2001).

Este estudio se centra en cuatro lenguas cuyos hablantes se asientan en la Sierra Tarahumara y en yaqui, que se caracteriza como lengua de las tierras bajas o valles de la región suroeste de Sonora. Las circunstancias geográficas de las cuatro primeras han mantenido en contacto a sus hablantes por más de cuatro siglos, por lo que comparten algunos elementos culturales y oportunidades de interacción que resultan interesantes para poder corroborar si existen patrones de influencia intragenética dentro de su diferenciación lingüística. En este contexto, el considerar datos de la lengua yaqui, permite confirmar aspectos enraizados en las explicaciones intragenéticas y no tanto debido al contacto geográfico-cultural. Además, el análisis de las lenguas que se hablan en esta amplia zona abre también la posibilidad de vislumbrar si algunos comportamientos lingüísticos podrían requerir explicaciones intergenéticas.

Los rasgos lingüístico-tipológicos que caracterizan a las lenguas que discuto en este trabajo son los siguientes: (i) todas ellas son de tendencia aglutinante con marcación de núcleo en las frases posesivas; (ii) el orden de los elementos básicos es de tendencia APV (SOV), con cierto grado

de orden libre, lo cual se observa en el discurso espontáneo del tarahumara y el pima bajo, en cambio, en guarijío y tepehuano del norte se observa una tendencia manifiesta por colocar el verbo en posición inicial seguido del sujeto/agente y con el objeto/paciente al final de la cláusula; (iii) ninguna de las lenguas tiene morfología de caso en los nombres, lo que las distingue del yaqui, que sí lo tiene. Sin embargo, Burgess (1984) considera que, en tarahumara, ocasionalmente aparece una posposición, específicamente locativa, en función de caso acusativo. Además de estos rasgos, solamente el pima bajo, guarijío y yaqui tienen demostrativos que codifican la diferencia entre sujeto y objeto, lo que se contrapone al tarahumara y tepehuano del norte donde no se ha observado esta posibilidad.

3 Propuestas sobre la gramaticalización

La literatura lingüística sobre los procesos de gramaticalización se centra en una orientación teórico-metodológica, cuya relevancia es la de ofrecer explicaciones sobre los fenómenos de cambio diacrónico recurrentes (*recurrent diachronic pathways* en Hancil *et al.*, 2015, p. 7, traducción propia).³ La noción de gramaticalización no es, de ninguna manera, un concepto uniforme, por lo que apuntalan Heine y Kuteva (2012, p. 516), que ha sido tratado desde distintas perspectivas o acercamientos. Sin embargo, lo cierto es que actualmente cualquier lingüista entiende como gramaticalización la explicación de procesos de cambio diacrónico, muchos de los cuales se han validado mediante la observación translingüística, es decir, por observarse en varias lenguas del mundo.

En el ámbito de las lenguas que se discuten en este trabajo, la noción de gramaticalización como herramienta teórica-metodológica, según lo

³ Otros autores se refieren a esto como patrones recurrentes de cambio lingüístico ("*recurrent pathways of change*" en Bermúdez-Otero & Trousdale, 2016, traducción propia).

señalan Heine y Kuteva (2012), permite explicar fenómenos de cambio lingüístico pese a la escasez de documentación en el ámbito de las lenguas y al carácter prioritariamente ágrafo de las mismas. Desde esta perspectiva, evito utilizar el término sincronía, porque la aceptación de la oposición saussureana, sincronía *vs.* diacronía, implica que, en los estados “actuales” o “recientes de una lengua”, no se observa la dimensión diacrónica de los elementos, sino que ellos solamente pueden ser constatados en evidencias históricas, dígame con datos documentados en años anteriores. En esto me sumo al grupo de lingüistas que impulsan que los estados de la lengua de cualquier momento histórico reflejan en sí mismos estados de lengua recientes, e históricas, o más antiguas, lo que hace innecesario considerar la oposición saussureana. Equiparo esta visión teórico-metodológica a la observación de las capas geológicas cuando se analiza un corte de tierra de tajo abierto. En él, el especialista en ciencias de la tierra podrá observar, nítidamente, sedimentos antiguos, así como más recientes. En lo lingüístico, una sumatoria de datos “recientes o actuales” refleja no solo los resultados de cambio más novedosos, sino también formas que deben ser interpretadas como más antiguas (GIVÓN, 2015a), además de dar evidencia de la aplicación de los fundamentos del método de reconstrucción interna, entre ellos Fox (1995) y Givón (2009).

De acuerdo a Heine y Kuteva (2007, p. 14-15, 2012, p. 514), las propuestas de la gramaticalización de un fenómeno se fundamentan en varios principios, entre ellos, que:

- a) El desarrollo de un elemento lingüístico implica un proceso de cambio desde su etapa de origen, dígame situación previa a la que se observa en el estado actual o más moderno, lo que se determina por la frecuencia del comportamiento, ya que lo más reciente suele ocurrir con mayor frecuencia. Estos procesos de cambio han sido

constatados en diversas lenguas del mundo y, a partir de ello, se evalúa si el fenómeno particular bajo discusión puede ser propuesto como un proceso de gramaticalización, es decir, que se ha generalizado o rutinizado;

- b) Las formas y estructuras lingüísticas no surgen desde un principio con las funciones que en el momento histórico reciente muestran, ya que, por naturaleza todos los elementos de una lengua están sujetos a un cambio constante, paulatino o gradual y lento;
- c) La fuerza más importante que conduce el cambio es la creatividad. Esta última se encuentra asociada a los procesos cognitivos de asociación (analogía) y, como resultado de ello, de la extensión de la función primaria de un elemento lingüístico;
- d) El contexto oracional es el principal factor para determinar el cambio gramatical, lo que implica que es importante que el análisis sobre el cambio de los elementos lingüísticos sea a partir de la lengua en uso;
- e) El cambio es direccional, es decir, una vez que una forma inicia su proceso de cambio, difícilmente el mecanismo es reversible, por ello se sostiene que la gramaticalización es unidireccional.

Una propuesta fundamentada en seis distintos parámetros ha sido planteada por Lehmann (2015); con ellos se sustentan las distintas etapas de un proceso de gramaticalización tanto desde el eje paradigmático como del sintagmático. Sin embargo, como Bisang (2018) lo indica, las lenguas como las que él considera –del extremo oriente y sureste asiático– no responden nítidamente a la aplicación de los mismos.⁴

⁴ Lehmann (comunicación personal), incluso, sugiere que el modelo tendría ciertas dificultades de aplicación con lenguas como las yuto-aztecas habladas en el noroeste de México.

4 Procesos de gramaticalización en lenguas de la Sierra Tarahumara

En esta sección, discuto tres procesos de cambio en lenguas habladas en el noroeste de México, específicamente en la denominada Sierra Tarahumara: i) la gramaticalización del sufijo de plural *-im*, que muestra distintos ámbitos de generalización; ii) el de un sufijo causativo que en su forma abstracta he decidido representarlo como **-tVdi*, el cual también se ha gramaticalizado en estas lenguas de diferente manera; iii) y finalmente la gramaticalización en el ámbito de las posposiciones. El procedimiento de análisis no es de alguna manera novedoso, porque ya fue descrito en Fuß (2005, p. 203), quien desarrolla una sección sobre procesos de gramaticalización en las lenguas yuto-aztecas, particularmente sobre los pronombres personales independientes que se gramaticalizan como clíticos de segunda posición o como sufijos verbales. El autor señala que la ausencia de documentación escrita, que aparentemente dificultaría un análisis de los procesos diacrónicos, puede suplirse mediante el análisis comparativo de lo que se observa en las distintas lenguas.

Antes de iniciar el análisis, cabe resaltar que aunque en estas secciones se busca explicar los procesos de gramaticalización de estos marcadores identificando las diferentes etapas involucradas en sus rutas de cambio, pueden existir opiniones críticas que cuestionen si estos procesos deben ser considerados como tal o no. Esta problemática surge, primero, porque los procesos de gramaticalización que discuto no involucran el cambio de un elemento léxico a uno gramatical, donde pueda identificarse claramente el surgimiento de una unidad morfológica (*gram*, cf. Bybee y Dahl, 1989, p. 51), segundo, porque los procesos de cambio involucran elementos ya erosionados o fonológicamente reducidos, lo que impide mostrar etapas paulatinas de afectación de la forma fonética, y tercero, porque difícilmente se puede afirmar, de manera rotunda, que dichos

procesos cumplen con el parámetro de paradigmaticidad⁵, es decir, que se han extendido hacia todo lo que se consideraría parte de un paradigma de elementos, como es el caso de las declinaciones o conjugaciones de las lenguas flexivas. Esto último sucede debido a que, en las lenguas bajo estudio, la variación libre de muchos elementos lingüísticos es una característica que tiene su razón de ser en que el trato social y comunicativo entre los hablantes es poco frecuente y por ello laxo.

De esta manera, asumir la noción de gramaticalización para analizar las lenguas en las que me centro significa enfrentar el reto que proviene de la discusión teórica sobre qué es la gramaticalización y hasta dónde algunos de los procesos de cambio deban ser excluidos como casos de gramaticalización.

El incursionar en esta discusión depende mucho del conocimiento que se tenga de una lengua, lo que puede conducir al límite del estado actual de la discusión e imposibilitarnos a tomar una directriz definitiva. En esta sección, abordamos el análisis de procesos de cambio atestiguados en estas lenguas, mismos que se ponen en prominencia para posteriormente recuperar experiencias sobre lo que sucede en otras lenguas. Solo será a partir de entonces cuando tendremos la posibilidad de ingresar a la discusión teórica con mayor conocimiento de los fenómenos y, por lo tanto, avanzar en torno a cómo debemos entender la gramaticalización.

Esta perspectiva requiere aclarar la forma de abordar el análisis de la realidad empírica. Por ello, el análisis emprendido parte de una noción

⁵ Procesos de gramaticalización que repercuten en la variabilidad de las formas que se observan en un paradigma, por ejemplo, de la manera como la expresión de aspecto progresivo del inglés, *be + -ing*, se generaliza a todos los verbos (KILLIE, 2015, p. 214). La noción de paradigmaticidad o paradigmaticidad surge de Lehmann (2015, p. 131, 2002, p. 118-123) y tiene antecedentes en Lehmann (1995, p. 123 y 307-309, 2002, p. 124) sobre todo en lo relativo a la pérdida de variabilidad paradigmática, dígase obligatoriedad del proceso de cambio. Heine y Kuteva (2007, p. 34) también aluden a este concepto.

amplia de gramaticalización, equiparable al que autores como Givón (2015) impulsan, donde su preocupación se centra en la diacronía de la lengua, dígase la observación de datos lingüísticos que tienden a caracterizarse como procesos de cambio paulatino y que además son recurrentes.

4.1 La marcación de número en nombres y pronombres

El tema de la marcación de plural en lenguas yuto-aztecas discute la presencia del morfema de plural **mi*, en su forma reconstruida. Langacker (1977, p. 80) señala que gran parte de las lenguas de esta familia lingüística marcan plural de los nombres mediante procesos de reduplicación, sea de uno o dos segmentos, o bien, de una sílaba inicial o media de la palabra. Sin embargo, existe además un sufijo **mi*, como forma alternativa de marcación del plural en los nominales, según lo observado en varias lenguas de esta familia. Givón (2011), por ejemplo, nota la presencia de un sufijo de plural en ute, lengua de la rama númica, hablada en los Estados Unidos, donde además de la reduplicación, la pluralización hace uso del sufijo *-mu* y su alomorfo *-u*. Asimismo, Press (1979) indica que, en chemehuevi, también de la rama númica, ocurren dos variantes del sufijo de plural, *-mi* y *-wi*, los cuales solamente ocurren con nombres animados y donde la reduplicación se aplica a cualquier otro tipo de elementos nominales. Hill (2005, p. 177), por su parte, describe el sufijo *-im*, en cupeño, lengua de la rama takíca.

La presencia del sufijo de plural, en las lenguas yuto-aztecas del noroeste de México, ofrece cuatro distintos escenarios:

- (i) lenguas como el yaqui que ha heredado el sufijo *-(i)m*, y consistentemente marca el plural de los nombres por medio del mismo;
- (ii) lenguas como el pima bajo, en las que el uso del sufijo está limitado a solo un número restringido de nombres que denotan

- entidades culturales colectivas (o de masa), o bien, en pronombres plurales de primera y segunda persona, así como al demostrativo que se ha gramaticalizado para expresar tercera persona;
- (iii) lenguas como el tepehuano del norte, donde el uso del sufijo de plural ocurre solamente en los pronombres, optando por la reduplicación para el resto de los nominales;
 - (iv) finalmente, lenguas como el tarahumara y guarijío donde el sufijo no ha sido, hasta ahora, atestiguado.

Si bien, desde la perspectiva de la gramaticalización, resulta difícil proponer un origen léxico para el sufijo **(i)m*, de plural. La marcación de plural mediante el sufijo *-im*, de acuerdo a los cuatro escenarios comparativos descritos –de (i) a (iv)–, puede ser explicada desde una perspectiva diacrónica mediante la cadena de gramaticalización que se proporciona en (1), en la que se describe un proceso en el cual la marcación de plural surge en pronombres inicialmente de primera y segunda persona, dígase participantes de actos de habla, para posteriormente extenderse a nombres animados plurales y finalmente a nombres abstractos, de masa o colectivos:

- (1) Pronombres plurales > nombres animados plurales >
nombres abstractos/masa/colectivos

La cadena de cambio propuesta en (1) tendría su fundamento en la jerarquía de animicidad, que justifica la dominancia de la primera persona en su carácter agentivo. La propuesta sobre dominancia de la primera persona agentiva⁶ captura lo que ha sido visto como un comportamiento característico del ser humano que seguramente ha heredado de los grandes

⁶ Jerarquía de animicidad de Silverstein (1976) y Dixon (1979).

primates. En los ejemplos en (2) y (3), se ilustra el cambio que corresponde a la primera etapa de la cadena en (1): los pronombres plurales de pima bajo, en (2), y los de tepehuano del norte, en (3). Observe que, en ellos, la ocurrencia del sufijo *-(i)m* resulta redundante en la primera persona, ya que la forma hipotetizada como básica, **aat*, de 1a. de plural, ya es, por naturaleza, plural. Otro aspecto a observar es que el pronombre de tercera persona procede de un demostrativo que en su forma abreviada expresa tercera del singular y con el sufijo *-(i)m* indica el plural.

- (2) Pima Bajo⁷
- | | | | |
|-------------|-------|---------------|-------|
| <i>*aat</i> | '1PL' | <i>aat-im</i> | '1PL' |
| <i>aap</i> | '2SG' | <i>aap-im</i> | '2PL' |
| <i>big</i> | '3SG' | <i>biga-m</i> | '3PL' |

- (3) Tepehuano del norte
- | | | | |
|-------------|-------|---------------|-------|
| <i>*aat</i> | '1PL' | <i>aatimi</i> | '1PL' |
| <i>aapi</i> | '2SG' | <i>aapimi</i> | '2PL' |

Datos que ilustran la segunda etapa de gramaticalización del sufijo de plural, es aquella cuando *-(i)m* se extiende a nombres plurales animados, como en los ejemplos del yaqui, en (4), y finalmente a nombres inanimados abstractos o colectivos que nombran objetos culturales, como los que se ilustran en (5a) de yaqui y (5b) de pima bajo:

⁷ En todo momento se especifica la procedencia de los datos, excepto aquellos que son resultado de distintas sesiones de trabajo de campo y que datan desde 1983 (en pima bajo), 1995 (yaqui) y 2011 (tarahumara). Varios de los datos y paradigmas se mencionan también en Estrada-Fernández (en prensa). En lo relativo a los materiales de tepehuano del norte, varios de los datos se han obtenido durante las tareas de investigación de esta lengua que desarrollamos, de manera colectiva, Araceli Carrillo Carrillo y yo desde el año de 2003. Actualmente ella es investigadora en la Universidad de Sonora y desde hace tres años se encuentra cursando estudios doctorales con especificidad en su lengua materna, el *odami* o tepehuano del norte.

- (4) Yaqui *usi-m* 'niños'
jamuch-im 'mujeres' (sg *jamut*)
- (5a) Yaqui *achi-m* 'risa'
baajipo'oko-im 'bebida ritual'
aina-(i)m 'harina de trigo' (Sp.)
aros-im 'arroz' (Sp.)
- (5b) Pima Bajo *timit-im* 'tortilla'
hon-im 'costilla(s)'

Sin embargo, ante la cadena de gramaticalización en (1), cabe preguntarnos si no existiría una visión alternativa fundamentada en un principio comunitario y no en la agentividad. Dicha visión, justificaría una direccionalidad diferente del cambio. En ella, se destacaría el valor social de compartir entre iguales, comportamiento que se observa cuando un grupo social no enfatiza el carácter agentivo del humano, sino que se orienta hacia el clan, dígase una visión mutualista (valoración de la comunidad). Dicha visión, haría elegir como fuente primaria del sufijo de plural en los nombres colectivos, para posteriormente avanzar hacia los nombres plurales donde la noción cognitiva de enumerar entidades surgiría. Posteriormente, el sufijo se extendería a los pronombres de primera y segunda persona antes de generalizar la marcación hacia la tercera persona. Esta cadena de cambio, marcaría exactamente la dirección contraria a la expuesta en (1), y además sostendría el que los pronombres personales resultan ser una categoría más abstracta que el nombre común o el colectivo, es decir, el pronombre personal visto como forma deíctica determinada por el acto de habla particular.⁸

⁸ La literatura especializada en el comportamiento de los primates ha destacado la distinción entre el sentido de la dominancia (*agency animate hierarchy*) y el de lo común o reciprocidad

Esta segunda interpretación permitiría optar por dar prominencia al grupo, a lo social, el clan o la familia, sin el cual el ser humano no sobreviviría antes que a la agentividad personal. Estas dos directrices implicarían dos rutas de gramaticalización distintas en torno al punto de origen de la marcación plural, una basada en la dominancia del agente y otra fundamentada en las sociedades igualitarias con mayor peso en lo común. Es decir, bases interpretativas que resaltan lo agentivo individual *vs.* el carácter colectivo.

A este respecto, la consideración y reflexión sobre estas dos directrices se insertaría en el compromiso que asumimos durante la búsqueda de explicaciones que son factibles para explicar la evolución lingüística. Recordemos, como lo afirman Heine y Kuteva (2002), que el compromiso principal que se asumen durante la explicación de los cambios diacrónicos es el reflexionar sobre estados de lengua históricos que debieron existir antes de que las lenguas llegaran a evolucionar hasta lo que actualmente son.

4.2 *La evolución de verbo de expresión a modal y causativo*

La investigación comparativa de algunos aspectos gramaticales que se observan en las lenguas yuto-aztecas del noroeste de México permite identificar comportamientos lingüísticos que pueden ser explicados en su globalidad como procesos de cambio diacrónico y postulados como propios de la gramaticalización. De esta manera, en esta sección se aborda el caso de un sufijo causativo, cuya evolución se rastrea a partir de los diferentes contextos en los que formas hipotetizadas de origen pueden explicar los cambios paulatinos. En (6) describo la ruta de gramaticalización que postulo para capturar el cambio de un verbo de expresión a sufijo causativo.

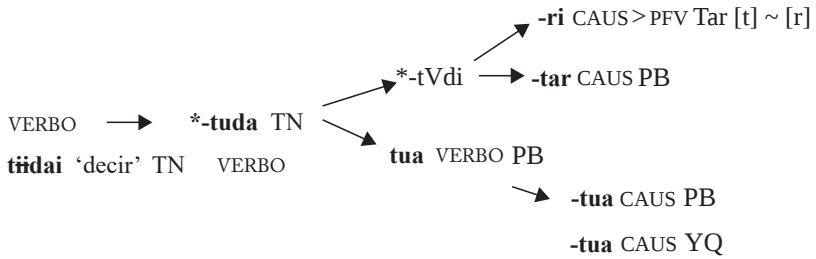
(*communalism: social principle of sharing*) que se establece entre seres humanos que muestran similitudes, por citar algunos véase Kappeler y Silk (2010), Cummins (2006), Hodgson (2011).

(6) Verbo de expresión > modal > causativo

El análisis sobre la gramaticalización paulatina de verbo de expresión, como se ilustra en (7), se apoya en datos comparativos provenientes de varias de las lenguas analizadas, tepehuano del norte (TN), pima bajo (PB), yaqui (YQ) e incluso tarahumara (Tar). En el diagrama (7), se describe de una manera sintética la serie de etapas que seguramente influyeron para culminar con situaciones lingüísticas diferentes. Como punto de inicio propongo el verbo de expresión *ʔíɰdai* ‘decir’, que se ha atestiguado en tepehuano del norte, como se ilustra en (8). El análisis requiere de una forma hipotetizada que contempla un verbo **tVdi* ‘hacer’ para explicar los distintos procesos de cambio que se manifiestan en las otras lenguas analizadas, pero, sobre todo para poder aludir al avance paulatino y coherente de los posibles procesos de cambio fonológico que se han atestiguado en cada una de las lenguas en particular. Entonces, la propuesta de dos verbos, uno empíricamente constatado y otro hipotetizado, es necesaria, al igual que apoyarse en el paulatino cambio fonológico de una de las vocales.

Todo esto, en su conjunto, explica la propuesta de procesos de cambios que validan la presencia de un verbo *tua* ‘obligar’, en pima bajo, como ocurre en (9a), y de la partícula modal *tua*, en (9b). Datos de la lengua yaqui, a su vez, validan la hipótesis propuesta para el proceso de cambio, ya que ahí se logra documentar una partícula modal, como se ilustra en (10), y finalmente, en esa misma lengua, la ocurrencia del sufijo causativo *-tua*, como se ve en (11). El diagrama en (7) captura el panorama global que ilustra la sucesión paulatina de procesos de cambios. Nótese, además, que en ese diagrama también se consigna el cambio del sufijo causativo *-tar*, del pima bajo, en (12), y su posible reducción para culminar como sufijo causativo *-ri*, en tarahumara, que se ilustra en (13):

(7)



Aunque la representación en (7) podría ser rechazada por algunos especialistas de la gramaticalización, el esquema captura la explicación de los procesos de cambio paulatinos tal como los datos empíricos de las lenguas parecen demostrarlo.⁹

(8) Tepehuano del norte

Buana pari-gami gij *ti-tiidai*
 Juan flojo-NMLZ 1SG.SUJ IT-decir.IMPF
 ‘Juan me dice flojo.’

(9a) Pima Bajo (ESTRADA-FERNÁNDEZ, 1998, p. 102)

ig in=*tua* gogos in=soig mua
 3SG.SUJ 1SG.NSUJ=obligar.PFV perro 1SG.NSUJ=mascota matar.PFV
 ‘Él me obligó a matar a mi perro.’

(9b) Pima Bajo (partícula epistémica)

ik *tua* am=taan
 INTER EVI 2SG.NSUJ=preguntar.PFV
 ‘¿Qué fue lo que él realmente te preguntó?’

⁹ Una representación similar sobre la cobertura global de la evolución de verbo a tiempo se proporciona en Lehmann (2015, p. 39), aunque sin proporcionar formas particulares de las lenguas.

- (10) Yaqui (partícula epistémica) (ESTRADA-FERNÁNDEZ, 2009, p. 304)

jiba tua tebaure-ka weye
siempre EVI hambre-NMLZ venir.PRS

‘(Él) verdaderamente siempre viene hambriento.’

- (11a) Yaqui (sufijo causativo) (ESTRADA-FERNÁNDEZ *et al.*, 2015, p. 1369)

Joan Maria-ta jin-tua-k
Juan.NOM María-ACU tapar-CAUS-PFV

‘Juan tapó a María.’

- (11b) Yaqui (sufijo causativo seguido de pasiva, Estrada-Fernández *et al.*, 2004, p. 326)

junak beja aman kubaji-m ji~jiu-tua-wa-k
entonces hasta ahí tambor-PL IT~tocar-CAUS-IMPRS-PFV

‘Así hasta que ahí el tambor es hecho sonar...’

- (11c) Pima Bajo (ESTRADA-FERNÁNDEZ, 1998, p. 74)

ig timiti-m maatim-kad nan-tua¹⁰
DET tortilla-PL nixtamal-INST hacer-CAUS

‘Las tortillas se deben hacer con nixtamal.’

¹⁰ Los ejemplos (9a) y (9b) ilustran los usos no-causativos del sufijo causativo *-tua*. En (9a) se trata de un verbo léxico de ordenar, y en (9b) una partícula epistémica. La causativa morfológica en (11c) muestra el verbo léxico de obligación que ocurre en (9a), ya gramaticalizado como sufijo causativo. El cambio de valencia solamente se observa cuando el argumento causado se encuentra codificado mediante un pronombre; en ese caso, el pronombre del argumento causado ocurre en forma no sujeto, como sería el caso de *in=nan-tua* ‘me hizo hacer’.

- (12) Pima Bajo
Maria lii oob kooks-im-tar
María DIM persona dormir-CONT-CAUS
'María está haciendo dormir al niño.'
- (13) Tarahumara
Juan Maria kachi-ri¹¹
Juan María reír-CAUS'
'Juan hace reír a María.'

Si bien el esquema en (7) organiza globalmente los procesos de cambio que ilustramos de (8) a (12), algunos estudiosos de la gramaticalización objetarían el esquema en (7) como una forma de representar la cadena de cambios, e incluso el que algunos de los elementos realmente siguieran la ruta que se les asigna (representadas mediante flechas en (7)), a pesar de que la realidad empírica es bastante razonable. Todas las formas que se han consignado en las lenguas mencionadas son frecuentes y características de los valores que aquí se proponen, y si se observa con detenimiento, la forma verbal propuesta como inicial contiene todos los segmentos fonológicos vocálicos que en las etapas posteriores emergerán.

Los únicos cambios fonéticos necesarios para completar el panorama global como un proceso de gramaticalización complejo son la metátesis y el rotacismo del grupo consonante dental formado por sonora /d/ segsuido de vocal anterior alta /i/. Ambos procesos se observan muy frecuentemente en pima bajo. Tampoco podemos descartar, de manera rotunda, el incluir al tarahumara, al identificar el sufijo causativo *-ri*. Finalmente, todos los cambios

¹¹ Véase en Estrada-Fernández (2013) el análisis del cambio diacrónico de *-ri* como sufijo de pasado a causativo.

paulatinos consignados en (7) encuentran su justificación en la propuesta de gramaticalización que se consignó en (6), dígase el cambio paulatino de un verbo de expresión a un elemento modal y finalmente a un sufijo causativo.

4.3 Posposiciones en yuto-azteca

Un tercer caso de cambio diacrónico se refiere a las adposiciones. En general, estos elementos han sido estudiados considerando lenguas mayoritarias con amplia tradición escrita. El rasgo más relevante que se pone en prominencia durante su caracterización es el relativo a la posición que ocupan estos elementos en relación al nombre al que se asocian: anterior o posterior, lo que determinará reciban el nombre de preposiciones o posposiciones. Así, Hewson y Bubenik (2006) prefieren el término de adposición porque implica que las adposiciones pueden preceder o seguir a un nombre.

Sin embargo, otros autores se centran en la función relacional de estos elementos, entre ellos, Hagège (2010, p. 1, traducción propia), quien observa este carácter al definir las como “herramientas gramaticales que marcan una relación entre dos partes de una oración, una de ellas, el elemento que es gobernado por la adposición”.¹² Heine y Kuteva (2007), por su parte, discuten los procesos diacrónicos y rutas de gramaticalización que han dado origen a este tipo de elementos en las lenguas del mundo.

En la tradición de los estudios de lenguas yuto-aztecas, casi no existen estudios de corte comparativo que discutan la gramaticalización de las adposiciones considerando más de una o dos lenguas. Las razones de ello se deben, por un lado, en que son escasas las gramáticas o estudios específicos que se han publicado sobre lenguas de esta familia, y por otro, en que además de carecer de fuentes escritas, las que existen se limitan solo a describir

¹² “grammatical tools which mark the relationship between two parts of a sentence: one is the element which an adposition governs” (HAGÈGE, 2010, p. 1).

la existencia de estos elementos, ilustrar dos o tres usos, pero nunca discuten en los procesos de cambio desde la perspectiva diacrónica. Empezar en este contexto un análisis de los procesos de gramaticalización o cambio diacrónico de estos elementos apela al ámbito de lo hipotético, aunque fortalecido por las directrices de lo observado en otras lenguas del mundo.

Un acercamiento de esta índole, actualmente en desarrollo,¹³ considera resultados obtenidos en 16 lenguas yuto-aztecas habladas en el noroeste de México y los Estados Unidos, entre ellas, pima bajo, guarijío, yaqui, tarahumara, névome, tulatülabal, kawaiisu, cupeño, comanche, ute, entre otras. El estudio tiene como objetivo: (a) la comparación de los elementos que se consignan como pre o posposiciones en las diferentes gramáticas, dígase constatación empírica de la ocurrencia de estos elementos en las distintas lenguas; (b) la observación de la función relacional que sostienen con el nombre que se denomina objeto de la pre/posposición, y a partir de ello la identificación de la misma como locativa, comitativa, o instrumental, entre otras; (c) y la postulación de rutas de gramaticalización que las involucran.

Los resultados parciales de este análisis han permitido visualizar algunas tendencias que aún requieren de estudios más amplios, pero al menos han conseguido vislumbrar una ruta de cambio fundamentada principalmente en los ejemplos que se discuten enseguida y los que se ilustran en el Cuadro 1. La ruta propuesta, en (14), implica el cambio de una posposición locativa a instrumental y posteriormente a comitativa. Aunque podría también plantearse como alternativa la ruta: locativo a comitativo y posteriormente a instrumental.

(14) Posposición locativa > instrumental > comitativo

¹³ Proyecto de investigación, *Las posposiciones en gramáticas jesuitas del noroeste de México*, actualmente en curso bajo la responsabilidad de Estrada-Fernández.

Debido a la escasez de datos, a la que nos hemos referido anteriormente, y al proceso mismo en desarrollo de esta investigación, es, por ahora, imposible atribuir un origen verbal claro a las formas de origen de las posposiciones bajo estudio, aunque sí se acude a la ruta alternativa de que algunas pre/posposiciones derivan de nominales asociados a partes del cuerpo, origen que ha sido ya documentado para distintas lenguas del mundo (HEINE, 2014).

El análisis de los datos empíricos que resultan de la comparación de las posposiciones en las 16 lenguas que mencionamos y que se ilustran en (15), (16) y (17) permite proponer, como origen diacrónico una posposición, la raíz monosilábica que expresa una parte del cuerpo, *-ma* ‘mano’. Heine (2014, p. 13, traducción propia) indica que términos que denotan partes del cuerpo, como en nuestro análisis sería el de mano, suelen ser fuente u origen que permite expresar “otros dominios de la experiencia humana”.¹⁴ Proceso de extensión de significado que implica una “transferencia cognitiva”, según este autor.¹⁵ En la obra de Heine (2014), se consideran algunos de los estudios, especialmente Sreekumar (2013), que identifica, en el antiguo tamil, la gramaticalización del caso locativo a partir de una parte del cuerpo.

Los datos en (15), (16) y (17) son ilustrativos para explicar la ruta que se propone para la gramaticalización del nombre que denota una parte del cuerpo, **ma* ‘mano’, como locativo, instrumental y comitativo. El razonamiento cognitivo central para postular la ruta en (14) se valida a través de usos lingüísticos que se observan en lenguas de la familia yuto-azteca, como se ilustra de (15) al (17):

¹⁴ “*the use of a term for a body part is extended to also express concepts belonging to other domains of human experience*” (HEINE, 2014, p. 13).

¹⁵ “*cognitive transfer*” (HEINE, 2014, p. 13).

- (15) Locativo
- | | | |
|------------|-------------|---------|
| Comanche | - <i>ma</i> | ‘sobre’ |
| Pima bajo | - <i>am</i> | ‘en’ |
| Tarahumara | - <i>na</i> | ‘en’ |
- (16) Comitativo
- | | | |
|------------|-------------|--------------------------------|
| Tarahumara | - <i>ma</i> | ‘con’ (<i>with</i>) |
| Comanche | - <i>ma</i> | ‘con, por’ (<i>with, by</i>) |
- (17) Instrumental
- | | | |
|------------|-------------|-------|
| Tarahumara | - <i>ma</i> | ‘con’ |
|------------|-------------|-------|

La similitud de forma fonética de las posposiciones que se ilustran de (15) al (17), y que provienen de distintas lenguas yuto-aztecas, permite validar la extensión semántica que explica que la parte del cuerpo **ma* ‘mano’ sea el origen de la posposición locativa en comanche, pima bajo y tarahumara en la que seguramente la “transferencia cognitiva” a la que alude Heine (2014) se valida en una situación cognitiva como la que se ilustra en lengua yaqui, en (18), donde la denotación de una parte del cuerpo se apoya mediante una posposición locativa para expresar ‘el dolor está, o se posiciona en mi mano’, aunque la al español se interprete como ‘tengo mucho dolor en la mano’. Esto sin olvidar que, hasta hoy, no se ha documentado en esta lengua el uso de alguna posposición relacionada con la parte del cuerpo *mamam* ‘mano’.

- (18) Yaqui
- | | | |
|------|--------|----------------|
| ousi | ko’oko | mam- <i>po</i> |
| INT | dolor | mano-LOC |
- ‘Tengo mucho dolor en la mano.’

Posteriormente, el razonamiento cognitivo determina la extensión del uso de la posposición hacia la expresión de un instrumento, como en los ejemplos del tarahumara que se consignan en (19), donde el nombre *ma* ‘mano’, actualmente no productivo en la lengua, ocurre lexicalizado, según lo expone Copeland (2000, p. 432), en el verbo *batuma* ‘moler mediante el uso de la mano’ y *mahtaka* ‘mano del metate’ que alude a la piedra que se elige para ‘moler en el metate’, véase (19). Asimismo, Copeland (2000, p. 432) proporciona una lista de distintos verbos del tarahumara que, de acuerdo a su análisis, hacen uso del antiguo término para denotar ‘mano’, mismo que reproducimos en el Cuadro 1:¹⁶

- (19) Tarahumara
batuma ‘moler’ (moler con la mano)
mahtapara ‘metate’ (instrumento o piedra para moler en el metate)

Cuadro 1: Verbos con *ma*

(continua)

Señalar:	<i>mahowa</i>	‘señalar, remarcar’
Colocar/Poner:	<i>mana-ma</i>	‘poner, colocar (con la mano)’
	<i>mana-ma</i>	‘hacer cerveza (maíz) (moler)’
	<i>maní</i>	‘poner, colocar (con la mano)’
	<i>manaso</i>	‘esparcir con la mano, desarreglar’
	<i>maco-ma</i>	‘poner la mano (en algo)’
Agarrar:	<i>mako-ma</i>	‘agarrar con la mano, sujetar’
Cargar:	<i>mato-ru</i>	‘cargar (cargar en los hombros)’
	<i>ma, mea</i>	‘traer, cargar’

¹⁶ Con el término *metate*, forma hispanizada de *metatl*, proveniente del náhuatl *metatl* ‘piedra de moler en el metate’, y relacionado con *metlapilli* ‘hijo del metate’ porque ayuda a moler.

Cuadro 1: Verbos con *ma*

(conclusão)

Aplaudir:	<i>mata</i>	‘aplaudir, batir palmas’
Golpear:	<i>macoco-ma</i>	‘golpear (con el puño)’
Moler:	<i>batu-ma</i>	‘moler (con la mano)’
Extraer:	<i>ma’ci-bu-ma</i>	‘sacar, extraer (con la mano)’
Dar, pagar:	<i>mahteta</i>	‘dar, dar pago en especie’
Agradecer:	<i>mahtetera ba</i>	‘agradecer (gesto de gratitud)’
Pedir:	<i>mahtetera ba</i>	‘¡Por favor! (petición cortés)’

Fuente: COPELAND, 2000, p. 432.

Estas evidencias permiten proponer que la cadena de gramaticalización inicia cuando el nombre que denota la parte del cuerpo ‘mano’ se gramaticaliza como una posposición locativa, posteriormente como instrumental y, posteriormente, el nombre se extiende para indicar ‘acompañante’, dígase funcionar como posposición comitativa. Esto implicaría un razonamiento donde la mano habría pasado de indicar ‘lo que está ahí’ (locativo) a ‘con lo que hago cosas’ (instrumento) y finalmente ‘lo que me acompaña’ (comitativo).

El proceso de cambio de parte del cuerpo a posposición locativa y su posterior gramaticalización como posposición con otros valores solamente puede explicarse si sostenemos la noción de transferencia cognitiva propuesta por Heine (2014). El fenómeno en sí justifica que se denomine un caso prototípico de gramaticalización, aunque el proceso cognitivo de origen solamente se pueda constatar en apenas una de las lenguas, como en yaqui, aunque no con un cognado de la parte del cuerpo. En esta lengua, no se ha constatado el nombre singular de mano, sino solamente la lexicalización como forma reduplicada de plural *mamam* ‘mano’ o ‘manos’.

5 Reflexiones finales

En este trabajo he discutido procesos de cambio observados en lenguas yuto-aztecas habladas en la actualidad en la región de la Sierra Madre Occidental, conocida como Sierra Tarahumara. Las lenguas mantienen su identidad, pero también muestran rasgos que permiten identificar procesos de cambio específicos.

Los procesos de cambio indican rutas que han sido propuestas como factibles en estudios como Heine y Kuteva (2002), aunque no en lo específico. Sin embargo, analizar estos fenómenos de gramaticalización tratando de comprobar el cumplimiento de ciertos parámetros, entre ellos la erosión o reducción fonológica, integridad semántica, o pérdida o blanqueamiento del significado como lo describen Heine y Kuteva (2007), paradigmaticidad, o variación paradigmática y sintagmática (LEHMANN, 2015), no resulta ser tan factible. Primero porque el análisis muestra que nos encontramos con formas con un fuerte grado de reducción fonológica, y la escasez de datos impide mostrar la fuente de origen de estos procesos. Sin embargo, también podríamos señalar las dificultades que surgen si se trata de sostener parámetros como la paradigmaticidad o de variabilidad sintagmática.

Lo expuesto en este trabajo permite argumentar la existencia de procesos de cambio de carácter universal y resaltar la integridad genética de las lenguas al mostrar ser consistente con ciertas direcciones de cambio, e incluso, hipotetizar sobre la posible influencia del contacto entre lenguas, lo cual no se discutió en este trabajo. El escenario final obliga a tomar distancia de una propuesta fundamentada en parámetros teóricos como los mencionados, sin desmerecer el análisis desarrollado.

6 Bibliografía

BERMÚDEZ-OTERO, Ricardo; TROUSDALE, Graeme. Cycles and continua: on unidirectionality and gradualness in language change. *In*: NEVALAINEN, Terttu; TRAUGOTT, Elizabeth C. **The Oxford Handbook of the History of English**. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 691-720.

BISANG, Walter. Gramaticalización y variación tipológica. *In*: REGÚNAGA, María Alejandra; SPINELLI, Silvia Andrea; ORDEN, María Emilia. **IV Encuentro de Lenguas Indígenas Americanas-ELIA**: libro de actas. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa. 2018. Disponible en: [http://www.unlpam.edu.ar/images/extension/edunlpam/Actas %20ELIA%20-%20UNLPam.pdf](http://www.unlpam.edu.ar/images/extension/edunlpam/Actas%20ELIA%20-%20UNLPam.pdf). Acceso en: 5 febrero 2020.

BURGESS, Don. Western Tarahumara. *In*: LANGACKER, Ronald W. (Ed.). **Studies in Uto-Aztecan Grammar**. Dallas: The Summer Institute of Linguistics; The University of Texas at Arlington, 1984. v. 4 [Southern Uto-Aztecan Grammatical Sketches]. p. 1-149.

BYBEE, Joan L.; DAHL, Östen. The creation of tense and aspect systems in the languages of the world. **Studies in Language**, Amsterdam, v. 13, n. 1, p. 51-103, Jan. 1989.

CANGER, Una. **Mexicanero de la Sierra Madre Occidental**. México: El Colegio de México, 2001. (Archivo de Lenguas Indígenas de México).

CASAD, Eugene H. Cora. *In*: LANGACKER, Ronald W. (Ed.). **Studies in Uto-Aztecan Grammar**. Dallas: The Summer Institute of Linguistics, 1984. v. 4 (Southern Uto-Aztecan Grammatical Sketches). p. 154-459.

COPELAND, James E. The grammaticalization of lexicalized manual gesture in Tarahumara. *In*: LOCKWOOD, David G.; FRIES, Peter Howard; COPELAND, James E. (Eds.). **Functional Approaches to Language, Culture, and Cognition: Papers in Honor of Sydney M. Lamb**. Amsterdam: John Benjamins, 2000. p. 427-443.

CUMMINS, Denise D. Dominance, status, and social hierarchies, *In*: BUSS, D. M. (Ed.). **The Handbook of Evolutionary Psychology**. Hoboken: Wiley, 2006. p. 676-697.

DAKIN, Karen. Prólogo. *In*: ESTRADA-FERNÁNDEZ, Zarina; BUITIMEA VALENZUELA, Crescencio; GURROLA CAMACHO, Adriana E.; CASTILLO CELAYA, María Elena; CARLÓN FLORES, Anabela. **Diccionario yaqui-español y textos**: obra de preservación lingüística. México: Editorial Plaza; Valdés/Universidad de Sonora, 2004, p. 13-20.

DIESSEL, Holger. **Demonstratives**: Form, function and grammaticalization. Amsterdam: John Benjamins, 1999.

DIXON, Robert M. W. Ergativity. **Language**, [S.l.], v. 55, p. 59-138, 1979.

ESTRADA-FERNÁNDEZ, Zarina. **Pima bajo de Yepachi, Chihuahua**. México: El Colegio de México, 1998. (Archivo de lenguas indígenas de México).

ESTRADA-FERNÁNDEZ, Zarina; BUITIMEA VALENZUELA, Crescencio; GURROLA CAMACHO, Adriana E.; CASTILLO CELAYA, María Elena; CARLÓN FLORES, Anabela. **Diccionario yaqui-español y textos**: obra de preservación lingüística. México: Editorial Plaza; Valdés/Universidad de Sonora, 2004.

ESTRADA-FERNÁNDEZ, Zarina. La modalidad en yaqui. *In*: ARZÁPALO MARÍN, Ramón (Ed.); MOCTEZUMA ZAMARRÓN, José Luis (Comp.). **Lingüística Amerindia**. Aportaciones recientes. México: Instituto de Investigaciones Antropológicas. Universidad Nacional Autónoma de México, 2009, p. 289-310.

ESTRADA-FERNÁNDEZ, Zarina. Génesis de la subordinación en tarahumara de Pahuírachic, Chihuahua. **UniverSOS**: revista de lenguas indígenas y universos culturales, Valencia, v. 10, p. 141-153, 2013.

ESTRADA-FERNÁNDEZ, Zarina; TUBINO, Mercedes B.; VILLALPANDO, Jesús F. Valency classes in Yaqui. *In*: MALCHUKOV, Andrej; COMRIE, Bernard (Eds.). **Valency Classes in the World's Languages**. Berlin: De Gruyter, 2015. v. 2, p. 1339-1369. (print book).

ESTRADA-FERNÁNDEZ, Zarina. Grammaticalization in Uto-Aztecan languages from northwestern Mexico. *In*: BISANG, Walter; MALCHUKOV, Andrej (Eds.). **Grammaticalization Scenarios: Areal patterns and Cross-Linguistic Variation. A comparative Handbook**. Berlin: De Gruyter, En prensa.

FOX, Anthony. **Linguistic Reconstruction: An Introduction to Theory and Method**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

FRAJZYNGIER, Zygmunt. Towards a non-aprioristic syntactic theory. **Faits des Langues**, [S.l.], v. 35-36, p. 9-40, 2010.

FUB, Eric. **The Rise of Agreement: A formal approach to the syntax and grammaticalization of verbal inflection**. Amsterdam: John Benjamins, 2005.

GIVÓN, T. On the Development of the Numeral 'one' as an Indefinite Marker. **Folia Linguistica Historica**, [S.l.], v. 2, p. 35-53, 1981.

GIVÓN, T. **The Genesis of Syntactic Complexity**. Amsterdam: John Benjamins, 2009.

GIVÓN, T. **Ute Reference Grammar**. Amsterdam: John Benjamins, 2011.

GIVÓN, T. Internal reconstruction: As method, as theory. *In*: GIVÓN, T. **The Diachrony of Grammar**. Amsterdam: John Benjamins, 2015. Cap. 29, p. 731-770.

GIVÓN, T. Beyond Structuralism: Exorcising Saussure's ghost. *In*: GIVÓN, T. **The Diachrony of Grammar**. Amsterdam: John Benjamins, 2015. Cap. 31, p. 787-800.

GÓMEZ, Paula. **El huichol de San Andrés Cohamiata**. México: El Colegio de México, 2000. (Archivo de Lenguas Indígenas de México).

HAGÈGE, Claude. **Adpositions**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

HANCIL, Sylvie; POST, Margje; HASELOW, Alexander. Introduction: Final particles from a typological perspective. *In*: HANCIL, Sylvie; POST, Margje; HASELOW, Alexander (Eds.). **Final particles**. Berlin: Walter de Gruyter, 2015. p. 3-35.

HASPELMATH, Martin. Framework-free grammatical theory. *In*: HEINE, Bernd; NARROG, Heiko (Eds.). **The Oxford Handbook of Grammatical Analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HASPELMATH, Martin. How comparative concepts and descriptive linguistic categories are different (revised). **Zenodo**, [S.l.], Jan. 2018. Disponible en: <https://zenodo.org/record/1158392>. Acceso en: 5 febrero 2020.

HEINE, Bernd; REH, Mechtild. **Grammaticalization and reanalysis in African languages**. Hamburg: Helmut Buske Verlag, 1984.

HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike; HÜNNEMEYER, Frederike. **Grammaticalization: A conceptual Framework**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

HEINE, Bernd. Indefinite articles. *In*: HEINE, Bernd. **Cognitive Foundations of Grammar**. New York: Oxford University Press, 1997.

HEINE, Bernd; KUTEVA, Tania. **World Lexicon of Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

HEINE, Bernd; KUTEVA, Tania. **The Genesis of Grammar**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

HEINE, Bernd; KUTEVA, Tania. Grammaticalization theory as a tool for reconstructing language evolution. *In*: TALLERMAN, Maggie; GIBSON, Kathleen. **The Oxford Handbook of Language Evolution**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 512-522.

HEINE, Bernd. The Body in Language: Observations from Grammaticalization. *In*: BREZINGER, Matthias; KRASKA-SZLENK, Iwona (Ed.). **The Body in Language**. Leiden: Brill, 2014. p. 11-32.

HEWSON, John; BUBENIK, Vit. **From Case to Adposition**. Amsterdam: John Benjamins, 2006.

HILL, Jane H. **A Grammar of Cupeño**. Berkeley: University of California Publications. Linguistics, 2005. v. 136.

HODGSON, Geoffrey. Evolutionary approaches. *In*: JARVIE, Ian C.; ZAMORA-BONILLA, Jesus. **The SAGE Handbook of the Philosophy of Social Sciences**. Sage: Los Angeles, 2011. p. 413-427.

HOPPER, Paul; TRAUOGOTT, Elizabeth. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003 [1993].

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA. **XIII Censo de Población y Vivienda 2010**. Aguascalientes: INEGI, 2010. Disponible en: <https://www.inegi.org.mx/programas/ccpv/2010/>. Acceso en: 5 febrero 2020.

KAPPELER, Peter M.; SILK, Joan B. **Mind the Gap: Tracing the Origins of Human Universals**. Berlin: Springer, 2010.

KILLIE, Kristin. The early grammaticalization of progressive constructions with a focus on the English progressive. *In*: HAUG, Dag T. T. (Ed.). **Historical Linguistics 2013: Selected papers from the 21st International Conference on Historical Linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, 2015. p. 213-232.

KURYŁOWICZ, Jerzy. The evolution of grammatical categories. **Diogenes**, [S.l.], v. 13, n. 51, p. 55-71, 1965.

LANGACKER, Ronald W. **Studies in Uto-Aztecan Grammar: An Overview of Uto-Aztecan Grammar**. Dallas: Summer Institute of Linguistics; University of Texas at Arlington, 1977. v I.

LEHMANN, Christian. **Thoughts on grammaticalization**. 3 ed. Berlin: Language Science Press, 2015 [1982, 1995, 2002]. (Classics in Linguistics 1).

MEILLET, Antoine. **Le méthod comparative en linguistique historique**. Oslo: H. Aschehoug & Co. [Paris: Honoré Champion], 1970 [1925].

PRESS, Margaret L. **Chemehuevi: A Grammar and Lexicon**. Berkeley: University of California Press, 1979.

SILVERSTEIN, Michael. Hierarchies of features and ergativity. *In*: DIXON, Robert M. W. (Ed.). **Grammatical Categories in Australian languages**. Canberra: Australian Institute of Aboriginal Studies, 1976. p. 112-171.

SREEKUMAR, P. Grammaticalization of body part term *kāl ‘leg, foot’ into locative case in South Davidian I, **Osmania Papers in Linguistics**, v. 36, p. 262-276, 2010.

WIEMER, Björn. Quo vadis grammaticalization theory? Why complex language change is like words. **Folia Linguistica**, [S.l.], v. 48, n. 2, p. 425-467, 2014.

WILLET, Thomas L. **A Reference Grammar of Southeastern Tepehuan**. Dallas: The Summer Institute of Linguistics; The University of Texas at Arlington, 1991.

Abreviaturas

ACU	acusativo
APV	agente, paciente, verbo
CAUS	causativo
CONT	continuo
DET	determinante
DIM	diminutivo
EVI	evidencial
IMPF	imperfectivo
IMPRS	impersonal
INST	instrumento
INT	intensivo
INTER	interrogativo
IT	iterativo
LOC	locativo
NOM	nominativo
NMLZ	nominalizador
NSUJ	no-sujeito
PFV	perfectivo
PL	plural
PRS	presente
SG	singular
SOV	sujeito, objeto, verbo
SUJ	sujeito
1	primeira pessoa
2	segunda pessoa
3	terceira pessoa

CAPÍTULO 5

PRESENCIA SANTIAGUEÑA EN BUENOS AIRES: ASPECTOS CULTURALES Y LINGÜÍSTICOS COMO MARCADORES IDENTITARIOS

Marcelo Pagliaro

Universidad Nacional de Moreno

Adriana Speranza

Universidad Nacional de Moreno/CIC

Universidad Nacional de La Plata

1 Introducción

La Argentina protagoniza desde las primeras décadas del siglo pasado importantes procesos de migración interna hacia las grandes ciudades; procesos que continúan desarrollándose en la actualidad. En este marco, nos interesa detenernos en el sector constituido por los habitantes oriundos de la provincia de Santiago del Estero (en adelante SDE) en el Área Metropolitana de la Ciudad de Buenos Aires¹ (en adelante AMBA). Su presencia se observa en el desarrollo cotidiano de las grandes ciudades y las localidades que constituyen las respectivas periferias de los espacios urbanos. Es el caso de los santiagueños radicados en el norte y oeste del AMBA, quienes llevan adelante una importante cantidad de actividades con las cuales reafirman su identidad cultural y lingüística.

¹ El Área Metropolitana de la Ciudad de Buenos Aires está integrada por los 24 partidos que rodean a la Ciudad de Buenos Aires e integran junto a ella el también denominado Gran Buenos Aires o Conurbano bonaerense.

En esta ocasión tomamos como unidades de análisis dos espacios convocados por miembros de la comunidad santiagueña: los festejos de Nuestro Señor de los Milagros de Mailín en la localidad de Villa de Mayo, partido de Malvinas Argentinas, y el taller de lengua quichua “Caypi Quichuapi Rimaycu” (“Aquí hablamos quichua”) que se desarrolla en la localidad de Moreno. Ambas localidades son linderas geográficamente y se ubican, respectivamente, en la zona norte y oeste del segundo cordón del AMBA.

Estas acciones se enmarcan dentro de un proyecto de investigación más amplio que se propone conocer las características sociolingüísticas de la población perteneciente al AMBA y reconocer la importancia social de las migraciones en relación con la conformación de diferentes variedades de español como resultado del contacto lingüístico, en particular, con las lenguas quechua/quichua y guaraní por ser las de mayor presencia en la zona². En investigaciones anteriores hemos verificado la convivencia de habitantes de distinto origen, ya sea de distintas provincias de la Argentina o de países limítrofes donde se produce el contacto del español con lenguas prehispánicas, en particular con el guaraní y el quechua/quichua (MARTÍNEZ; SPERANZA; FERNÁNDEZ, 2009; SPERANZA, 2005, 2014, 2019; SPERANZA; FERNÁNDEZ; PAGLIARO, 2012; SPERANZA; PAGLIARO; BRAVO DE LAGUNA, 2018).

Nuestro trabajo se encuadra dentro de los lineamientos de la Sociolingüística (DURANTI, 2000; GUBER, 2006; MORENO FERNÁNDEZ, 1990) y la Antropología Social. La metodología utilizada, espacio en el que convergen ambas disciplinas, ha sido la exploración etnográfica a través de la implementación de entrevistas, conversación dirigida, observación

² Este artículo forma parte del Proyecto de Investigación: “*La lectura y la escritura en la Universidad: un abordaje para el desarrollo de prácticas sociodiscursivas tendientes a la inclusión y el desarrollo profesional*” correspondiente a la Convocatoria de Proyectos de Investigación Científica y Desarrollo Tecnológico (PICYDT) UNM 2016, financiado por la Universidad Nacional de Moreno, bajo la dirección de Adriana Speranza.

participante y registro de campo. Los datos obtenidos han sido analizados cualitativamente. La obtención de los datos y el acceso a los consultantes estuvo a cargo de los investigadores. Desde este marco, asumimos la contribución de la Etnografía en palabras de Hymes, para quien “la etnografía posee la potencialidad de ayudar a superar la división de la sociedad en aquellos que saben y aquellos acerca de los que se sabe” (HYMES, 1993, p. 189).

Desde la Antropología, nos interesa abordar el concepto de identidad cultural “...como una representación y una práctica de pertenencia a un lugar a partir de las cuales se definen los límites de un territorio que, desde el punto de vista de los sujetos, posee una identidad que lo distingue de otros territorios” (SAFA, 1998, p. 174).

Al analizar a los migrantes como grupo social nos interesa reflejar su capacidad de interacción con la sociedad mayoritaria en el contexto de la reflexión sobre la identidad cultural como construcción política (JULIANO, 1992, p. 55), en el marco de relaciones de negociación y conflicto (GARCÍA CANCLINI, 2004, p. 21) y como colectividades imaginadas con grados variables de cohesión y eficacia simbólica (LINS RIBEIRO, 2004, p. 167).

Nos proponemos describir algunas de las estrategias desarrolladas por estos grupos para el sostenimiento de los lazos identitarios que vinculan a los miembros del conjunto entre los cuales se destacan, en un caso, los aspectos religiosos y, en el otro, la voluntad de revitalización de la lengua como contraparte del proceso de reversión en el que esta se encuentra, considerando que el Estado argentino ha operado cultural y políticamente para favorecer la sustitución del quichua por el español en SDE.

En este marco, nos aproximamos a las formas de intervención, los roles asumidos por los distintos actores y las estrategias desplegadas en ambos contextos para el mantenimiento y transmisión de elementos culturales y lingüísticos que acompañan el proceso de conformación de

la identidad migrante en los espacios urbanos con énfasis en la situación de *la quichua*, designación con la que se conoce entre los hablantes a la variante regional utilizada en SDE (ALBARRACÍN, 2016, p. 137).

En este capítulo presentamos, en primer lugar, una breve descripción sobre los santiagueños migrantes en la provincia de Buenos Aires (§2). A continuación, brindamos un panorama sobre la situación lingüística generada a partir de la migración de la población quichuista (§3), luego analizamos los eventos que constituyen nuestras unidades de análisis (§4) y finalizamos con algunas conclusiones preliminares sobre el trabajo realizado (§5).

2 Santiagueños en Buenos Aires: identidad, conflicto y migración

SDE es una provincia perteneciente a la región noroeste de la Argentina. Como hemos anticipado, desde la década de 1930, protagoniza, junto con otras provincias de la región, un proceso de migración interna hacia los grandes centros urbanos. Datos oficiales correspondientes al Censo Nacional del año 2010 indican que la población nacida en SDE y radicada en la provincia de Buenos Aires alcanza los 274.059 habitantes, el 6,7% del total de migrantes internos no nacidos en la esa provincia (DIRECCIÓN PROVINCIAL DE ESTADÍSTICAS, 2014, p. 13). De estos migrantes, un grupo importante procede de la zona central de SDE, zona comprendida por la Mesopotamia delimitada por los ríos Salado y Dulce, en la que aproximadamente 150.000 personas (15% de la población total de la provincia) hablan la lengua quichua, son bilingües quichua-español (ALBARRACÍN, 2016, p. 137).

Esta lengua y su pervivencia en SDE constituyen un fenómeno particular desde su llegada a la región en época prehispanica. Su consolidación como lengua luego durante la conquista y colonización se debe a un proceso identitario particular en el contexto de la cultura nacional argentina con una población autodefinida como criolla que habla una

lengua prehispánica y que se ha mostrado resistente a la homogeneización modernizante. En este sentido, Grosso (1997) sostiene:

La identidad “santiagueña” construye un espacio a medio camino entre la identidad nacional y una identidad étnica. Es casi una identidad étnica en la identidad nacional. Al afirmar: “los indios están todos muertos”, el “santiagueño” introyecta la exclusión y aniquilación hegemónica, colonial y nacional del “indio”. A nivel terminológico, el “indio” muerto ha sido interiorizado, bloqueando cualquier identificación con él. Pero dentro de su identidad nacional “argentino”, el “santiagueño” coloca su diferencia, como hemos visto, en el idioma y en el ritual, en los que el “indio” (aún en su homogeneización no cuestionada, pero donde se puede todavía guardar sus experiencias históricas y sus tradiciones) no está tan muerto así. (GROSSO, 1997, p. 152)

A este proceso, producto del mestizaje con los españoles en el periodo colonial y el exterminio/asimilación de las comunidades indígenas de la zona, se suman las migraciones constantes que dieron como resultado una retracción en el uso de *la quichua* y la profundización de un proceso de dislocación –especialmente demográfica– y sustitución en favor del español (ALDERETES; ALBARRACÍN, 2004, p. 86-87). En efecto, los testimonios obtenidos en el trabajo de campo y en los registros de la observación participante confirman esta situación. Los consultantes sostienen que la cultura santiagueña no es parte de la cultura indígena. En la cultura santiagueña, la lengua quichua opera como un factor aglutinante y es fuente de la identidad regional así como la situación de bilingüismo³

³ Mario Tebes (comunicación personal) en el marco de sus clases en el Instituto de Lingüística de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, año 2002.

que se observa entre los hablantes de SDE. La reflexión histórica sobre la constitución de la identidad en esta provincia exige el análisis de otros factores históricos y socioculturales que exceden los objetivos de este trabajo.

En síntesis, sostenemos una concepción de la identidad cultural como una construcción histórica (PAGLIARO, 2012, p. 25) fruto de un proceso de luchas por los sentidos donde lo local y lo nacional se cruzan en distintas etapas de la conformación del Estado Nación y de las tendencias culturales actuales.

3 Situación lingüística actual

El conflicto lingüístico observado a partir de los procesos migratorios expuestos ha dado lugar a un *multilingüismo social* producto de situaciones históricas fuertemente marcadas por diferencias sociales. El bilingüismo quichua-español se basa en un conflicto sociohistórico de la provincia de SDE; el quichua estuvo censurado en las escuelas y conformó una especie de relicto folclorizante alimentado desde sectores de la élite política y económica de la provincia (ALBARRACÍN, 2016; ALDERETES, 2001). Así lo manifiestan los testimonios de los entrevistados⁴:

Yo soy nacida en el monte santiagueño, en Chilcan, Departamento Sarmiento, a orillitas del Salado, así que toda mi familia es quichuista [...] nuestra infancia fue quichuista y bueno o sea que desde que nacimos escuchamos el quichua de nuestros padres abuelos y el contexto donde estamos es este [...] entonces es parte de nuestra infancia; eso chicos aquí quichuistas donde llegamos

⁴ Las siglas utilizadas en todos los testimonios citados corresponden a criterios internos de organización del corpus que ha sido obtenido por los miembros del equipo y no ha sido publicado aún.

a la escuela y no se nos permite hablar nuestro idioma donde a veces tenemos castigos por hablar o sea que muy reprimido en ese tema entonces crecemos con ese miedo después salimos de nuestro lugar de una manera por ahí violenta porque no queremos dejar nuestro lugar pero bueno la situación económica hace que nuestros padres, abuelos, tíos tengan que dejar esos lugares. (E. 1)

En este marco, la lengua quichua se encuentra en situación *diglósica* respecto del español. Los hablantes de quichua en el AMBA son hablantes *bilingües*. Proponemos aquí el concepto de *bilingüismo* como un continuo dinámico que incluye habilidades lingüísticas diversas para producir/comprender distintos tipos de emisiones en más de una lengua (SPOLSKY, 1992). A estas habilidades debemos sumar las habilidades sociolingüísticas por las cuales el individuo es capaz de formar parte de las interacciones en las que es reconocido por los miembros de la *comunidad* como un integrante.

Se cruzan aquí el aspecto social e individual del fenómeno ya que, más allá de cuánto y cómo un individuo ha desarrollado el conocimiento lingüístico, es necesaria su participación en la *comunidad de habla* (en adelante CH) en términos de identidad y aceptación social. Desde esta perspectiva, partimos de un concepto de CH que incluye a aquellos individuos con distinto grado de conocimiento de la lengua de origen (DORIAN, 1982), en este caso, la lengua quichua. Este conocimiento está dado, entonces, por las habilidades lingüísticas y no lingüísticas que los hablantes poseen, es decir, su *competencia comunicativa*, entendida como conocimiento de la/s lengua/s y de su uso pertinente en una situación dada dentro de una comunidad determinada (HYMES, 1976).

Proponemos y retomamos el concepto de bilingüismo diglósico (SPERANZA, 2019) para describir el uso que algunos miembros de la CH realizan de la lengua aprendida en el lugar del cual provienen,

su *lengua de origen*, en este caso, la lengua quichua. Las situaciones en las que los hablantes hacen uso alternante de las lenguas se alejan de las situaciones descritas en la bibliografía clásica (FERGUSON, 1959) por lo que hemos optado por otros planteos más acordes con las situaciones observadas; planteos que se encuadran en lo que algunos autores han denominado *diglosia ampliada* (FISHMAN, 1972; ROMAINE, 1996). Como hemos sostenido en trabajos anteriores (SPERANZA, 2019), los hablantes seleccionan la lengua de acuerdo con el conocimiento que poseen de la situación comunicativa y de las expectativas de los participantes de la red a la que pertenecen. Este conocimiento exige una adecuación que, entre otras estrategias, se manifiesta a través de la selección de la lengua. Los usos dan cuenta de la relación que los hablantes mantienen con la lengua, que puede ser la lengua propia o de sus ancestros; usos fuertemente ligados a las representaciones que poseen desde los grupos de pertenencia familiar y en las redes sociales más amplias.

El lenguaje integra una representación en el imaginario de cada sujeto en relación con las evaluaciones individuales pero también en relación con las evaluaciones colectivas hacia las diversas lenguas que coexisten en un determinado espacio social (ABRIC, 1989). En este marco, los grupos minoritarios ponen en juego dichas evaluaciones por las cuales el prestigio/prejuicio de las formas lingüísticas participa del espacio de negociación social implicado en la construcción de una nueva identidad, en este caso, como migrante (SPERANZA; PAGLIARO, 2015). Las decisiones surgidas de la puesta en ejercicio de estas representaciones poseen implicancias diversas. Sabemos que los sujetos pueden, como se observa en el taller, autoafirmarse en su identidad migrante como miembros de una comunidad de habla determinada por una lengua distinta de la lengua del lugar de migración o pueden optar por silenciarla en su proceso de asimilación a la cultura receptora. Más allá de las estrategias llevadas

adelante por cada individuo y por la CH, el lenguaje es reconocido como un factor central en el proceso de sostenimiento de los aspectos más generales relacionados con la cultura:

Por tanto, aunque el mantenimiento de la cultura sobreviva el de la lengua, las pautas culturales son distintas cuando la lengua está presente. Claro que la lengua no es causa suficiente o garantía de todas las pautas culturales que se asocian con la misma. Los antropólogos han encontrado pueblos pequeños que mantienen su ‘identidad’ porque han mantenido su sistema agrícola o su sistema tradicional de parentesco, si bien perdieron su lengua. No obstante, dada la ambigüedad de la ‘identidad’ bajo tales circunstancias, es necesario añadir que la mayoría de las culturas se guían bajo el efecto ‘dominó’, y cuando uno de sus principales puntales (digamos la lengua) se pierde, muchos otros puntales se debilitan seriamente y también se pierden. La PRDL [Promoción de la reversión del desplazamiento lingüístico] y el *mantenimiento lingüístico* (ML) no se tratan de la lengua misma, sino de la lengua y la cultura. La PRDL es un intento de fomentar, modelar, obtener y dar asistencia a una pauta y a un contenido específicos de la lengua y la cultura. La PRDL también se explica como la reconstrucción y la autorregulación cultural. (HIDALGO, 2003, p. 53-54)

Por su parte, los miembros de la sociedad mayoritaria participan de este proceso con sus propias representaciones hacia las lenguas aportadas por los grupos migrantes, a través de la puesta en funcionamiento de las representaciones compartidas con sus grupos de pertenencia.

En este sentido, nos interesa la perspectiva de los actores respecto de la percepción individual sobre la lengua como vehículo de construcción

de la identidad santiagueña que los diferencia, dentro de un contexto social multicultural como es el AMBA. En el contexto del taller, la lengua quichua opera como un diacrítico o marcador cultural central a partir del cual se construyen distintas representaciones sobre la cultura santiagueña.

4 Aproximación a los casos

Los espacios de interacción estudiados poseen como elemento común a los migrantes en Buenos Aires. Estos grupos se ven congregados, en principio, por aspectos distintos. Más allá del lugar que ocupan los elementos convocantes en cada una de las manifestaciones analizadas, observamos puntos de convergencia con los cuales se identifican los participantes. En particular, nos detendremos en el lugar que la lengua ocupa en cada caso. Para ello, ejemplificaremos con datos obtenidos de la observación participante, de las entrevistas y de conversaciones dirigidas. En lo que respecta a las entrevistas, los datos corresponden a 5 consultantes: 4 mujeres y 1 hombre. Las edades van entre los 42 y los 59 años.

4.1 *Nuestro Señor de los Milagros de Mailín en Villa de Mayo*

Los santiagueños en Buenos Aires despliegan una serie de acciones relacionadas con la religiosidad popular entre las que se destaca por su capacidad de convocatoria la fiesta de Nuestro Señor de los Milagros de Mailín. Esta celebración religiosa tiene su origen en la ciudad de Mailín⁵, SDE, y se lleva a cabo todos los años generalmente durante el mes de mayo, de acuerdo con el calendario litúrgico. Los santiagueños emigrados han trasladado este evento a Buenos Aires. Uno de los espacios

⁵ Mailín es una localidad de la provincia de SDE ubicada en el Departamento Avellaneda. Se encuentra entre los ríos Salado y Dulce sobre la Ruta Provincial 159.

que reúne la mayor cantidad de migrantes para la recreación de esta festividad desde el año 1975 (ALDEROQUI DE ABULAFIA, 1984) es la localidad de Villa de Mayo, partido de Malvinas Argentinas que, como hemos dicho, limita con el partido de Moreno. El testimonio que sigue corresponde a la hija de Laurentino Ávila, uno de los migrantes iniciadores de la celebración en el lugar:

[...] el padre Jorge de ese momento que estaba a cargo de esta iglesia que se empezó a reunir con santiagueños de la zona y bueno y ahí de un ameno almuerzo surgió la fiesta de Mailín ya hace 43 años. [...] mi papá, mi papá Laurentino Ávila [...] nosotros seríamos los pioneros en Buenos Aires y la fiesta se hace en acá por iniciativa del padre Jorge [...] en ese momento y porque fue el que decidió hacerla dedicado a que el santiagueño que no podía ir a Santiago porque hay mucha distancia y es costoso pero estaba, en fin, estaba dedicado a ese tipo de gente que quería colaborar, ir a rendir homenaje a su señor. (A. 5)

En la parroquia Nuestra Señora de Guadalupe se desarrollan las celebraciones con un despliegue de actividades culturales y religiosas que congregan a miles de santiagueños y migrantes de otras provincias atraídos por el carácter folclórico del encuentro. Durante varios días, los fieles acampan frente a la parroquia y, paralelamente a las actividades religiosas, desarrollan eventos musicales, gastronómicos, danzas, entre otros, registrados en nuestra observación de campo que documentamos en fotografías y material audiovisual. En esta ocasión, los datos fueron obtenidos en los festejos del mes de mayo de 2018.

Los aspectos identitarios de este encuentro se relacionan, en orden de prioridad, con la religiosidad, la música, la danza y la gastronomía.

Entrevistas realizadas a distintos participantes durante el desarrollo de las actividades nos han permitido observar que la lengua quichua resulta un factor poco presente entre los consultados. En esta línea, recogimos el siguiente testimonio:

El quechua prácticamente ya está desapareciendo porque toda la gente que usaba la quechua son gente del campo de la provincia de Santiago y ya la mayoría de la gente, la juventud todo ya se vienen para capital se van a otros pueblos y ya cambia [...] únicamente por ahí que se juntan vamos a decir así familiares o grupos conocidos que son de infancia hablaban el quechua allá y bueno se acuerdan y hablan un poco y bueno pero si no, no. (C. 4)

Las respuestas acerca de su presencia en distintos eventos muestran el proceso de retracción que protagoniza esta lengua y, como consecuencia, de sustitución, fuertemente marcado por el desarraigo y la necesidad de inserción, sobre todo laboral, en la sociedad dominante:

Yo ya hace cuarenta y pico de años que estoy en Buenos Aires y me fui para Añatuya, ahora hace pocas... me fui después de cuarenta y pico de años, ni mi pueblo conocía ya está todo cambiado. [...] Mucha gente de ahí, de Añatuya muchísima gente salieron para la provincia de Santa Fe, para Córdoba, para acá para Buenos Aires y así alguna gente que, que no tenía trabajo y salían a buscar trabajo y por ahí conseguían trabajo en otra provincia y ya se quedaban ahí y al quedarse ahí... laburo por ahí y ya formaban su familia y todos quedaron así, afuera. (C. 4)

Como hemos observado en investigaciones anteriores (SPERANZA, 2017), la transmisión de la lengua de origen de los padres migrantes a los hijos se reduce considerablemente. En las entrevistas realizadas, los consultantes coinciden en este aspecto: “*Sí* [sobre sus padres] *los dos hablaban en quichua*” Ante la consulta sobre si aprendió la lengua, la respuesta fue: “*No, algunas palabritas sueltas pero lamentablemente no*” La misma entrevistada al ser consultada sobre la vigencia de la lengua quichua, responde: “*Se perdió y los muchachos de ahora tampoco, a no ser que sean de Salavina que son zonas... que son netamente que hablan en el quechua ahí sí puede ser que todavía haya*” (A. 5).

Por su parte, distintos miembros del taller participan de la celebración y de la feria organizada en el mismo predio con un puesto en el que presentan las actividades que desarrollan como estrategia de difusión, todo esto acompañado de elementos característicos de la cultura santiagueña (tejidos, juegos infantiles, etc.). Sus testimonios manifiestan otra percepción sobre la presencia del quichua entre los participantes del evento:

El del día de Mailín que estuvimos en Villa de Mayo, bueno nosotros [...] llevamos todo [...] tortilla, empanadilla todo lo que es nuestra esencia, nuestra cultura, tortilla... entonces la gente se acerca y de repente [...] el trompo que es una cosita de madera que era nuestro juego, el único trompito que hacíamos dar vuelta, bueno nos pasó que la gente se amontona tanto así y empezó a jugar con el trompo y a más de uno se le caía las lágrimas y estaba ahí llorando y el otro que veía decía pero yo esto [...] y bueno entonces empezaban a hacer su relato de su infancia y que es fuerte que está y hablaban en quichua entre ellos y no se conocían uno era de Suncho Corral, de Garza, de Fernández, de todos los pueblitos... (E. 1)

La mayor parte de los testimonios obtenidos durante el desarrollo de los festejos de Mailín dan cuenta del proceso de retracción de la lengua quichua. Estos testimonios contrastan con la concepción de los miembros del taller que presentamos a continuación, como espacio privilegiado de reversión/revitalización de la lengua en el que convergen distintas manifestaciones culturales.

4.2 El taller

El taller “Caypi Quichuapi Rimaycu” funciona como un espacio social de interacción y actuación en el proceso de revitalización/reversión del desplazamiento de la lengua quichua. En este caso, los aspectos identitarios que guían la organización de todas las acciones se relacionan con la lengua como elemento convocante; factor al que se suman la música y la danza, de manera más destacada.

Nuestro trabajo de campo consiste en la participación en las actividades del taller a través de diálogos informales, entrevistas, documentación audiovisual y la participación en las clases, lo que ha dado lugar a nuestro registro etnográfico. Los datos que presentamos corresponden al relevamiento realizado entre los meses de mayo y setiembre de 2018.

Este espacio se inició como taller hace aproximadamente diez años, según estimaciones de los propios asistentes; por iniciativa de una de sus coordinadoras, Esther, quien comenzó con las actividades en el patio de su casa ubicada en uno de los barrios de los alrededores de Moreno. Desde el año 2017, el taller tiene su sede principal en el centro de la ciudad. El alcance de sus actividades generó la apertura de otras dos sedes ubicadas en otras localidades del Gran Buenos Aires: Merlo y Florencio Varela. Sobre las motivaciones del taller, destacamos las palabras de Esther:

Yo soy nacida en el monte santiagueño así que toda mi familia es quichuista. Es un paraje donde todos hablamos quichua, mis abuelos, los tíos, entonces venimos a la ciudad escondiendo nuestro idioma [...] porque nuestros padres dicen que no tenemos que hablar el quichua porque se van a reír de nosotros nos van a discriminar después vamos a tener problemas en el trabajo ellos mismos se guardan su lengua bueno y crecemos con eso y convivimos acá y aprendemos bien el castellano porque tenemos que aprenderlo bien no tenemos que equivocarnos porque se nos ríen y bueno y así por nuestro color de piel nuestra manera. (E. 1)

Las actividades del taller se dan a conocer a través de una cuenta de *Facebook* como espacio de difusión y comunicación; en ella, el taller se describe como: “*Espacio destinado a preservar y difundir la lengua quichua que se habla en Santiago del Estero, como así también su cultura, música y danzas*”.⁶ Esta descripción resulta una síntesis de las distintas acciones culturales que el espacio propicia: presentación de grupos musicales y grupos de danzas; presentación de libros, entre otras. Estas acciones complementan el espacio del taller y forman parte del mismo, en su mayoría. Sobre este tema explica una de las participantes:

Ellos [en referencia a las coordinadoras], el taller lo fueron dividiendo, las primeras horas, la primera hora como para hablar o ver teoría y después ver el tema música, también comidas, eh... ver un poquito de lo que pasa en Santiago del Estero, eh... noticias así que tengan que ver con el lugar... (M.R. 3)

⁶ Disponible en <https://www.facebook.com/pg/Taller-de-Quichua-Caypi-Quichuapi-Rimaycu>. Consulta 4 de julio de 2019.

A cada reunión, asisten alrededor de 20 participantes de origen diverso. Con respecto a su desempeño lingüístico, una de las coordinadoras sostiene:

Muchos santiagueños que vienen al taller, lo primero que hacen referencia es que , bueno que su familia...que tiene alguna idea...de lo que era el idioma pero que ellos no... porque no se acuerdan porque no lo practicaron y después de un tiempo, cuando empiezan como a abrir puertas, a liberar esas cosas que tienen guardadas, nos damos cuenta que no, que recuerdan mucho, que saben mucho, que solo quizás necesitaban la contención, el lugar justo como para poder liberarse y expresar todo eso que tenían escondido. (M. 2)

En el desarrollo de la investigación en el terreno, observamos que se destaca del conjunto de asistentes al taller el grupo conformado por “los ancianos” –categoría utilizada por las coordinadoras y varios asistentes al taller–, constituido por santiagueños migrantes, en su mayoría hablantes bilingües con grados de competencia mayor a los manifestados por el resto de los participantes. Estos hablantes tienen un rol destacado en la transmisión intergeneracional que ocupa un lugar central en la organización de los encuentros. El papel asumido por los “ancianos”, quienes son considerados referentes de la CH y portadores del conocimiento validado, es central. Ellos responden las consultas de forma permanente e intervienen en la organización de los encuentros. Así lo describe una de las asistentes:

En las actividades que hacen se les pide a los ancianos, los que arman temáticas así, como por ejemplo fue lo del radioteatro, la otra vez habían hecho como un poema en quichua y una

canción; después hicieron un poema cortito y el que hizo el poema se acercó así, como de manera todo respetuoso, así: “yo hice esto”... todos colaboran... (M.R. 3)

El resto del grupo está conformado por: a) santiagueños con menor grado de desempeño comunicativo –semihablantes o hablantes pasivos–; b) descendientes de migrantes no hablantes y c) sujetos sin autodefinición dentro del colectivo de los santiagueños. La incorporación de estos últimos al taller constituye uno de los ejes de la política de difusión de la lengua quichua, como estrategia para evitar el desplazamiento lingüístico y restablecer la capacidad comunicativa de la lengua (FISHMAN, 1991) en un contexto urbano alejado del territorio de origen. Esta estrategia de apertura hacia los interesados que no son miembros de la CH hace de este un espacio abierto, fuertemente heterogéneo en lo que se refiere a las competencias lingüísticas y culturales de sus participantes. En el desarrollo de los encuentros se promueve una dinámica de intervención activa por parte de todos los sujetos involucrados.

En lo que se refiere estrictamente a las estrategias para el acceso a la lengua, la dinámica adoptada en el taller muestra elementos destacables. En primer lugar, la coordinación está a cargo de dos “docentes” con competencias comunicativas distintas en relación con la adquisición y desempeño lingüísticos ya que una de ellas es hablante nativa bilingüe y la otra es hablante no nativa. En ambos casos, su participación es de “mediadoras”, en términos de una de las asistentes:

El rol de M. lo veo... ellos tienen una figura del docente como algo de poder y superior, ¿no? Pero a mi ver, del docente, al ser docente, yo lo veo que ella acompaña es como que está, se mantiene al margen, el resto de las personas son los que arman

la clase y, digamos, los talleres, no es una clase, y comparten lo que traen; comparten lo que traen, más que nada. [...] Ella es mediadora entre una cosa y la otra... pero es poca la participación que hace, es mediadora más que nada; el resto es como que trae toda esa impronta, trae su cultura, trae su lengua... (M.R. 3)

Otra de las formas de intervención es la utilización del teléfono celular para intercambios y consultas sobre las tareas a desarrollar entre cada clase: “Tienen dos grupos de *Whatsapp* y uno es... se habla en quichua todo, el que quiere contar tiene que contar todo en quichua. Y en el otro, eh... podés publicar política, eventos, eh... y bueno, escribir en español...” (M.R. 3).

Por este medio las coordinadoras se ocupan de orientar sobre los usos lingüísticos que surgen en las construcciones elaboradas por los participantes.

Las actividades desarrolladas durante los encuentros, en términos pedagógicos, adquieren características diversas. Podemos destacar la confección de banderines de colores con los que se identifican las categorías lingüísticas (verbos, sustantivos, adjetivos). Estos banderines son utilizados durante el desarrollo de las clases, y su confección fue distribuida entre los asistentes al taller como parte de una tarea de investigación sobre la lengua. Otro ejemplo lo constituye la dramatización de un radioteatro que implicó la construcción de los diálogos en quichua por parte de los asistentes, la vestimenta, representación y puesta en escena que intentó reproducir el patio de un rancho de SDE. En todos los casos, se trabaja fuertemente la producción oral.

Todas las actividades vinculadas a la enseñanza de la lengua se desarrollan de manera contextualizada en relación con la cultura santiagueña; las docentes a cargo asumen la integralidad de esta relación lengua-cultura. Complementan las clases reflexiones socio-históricas sobre SDE y la trayectoria social

de los santiagueños desde la época colonial hasta las migraciones actuales aportadas por distintos participantes en el contexto de las reflexiones sobre su identidad, según pudimos presenciar en nuestro trabajo de campo.

Otro aspecto a destacar se vincula con el manejo del espacio. Los integrantes se ubican alrededor de una mesa central donde colocan la bandera de la provincia de SDE, tejidos, la whipala –única referencia a los pueblos originarios–; todos los asistentes comparten alimentos al finalizar la clase. La distribución alrededor de la mesa no establece roles específicos ni espacios predeterminados; ante los requerimientos de las actividades, los participantes se ubican delante de la mesa y proceden a leer los trabajos o representar los diálogos que escribieron. Aquí es donde se recrea “el patio” de la vivienda rural, en este caso, resignificado como espacio de reunión. La importancia de esta recreación, en términos de organización espacial, se relaciona con el lugar que ocupa el patio en SDE. Allí el patio es el lugar de reunión familiar, allí se cocina y transcurre gran parte del día. También es el lugar de las reuniones, escenario privilegiado de los encuentros musicales y de danza.

Estas formas de intervención, los roles asumidos por los distintos actores y las estrategias desplegadas para el mantenimiento y transmisión de la lengua y otros elementos culturales acompañan el proceso de revitalización. En este sentido, esta experiencia muestra diferencias con respecto a acciones de revitalización de otras lenguas originarias, acciones en las cuales se observa un impulso externo, generalmente proveniente de lingüistas interesados en el tema, hacia el interior de la comunidad en un contexto de migración. En el caso de este grupo de santiagueños, se da una exteriorización de los lazos identitarios hacia otros sujetos interesados en su lengua y cultura, además de los santiagueños migrantes⁷.

⁷ Agradecemos al Dr. Dionei Gomes sus comentarios sobre el tema.

En este sentido, compartimos la afirmación de Malvestitti (2015), para quien se ha revertido en parte la idea sostenida durante el siglo XX acerca de la pérdida de la lengua en el contexto de la migración rural-urbana:

Si en el siglo XX los investigadores entendíamos que la migración a la ciudad motivaría la desaparición de la lengua, las prácticas del siglo XXI ponen de manifiesto una situación más compleja en la que lo urbano por sí mismo no necesariamente conlleva procesos de extinción. Ciudad y campo forman parte de un mismo espacio donde los agentes circulan: familiares de quienes residen en la ciudad continúan viviendo en el campo, y se establecen nuevos vínculos con hablantes mediante visitas, viajes y participaciones en eventos étnicos [...] (MALVESTITTI, 2015, p. 84)

En esta situación podríamos encuadrar el taller, que además opera como un enlace entre los migrantes y SDE ya que los asistentes viajan, actualizan la información sobre el lugar de origen y participan de actividades que allí se realizan y que luego comparten a su regreso como espacio de intercambio y retroalimentación.

5 Conclusiones

A partir de las prácticas relevadas, consideramos que el taller “Caypi Quichuapi Rimaycu” se encuadra dentro de una iniciativa de revitalización de la lengua quichua en un contexto sociocultural complejo como lo es el AMBA. Esta iniciativa recoge, por parte de los protagonistas, el reconocimiento de la situación de conflicto en que se encuentra la lengua quichua y la necesidad de desarrollo de una acción concreta de la cual el taller es una muestra, tal como se desprende de los testimonios de nuestros consultantes.

En un contexto urbano de migración interna como es el AMBA, creemos que el taller resulta una acción concreta a favor del proceso de revitalización de *la quichua*; proceso por el cual la lengua vuelve a estar, en primer lugar, a disposición de migrantes que han abandonado su uso y, en segundo lugar, contribuye a su difusión entre los habitantes urbanos ajenos a la CH.

La resignificación que se otorga a la lengua, a su enseñanza y uso se refleja en su aporte a un imaginario social, de pertenencia a la cultura santiagueña, que contribuye a recrear las condiciones de organización familiar. Un ejemplo de ello es la disposición circular adoptada en el desarrollo de las clases del taller que reproduce, como hemos dicho, la forma del patio de tierra típico de las reuniones familiares y festivas en SDE.

Por su parte, en el caso de la celebración de Mailín las referencias obtenidas muestran otra posición sobre el tema. Hallamos indicios de retracción de la lengua y referencias al corte en la transmisión intergeneracional. Provisoriamente y teniendo en cuenta que nuestro trabajo de campo sigue en desarrollo, los datos obtenidos nos permiten concluir que los dos espacios en los que hemos trabajado presentan diferentes percepciones sobre la presencia de la lengua de origen entre los participantes. Como hemos propuesto, en el taller la revitalización lingüística es un elemento central en la construcción y sostenimiento de la identidad de los santiagueños migrantes, mientras que, en la celebración de Mailín, la religión es el marcador cultural predominante; allí la lengua pareciera ocupar un lugar secundario, de acuerdo con los dichos de nuestros consultantes. Este último caso podría resultar un ejemplo del proceso de dislocación cultural que lleva a la sustitución y retracción de la lengua quichua mientras que el taller se inscribe con bastante claridad, como hemos sostenido hasta aquí, dentro de las acciones de revitalización de la lengua y la reversión del desplazamiento lingüístico.

6 Bibliografía

ABRIC, Jean-Claude. L'étude expérimentale des représentations sociales. *In: JODELET, Denise (Dir.). Les représentations sociales.* París: Presses Universitaires de France, 1989.

ALBARRACÍN, Lelia Inés. La Tecnicatura Superior en EIB en la UNSE: desafíos de una carrera universitaria sobre una lengua indígena. **Cuadernos FHyCS-UNJu**, San Salvador de Jujuy, n. 50, p. 135-145, jun. 2016.

ALDERETES, Jorge Ricardo. **El quechua de Santiago del Estero.** Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, 2001.

ALDERETES, Jorge Ricardo; ALBARRACÍN, Lelia Inés. El quechua en Argentina: el caso de Santiago del Estero. **International Journal of the Sociology of Language**, Berlin, v. 2004, ed. 167 (Special Issue: Quechua Sociolinguistics), p. 83-93, 2004.

ALDEROQUI DE ABULAFIA, Raquel. **La fiesta del Señor de Mailín y la significación de su réplica en Villa de Mayo, para los migrantes santiagueños del Gran Buenos Aires.** 1984. 166 p. Tesis (licenciatura en Cs. Antropológicas)– Repositorio Institucional de la FFyL, UBA, Buenos Aires, 1984.

DIRECCIÓN PROVINCIAL DE ESTADÍSTICAS. **Documento de trabajo N° 3:** Migraciones internas de la provincia de Buenos Aires. Ministerio de Economía, Subsecretaría de coordinación económica. Buenos Aires, 2014. 87 p.

DORIAN, Nancy. Defining the speech community to include its working margins. *In: ROMAINE, Suzanne (Ed.). Sociolinguistic Variation in Speech Communities.* Londres: Edward Arnold, 1982.

DURANTI, ALESSANDRO. **Antropología lingüística**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

FERGUSON, Charles A. Diglossia. **Word**, [S.l.], v. 15, p. 325-340, 1959.

FISHMAN, Josua (Ed.). **Advances in the Sociology of Language**. La Haya: Mouton, 1972. 2 v.

FISHMAN, Josua. **Reversing language shift: theoretical and empirical foundations of assistance to threatened languages**. Clevedon: Multilingual Matters, 1991.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Diferentes, desiguales y desconectados: mapas de la interculturalidad**. Barcelona: Gedisa, 2004.

GROSSO, José Luis. Los indios están todos muertos (negación, ocultamiento y representación de identidades étnicas en Santiago del Estero, Noroeste Argentino). **Anuario antropológico**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 145-155, 1997.

GUBER, Rosana. **La Etnografía: método, campo y reflexividad**. Buenos Aires: Norma Editorial Buenos Aires, 2006.

HIDALGO, Margarita. La promoción de la reversión del desplazamiento lingüístico. **Anuario de Lingüística**, San Diego, San Diego State University, p. 49-75, 2003.

HYMES, Dell. La sociolingüística y la Etnografía del Habla. *In*: ARDENER, Edwin. **Antropología social y lenguaje**. Buenos Aires: Ed. Paidós, 1976.

HYMES, Dell. ¿Qué es la etnografía? *In*: VELASCO MAILLO, Honorio M.; GARCÍA CASTAÑO, F. Javier; DÍAZ DE RADA, Ángel (Ed.). **Lecturas de Antropología para educadores**. Madrid: Trotta, 1993.

JULIANO, Dolores. Estrategias de elaboración de la identidad. *In*: HIDALGO, Cecilia; TAMAGNO, Liliana (Comp.). **Etnicidad e identidad**. Buenos Aires: CEAL, 1992. p. 50-63.

LINS RIBEIRO, Gustavo. Tropicalismo y europeísmo: modos de representar a Brasil y Argentina. *In*: GRIMSON, Alejandro; LINS RIBEIRO, Gustavo; SEMÁN, Pablo. **La Antropología Brasileña Contemporánea**. Buenos Aires: Prometeo, 2004. p. 165-195.

MALVESTITTI, Marisa. Desplazamiento y mantenimiento lingüístico de dos lenguas indígenas en la meseta norpatagónica. *In*: MESSINEO, Cristina; HECHT, Ana Carolina. **Lenguas indígenas y lenguas minorizadas**: estudios sobre la diversidad sociolingüística de la Argentina y países limítrofes. Buenos Aires: EUDEBA, 2015. p. 71-88.

MARTÍNEZ, Angelita (Coord.); SPERANZA, Adriana; FERNÁNDEZ, Guillermo. **El entramado de los lenguajes**: una propuesta para la enseñanza de la Lengua en contextos de diversidad cultural. Buenos Aires: Ed. La Crujía, 2009.

MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. **Metodología sociolingüística**. Madrid: Ed. Gredos, 1990.

PAGLIARO, Marcelo. La diversidad cultural en la escuela. *In*: SPERANZA, Adriana (Coord.); FERNÁNDEZ, Guillermo; PAGLIARO, Marcelo. **Identidades lingüísticas y culturales en contextos educativos**. Buenos Aires: Imprex, 2012. p. 17-30.

ROMAINE, Suzanne. **El lenguaje en la sociedad**: una introducción a la sociolingüística. Barcelona: Ariel, 1996. p. 64-68.

SAFA, Patricia. De las historias locales al estudio de la diversidad en las grandes ciudades: una propuesta metodológica. *In*: BAYARDO, Rubens; LACARRIEU, Mónica (Comp.). **Globalización e identidad Cultural**. Buenos Aires: Ediciones CICCUS, 1998. p. 167-182.

SPERANZA, Adriana. **La lengua escrita como práctica cultural**: la variación lingüística en el uso correlativo de tiempos verbales en producciones narrativas. El caso del contacto quechua-castellano. 2005. Tesis (Maestría)– IES, Dr. J. V. González, Inédita, Buenos Aires, 2005.

SPERANZA, Adriana. **La evidencialidad en el español americano**: La expresión lingüística de la perspectiva del hablante. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana. 2014.

SPERANZA, Adriana. La urdimbre del habla urbana: El caso de la educación superior. **Revista Forma y Función**, Bogotá, v. 32, n. 2, p. 299-314, 2019.

SPERANZA, Adriana. Interculturalidad e identidad: estudio de variedades del español en contacto con lenguas americanas en el Gran Buenos Aires. *In*: ETCHARRÁN, Jorge Luis. **Actas de investigación 1**: convocatoria de proyectos de investigación científica y desarrollo tecnológico, PICYDT, UNM. Moreno: UNM Editora, 2017. p. 151-166.

SPERANZA, Adriana; PAGLIARO, Marcelo. Reflexiones sobre la diversidad lingüística y cultural en el conurbano bonaerense. **Revista de Políticas Sociales**, Moreno, año 1, n. 2, Invierno 2015.

SPERANZA, Adriana (Coord.); FERNÁNDEZ, Guillermo; PAGLIARO, Marcelo. **Identidades lingüísticas y culturales en contextos educativos**. Buenos Aires: Imprex., 2012.

SPERANZA, Adriana; PAGLIARO, Marcelo; BRAVO DE LAGUNA, Gabriela. La enseñanza del español en contextos de diversidad lingüística. *In: AA.VV. La investigación en los institutos de Formación Docente*. v. 3 (Inclusión, trayectorias educativas y aprendizajes de los estudiantes). Bs. As.: - Ministerio de Educación, Cultura, Ciencia y Tecnología, 2018. p. 196-219.

SPOLSKY, Bernard. Bilingüismo. *In: NEWMeyer, Frederick J. (Comp.). Panorama de la Lingüística Moderna*. Tomo IV (El lenguaje: contexto sociocultural). Madrid: Visor, 1992. p. 127-144.

CAPÍTULO 6

CODIFICACIÓN LINGÜÍSTICA EN LAS MISIONES ANGLICANAS DE LA PATAGONIA

María Alejandra Regúnaga
CONICET/Universidad Nacional de La Pampa

1 Introducción

El yagán y el selk'nam fueron lenguas indígenas cercanamente emplazadas en el extremo sur de la Patagonia. El yagán, lengua que se considera aislada –si bien Viegas Barros (1994) propone un lejano parentesco con el alacalufe, es necesario contar con más datos para corroborar esta hipótesis–, se habló en un extenso territorio, al sur de isla de Tierra del Fuego e islas aledañas hasta el Cabo de Hornos. El selk'nam, por su parte, pertenece a la familia lingüística Chon, al igual que el tehuelche (SUÁREZ, 1988); el primero fue hablado en la zona central y norte de Tierra del Fuego, mientras que el segundo, en la parte sur de la meseta patagónica. Estas lenguas se encuentran en diferentes grados de riesgo. Se cree que los hablantes de selk'nam que trabajaron con la lingüista argentina Elena Najlis (1973, 1975) estuvieron entre los últimos hablantes proficientes. El yagán, por su parte, cuenta en la actualidad con una única hablante, de avanzada edad. El tehuelche se considera en avanzado riesgo de extinción, si bien cuenta con muchos más recursos (documentación, programas de revitalización, etc.) que las otras dos lenguas.

A pesar de la escasez de hablantes, estas lenguas cuentan con una importante documentación, particularmente la recogida en su período de mayor vitalidad. Entre los datos sobre estas lenguas indígenas, destacan

los recogidos en el marco de la *South American Missionary Society* (SAMS) por los misioneros que llegaron en el siglo XIX al extremo sur de la Patagonia, provenientes del Reino Unido. Luego de algunos intentos de establecerse en el territorio, entre 1845 y 1851 –que fracasaron y terminaron trágicamente–, en 1854 se da inicio a un nuevo emprendimiento que logra establecer la primera misión en las Islas Malvinas en 1855. Algunos años más tarde, en 1869, se radica una segunda misión de la denominada ‘Misión del Sur’ o ‘Misión Fueguina’ en Ushuaia (Tierra del Fuego).

Los avances y vicisitudes de la *South American Missionary Society* (en adelante SAMS) fueron ampliamente documentados y publicados por las revistas de la Sociedad. A lo largo de su historia –que se extendió hasta el año 2009, cuando se fusionó con otra sociedad misionera británica, la *Church Mission Society*, fundada en 1799 y aún activa–, la SAMS difundió sus propósitos, actividades y logros a través de una publicación propia que fue cambiando de nombre con el tiempo: *The Voice of Pity for South America –VoP–* (1854-1862), *A Voice for South America –VfSA–* (1863-1866), *The South American Missionary Magazine –SAMM–* (1867-1961), *Sent* (1962-1977), *Share* (1978-2006). La publicación, generalmente de carácter mensual, se encargaba de difundir las novedades respecto de las actividades de la Sociedad en Sudamérica y llevaba a sus suscriptores historias e imágenes de muchos aspectos de la vida cotidiana en las misiones; entre ellos, los relacionados con la lengua, su documentación y codificación. En relación con el registro lingüístico, se menciona recurrentemente el problema de la representación fidedigna de los sonidos particulares de las lenguas patagónicas. Este desafío fue resuelto por los misioneros mediante el recurso a los sistemas fonéticos de notación que comenzaron a surgir en la época. En el caso del yagán y el selk’nam, el sistema de codificación usado fue el desarrollado a partir de mediados del siglo XIX por Alexander John Ellis.

Así pues, casi la totalidad de la documentación de estas lenguas en el marco de las misiones anglicanas –tanto la que organiza y sistematiza la información lingüística como los textos desarrollados como herramientas para la evangelización– fue codificada con dicho instrumento que, para la época, se consideraba más eficiente para registrar las características sonoras particulares de cada lengua. Esta investigación presenta, a partir de la información difundida en las publicaciones de la SAMS, las motivaciones por las cuales los misioneros de dicha Sociedad recurrieron a este método de registro de los sonidos lingüísticos, y los resultados que con ello obtuvieron, tal como consta en el detalle provisto a través de cartas y fragmentos de diarios que fueron dados a conocer a través de las revistas misioneras; y, en segundo lugar, muestra las opiniones acerca del sistema Ellis, también rastreables en esas publicaciones, con el objeto de identificar sus alcances y limitaciones. Si bien la mayor cantidad de información sobre este tema se vincula con la lengua yagán, a cuyo conocimiento se abocaron los misioneros radicados en las estaciones de la Misión del Sur (Isla Keppel y Ushuaia), se mencionan también, como complemento y contraste, los casos de la lengua selk’nam y del tehuelche.

En este capítulo se presenta, en primer lugar, una breve descripción del establecimiento de los misioneros anglicanos en el extremo sur de la Patagonia y del contacto que ellos tuvieron con los grupos indígenas locales y sus lenguas (§2). A continuación, se brinda un panorama acerca de los métodos desarrollados durante el siglo XIX para la codificación de sonidos lingüísticos, en el marco de la reforma ortográfica del inglés (§3), para luego proveer mayores detalles sobre el sistema utilizado por los misioneros, el sistema fonético Ellis (§4), así como de sus ventajas y limitaciones en relación con las lenguas indígenas descriptas (§5). Para finalizar, se ofrece una síntesis de los puntos antes mencionados (§6).

2 Las misiones anglicanas en Patagonia

La SAMS fue fundada en Brighton (Reino Unido) en 1844 por el Capitán Allen Gardiner (con el nombre original de *Patagonian Missionary Society*); bajo la doctrina y disciplina de la Iglesia de Inglaterra e Irlanda, su objetivo era “difundir el Evangelio, a través de la actividad misionera, a las tribus nativas de América del Sur y a los compatriotas que allí vivieran en la pobreza espiritual”¹ (SAMS, 1870, p. iv, traducción propia).

Gardiner llevó a cabo algunas expediciones hacia Sudamérica, entre 1845 y 1848, antes de morir junto con sus compañeros en la incursión hacia Tierra del Fuego de 1850. Pocos años después, e invocando el ejemplo de sus predecesores, el Secretario General de la *Patagonian Missionary Society*, Reverendo George Pakenham Despard, fue el encargado de continuar con la tarea. En octubre de 1854, en una goleta denominada Allen Gardiner, arribó a Isla Keppel (una de las pequeñas islas al noroeste del archipiélago de las Malvinas). Este nuevo emprendimiento prosperó y, dos años más tarde, el Rev. G. P. Despard se instaló con su familia como Superintendente de la Misión de Isla Keppel. Su sucesor, Waite Stirling, estableció una segunda estación misionera en Ushuaia (Tierra del Fuego) en 1869. Poco después fue reemplazado por Thomas Bridges, quien –acompañado por su familia y por los catequistas John Lewis, su esposa y J. Resyek– asumió la superintendencia cuando Stirling fue consagrado Obispo de las Islas Malvinas. Esta fue la primera estación misionera establecida dentro del territorio de los indígenas fueguinos.

¹ “I. The Society shall be designated the South American Missionary Society. II. The Society shall be conducted in conformity with the doctrine and discipline of the Church of England and Ireland. III. That its object be to send out the Gospel of our Lord Jesus Christ, by Missionary agency, to the native tribes of South America, and to our own countrymen in spiritual destitution there, as well as to take advantage of any openings which may present themselves for the advancement of His Kingdom throughout that Continent. (Rules of the Society)” (SAMS, 1870, p. iv).

2.1 Los misioneros y el registro de las lenguas indígenas

Las primeras referencias con respecto al panorama lingüístico que los misioneros esperaban encontrar demuestran cuán lejos de la realidad se encontraban. En una nota llena de optimismo, el primer número de *The Voice of Pity* proclamaba: “Nuestra embarcación misionera lleva el laureado nombre de ‘Allen Gardiner’. Hay una partida de misioneros esperando ir en ella a la esfera de sus labores en Tierra del Fuego y Patagonia. Las lenguas de esas tribus del Sur han sido sistematizadas en una gramática y diccionario”² (SAMS: *VOP*, 1854, p. 112, traducción propia). Esta lengua, de la cual el mismo volumen provee información y un ejemplo (la traducción del Padre Nuestro), no es otra que el mapuzungun (al que se menciona como “mapuche” o “lengua chilidago”). Al llegar a destino se hizo evidente la confusión, y también la necesidad de aprender la lengua local. Para ello, los misioneros contaron con la ayuda de Jemmy Button, uno de los jóvenes indígenas –aproximadamente 14 años, cuyo nombre yagán era Orundelico– que había entrado en contacto con los británicos que llegaron a la zona a bordo del *Beagle* en 1830.

Fue en la misión de Isla Keppel donde el Rev. G. P. Despard inició el trabajo de documentación lingüística de la lengua yagán, y para ello se valió de la compañía de indígenas que eran invitados a visitar la estación localizada en las Islas Malvinas. El primer testimonio de los progresos hechos en la comunicación con los indígenas se publica con el título “Primeras lecciones en fueguino” en *VOP* n° 6 (1959):

² “Dear Christian Friends, —Our missionary vessel is advancing rapidly to completion, and we hope, with God’s blessing, to see her take the water early this summer. She [...] bear the honoured name of “Allen Gardiner”. We have the missionary party waiting to go in her to the sphere of their labours in Tierra del Fuego and Patagonia. The languages of these southern tribes has already been reduced to a system in a grammar and dictionary” (SAMS: *VOP*, 1854, p. 112).

La siguiente lista de palabras nos fue enviada por el Rev. G. P. Despard, poco después de la llegada de James Button³ y su familia a la Isla Keppel. [...] Podemos alegrarnos de que el trabajo en el extranjero está avanzando y que la adquisición de los dialectos fueguinos se está convirtiendo cada día más en una realidad tangible.⁴ (SAMS: *VōP*, 1859, p. 20-22, traducción propia)

Los primeros datos lingüísticos (listas de palabras, traducciones de frases breves) fueron publicados con el alfabeto ortográfico del inglés, recurriendo en algunos casos a convenciones provenientes del inglés –<oo> para el sonido /u:/, <ee> para /i:/– o de las lenguas clásicas –los diacríticos para breves y largos, como en <ě> y <ē>–. Pero los sucesivos reportes del Rev. Despard fueron mostrando los avances en el conocimiento de la lengua y la especialización en el método de registro: “No encuentro dificultad en escribir cada sonido en los Caracteres Fonéticos de Ellis, y he escrito así alrededor de 400 palabras”⁵ (SAMS: *VōP*, 1959, p. 49, traducción propia).

Esta innovación metodológica en la colecta de datos acompañó todo el proceso de documentación de las lenguas en la Misión del Sur; labor que comenzó con el Rev. Despard y que fue continuada y profundizada por su hijo adoptivo y sucesor en la misión, Thomas Bridges. A lo largo de más de cuarenta años de convivencia con los nativos en las distintas estaciones de la Misión, Bridges registró, analizó y compiló toda clase

³ Si bien el nombre occidental más frecuente para Orundelico era Jemmy Button, a veces se lo mencionaba en la correspondencia como James Button.

⁴ “*The following list of words was sent to us by the Rev. G. P. Despard, shortly after the arrival of James Button and family at Keppel Island. [...] We may rejoice in knowing that the work abroad is going forward, and that the acquisition of the Fuegian dialects is daily becoming a more tangible reality*” (SAMS: *VōP*, 1859, p. 20-22).

⁵ “*I find no difficulty in writing every sound in Ellis’ Phonetic Characters, and have thus written some 400 words*” (SAMS: *VōP*, 1959, p. 49).

de información sobre la lengua: su gramática, sus pautas de composición léxica, su vocabulario y también su pronunciación. La producción lingüística de Bridges –su manuscrito gramatical (1866), las sucesivas versiones manuscritas del diccionario (BRIDGES, 1865-1866, 1877-1879a, 1877-1879b, 1879), y también los textos religiosos que tradujo al yagán, tanto los manuscritos como los éditos (el *Evangelio de San Lucas* en 1881, los *Hechos de los Apóstoles* en 1883 y el *Evangelio de San Juan* en 1886)– utiliza el alfabeto Ellis para su codificación. También lo hizo su sucesor: hacia fines del siglo XIX, uno de los hijos de Thomas, Stephen Lucas Bridges, se traslada hacia el interior de la Isla de Tierra del Fuego para establecerse entre los selk'nam. Si bien los testimonios de la documentación lingüística hecha por Lucas Bridges no son tan abundantes como la del yagán, los documentos que perviven –y que están accesibles– demuestran que el registro también se hizo con el alfabeto desarrollado por Ellis.

3 Marco histórico/historiográfico de los sistemas de codificación

El sistema utilizado por los misioneros surgió alrededor de mediados del siglo XIX como una propuesta para resolver las discordancias del inglés entre sonidos y grafía. Este no fue el único intento de desarrollar un instrumento de codificación que permitiera una descripción adecuada de los sonidos de las lenguas habladas. El Alfabeto Fonotípico desarrollado por Isaac Pitman y Alexander John Ellis a partir de 1845 sirvió de base al alfabeto Rómico usado por Henry Sweet (1877) que, a su vez, fue el punto de partida para el surgimiento, en 1888, de la primera versión del Alfabeto Fonético Internacional (IPA, por sus iniciales en inglés), a cargo de Paul Passy (1888) en el marco de la Asociación Fonética Internacional establecida en París en 1886, originalmente denominada *L'Association Phonétique des Professeurs d'Anglais* (MACMAHON, 1986, p. 30-36).

A fin de contextualizar el surgimiento y desarrollo del Sistema Fonotípico usado por los misioneros anglicanos, recorro a la distinción establecida por Cram y Neis (2018, p. 2) entre la historia y la historiografía de los sistemas de escritura: la primera, respecto a la documentación de los cambios en los sistemas de escritura a lo largo del tiempo, la segunda, respecto de los desarrollos de las ideas acerca de los sistemas de escritura. Tal como observan estos autores, historia e historiografía son interdependientes; y veremos que, a través de las páginas de las publicaciones de la SAMS se hace un recuento claramente historiográfico del contexto histórico, la perspectiva particular y la relevancia teórico-metodológica de la selección del instrumento de codificación.

Por otro lado, para la correcta interpretación de estos primeros métodos de transcripción fonética, resulta de utilidad el ‘Principio del Alfabeto General’ presentado por Cram (2018) en relación con su análisis sobre las ideas sobre la escritura en la tradición occidental. Este principio sostiene que “para los fines del análisis lingüístico, necesitamos un sistema para transcribir los sonidos del habla que sea independiente de cualquier idioma en particular y que sea igualmente aplicable a todas las lenguas”⁶ (CRAM, 2018, p. 2, traducción propia). Este Principio del Alfabeto General (que surge en el período pre-moderno, hacia fines del siglo XVII, y que constituye el fundamento esencial del actual alfabeto fonético) se articula de forma complementaria en el decurso historiográfico con el denominado ‘Principio del Alfabeto Propio’, según el cual cada lengua debería contar con su propio sistema distintivo (idea prevaleciente durante el medioevo, casi siempre pensada en términos de escritura, sobre la base de la distinción ortográfica existente entre las lenguas de las Sagradas Escrituras: el hebreo, el griego y el latín).

⁶ “[...] for the purposes of linguistic analysis we need a system for transcribing the sounds of speech which is independent of any particular language and equally applicable to all languages” (CRAM, 2018, p. 2).

La propuesta de un alfabeto general aparece como herramienta empírica en el siglo XVIII, conjuntamente con los desarrollos del estudio sistemático de la filología comparativa. Observa Cram (2018, p. 2) que este término está inspirado en la propuesta que Edward Lhuyd (1707) hizo para las lenguas celtas:

Todas las lenguas no solo tienen su ortografía peculiar, sino que incluso la han modificado varias veces desde sus primeros usos de las letras; en esta Etimología Comparada he utilizado un Alfabeto General para la escritura del galés, el córnico, el armórico y el irlandés; por lo cual quienes no estén familiarizados con estas lenguas pronunciarán las palabras mucho más verdaderas; y los que las entiendan, no encontrarán ocasión para equivocarse. Esto no se hace con el propósito de alterar la ortografía [...] de cualquiera de estas lenguas. La razón por la que hago uso de este Alfabeto General es porque quita con frecuencia aquellos falsos colores con los cuales las distintas ortografías han disfrazado las palabras de cada idioma; en tal medida que, según el alfabeto de cada nación, muchas palabras que no son más que las mismas en la pronunciación, parecen tan diferentes que, quienes no están acostumbrados a cada lengua ni a las observaciones etimológicas, difícilmente puedan discernir su afinidad.⁷ (LHUYD, 1707, p. 1, traducción propia)

⁷ “[...A]ll Languages have not onely their peculiar Orthography, but have even alter'd That, diverse times since their first use of Letters; I have in this Comparative Etymology, made use of a more General Alphabet in the writing the Welsb, Cornish, Armoric and Irish; whereby such as are unacquainted with those Languages will Pronounce the Words much truer; and they that understand them, will find no occasion of mistakes. This is not done out of any intent of proposing an Alteration of the Ortography [...] of any of these Languages. The reason then, I make use of this General Alphabet, is because it frequently removes those false Colours wherewith the different Orthography of these Languages have disguis'd their Words; in so much, that according to the Alphabet of each Nation, many words that are indeed but the

3.1 El sistema fonotípico

El sistema utilizado por los misioneros se desarrolló a partir de las propuestas de Isaac Pitman y Alexander John Ellis para la representación segmental (fonética) del habla, en el marco de la reforma ortográfica de la lengua inglesa (*English-Language Spelling Reform*). El problema de cómo resolver las discordancias del inglés entre sonidos y grafía fue una de las dos grandes tareas a las que Pitman se enfrentó –la otra, relacionada con la anterior, fue el desarrollo de un sistema de escritura rápido, que fue llamado *taquigrafía* o *estenografía* (en inglés, *shorthand*). Desde la publicación de su obra *Stenographic Sound-Hand* en 1837, Pitman trabajó distintas posibilidades para un alfabeto fonético; y en 1843 comienza su cooperación con Alexander John Ellis, matemático de formación, cuyo deseo de registrar los dialectos británicos motivó su interés en la notación fonética y lo acercó a las propuestas de Pitman. De esta colaboración surgió el Alfabeto Fonotípico del inglés, cuya primera versión estable se publicó en 1846,⁸ si bien se había dado a conocer ya desde 1844 (KELLY, 1981). No obstante, ya en 1845 se aprecia un distanciamiento en las propuestas de ambos; lo demuestran las menciones de Ellis (1845c, p. 70, traducción propia) acerca de “los sistemas de Fonografía y Fonotipia del Sr. Isaac Pitman” (*Mr. Isaac Pitman’s systems of Phonography and Phonotypy*), a cuya descripción dedica varias páginas (ELLIS, 1845c, p. 179-190) dentro de

same as to Pronunciation, appear so very different, that such as are not acquainted with each Language, nor accustomed to Etymological Observations, can hardly discern their Affinity” (LHUYD, 1707, p. 1).

⁸ Luego de la presentación del Alfabeto Fonotípico en el v. 4, n. 42 del “Phonotypic Journal” (ELLIS, 1845a, p. 105-106) y de una serie de símbolos suplementarios en el v. 4, n. 43 (ELLIS, 1845b, p. 121-122), en el v. 5, n. 54 de la misma publicación (correspondiente a junio de 1846), se declara; “*Messers. Pitman and Ellis distinctly pledge themselves not to make any further alterations in the forms or uses of the letters of the practical Phonotypic Alphabet of the English Language given in this number of the Journal, or in the theory upon which it is founded. Whatever books they publish in Phonotypy will be printed in accordance with this alphabet, and no other*” (ELLIS, 1846, p. 171).

la Parte III del libro, donde detalla los alfabetos fonéticos existentes, tanto los generales (ELLIS, 1845c, p. 159-171) como los del idioma inglés (ELLIS, 1845c, p. 172-190). La mayor diferencia parece radicar en los símbolos favorecidos por cada uno. Si bien Ellis reconoce que “las formas mejor adaptadas para las letras del Alfabeto Fonotípico han sido sujeto de muchos experimentos por más de un año y medio, hechos principalmente por el Sr. I. Pitman y el autor de este ensayo, conjuntamente”⁹ (ELLIS, 1845c, p. 180, traducción propia), también observa que su propio sistema intenta aproximarse lo más posible a las formas comunes en uso, para permitir la utilización de los tipos habituales en las imprentas. A fin de facilitar las tareas de impresión, Ellis menciona que su invención permite disminuir el número de signos diacríticos empleados (ELLIS, 1845c, p. 147).

Los diferentes caminos de Pitman y Ellis se hacen aun más evidentes al observar las publicaciones que, separadamente, fueron haciendo a partir de 1848; particularmente, a través de los sucesivos nombres que dieron a sus respectivos sistemas: fonografía (PITMAN, 1849), lectura fonética (PITMAN, 1851), paleotipo (ELLIS, 1869), glósico (ELLIS, 1871). Observa Kemp (2006) que Henry Sweet “quizás el más grande de los fonetistas del siglo XIX, estudió con Bell, y su Manual de fonética (1877) pretendía ser una exposición y desarrollo del trabajo de Bell, pero en este libro utilizó una notación de origen romano (influida por el paleotipo de Ellis) a la que llamó ‘rómica’”¹⁰ (KEMP, 2006, p. 406).

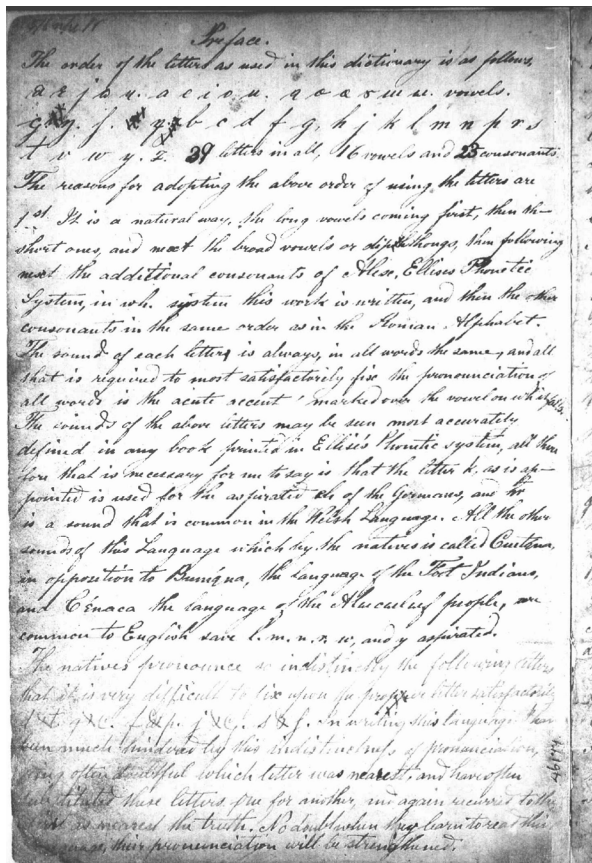
Así pues, para el momento en que los misioneros comenzaron con la descripción del yagán, con posterioridad a 1855, Pitman y Ellis ya habían

⁹ “The forms best adapted for the letters of the Phonotypical Alphabet have been the subjects of many experiments for more than a year and a half, made chiefly by Mr. I. Pitman, and the author of this essay, conjointly” (ELLIS, 1845c, p. 180).

¹⁰ “[...] perhaps the greatest of 19th-century phoneticians, studied under Bell, and his Handbook of phonetics (1877) was intended to be an exposition and development of Bell’s work, but in this book he used a Roman-based notation (influenced by Ellis’s Palaeotype), which he called ‘romic’” (KEMP, 2006, p. 406).

comenzado a trabajar cada uno en sus propios sistemas fonéticos, por lo que existían diferentes métodos para la codificación disponibles para los trabajos de registro lingüístico. El seleccionado para su utilización en las misiones anglicanas del extremo sur de la Patagonia fue el segundo. En el prefacio a la versión más antigua que se conserva de su Diccionario, Bridges (1865-1866, p. 1, traducción propia) especifica que su obra está escrita con “el Sistema Fonético de Alex. Ellis” (*Alex. Ellises Phonetic System*), según puede observarse en la Imagen (1):

Imagen 1: Primera página del Prefacio de Bridges (1865-1866)



Fuente: BRIDGES (1865).

La tabla con un detalle del sistema fonético utilizado por Bridges aparece en la versión impresa del Diccionario (BRIDGES, 1933, p. IV). En ella se brinda la equivalencia de los caracteres, tanto manuscritos como impresos, de la propia mano de Thomas Bridges; y se agrega junto a los símbolos un ejemplo de la lengua inglesa, que permite identificar el sonido correspondiente, tal como se aprecia en la Imagen (2):

Imagen 2: El Alfabeto Fonético del yagán

The Yaguan Phonetic Alphabet.

<i>The letter is always</i>			<i>The letter is always</i>			<i>The letter is always</i>		
<i>written</i>	<i>printed</i>	<i>sounded as</i>	<i>written</i>	<i>printed</i>	<i>sounded as</i>	<i>written</i>	<i>printed</i>	<i>sounded as</i>
A a	A a	a in at	O o	O o	oa in oat	Ö ö	Ö ö	ö in öise
A 2	A 2	a - abms.	2 2	2 2	ur - fur.	S s	S s	s in so
O o	Ø ø	a - all.	Consonants.			Z z	Z z	s - is
O o	O o	o - olive	C c	C c	c in cot	J j	Σ j	sh - show
U u	U u	oo - foot	G g	G g	g - go	Z 3	Z 3	s - pleasure
U u	U u	oo - food	T t	T t	t - to	L l	L l	l - low
I i	I i	i - ill	D d	D d	d - do	L l	L l	ll - ulish
E e	E e	e - eel	P p	P p	p - put	M m	M m	M - me
E e	E e	e - eli.	B b	B b	b - but	N n	N n	n - no
A a	A a	ai - aim.	F f	F f	f - foe	N n	N n	hn - ahman.
I i	I i	i - idle	V v	V v	v - vase	Y y	Y y	ny - wing
O o	O o	oi - oil	C c	C c	ch - chin	R r	R r	r - row
U u	U u	u - ud.	J j	J j	j - jade	R r	R r	hr - Welsh
O o	O o	ow - owl.	A t	A t	th - thin	K k	K k	ch - german.

Beside the above letters there are three vowel marks, ' = h, ` = y, r - = w only found over vowels, hence their names. These marks are often found united over vowels, thus uâ = uhwá sig. ashes; uâ = uwhya sig. a door; r - uâ = uwhwa sig. trinder of birds' down. The effect of these marks always precedes the vowels over which they are found.

Fuente: BRIDGES (1933, p. IV).

La tabla anterior presenta semejanzas y diferencias con respecto a la que aparece en Ellis (1848; ver Imagen (3) abajo). Esta última coincide en proveer el sonido correspondiente a cada símbolo por medio de una palabra (de hecho, muchas son las misma que las palabras ejemplificadoras de la tabla de Bridges (1933): *eel, alms, all, food, ill, ell, olive, owl...*); pero, a diferencia de la anterior, se explicitan algunas características específicas de los sonidos (*long vowels, stopped vowels, diphthongs, coalescents, aspirate, explodents...*):

Imagen 3: El Alfabeto Fonético del inglés

AN EXPLANATION OF
THE ENGLISH PHONETIC ALPHABET,
FOR THE USE OF THOSE WHO UNDERSTAND HETÉRIC ORTHOGRAPHY.

[Columns 1 and 2 contain the phonotypic letters, capital and small, each representing a certain sound, or modification of sound, which constitutes the *power* of the letter; the other columns show what that power is. For further information, see *Phonetic Journal* for January 1848, pages 17—20.]

LONG VOWELS.	STOPPED VOWELS.	EXPLODENTS.	CONTINUANTS.
Sounded as	Sounded as	Sounded as	Sounded as
Ʒ e ee in eel	I i i in ill	P p p in rope	F f f in safe
ʌ a a .. ale	E e e .. ell	B b b .. robe	V v v .. sare
ʌ q a .. alms	A a a .. am	T t t .. fate	ʍ t th .. wreath
Ō o a .. all	O o o .. olive	D d d .. fade	ʒ d th .. wreath
Ō o o .. ope	U u u .. up	ʒ ç ch .. cheer	S s s .. hiss
W u oo .. food	W u oo .. foot	J j j .. jeer	Z z s .. hiss
DIPHTHONGS.			
ʒ i i in isle	ʒ s ow in owl	C c c .. came	ʒ f sh .. mesh
Ō o oi .. oil	W u u .. wile	G g g .. game	ʒ s s .. measure
COALESCENTS.			
Y y y in yea	W w w in way	R r r in for	L l l in fall
ASPIRATE.			
H h h in hay		M m m in seem	W y ny in sing
		N n n .. seen	

The sign (') is prefixed to *l, m, n*, to shew when they form syllables by themselves; as, *dub'l, dublij; rit'm, ritmic; ev'n, venij*; and the compound symbols '*l, 'm, 'n*, are then called "vowals."

Additional Symbols are used for foreign sounds, as may be seen by the following examples. See *Phonetic Journal* for January 1848, p. 21.

French.—fän, päť, pat, bon, vü, hüt, zön, zön, zö
chéne, päťe, päťte, bonne, vä, hütte, jeűne, jeűne, je
fän, fön, ocuűn, boűn, felj, fänj
fűn, champ, aucűn, bon, fűlle, rűgne

German.—cűnste, cűnste, Gűte, bűce, ik, ak, zezq, tqű, űan
kűnste, kűnste, Goethe, bűcke, ich, ach, sieg, tag, wűnn

New Orthographical Signs:—(?) *query*, placed at the commencement of interrogative clauses; (i) *sigh*; (l) *smile*; { } *obsolescent parentheses*, used to inclose words which are not spelt phonetically. See *Phonetic Journal* for January 1848, pp. 24, 25.

TU REDEERZ OV FONETIC PRINTIV.

Rmlz for foij hwear de Acsent iz tu be red on ol wurdz printed foneticali, hwear de Acsent Mqrc űsűf iz not egűbűted.

- 1.—Wurdz ov tű silab'lz havűn eni loű vsel er diftoű in đar lűst silab'l, qr tu be red wid an ascent on đe lűst silab'l.—N.B. đis rul đuz not aplű tu wurdz endű in *qr*.
- 2.—Əl wurdz endű in *ic* er *ics*—əl wurdz havűj f 3 or y befur đar lűst vsel—əl wurdz ov mor đan tű silab'lz, havűn eni loű vsel er diftoű (except *q*.) in đar lűst silab'l but wűn—and əl wurdz ov tű silab'lz not əlrűdi menűnd, qr tu be red wid an ascent on đe lűst silab'l but wűn.
- 3.—Əl űder wurdz qr tu be red wid an ascent on đe lűst silab'l but tű.
- Remqrcs*.—1) An ascent iz ocűgnali printed on wurdz ov wűn silab'l, hwen đa qr spoc'n wid grűter furs đan űder wurdz ov đe sam sűnd.
- 2) Cűpsűnd wurdz, in hwiű đe tű parts qr separated bj a hűfen, qr tu be red lűc tűa seperet wurdz.
- 3) Əez loű đű not aplű tu wurdz printed entűjű in capitalz. Əe ascent mqrc iz never plűst over capital leturz, but iz prefűct, hwen nesեսeri, tu an űnűal capital, az, 'Izrael.

Fuente: ELLIS (1848, portada).

Por otro lado, la comparación entre ambas tablas muestra alguna de las modificaciones que Thomas Bridges introdujo en el sistema de Ellis (por ejemplo, un acento agudo [´] para codificar la “aspirada” [h], un acento grave [˘] para la [y], y un macrón [¯] para la [w]) modificaciones que fueron criticadas por Ellis (1885), al observar que el alfabeto fonético utilizado por los misioneros para codificar el yagán

fue redundante y defectuoso pues simbolizaba sonidos del inglés que no ocurrían en Tierra del Fuego, y no tenía símbolos para sonidos que sí ocurrían allí. Los primeros no tuvieron mucha importancia, ya que los misioneros tuvieron que presentar muchas palabras en inglés o pronunciaciones en inglés de nombres bíblicos. Para los demás, se inventaron nuevos signos. [...] Pero, escribiéndose la lengua en un alfabeto del que fui uno de los inventores y al que he valorado con una especie de sentimiento parental, me he esforzado por poner el informe del Sr. Bridges en una forma adecuada. La primera necesidad fue cambiar el alfabeto, para evitar las nuevas letras de Bridges.¹¹ (ELLIS, 1885, p. 33-34, traducción propia)

La crítica a la modificación del alfabeto original apuntaba a que estos cambios, como los acentos antes mencionados, “requieren el corte de nuevos tipos para estas nuevas letras, y son muy caros. También complejizan la impresión,

¹¹ “[...] it was both redundant and defective for his purposes. It symbolised English sounds which did not occur in Fireland, and it had not symbols for sounds which did occur there. The former was not of much consequence, as many English words, or English pronunciations of biblical names, had to be introduced by the missionaries, for which these letters were required. For the others, new signs were invented. [...] But from the language being written in an alphabet which I had a chief hand in inventing, I have cherished a kind of parental feeling towards it, and have therefore endeavoured to put Mr. Bridges’s account into a suitable form. The first need was to change the alphabet, so as to avoid his new letters” (ELLIS, 1885, p. 33-34).

y son bastante innecesarios”¹² (ELLIS, 1885, p. 35, traducción propia). Otra faceta negativa de la incorporación de estos “acentos” tiene que ver con que su tradicional uso diacrítico puede inducir a confusión: “cómo alguien puede haber sido tan mal aconsejado para usar acentos como *á à ā* para *ha, ya, wa*, es difícil de concebir para un filólogo”¹³ (ELLIS, 1885, p. 35, traducción propia).

La siguiente imagen muestra los caracteres (siete modificaciones y una introducción) que diferencian el alfabeto usado por Bridges en relación con el sistema Ellis:

Imagen 4: Cambios hechos por Bridges en el Alfabeto Ellis para su utilización en el yagán

Ellis	Bridges	Ellis	Bridges
u	ụ	h	ʰ
l	ḷ	y	ʸ
r	ṛ	w	ʷ
m	n		s

A continuación, y a partir de testimonios y datos publicados en las revistas de la SAMS durante la existencia de la Misión del Sur (*VOP*, *VfSA* y *SAMM*) –con el aporte de otros documentos de la época–, se analizarán aspectos de la identificación y registro de los sonidos lingüísticos del yagán (y de otras lenguas, como el selk’nam y el tehuelche) según dos líneas de desarrollo que atienden a: (i) las razones por las cuales los misioneros de la SAMS eligieron el método de registro de los sonidos lingüísticos y con qué propósitos lo utilizaron (§ 4), así como (ii) las ventajas y limitaciones de este sistema, según los propios misioneros y otros colaboradores en las publicaciones de la SAMS (§ 5).

¹² “[...] these accents require new types to be cut for the new letters, and are very expensive. They also add much to the complexity of the printing, and were quite unnecessary” (ELLIS, 1885, p. 35).

¹³ “How any one could have been so ill advised as to use accents like *á à ā* for *ha, ya, wa*, it is difficult for a philologist to conceive” (ELLIS, 1885, p. 35).

4 La selección y uso del método de codificación en la Misión del Sur

Como ya se mencionó, a la llegada de los misioneros de la SAMS al extremo sur de la Patagonia, existía la errónea creencia de que la lengua de la zona era una sola (el mapuzungun), ya documentada y sistematizada. Es casi seguro que los misioneros estarían en posesión de una copia de *Chilidúgu* del jesuita Bernardo de Havestadt (1777) y quizás también hubieran tenido acceso a otras obras producidas por otros dos misioneros de la Compañía de Jesús: Luis de Valdivia (1684 [1606]) y Andres Febres (1765).

Esta información es comunicada a los lectores en el primer volumen de la publicación de la SAMS:

Queridos amigos cristianos, —Nuestra nave misionera está avanzando con rapidez hacia su finalización y esperamos, con la bendición de Dios, verla hacerse al agua al principio de este verano. Ella será una robusta nave de 100 toneladas y llevará el honorable nombre de “Allen Gardiner”. Tenemos el grupo misionero esperando ir en ella a la esfera de sus labores en Tierra del Fuego y Patagonia. La lengua de estas tribus del sur ha sido ya sistematizada en una gramática y un diccionario.¹⁴ (SAMS: *VöP*, 1854, p. 112, traducción propia)

El Secretario [de la SAMS] ha recibido recientemente de América del Sur una copia de la gramática y el diccionario de la

¹⁴ “*Dear Christian Friends, —Our missionary vessel is advancing rapidly to completion, and we hope, with God’s blessing, to see her take the water early this summer. She will be a stout seaworthy craft of 100 tons’ burthen, and bear the honoured name of ‘Allen Gardiner.’ We have the missionary party waiting to go in her to the sphere of their labours in Tierra del Fuego and Patagonia. The language of these southern tribes has already been reduced to a system in a grammar and dictionary*” (SAMS: *VöP*, 1854, p. 112).

lengua mapuche o chilidago, que es hablada, más o menos, por las tribus aborígenes de la parte sur de ese país. Actualmente está en español, pero pronto será traducida para el uso de nuestros misioneros.¹⁵ (SAMS: *VöP*, 1854, p. 261, traducción propia)

Otro juicio erróneo acerca del panorama lingüístico que encontrarían los misioneros al llegar a destino era sobre la mutua inteligibilidad de los distintos pueblos indígenas: “Los fueguinos se comunican con los patagones, y estos con las tribus araucanas y pampas, y todos ellos tienen una lengua común, para la cual existen diccionario y gramática”¹⁶ (SAMS: *VöP*, 1855, p. 68, traducción propia).

Poco tiempo después de la llegada del Rev. G. P. Despard a la Misión en Keppel, comienza el proceso de acercamiento a la lengua hablada por los yaganes. Si bien los primeros registros fueron hechos con los caracteres usados para el inglés (ver § 2.1.), las publicaciones misioneras pronto referirían a los avances con respecto a la lengua, e incluirían la mención del método y sus aplicaciones: “Nuestros huéspedes fueguinos. Buena descripción de cada uno de los miembros de la familia Button por parte de G[eorge]P[akenham] D[espard], también un poco de la lengua. [...] Despard ha escrito alrededor de 400 palabras fueguinas, usando los caracteres de Ellis”¹⁷ (SAMS: *VöP*, 1959, p. 77-82, traducción propia). Pero el uso del alfabeto fonético no se restringía al registro de la lengua aborigen hecho por los misioneros,

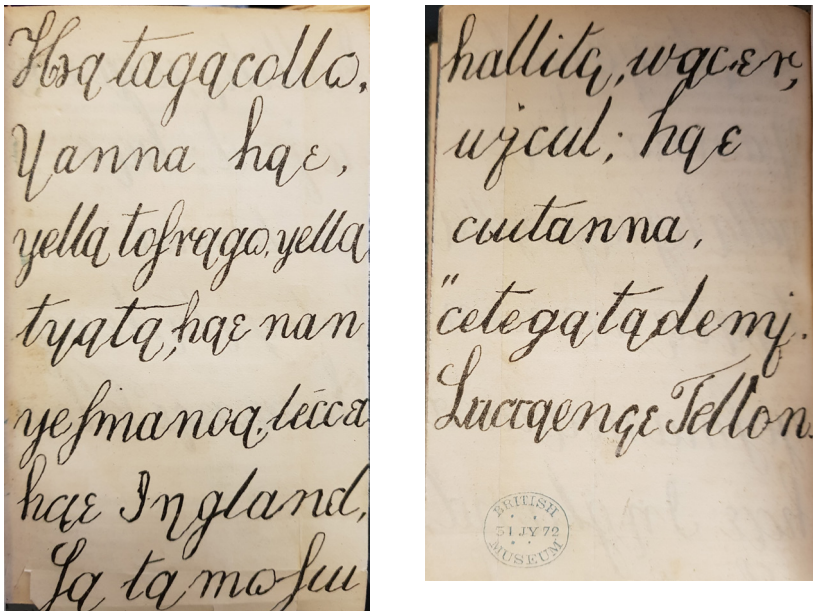
¹⁵ “The Secretary has lately received from South America, a copy of the grammar and dictionary of the Mapuche or Chilidago language, which is spoken, more or less, by the aboriginal tribes of the southern part of that country. It is, at present, in Spanish, but will soon undergo translation for the use of our missionaries” (SAMS: *VöP*, 1854, p. 261).

¹⁶ “The Fuegians communicate with the Patagonians, and these with the Araucanians and Pampas tribes, and they all have one common language, for which dictionary and grammar are extant” (SAMS: *VöP*, 1855, p. 68).

¹⁷ “Our Fuegian guests. Good description of each of the Button family by GPD, also a little on language. [...] Despard has written some 400 Fuegian words, using Ellis’ characters” (SAMS: *VöP*, 1959, p. 77-82).

sino que también se lo utilizaba como sistema para la instrucción de los indígenas en la lectoescritura: “Despard irá a la Patagonia y les enseñará [a los indígenas] a leer en su propia lengua con el Sistema Fonético Ellis”¹⁸ (SAMS: *V6P*, 1859, p. 145, traducción propia). Poco después, los resultados de esta enseñanza eran divulgados a través de la misma publicación: la reproducción litográfica de una carta manuscrita de Luccaenche Tellon, el joven indígena yagán –sobrino de Jemmy Button– que, junto con su esposa Cammilena, vivía en la estación misionera. Tal como indica el encabezado –y se evidencia en la Imagen (5)–, “Las letras son correctamente tomadas del Sistema Fonético de Ellis”¹⁹ (SAMS: *V6P*, 1860, p. 48, traducción propia).

Imagen 5: Carta de un joven fueguino



Fuente: SAMS (*V6P*, 1860, p. 48b).

¹⁸ “Despard will go to Patagonia, then teach them to read in their own language with the Ellis Phonetic System” (SAMS: *V6P*, 1859, p. 145).

¹⁹ “The letters are correctly borrowed from Ellis’s Phonetic system” (SAMS: *V6P*, 1860, p. 48).

El proceso de enseñanza-aprendizaje instaurado entre yaganes y misioneros funcionó de manera recíproca. A la vez que los primeros aprendían a leer y escribir en su lengua, los misioneros –ayudados por la convivencia diaria y el trabajo compartido– iban conociendo la cultura de los indígenas: sus creencias, sus prácticas, hábitos y costumbres; y, progresivamente, iban también adquiriendo su lengua. En este proceso, el puente sobre el cual se fue conduciendo el intercambio lingüístico inglés-yagán fue provisto por el sistema fonético:

[...] la relación que ya ha tenido lugar entre los Misioneros de nuestra Sociedad y las razas fueguinas es tal que nos permite establecer plenamente la posibilidad de alcanzar y beneficiarnos con los medios empleados. Tenemos conocimiento de sus hábitos, de su capacidad de instrucción, de su voluntad de recibir nuestra enseñanza. Hemos adquirido de ellos un gran conocimiento de su lengua, mientras que los miembros de las tribus han aprendido hábitos de la industria, a leer nuestro idioma de manera fonética y a escribir. Además, algunos de ellos se han familiarizado inteligentemente con la ley de Dios y han escuchado, aun cuando no las hayan recibido en todo su poder, las verdades del Evangelio de Cristo.²⁰ (SAMS: *VöP*, 1862, p. 8-9, traducción propia)

²⁰ “[...] *the intercourse, which has already taken place between the Missionaries of our Society, and the Fuegian races, is such as fully to establish the possibility of our reaching, and benefiting them by the means employed. We have experience of their habits, of their capability of instruction, of their willingness to receive our teaching. We have acquired from them a large knowledge of their language, while members of their tribes have learned habits of industry, to read our language in the phonetic type, and to write. Furthermore some of them have become intelligently acquainted with the law of God, and have heard, if they have not received in all their power, the truths of the Gospel of Christ*” (SAMS: *VöP*, 1862, p. 8-9).

Dada la centralidad del propósito evangelizador, es claro que el avance del intercambio de conocimientos lingüísticos entre indígenas y misioneros era acompañado (además de motivado) por el desarrollo de materiales en la lengua aborígen para la instrucción y la práctica religiosas. En este ámbito, también se recurrió a la utilización del sistema fonético. Las primeras traducciones al yagán (todavía vagamente denominado “lengua fueguina”) fueron el *Padre Nuestro*, la *Resolución del Pecador* y *Doxología*, publicadas en 1862, en el volumen 9 de *The Voice of Pity* como muestra y testimonio de los avances de la SAMS con respecto a “la lengua fueguina reducida a la escritura, en el tipo fonético (*sic*), por el Rev. G. P. Despard”²¹ (SAMS: *VōP*, 1862, p. 169-170, traducción propia).

Poco tiempo antes, se había publicado en la misma revista misionera una carta del Reverendo Despard, solicitando el envío a la Misión del Sur de una Biblia fonética. En esa misma carta, el reverendo anunciaba que sus vocabularios sobre la lengua indígena iban a bordo del navío en dirección a Brighton y que “si se imprimen, debe ser con tipo fonético”²² (SAMS: *VōP*, 1861, p. 246, traducción propia). La llegada de la primera Biblia fonética a Tierra del Fuego es anunciada pocas páginas después, junto con un reconocimiento a su remitente, el Rev. James Wood de la ciudad de Bath (donde estaba localizada la *Institución Fonográfica de Isaac Pitman*, responsable de la publicación de la Biblia Fonotípica en 1845).

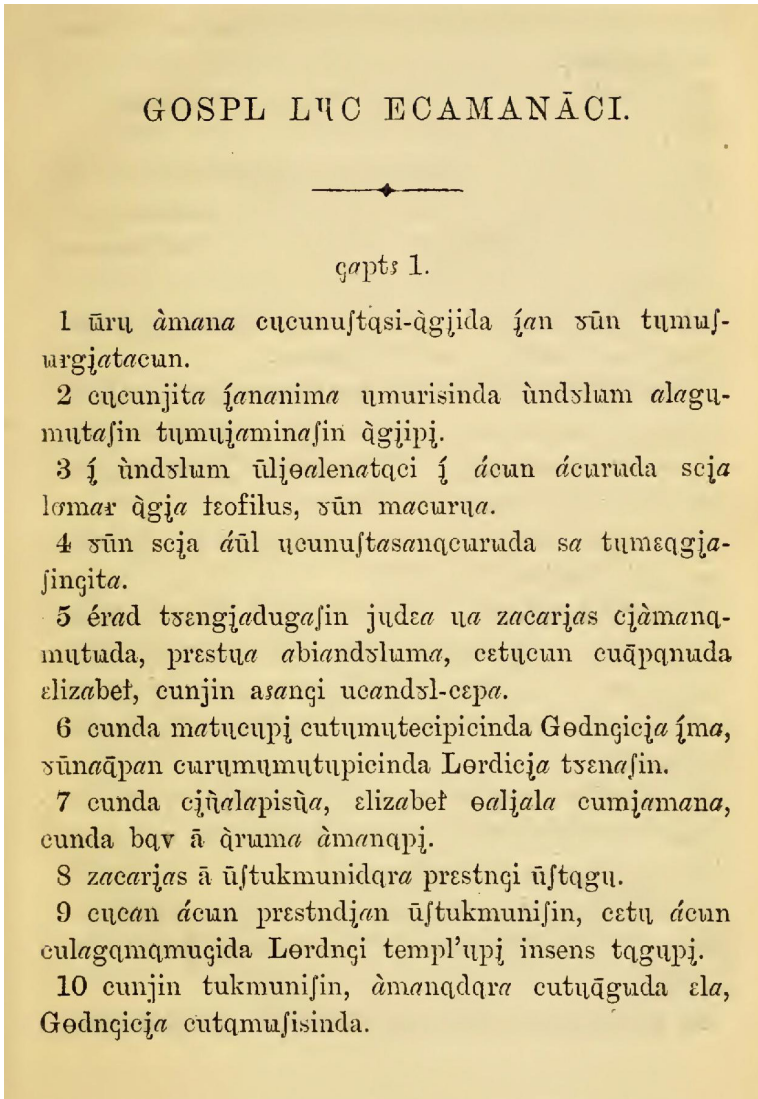
Este texto no solamente fue utilizado como material de lectura por misioneros e indígenas, sino que sirvió de modelo a Thomas Bridges (hijo adoptivo, como fuera mencionado antes, y sucesor del Rev. Despard, tanto en la responsabilidad de la Misión como en el trabajo lingüístico) en su trabajo de traducción al yagán de algunos fragmentos del Nuevo

²¹ “[...] the Fuegian language, as reduced to writing, in the phonetic type, by the Rev. G. P. Despard” (SAMS: *VōP*, 1862, p. 169-170).

²² “If they be printed, it must be with phonetic type” (SAMS: *VōP*, 1861, p. 246).

Testamento: el *Evangelio de San Lucas* (BRIDGES, 1881), los *Hechos de los Apóstoles* (BRIDGES, 1883) y el *Evangelio de San Juan* (BRIDGES, 1886), todos ellos publicados con los tipos fonéticos de Ellis.

Imagen 6: Inicio del Evangelio de San Lucas



Fuente: BRIDGES (1881, p. 5).

La utilización del alfabeto fonético para la colecta de datos lingüísticos no estaba restringida a la Misión del Sur. En las publicaciones de la SAMS se mencionaban nuevos destinos, con otros grupos indígenas (y otras lenguas) que habían atraído la atención de los misioneros anglicanos. Se destacan dos casos: los tehuelches y su lengua, en cercanías de El Carmen (la actual ciudad de Carmen de Patagones), donde la SAMS planeaba establecer una nueva misión que cubriera la zona norte de Patagonia; y los selk'nam (también conocidos como onas, y así mencionados en las publicaciones), en el norte de la isla de Tierra del Fuego. En cuanto a los tehuelches, la tarea había sido encomendada a los misioneros Johann Friedrich Hunziker y Theophilus Fredric Schmid, quienes intentaron establecer una estación en un punto entonces conocido como *Weddel's Bluff*, cercano a la desembocadura del Río Santa Cruz sobre el Atlántico. *Weddel's Bluff* luego sería llamado Cañadón Misioneros, justamente por los dos anglicanos. El primero había pasado un período en Keppel, en compañía del Rev. Despard, hacia mediados de 1861. Allí había sido testigo de la aplicación del sistema fonotípico por parte de Despard, de Thomas Bridges y de los indígenas. No obstante, los datos lingüísticos registrados por los misioneros entre los tehuelches, que fueron dados a conocer por Schmid a través de sucesivos artículos en *The Voice of Pity* (1860, 1861), no utilizan el alfabeto fonético, según explica el propio misionero:

En otros momentos, revisaba mi vocabulario, recolecté palabras, las ordené y traté de descubrir alguna construcción gramatical peculiar mediante la cual pudiera obtener una clave sobre otras que aun no he aprendido. Estoy ahora en posesión de 1050 palabras que, apenas haya terminado mis cartas, ordenaré alfabéticamente. Me apegué al alfabeto común, y veo con claridad que responde tan bien como el fonético; más aún, es

incluso superior, porque tiene menos vocales –solo cinco, que es suficiente para que un indio lo aprenda.²³ (SAMS: *VöP*, 1862, p. 160, traducción propia)

Dado que el intento de establecer una Misión en territorio tehuelche no logró concretarse, la descripción de la lengua por parte de los misioneros tampoco avanzó en demasía. No obstante, merece mencionarse la posterior recuperación de la información colectada por Schmid. En una edición hecha por Robert Lehmann-Nitsche (1910), se publican los datos antes divulgados a través de *The Voice of Pity* (1860-1861), que llegan a Lehmann-Nitsche a partir de una copia manuscrita hecha por Thomas Bridges en 1898. En esas mismas *Actas* se agrega la reedición de un breve libro publicado por Schmid en 1860, con un vocabulario y los rudimentos gramaticales del tehuelche. La introducción que Schmid hace a esta obra ofrece un párrafo de sumo interés para el tema de este trabajo:

Mi intención era presentar los siguientes fragmentos del dialecto Patagón, o Tsoneca, en el tipo fonético Ellis, ya que no hay dudas acerca de su ventaja para expresar los sonidos guturales de la lengua india, pero la tediosa demora en la obtención de tipo adecuado me ha llevado a intentar hacerlo sin su ayuda, y representar en caracteres romanos ordinarios los resultados de mi labor de un año.²⁴ (SCHMID, 1910, p. 19, traducción propia)

²³ “*At other times I looked over my vocabulary, collected words, arranged them, and tried if I could not discover some peculiar grammatical construction by which I might obtain a clue to others not yet learned. I am now in possession of 1050 words, which, as soon as I have finished my letters, I shall arrange alphabetically. I stuck to the common alphabet, and I see clearly that it answers just as well as the phonetic, nay, it is even superior, for it has fewer vowels—only five, which is quite enough for an Indian to learn*” (SAMS: *VöP*, 1862, p. 1600).

²⁴ “*It was my intention to have presented the following fragments of the Patagonian, or Tsoneca, dialect in Ellis’ phonetic type – for there is little doubt of its advantage in expressing the guttural*

En el caso del selk'nam, la primera mención que se hace de ellos aparece en *A Voice for South America 11* (1864), en una carta en que Thomas Bridges menciona el panorama lingüístico del archipiélago de Tierra del Fuego. El misionero indica la existencia de tres lenguas: la que él estaba aprendiendo, el yagán, hablado en la parte sur; el alikoolip (también conocido como alakalufe, halakwulup, y actualmente, kawesqar o kaweskar), hablado en la región noroeste; y la lengua de los “indios de a pie” (*Foot Indians*, por contraposición a los yaganes, que eran canoeros), en el territorio de Tierra del Fuego propiamente. La primera evidencia del interés sobre la lengua de los “indios de a pie” apareció publicada en la *SAMM 1* (1867), en el marco del relato de un viaje de Thomas Bridges por Tierra del Fuego: una breve lista de palabras, escritas con caracteres comunes. Los “indios de a pie” también aparecen mencionados como “Oen-owa” y “Oen's-men” –ambos términos significan “hombres Oen”, en yagán y en inglés, respectivamente– (*SAMM*, 1868, p. 120) y, finalmente, como “Onas” en las publicaciones a partir de 1876, cuando comienzan a aparecer con más frecuencia. Para entonces, Thomas Bridges y su familia se encontraban en Ushuaia, por lo que la proximidad geográfica con los selk'nam facilitaba el intercambio. En un fragmento de su diario, publicado en la *SAMM 10* (1876), Thomas Bridges indica:

Los onas, evidentemente, están emparentados con los tsonaca [tehuelche] en la Patagonia Sur; su lengua lo demuestra. Como el tsoneca, es una lengua peculiarmente fuerte y gutural, y muy entrecortada, por necesidad. Entre las palabras

–sounds of the Indian tongue – but the tedious delay in procuring the proper type has caused me to attempt without its aid, to render in ordinary Roman characters the results of my year's labour” (SCHMID, 1910, p. 19).

que he comparado, encontré dos palabras idénticas en ambas lenguas, pero no la menor similitud entre yagán y ona.²⁵
(*SAMM*, 1876, p. 56, traducción propia)

Lamentablemente, no he podido acceder a documentos que muestren si estos registros de Thomas Bridges fueron hechos con el sistema fonético.²⁶

Según se ha detallado, el alfabeto Ellis fue ampliamente utilizado en la Misión del Sur para la recolección de datos de la lengua yagán, así como para la enseñanza de la lectoescritura a yaganes (y a los jóvenes de las familias de los misioneros), y era también el método vinculado a los Textos Sagrados, tanto la Biblia en inglés enviada a la estación misionera como las traducciones hechas por Thomas Bridges. En otros entornos, como el de los tehuelches y de los selk'nam, el alfabeto fonético no tuvo la misma fortuna. Veremos ahora las razones que pueden haber incidido en esta situación.

5 Ventajas y limitaciones de los sistemas fonéticos para el trabajo lingüístico de los misioneros

Muchas fueron las discusiones y opiniones que circularon en torno de las distintas propuestas de reforma ortográfica de la lengua inglesa, desde los siglos XVI y XVII en adelante, tanto en América del Norte como en las islas británicas, y que enfrentaron a entusiastas defensores con

²⁵ “*The Ona, evidently are a kindred people to the Tsonaca in Southern Patagonia; their language makes this quite certain. Like Tsonaca, it is a peculiarly strong guttural language, and very jerky, of necessity. Among the words I compared, I found two words identical in the two languages, but not the least similarity between Yaghan and Ona*” (*SAMM*, 1876, p. 56).

²⁶ Existen documentos que prueban que Lucas Bridges, el hijo de Thomas, quien se instaló en la zona de los selk'nam, conocía y utilizaba el sistema Ellis. Pero dado que esto sucedió ya comenzado el siglo XX, queda por fuera del período aquí investigado.

acérrimos detractores. No sorprende, entonces, que en el acotado ámbito de la misión anglicana del Sur también se registraran opiniones contrapuestas con respecto al método de codificación fonética utilizado. En primer lugar, la pertinencia de este debate queda en evidencia desde una suerte de texto editorial (una larga explicación, sin firma ni autor identificado, a diferencia de las habituales colaboraciones que manifiestan claramente la autoría de misioneros, viajeros o adherentes) que se puede interpretar como representativa de la opinión de la Sociedad. A lo largo de más de tres páginas, de las cuales se citan a continuación los fragmentos esenciales, se explicita la posición con respecto al alfabeto fonético en particular y sobre las modificaciones en el instrumento de escritura en general:

Podemos de hecho preguntarnos por qué adoptamos el sistema fonético para instruir a los nativos que están bajo nuestro cuidado, y esto no solo para poner por escrito su lengua hasta ahora sin escritura, sino también para transmitirles nuestra propia lengua [...]. Ahora reconocemos fácilmente que la introducción de un nuevo sistema de escritura, donde la costumbre establecida desde hace mucho tiempo ha fijado los modos de ortografía y donde la derivación de las palabras está en peligro por tal cambio, es apenas justificable. Una revolución respecto del sistema de ortografía en Inglaterra no es un logro deseable; pero una revolución como la que implica el sistema fonético, cuando se lleva a cabo en su totalidad, es algo que se debe temer. La destrucción de los antiguos hitos, la destrucción del carácter histórico de las palabras, el aspecto desfigurado de nuestra lengua, por el cual se perdería su semejanza con las grandes familias lingüísticas, son solo algunos de los males que se deben temer a partir del triunfo doméstico del sistema

fonético. Y, sin embargo, con gusto lo aprovechamos en el extranjero. Porque no puede haber duda de que posee muchas cualidades excelentes, cuando se lo confina dentro de ciertos límites, y se le prohíbe interferir con derechos de larga data. Naturalmente, amamos nuestra lengua nativa, y estamos unidos a sus formas externas quizás con mayor entusiasmo debido a las muchas dificultades que hemos encontrado para dominarlas. Sin embargo, no podemos disimular estas dificultades, especialmente cuando necesitamos usar nuestra habla para instruir a personas de bajo poder mental y hábitos bárbaros. La cantidad de atención y el ejercicio de la memoria exigidos por aquellos que aprenden a leer y escribir correctamente el idioma inglés tal vez sean mayores de lo que a veces suponemos. De hecho, son tan grandes que muchas personas de buena educación general nunca logran una precisión ortográfica. Y esto no sorprende, teniendo en cuenta la independencia absoluta que existe entre el sonido de las palabras cuando se pronuncian como lo requiere la costumbre y el sonido como lo sugieren las letras al deletrearlas correctamente. Así, por ejemplo, ¡qué variedad de sonidos ha asignado la costumbre a las letras *-ough!* Aparecen en las siguientes palabras, pero ¡qué desconcertante diversidad de pronunciación para la persona que aprende a leer! –*Tough, Cough, Plough, Though, Enough*, etc. Ahora, a partir de este sencillo ejemplo, cualquiera verá la carga que implica la lectura y la escritura para la memoria, y lo difícil que resulta adquirir un conocimiento preciso de ellas para quienes no han tenido la ventaja de una educación temprana. Al tratar con un pueblo que nunca ha tenido un alfabeto, la dificultad alcanza su punto más alto y, por lo tanto, todo lo que tienda a

simplificar el proceso de enseñanza es extremadamente valioso. Ahora, solo este es el punto donde el sistema fonético entra con gran ventaja. La característica distintiva de este sistema es que cada letra tiene un sonido diferente y definido. Por lo tanto, cuando las letras se colocan juntas, el modo de pronunciarlas es fijo y cierto. El alumno aprende primero el sonido de las letras por separado; luego, un poco de práctica le permite, casi sin esfuerzo, pronunciarlas de forma combinada en palabras. El número de letras del alfabeto fonético es ligeramente mayor que el nuestro, pero se adquieren fácilmente; luego, el proceso de aprender a leer se vuelve comparativamente fácil. Así es como se les ha enseñado a leer a los nativos de Tierra del Fuego que han estado bajo nuestro cuidado; y aquellos que no hace mucho eran salvajes desnudos y degradados, están ahora aprendiendo las palabras de Dios y leyendo de Jesucristo.²⁷ (SAMS: *VOP*, 1861, p. 258-260, traducción propia)

²⁷ *"We may indeed be asked, why it is that we adopt the phonetic system in instructing the natives under our care, and this not only in reducing their hitherto unwritten language to writing, but in conveying to them our own language [...]. Now we readily acknowledge that the introduction of a new system of writing, where long established custom has fixed the modes of spelling, and where the derivation of words is imperilled by such a change, is scarcely justifiable. A revolution in the spelling-book in England is an achievement by no means desirable; but such a revolution as the phonetic system, when fully carried out, implies, is something to be dreaded. The obliteration of old landmarks, the destruction of the historical character of words, the marred visage of our language, by which its likeness to the great families of speech would be lost, are but a few of the evils to be dreaded from the triumph of the phonetic system at home. And yet we gladly avail ourselves of it abroad. For there can be no doubt that it possesses many excellent qualities, when confined within certain limits, and forbidden to interfere with long-standing claims. Naturally we love our native tongue, and are wedded to its outer forms the more heartily, perhaps, owing to the many difficulties which we have encountered in making ourselves masters of them. We must not, however, disguise these difficulties, especially when we require to use our speech for the instruction of people of low mental power, and barbarous habits. The amount of attention and the exercise of memory demanded from those who learn to read, and write correctly the English language, are greater, perhaps, than we sometimes suppose. In fact, they are so great that many persons of good general education never attain to accuracy in spelling. And this is*

La opinión aquí presentada es ambivalente: el sistema fonético es útil y deseable fuera del ámbito entendido como “civilizado” de la lengua inglesa; resulta de ayuda para ser utilizado con los indígenas, considerados con “capacidades limitadas”; pero constituye una afrenta a las formas lingüísticas consolidadas por la tradición que componen el idioma de Shakespeare y Chaucer. De esta manera, se defiende por un lado el trabajo de los misioneros allende los mares; pero, a la vez, se distingue el caso de aquellos “salvajes”—término con el que Darwin (1839, pp. 227ss.) había calificado a los yaganes en el relato de su viaje en el bergantín HMS Beagle— que necesitan de un método que facilite su vinculación con la lengua de los misioneros y con la suya propia, del caso opuesto, una comunidad orgullosa de su lengua, de la historia que ha dejado su impronta en ella y de los vínculos que esta exhibe con respecto a otros “idiomas prestigiosos”.

En cuanto a quienes enfrentaban día a día la tarea de acceder a una lengua desconocida, a fin de poder acercar a sus hablantes las bases de la fe cristiana, es decir, los misioneros, sus opiniones estaban claras: o bien proclamaban

not wonderful considering the absolute independence, which exists between the sound of words when pronounced as custom requires, and the sound as suggested by the arrangement of the letters in spelling them correctly. Thus, for instance, what a variety of sound custom has distributed to the letters—ough. In the following words they occur, but with what puzzling diversity of pronunciation to a person learning to read! —Tough, Cough, Plough, Though, Enough, &c. Now from this simple example any one will see what a tax upon the memory reading and spelling involve, and how difficult it becomes for those, who have not had the advantage of early education, to acquire an accurate knowledge of them. In dealing with a people, who have never had an alphabet, the difficulty of course reaches its highest point, and everything, therefore, which tends to simplify the process of teaching is extremely valuable. Now this is just the point where the phonetic system comes in with great advantage. The distinguishing feature of this system is, that every letter has a distinct, and definite sound. When, therefore, the letters are placed together the mode of pronouncing them is fixed, and certain. Let the pupil first learn the sound of the separate letters, and; then a little practice enables him almost without effort to sound them in the combined form of words. The number of the letters in the phonetic alphabet is slightly greater than in our own, but these are readily acquired; and then the process of learning to read becomes comparatively easy. Thus it is that the natives of Tierra del Fuego, who have been under our care, have been taught to read; and those, who not long since were naked, and debased savages, are now learning the words of God, and reading of Jesus Christ” (SAMS: VoP, 1861, p. 258–260).

con fervor las virtudes del sistema fonético, o bien lo consideraban que su aplicación constituía un esfuerzo no compensado por suficientes beneficios.

En el seno de la SAMS, el más encendido defensor del sistema Ellis fue Thomas Bridges. A lo largo de su vida y su trabajo en la misión, demostró su convicción acerca de las ventajas de un alfabeto fonético, no solo para el registro de otras lenguas, sino para la codificación de la suya propia, dada la rapidez de su aprendizaje (sobre el cálculo de que, a partir del reconocimiento de los caracteres, seis meses serían suficientes para que los indígenas pudieran leer y escribir) y la exacta correspondencia entre signos y sonidos, que permitía liberarse del ejercicio de la memoria para la pronunciación. En una carta, Thomas Bridges expresa:

Estos jóvenes [fueguinos], al menos dos de ellos, serán capaces de leer y escribir correcta y satisfactoriamente en el sistema fonético si les enseño por seis meses más. Mis motivos para decir esto: ahora pueden deletrear y leer, a primera vista, palabras que nunca antes han visto, escrito o escuchado pronunciar; y esta es la mayor ventaja que tiene este sistema. El conocimiento de las letras, una vez adquirido, es una llave que abre todas las puertas. Ahora, dos niños, Sisiens y Meena, conocen perfectamente todas las letras, y los otros dos conocen la mayoría. Estos dos pronto podrán leer su propio idioma, o cualquier otro, cuando esté escrito según el sistema de A. Ellis.²⁸ (SAMS: *V6P*, 1865, p. 145, traducción propia)

²⁸ “*These [Fuegian] boys, at least two of them, would be able to read and write correctly and satisfactorily in the phonetic system, if taught for six months more. My reasons for saying this are these: they now can, at first sight, spell and read off words, not of their own language, they have never seen, written, or heard spoken previously; and this is the greatest advantage this system has. [... The] knowledge of the letters once acquired, is a key that opens all doors. Now, two boys, Sisiens and Meena, know all the letters perfectly, and the other two know most of them. These two would soon be able to read either their own language or any other, when written according to the system of A. Ellis*” (SAMS: *V6P*, 1865, p. 145).

Así, una de las razones más poderosas invocadas por Thomas Bridges en alabanza del alfabeto fonético era su versatilidad, que permitiría a los aprendices indígenas enfrentar cualquier otra lengua que estuviera codificada con el mismo sistema, incluso el inglés. Fundamentaban su certeza no solamente la prolongada experiencia en el uso de dicha herramienta, que ya había sido usada por su padrastro y antecesor, el Rev. Despard, sino también un evidente estudio y seguimiento cercano de los avances y nuevos desarrollos del sistema, que motivan su preferencia por el sistema de Ellis en desmedro del de Pitman. En un fragmento publicado del diario de Thomas Bridges se puede leer:

Escribir y leer una lengua fonéticamente es una cosa hermosa, y de rápido aprendizaje, y no puede haber objeción válida, sino que todo induce en favor de escribir fonéticamente toda lengua ágrafa. Dejemos que el yagán se escriba e imprima en el sistema Fonético de Ellis, preferible en mucho al sistema rival de Pitman. Los nativos escriben aquí su propia lengua, que nunca antes vieron escrita o impresa, cuyos ojos no están familiarizados con la ortografía, exactamente como lo hago yo, siendo el oído su único guía, y no la vista de la palabra. Eso habla en favor de la fonografía; y es una prueba clara de la ortografía de cualquier palabra cuando cuatro individuos escriben, de manera independiente, una palabra con corrección; esta es la razón por la cual me siento confiado de la ortografía del yagán, ya que tengo esta prueba. Esto ha sido muy beneficioso para los nativos, los ha familiarizado con su propia lengua, la división de palabras en sílabas, y la de las oraciones y frases en palabras. Y si pueden leer y escribir su propio idioma fonéticamente,

pueden hacerlo con cualquier otro, y encuentro que pueden con el inglés.²⁹ (SAMM, 1867, p. 76, traducción propia)

El fragmento anterior no solo es testigo del interés de Thomas Bridges por la evolución de los respectivos sistemas fonéticos de Pitman y Ellis, sino que también demuestra una profunda conciencia acerca del trabajo lingüístico que estaba realizando, al destacar –como ventajas adicionales del método de codificación– la verificabilidad de los datos obtenidos y la sencillez para comprender la segmentabilidad de los enunciados.

Finalmente, y retomando a partir de la cita anterior la certeza de Thomas Bridges en cuanto a la ortografía del yagan, esta confianza en el método de escritura fonética explica que, en todos los documentos producidos por el misionero que incluyeran datos lingüísticos –manuscritos, como los apuntes gramaticales (BRIDGES, 1866), las sucesivas versiones de su monumental diccionario (BRIDGES, 1865-1866, 1877-1879a, 1877-1879b, 1879), la traducción preliminar de *Acts of Apostles* (BRIDGES, 1882), e incluso su carta al expresidente argentino Bartolomé Mitre (BRIDGES, 1898); o éditos, como su esbozo gramatical (BRIDGES, 1894) y las traducciones bíblicas (BRIDGES, 1881, 1883, 1886)–, estos están codificados en alfabeto Ellis. Con respecto a la obra más extensa y conocida del misionero, su diccionario –obra a la que

²⁹ “To write and read a language phonetically is a beautiful thing, and easily learnt, and there can be no valid objection against, but every inducement in favor of writing every illiterate language phonetically. I say then let Yahgan ever be written and printed for ever in Ellis’s Phonetic system, which is much, very much preferable to Pitman’s rival system. The natives here write their own language which they have never seen written or printed, whose eyes are not acquainted with its orthography, exactly as I do, the ear being their sole guide, and not the sight of the word. This speaks much for phonography, and is a clear proof of the correct orthography of any word, when four individuals each independently write a word aright; this is the reason why I feel confident of the orthography of Yahgan, as I have this proof. This has been very profitable to the natives, it has made them acquainted with their own tongue, the division of words into syllables, sentences, and phrases into words. And if they can read and write their own language phonetically, they can any other, and so I find they can English” (SAMM, 1867, p. 76).

había dedicado unos treinta años de trabajo y reflexión, según menciona su hijo Lucas (BRIDGES, 1952)–, Thomas Bridges fue particularmente meticuloso en la grafía de los términos yaganes, que eran controlados con los hablantes en forma y sentido, según él mismo comenta en su diario a fines de 1866:

Por largo tiempo he aprovechado las lecciones a Oocoks, Lucas y Yecife para revisar mi diccionario en su significado y en ortografía, dictando y haciendo que ellos escriban casi palabra por palabra. De esta manera, cada palabra ha sido bien revisada, y fue sorprendente cuán correctamente han escrito fonéticamente su lengua estos estudiantes y con frecuencia [la escritura] de ellos estaba bien y la mía mal; estoy seguro de que ahora la lengua está correctamente escrita y mi próximo diccionario será el estándar de la lengua.³⁰ (SAMM, 1867, p. 76, traducción propia)

Con respecto a quienes no consideraban que el alfabeto fonético constituyera un avance para las tareas lingüísticas de los misioneros, destacan las consideraciones (dos de las cuales ya fueran mencionadas en § 4, el tiempo que insumía la elección de los tipos adecuados y la superabundancia de distinciones vocálicas para los propósitos de su trabajo –y para las necesidades de los indígenas–) de Theophilus Schmid, quien, en su relato de los progresos con la lengua tehuelche, indica en una de sus cartas:

³⁰ “For long time I have made it a part of Oocoks’, Lucas’, and Yecife’s lessons to revise my dictionary in sense and orthography, by making them from dictation write it out almost word by word. Thus every word has been well scrutinized, and it was astonishing how correctly these three scholars did write their own language phonetically, and often was theirs right and mine wrong, and I am certain that their language is now written correctly, and my next dictionary will be the standard of the language” (SAMM, 1867, p. 76).

He preparado un vocabulario, ordenando las palabras en orden alfabético, y un esbozo de gramática; una considerable ampliación de lo que fuera publicado en 1860. Está todo escrito con el alfabeto usual, ya que los inventores del sistema fonético están siempre cambiando sus alfabetos, pienso que es mejor no usarlo; y no me gustaría volver a la fonética.³¹ (SAMS: *VoP*, 1863, p. 259, traducción propia)

Por otra parte, hay también testimonios que cuestionan la invocada facilidad del método. En relación con esta postura, se puede mencionar la reflexión del Rev. Charles Bull que, luego de una visita a la estación de Isla Keppel a fines de 1866, apuntó en su diario:

Durante nuestra estadía, escuchamos a los nativos y los vimos escribir, todo muy bien; pero siento que, a pesar del entusiasmo del Sr. Bridges, sus lenguas fueguinas no pueden estar destinadas a tener una literatura propia; y cuanto antes se sustituya el fueguino por el inglés, mejor. Pienso también que Mr. Bridges aumenta innecesariamente las dificultades al adoptar el sistema fonético.³² (*SAMM*, 1867, p. 48-49, traducción propia)

Resulta interesante la existencia de opiniones tan contradictorias acerca de las dificultades del sistema. Por un lado, los partidarios de la escritura fonética destacan que el método se adquiere con relativa rapidez,

³¹ *"I have prepared a vocabulary, arranging the words in alphabetical order, and an outline of grammar; a considerable enlargement of that which was printed in 1860. It is all written in the usual alphabet, for as the inventors of the phonetic system are always changing their alphabet, I thought it best to do with out it; and I should therefore not like to return to phonetic"* (SAMS: *VoP*, 1863, p. 259).

³² *"During our stay we heard the natives read, and saw their writing, all very good; but I felt that in spite of all Mr. Bridge's enthusiasm about it, his Fuegian languages could not be destined to have a literature of their own; and the sooner English was substituted for Fuegian the better. I thought too, that Mr. Bridges needlessly increased his difficulties, by adopting the phonetic system"* (*SAMM*, 1867, p. 48-49).

una vez aprendido el repertorio de signos fonéticos. En esta última cita, el cuestionamiento no es claro; si la dificultad alegada por el Rev. Bull se refiere al método fonético mismo (con el cual no hay certeza de que estuviera familiarizado, más allá de haber sido testigo de su uso en la Misión del Sur) o al hecho de que este utiliza caracteres diferentes de los usuales. Parece más bien tratarse de esta última posibilidad, y que la complejidad deriva de conjunto de nuevos signos requeridos para la lectura, la escritura (y también la impresión) de textos escritos fonéticamente.

Es claro que el sistema fonotípico, que tenía poco más de 20 años de existencia, no se había difundido en todos los ámbitos de uso de la lengua inglesa. La preferencia de Bridges por este método estaba en estricta correlación con sus propósitos: máxima fiabilidad en el registro de datos y coherencia entre ese registro y la forma de codificar sus traducciones (pues el conocimiento de la lengua no era un fin, sino un medio para sus propósitos). Por eso, la escasa difusión por fuera de los entornos específicos de aplicación y uso (y, eventualmente, de ciertos círculos académicos de habla inglesa) del sistema fonético llevaron a otros planteos críticos con respecto a la codificación fonética, tal como se puede leer en una carta enviada por Robert Arthington —prominente filántropo británico que apoyó numerosos emprendimientos misioneros en diversas partes del mundo— con respecto a la Misión de Amazonas:

Para volver a la Lingoa-Geral: mediante la producción de un Nuevo Testamento en este idioma, en un estilo de ortografía bueno y legible, deberíamos beneficiar no solo a las vastas multitudes de indios, sino a un gran número de brasileños y otros descendientes de europeos. Y me parece que el método fonético más simple de ortografía con letras romanas sería el mejor: todas las palabras se escribirán e imprimirán exactamente de acuerdo

con el sonido, tomando el portugués como el estándar de sonido.³³ (*SAMM*, 1867, Suplemento, p. 3-4, traducción propia)

Dicha carta, dirigida a los directivos de la SAMS, destaca las dos facetas antes mencionadas: la escasa difusión de los alfabetos fonéticos frente a los tradicionales y bien conocidos tipos romanos, que permitirían el acceso a un público mucho más amplio; y la ventaja técnica que estos significan a la hora de imprimir, por su disponibilidad. Podría sorprender la mención de la exacta correspondencia de palabras y sonido (que, ya se ha dicho, era el punto fuerte de los defensores de los nuevos sistemas fonéticos y centro de sus crítica a la ortografía “ordinaria”), pero esto se explica con la mención de que es el portugués, y no el inglés, el marco de referencia y guía para los sonidos.

También hay testimonios de que el alfabeto fonético, a pesar de reconocerse como un valioso recurso para quienes trabajaran con las lenguas, no había trascendido demasiado dentro de los ámbitos académicos por fuera de algunas agrupaciones de habla inglesa, francesa y alemana. Esto queda claro en la publicación de unas “Notas lingüísticas” en el n° 17 de la *SAMM* (1883), a cargo del etnólogo y filólogo de origen suizo Albert Samuel Gatschet, quien, para entonces, residía en Estados Unidos para estudiar las lenguas nativas de la actual región de Oregon. Luego de conocer la traducción del Evangelio de San Lucas (BRIDGES, 1881), Gatschet escribe la siguiente opinión:

³³ “*To return to the Lingoa-Geral: by the production of the New Testament in this language, in a good, easily readable style of orthography, we should benefit not only vast multitudes of Indians, but a great number of Brazilians, and others of European descent. And it seems to me that the simplest phonetic method of spelling with Roman letters would be the best: all the words to be written or printed exactly according to the sound, taking Portuguese as the standard of the sound*” (*SAMM*, 1867, Suplemento, p. 3-4).

Esta lengua desconocida, hablada en el extremo sur de América, se ha hecho accesible a los estudiantes por una traducción de San Lucas publicada bajo el siguiente título: *Gospl Luc Ecamanañi* [...]. El nombre del autor no está indicado, pero su trabajo da la impresión de haber sido hecho cuidadosa y concienzudamente. Como un verdadero lingüista, se ha esforzado por representar cada sonido de la lengua mediante un signo separado, y ni siquiera ha olvidado de marcar el “sonido detenido” [pausa glotal], tan común en las lenguas americanas. Si contamos las vocales acentuadas y las vocales alargadas (*ā*) como sonidos separados, encontramos que el autor ha utilizado 42 caracteres diferentes, 18 de los cuales difieren de los del alfabeto romano. [...] Lamentamos que los signos usados para los peculiares sonidos de esta lengua no estén explicados en un apéndice. Este comentario se aplica también a las traducciones de la Biblia de muchos otros misioneros, que proporcionan muy poco para que los hombres de ciencia puedan extraer conocimiento de su trabajo.³⁴ (*SAMM*, 1883, p, 43-44, traducción propia)

Este comentario, que sugiere cierta perplejidad (y su desconocimiento del origen del sistema de representación de sonidos usado en la traducción), no aparece en otros eruditos que también analizaron las traducciones de

³⁴ “*This unknown tongue, spoken at the southern extremity of America, has been made accesible to students by a translation of St. Luke, issued under the following title: Gospl Luc Ecamanañi [...]. The name of the autor is not stated, but his work leaves the impression of being done carefully and conscientiously. As a true linguist he has endeavoured to render every distinct sound of the language by a separate sign, and not even forgotten to mark the “arrested sound”, so common in American languages. If we count the accented vowels and the vowels marked long (*ā*) as separate sounds, we find that the author has used forty-two distinct characters, eighteen of which differ from those of the Roman alphabet. [...] We regret that the signs used for peculiar sounds of this language are not explained in an appendix. This remark applies as well to the Bible translations of many other missionaries, who provide too little for enlightenment to be drawn from their work by the men of science*” (*SAMM*, 1883, p, 43-44).

Bridges con propósitos lingüísticos. Julius Platzmann (1882) tampoco identifica el sistema fonotípico por su nombre, pero no tiene inconvenientes para reconstruirlo y detallarlo (en una tabla con cada uno de los caracteres, con ejemplos de escritura y pronunciación) bajo el título “Ejemplos para explicar la escritura” en las Notas del Editor:

No había otra base para la pronunciación que los nombres propios del Evangelio de Lucas y las numerosas palabras en inglés que también se encuentran en el texto yagán del Evangelio: a este respecto, todas las reglas de lectura dadas al principio del glosario tienen solo un valor relativo. Sin embargo, dado que la ortografía elegida por los misioneros concuerda con los muchos nombres y palabras mencionados anteriormente con respecto a la más precisa de una buena pronunciación en inglés, es difícil concebir que no nos den una idea de la gran mayoría de los sonidos fueguinos que son, al menos, aproximadamente correctos.³⁵ (PLATZMANN, 1882, p. 229, traducción propia)

Richard Garbe (1883), en su reseña de la obra de Platzmann (1882), por el contrario, no solo reconoce los caracteres de Ellis usados por Thomas Bridges y su predecesor: “El jefe de la misión, el Rev. George P. Despard, comenzó a escribir la lengua [yagán] según el sistema fonético de Ellis y, desde 1861, después de la partida del Sr. Despard, él (Brydges)

³⁵ “Für die Aussprache war kein anderer Anhalt vorhanden, als die Eigennamen des Lucas -Evangelium und die ausserdem im Jahgan-Texte des genannten Evangeliums vorkommenden zahlreichen englischen Wörter: insofern haben alle, auch die eingangs des Glossars gegebenen Leseregeln zur Zeit allerdings nur einen relativen Werth. Da indess die von dem oder den betreffenden Missionären gewählte Schreibweise sich in den oben bezeichneten vielen Namen und Wörtern auf das Genaueste einer guten englischen Aussprache anschliesst, so ist kaum denkbar, dass durch sie uns nicht auch eine wenigstens annähernd richtige Vorstellung der grossen Mehrzahl der feuerländischen Laute gegeben werden sollte” (PLATZMANN, 1882, p. 229).

(sic) había seguido haciéndolo”³⁶ (GARBE, 1883, p. 342, traducción propia), sino que identifica las modificaciones introducidas por Bridges para una mejor representación de los sonidos específicos del yagán:

[El autor] Describe *ha* con *á*, *ja* con *à*, *wa* con *ã*, *hja* con *á* y *hwa* con *ã*; El cuarto carácter se combina del primero y segundo; el quinto, del primero y el tercero. Dado que estos signos son ajenos al sistema de Ellis, pero se encuentran igualmente en el Evangelio de Lucas en fueguino, no hay duda de que Brydges (sic) es el autor de esta traducción.³⁷ (GARBE, 1883, p. 342, traducción propia)

Finalmente, en la gramática del yagán hecha por Lucien Adam (1885) sobre la base la información provista en la reseña de Garbe (1883), completada con elementos extraídos de la traducción hecha por Bridges (1881) del Evangelio de San Lucas, no se hace referencia a la tipografía fonética (a pesar de que todas las traducciones de segmentos del Nuevo Testamento (BRIDGES, 1881, 1883, 1886) fueron impresas con tipos del sistema Ellis (ver Imagen 6)).

Un comentario final acerca de un cuestionamiento apenas mencionado antes, el de las dificultades a la hora de la impresión, por causa del conjunto específico de caracteres tipográficos requeridos para tal efecto. Las traducciones de las Escrituras hechas por Bridges fueron publicadas,

³⁶ “*Der Missionsvorsteher, Rev. George P. Despard, habe zuerst angefangen, die Sprache niederzuschreiben und zwar nach Alex. Ellis phonetischem System, und seit dem Jahre 1861, nach der Abreise des Herrn Despard, habe er (Brydges) in dieser Weise das Unternehmen weitergeführt*” (GARBE, 1883, p. 342).

³⁷ “*Er umschreibt ha mit á, ha mit à, wa mit ã, hja mit à und hwa mit ã; das vierte Zeichen ist aus dem ersten und zweiten, das fünfte aus dem ersten und dritten combinirt. Da diese Zeichen dem Ellis’schen System fremd sind, sich aber such geradeso in dem Feuerländischen Lucas-Evangelium finden [...], so steht es wohl ausser Zweifel, dass Bridges der Verfasser dieser Uebersetzung ist*” (GARBE, 1883, p. 342).

bajo los auspicios de la *Society for Promoting Christian Knowledge* (SPCK) en Londres, en Gilbert and Rivington Ltd. (St. John's Square, Clarkenwell), propiedad de Richard Gilbert y William Rivington. El primero era contador en la SPCK y se hizo cargo de la imprenta familiar a la muerte de su padre; tiempo después, se asoció con Rivington, cuya familia también estaba en el negocio de la impresión (su bisabuelo, Charles Rivington, había establecido en 1711 la imprenta *Bible and Crown*, en Paternoster Row). Esta casa impresora tenía no solo la experiencia de varias generaciones, sino fuertes vínculos con los propósitos misioneros. Pero ya en el siglo XX, cuando los descendientes de Thomas Bridges encargaron la publicación póstuma del Diccionario, se encontraron con muchos problemas, dado que el sistema ya había caído en desuso: “una de las mayores dificultades para imprimirlo [el Diccionario] consistía en que mi padre había usado el sistema fonético de Ellis, retocando o añadiendo cuando era necesario para ajustarse a la pronunciación del lenguaje yagán” (BRIDGES, 1952, p. 107).

6 Síntesis final

Este trabajo propuso una investigación sobre fuentes documentales, publicadas entre 1854 y fines del siglo XIX, en las revistas de la *South American Missionary Society: The Voice of Pity for South America* (1854-1862), *A Voice for South America* (1863-1866) y *The South American Missionary Magazine* (1867-1899). Entre los muchos aspectos de la vida y las tareas en las misiones que allí se reflejaban, se ha focalizado el tema del acceso de los misioneros anglicanos a la lengua de los indígenas de la región patagónica (yaganes, principalmente, pero también selk'nam y tehuelches). Más concretamente, la atención se ha concentrado en las herramientas específicas utilizadas: los alfabetos fonéticos que habían

comenzado a difundirse en Inglaterra a partir de 1846, y que eran entendidos como el mejor recurso para una adecuada representación de los sonidos de esas lenguas. Entre las distintas alternativas, el sistema de Ellis y el de Pitman, los registros muestran que las preferencias de los responsables de la Misión del Sur (el Rev. G. P. Despard e hijo adoptivo y sucesor, Thomas Bridges) se orientaron hacia el primero. El desarrollo del análisis fue describiendo, sobre la base de citas y testimonios presentes en las publicaciones, las razones de la selección del método de registro, los propósitos con que fue utilizado, y las posiciones críticas que recibiera por parte de la comunidad de la SAMS y de otros grupos interesados en sus trabajos de descripción lingüística.

Los motivos que llevaron a la utilización de un sistema específico de codificación de los sonidos, novedoso para la época, dentro de la Misión del Sur están en estrecha vinculación con la práctica y la experiencia de los Reverendos George Pakenham Despard y Thomas Bridges con el Sistema Fonético de Ellis; habiéndolo conocido y apreciado sus ventajas para el acceso a la lectoescritura del inglés (por su correlación directa entre signos y sonidos), lo utilizaron también para proveer esa misma instrucción a los indígenas yaganes. Estos, una vez familiarizados con el método, podían leer en inglés (para eso se les proveyó de una Biblia en escritura fonética), escribir, y también podían utilizar ese mismo sistema para su propia lengua ágrafa. Ese proceso de aplicación del sistema Ellis a la lengua yagán fue seguido muy de cerca por los propios misioneros, que utilizaron ese mismo sistema para registrar los datos que día a día, a través de la convivencia con los indígenas, iban obteniendo de su lengua; y, una vez aprendido el vernáculo, usaron también ese sistema para registrar las traducciones de los textos sagrados a la propia lengua de los locales.

Fuera de la Misión del Sur, los misioneros anglicanos en Patagonia no consideraron que el sistema fonético constituyera una ventaja ni una

necesidad para el registro lingüístico. Friedrich Hunziker y Theophilus Schmid, que tuvieron una breve aproximación a los tehuelches, si bien estaban familiarizados con el alfabeto Ellis (si no desde antes, al menos desde el tiempo que pasaron en la estación de Isla Keppel), no hicieron uso de él. Las objeciones apuntaban a la demora que implicaba la utilización de un sistema con signos diferentes de los bien conocidos tipos romanos, y la escasa productividad de un sistema tan rico en distinciones para el tehuelche, lengua de la que solo se mencionan como rasgos fonéticos no representables con el alfabeto ordinario las consonantes guturales.

La divergencia formal que el sistema fonético presentaba con respecto a la ortografía tradicional reaparece como una de las principales críticas. Algunas voces objetaban que el sistema fonético, si bien permitía una relación más estable entre forma y sonido del inglés, atentaba contra la identidad visual de la lengua, oscurecía las relaciones con lenguas emparentadas y, sobre todo, iba contra la costumbre. No faltaron quienes consideraban que introducir este nuevo método era una complicación más en el aprendizaje de la lengua. Otros hechos que no favorecieron el reconocimiento de las ventajas del alfabeto fonético fueron, por un lado, que estaba sujeto a revisiones y cambios por parte de sus autores; y, por otro lado, que su difusión se había mantenido bastante restringida. Un corolario de esta última limitación surge en relación con las posibilidades técnicas de imprimir textos con un sistema de tipos completamente diferente del habitual.

Por el contrario, los defensores del sistema fonético ensalzaban su virtud principal, la correspondencia entre signos y sonidos, que facilitaba la pronunciación de inglés a la vez que brindaba un medio fijo y seguro para el registro de otras lenguas, particularmente con respecto a sonidos no existentes en la lengua materna de los misioneros. Por otro lado, se destacan las ventajas pedagógicas de un método que permite entender con más claridad la estructura de las formas lingüísticas. Finalmente,

pero no por eso menos importante, el sistema fonético era clave para la estandarización de la lengua indígena, por lo que fue utilizado por Thomas Bridges para la composición de la obra a la que se dedicó durante casi toda su vida: *Dictionary of the Yamana or Yahgan Language* (BRIDGES, 1865-1866, 1877-1879a, 1877-1879b, 1879).

7 Bibliografía

ADAM, Lucien **Grammaire de la langue jâgane**. París: Maisonneuve et Leclerc, 1885.

BRIDGES, Lucas. **El último confin de la tierra**. Buenos Aires: Emecé, 1952.

BRIDGES; Thomas. **Yahgan Dictionary**: Language of the Yamana people of Tierra del Fuego. Manuscript of Rev. Thomas Bridges (later annotations by Rev. John Williams), 1865. Disponible en: <https://patlibros.org/yam/index.php?fun=pref&lan=eng>. Acceso en 11 febrero 2020.

BRIDGES, Thomas. **Dictionary of the Yamana or Yahgan Language**: compiled by the Rev. Thomas Bridges. Western Manuscripts, Add MS 46177. London: British Library, 1865-1866. v. I.

BRIDGES, Thomas. **Dictionary of the Yamana or Yahgan Language**: compiled by the Rev. Thomas Bridges. Western Manuscripts, Add MS 46178. London: British Library, 1877-1879a. v. II.

BRIDGES, Thomas. **Dictionary of the Yamana or Yahgan Language**: compiled by the Rev. Thomas Bridges. Western Manuscripts, Add MS 46179. London: British Library, 1877-1879b. v. III.

BRIDGES, Thomas. **Dictionary of the Yamana or Yahgan Language**: compiled by the Rev. Thomas Bridges. Western Manuscripts, Add MS 46180. London: British Library, 1879. v. IV.

BRIDGES, Thomas. **Yahgan grammar in A. J. Ellis' phonetic system:** begun May 22nd, 1866 and completed... Washington: Library of Congress, 1866. (Ms. PM7266B75).

BRIDGES, Thomas. **The Gospel of S. Luke translated into the Yahgan language.** Londres: British and Foreign Bible Society, 1881.

BRIDGES, Thomas. **Acts of the Apostles.** London: Bible Society Library, Cambridge University, 1882. (Ms. Received 16FEB.82, SAMS).

BRIDGES, Thomas. **The Acts of the Apostles translated into the Yahgan language.** Londres: British and Foreign Bible Society, 1883.

BRIDGES, Thomas. **The Gospel of S. John translated into the Yahgan language.** Londres: British and Foreign Bible Society, 1886.

BRIDGES, Thomas. A few notes on the structure of Yahgan. **Journal of the Anthropological Institute of Great Britain and Ireland**, London, v. 23, p. 53-80, 1894.

BRIDGES, Thomas. **Carta enviada por Thomas Bridges al General Bartolomé Mitre.** Buenos Aires: Museo Mitre, 1898. (Ms.).

BRIDGES, Thomas. **Yamana-English:** a dictionary of the speech of Tierra del Fuego. Mödling: Missionsdruckerei St. Gabriel, 1933.

CRAM, David. The proper alphabet principle. **Language & History**, London, v. 61, p. 1-2, 2018.

CRAM, David; NEIS, Cordula. On the historiography of writing systems. **Language & History**, London, v. 61, p. 1-5, 2018.

DARWIN, Charles. **Journal and remarks**. 1832-1836. Volume III of Narrative of the Surveying Voyages of his Majesty's Ships Adventure and Beagle, between the years 1826 and 1836, describing their examination of the Southern shores of South America, and the Beagle's circumnavigation of the Globe. Londres: Henry Colburn, 1839. 3 v.

ELLIS, Alexander J. Completion of the phonotypic alphabet. **The Phonotypic Journal**, Bath/London, v. 4, n. 42, p. 105-106, 1845a.

ELLIS, Alexander J. Extension of the phonotypic alphabet. **The Phonotypic Journal**, Bath/London, v. 4, n. 43, p. 121-122, 1845b.

ELLIS, Alexander J. **The Alphabet of Nature**. London/Bath: Bagster & Sons; Isaac Pitman Phonographic Institution, 1845c.

ELLIS, Alexander J. Absolute completion of the phonotypic alphabet. **The Phonotypic Journal**, Bath/London, v. 5, n. 54, p. 169-174, 1846.

ELLIS, Alexander J. **A plea for Phonetic Spelling**. London: F. Pitman, 1848.

ELLIS, Alexander J. **On Early English Pronunciation**. London: N. Trübner & Co., 1869. v. I-II.

ELLIS, Alexander J. **On Early English Pronunciation**. London: N. Trübner & Co., 1871. v. III.

ELLIS, Alexander J. Report on the Yaagan language of Tierra del Fuego, arranged by the president from the papers of the Rev. Thomas Bridges, missionary at Uoshuoeia. **Transactions of the Philological Society 1882-4**. Eleventh Annual Address of the President to the Philological Society, delivered at the Anniversary Meeting, Friday 19th May, 1882, London/Strasburg, p. 32-44, 1885.

FEBRES, Andres. **Arte de la lengua general del reyno de Chile**. Lima: Calle de la Encarnación, 1765.

GARBE, Richard. Glossar der feuerländischen Sprache von Julius Platzmann. **Göttingische gelehrte Anzeigen**, Göttingen, v. 1, p. 336-376, 1883.

HAVESTADT, Bernardo. **Chilidúgu**. Leipzig: B. G. Teubner, 1777.

KELLY, John. The 1847 alphabet: an episode of phonotypy. *In*: ASHER, Ronald E.; HENDERSON, Eugénie J. A. (Eds.). **Towards a history of phonetics**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1981.

KEMP, Alan J. Phonetic transcription: History. *In*: BROWN, Keith (Ed.). **The encyclopedia of language & linguistics**. Amsterdam: Elsevier, 2006. v. 9, p. 396-410.

LHUYD, Edward. **Archæologia Britannica**: giving some account additional to what has been hitherto publish'd, of the languages, histories and customs of the original inhabitants of Great Britain [from collections and observations in travels through Wales, Cornwall, Bas-Bretagne, Ireland and Scotland]. Oxford: Theater, 1707.

MACMAHON, Michael K. C. The International Phonetic Association: the first 100 years. **Journal of the International Phonetic Association**, Oxford, v. 16, p. 30-38, 1986.

NAJLIS, Elena. **Lengua selknam**. Buenos Aires: Universidad de Salvador, 1973. (Lingüística y Filología, 3).

NAJLIS, Elena. **Diccionario selknam**. Buenos Aires: Universidad de Salvador, 1975. (Lingüística y Filología, 4).

PASSY, Paul. Our revised alphabet. **The Phonetic Teacher**, August-September, p. 57-60, Paris: The Phonetic Teacher's Association, 1888.

PITMAN, Isaac. **Stenographic Sound-Hand**. London: Samuel Bagster, 1837.

PITMAN, Isaac. **A manual of phonography**. London: F. Pitman, 1849.

PITMAN, Isaac. **The first book in Phonetic Reading**. London: F. Pitman, 1851.

PLATZMANN, Julius. **Glossar der feuerländischen Sprache**. Leipzig: B. G. Teubner, 1882.

SOUTH AMERICAN MISSIONARY SOCIETY. **The Voice of Pity for South America**. London: Wertheim, Macintosh, and Hunt, 1854-1862.

SOUTH AMERICAN MISSIONARY SOCIETY. **A Voice for South America**. London: MacIntosh, 1863-1866.

SOUTH AMERICAN MISSIONARY SOCIETY. **South American Missionary Magazine**. London: Nisbet & Co.; Seeley, Jackson, and Halliday, 1867-1899.

SOUTH AMERICAN MISSIONARY SOCIETY. **Report for the year 1870**. London: Nisbet & Co., 1870.

SCHMID, Theophilus. **Two linguistic treatises on the Patagonian or Tehuelche language**. Edición e introducción de Robert Lehmann-Nitsche. Buenos Aires: Coni, 1910.

SUÁREZ, Jorge. Clasificación interna de la familia lingüística chon. *In*: SUÁREZ, Jorge. **Estudios sobre lenguas indígenas sudamericanas**. Bahía Blanca: Universidad Nacional del Sur, 1988. p. 79-100.

SWEET, Henry. **A Handbook on Phonetics**. Oxford: Clarendon Press, 1877.

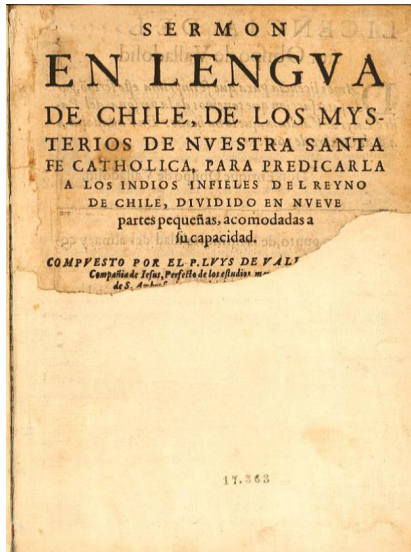
VALDIVIA, Luis de. **Arte y gramática general de la lengua que corre en todo el Reyno de Chile**: con un vocabulario, y confessionario. Sevilla: Tomás Lopez de Haro, 1684 [Lima: Francisco del Canto, 1606].

VALDIVIA, Luis de. **Sermón en lengua de Chile**: de los mysterios de nuestra santa fe catholica, para predicarla a los indios infieles del reyno de Chile, dividido en nueve partes pequeñas, acomodadas a su capacidad. Valladolid: [s.n.], 1621.³⁸

VIEGAS BARROS, José Pedro. Explorando la hipótesis del parentesco alacalufe-yagan. **Revista Lengua y Literatura Mapuche**, Temuco, v. 6, p. 281-285, 1994.

³⁸ Editora desconocida. El único ejemplar del libro tiene la cubierta rasgada, por lo que no constan los datos editoriales:

Imagen 7: Sermón en lengua de Chile



Fuente: VALDIVIA (1621).

En una edición posterior (1897), se repuso el lugar y el año, pero no se pudo identificar el editor.

CAPÍTULO 7

INTERPRETAÇÃO TEMPORAL EM ORAÇÕES NÃO FINITAS EM KARITIANA: A CONTRIBUIÇÃO DO ASPECTO

Ivan Rocha

Universidade de São Paulo (PNPD/CAPES/DL)

Programa de Capacitação Institucional (PCI)

Museu Paraense Emílio Goeldi

1 Introdução

O trabalho discute a interpretação temporal em ambientes não finitos e, especificamente, descreve e analisa as interpretações retrospectiva (perfeito) e prospectiva em Karitiana (ramo Arikém, família Tupi, localizada no estado de Rondônia, com uma população de 397 indivíduos, mas apenas 333 são falantes (ROCHA, 2017)).

As hipóteses exploradas são que (i) o tempo da oração matriz, que é completamente finita, seria interpretado na oração encaixada, que, por conseguinte, não apresenta traços finitos, e (ii) o núcleo aspectual com semântica temporal poderia operar para modificar a temporalidade da oração encaixada (KLEIN, 1994; PARTEE, 2008; STORTO, 2013).

Buscamos analisar e explicar os traços temporais em orações não finitas com os núcleos aspectuais em Karitiana. A seguir, apresentamos dois exemplos, usando orações matrizes, com os aspectos *byyk* ‘perfeito’ em (1) e *pasagn¹* ‘prospectivo’ em (2).

¹ A língua Karitiana apresenta cinco vogais básicas /i, i, o, e, a/, que são representadas, respectivamente, pelos grafemas latinos: “i, y, o, e, a”. Elas podem ser contrastivamente nasalizadas e reduplicadas, formando vinte vogais. Quando nasais, usa-se o diacrítico til ~; quando reduplicadas, usa-se

(1) myhint myhint ø-na-otam byyk-ø ãonso
uma uma 3-DECL-chegar PERF-NFUT mulher
'De uma em uma, as mulheres tinham chegado.'

(2) myhint myhint ø-na-otam pasangga-t ãonso
uma uma 3-DECL-chegar PROSP-NFUT mulher
'De uma em uma, as mulheres iam chegando.'

A problemática que delinea o trabalho é entender como as línguas naturais conceptualizam tempo em um ambiente sem tempo gramatical (*tenseless*), e como as línguas marcam os traços que definem ou determinam a realização de um evento, processo ou estado no tempo. Kusumoto (1999) argumenta que a interpretação temporal em orações sem tempo é um fenômeno bastante sub-representado nos estudos formais da Linguística. Do mesmo modo, os estudos descritivistas das línguas ameríndias têm mostrado pouco interesse quanto ao assunto, haja vista que as orações não finitas nessas línguas têm sido tratadas como nominalizações.

Este texto está composto de 4 seções. Na seção 1, oferecemos uma breve revisão bibliográfica e introduzimos o referencial teórico sobre tempo e temporalidade em Klein (1994), bem como alguns aspectos tipológicos da língua. Na seção 2, mostramos a metodologia utilizada para obtenção dos dados. Na seção 3, mostramos os resultados e a análise dos dados frente ao modelo teórico adotado. Por fim, na seção 4, oferecemos as considerações finais da pesquisa.

a vogal dupla, por exemplo, /i:/ <yy>; se reduplicadas e nasalizadas, usa-se o til apenas na primeira vogal <ãa>. Se uma vogal nasal se encontrar adjacente a uma consoante nasal, não se marca ortograficamente o til, já que a língua apresenta espraçamento de nasalidade. Os fonemas /p, t, k, ʔ, m, n, ɲ, ɳ, s, w, r, h/ são representados na ortografia por "p, t, k, ', m (b, bmb, mb, bm, n (e variantes d, dnd, nd, dn)), j, ng (g, gng), s, w, r, h", respectivamente. As consoantes nasais /m/, /n/, /ɲ/, /ŋ/ podem ser pré- e pós-oralizadas, como visto entre parênteses nas representações ortográficas.

1.1 Pano de fundo teórico

Tradicionalmente, “tempo” é entendido como um traço gramatical que expressa uma relação temporal entre uma eventualidade descrita pelo verbo e o momento da enunciação. “Tempo” pode, ainda, ser definido como um traço gramatical ou uma categoria dêitica que codifica uma relação temporal entre o tempo do tópico e um ponto de referência extralinguística (KLEIN, 1994).

Klein (1994) utiliza basicamente três parâmetros para descrever as relações temporais nas línguas, sendo o primeiro deles, já mencionado, o Tempo de Tópico (TT), o segundo o Tempo da Enunciação (TU) e o terceiro o Tempo da Situação (TSit). O TT refere-se ao tempo do componente finito.

Comrie (1985) classifica o tempo em três categorias: (i) tempo absoluto, (ii) tempo relativo e (iii) tempo relativo-absoluto. A distinção entre a primeira categoria e a segunda é feita através do uso de expressões adverbiais de tempo. Advérbios de tempo absoluto como *no próximo ano*, *cinco dias atrás*, *em dez dias* ou *amanhã* estão relacionados ao tempo da enunciação. Já os advérbios de tempo relativo como *um mês antes* ou *cinco dias depois* requerem um ponto de referência intratextual (cf. KLEIN, 1994; KLEIN; LI, 2009).

Em Reichenbach (1947), a referência temporal envolve três parâmetros: o momento da fala (MS), o momento do evento (ME) e o momento de referência (MR). Esses parâmetros aparecem em relação de precedência temporal (MR anterior a MS), simultaneidade (MS simultâneo a ME) ou posterioridade (MS posterior a ME). Três valores de tempo absoluto podem ser dados, dependendo da relação entre MR e MS:

MS = MR: presente;

MR < MS: passado;

MS < MR: futuro.

Já o aspecto, ou tempo relativo em Reichenbach (1947), é indicado pela relação entre ME e MR:

ME = MR: simples;

ME < MR: anterior;

MR < ME: posterior.

A relação entre (MR e MS) e (MR e ME) gera 13 distinções temporais (ver Quadro 1), considerando que 2 conjuntos de 3 tempos podem ser mesclados, uma vez que as línguas naturais parecem não os distinguir (REICHENBACH, 1947).

Quadro 1: Relações temporais em Reichenbach (1947)

ME<MR<MS	passado anterior
ME=MR<MS	passado simples
MR<ME<MS	passado posterior
MR<MS=ME	
MR<MS<ME	
ME<MS=MR	presente anterior
MS=MR=ME	presente simples
MS=MR<ME	presente posterior
MS<ME<MR	futuro anterior
ME=MS<MR	
ME<MS<MR	
MS<MR=ME	futuro simples
MS<MR<ME	futuro posterior

Fonte: REICHENBACH, 1947.

O modelo de Comrie (1976; 1985) também adota os parâmetros utilizados por Reichenbach (1947) (ME, MS e MR). Em Comrie (1976; 1985), o tempo relativo somente distingue uma relação entre ME e MS, sendo o parâmetro MR relevante para distinguir a interpretação do tempo relativo-absoluto.

Assim como Reichenbach (1947) e Comrie (1985), Klein (1994) faz uso desses três parâmetros para analisar tempo: Tempo da Enunciação (TU), Tempo da Situação (TSit) e Tempo do Tópico (TT). Em Klein (1994), o tempo de tópico (TT) tem um lugar central quanto à interpretação de tempo. O tempo gramatical (*tense*) codifica a relação existente entre TT e TU. Esta relação gera três valores temporais: passado (TT antes de TU), presente (TT incluído em TU) e futuro (TT depois de TU), conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2: Tempo

Valores temporais	Exemplos
$TT < TU$	João correu.
$TT \subset TU$	João corre.
$TU < TT$	João correrá.

Para Klein (1994), “aspecto” codifica a relação entre TSit e TT, ou seja, a forma (ou formas) em que uma situação está conectada ao TT. Há quatro possibilidades entre essa relação: de inclusão ($TT \subset TU$: imperfectivo), de inclusão parcial ($TSit \subseteq TT$: perfectivo), subsequente ($TSit < TT$: perfeito) e anterioridade ($TT < TSit$: prospectivo). Ao cruzar as relações entre TT/TU e TT/TSit, obtêm-se 12 categorias temporo-aspectuais:

Quadro 3: Tempo *versus* Aspecto

Tempo/ Aspecto	Passado TT < TU	Presente TU \subset TT	Futuro TU < TT
Perfectivo TSit \subseteq TT	Passado simples <i>He ran</i> Ele correu	Presente simples <i>He runs</i> Ele corre	Futuro simples <i>He will run</i> Ele correrá
Imperfectivo TT \subset TSit	Passado progressivo <i>He was running</i> Ele estava correndo	Presente progressivo <i>He is running</i> Ele está correndo	Futuro progressivo <i>He will be running</i> Ele vai estar correndo
Perfeito TSit < TT	Mais-que-perfeito <i>He had run</i> Ele tinha corrido	Presente perfeito <i>He has run</i> Ele tem corrido	Futuro perfeito <i>He will have run</i> Ele vai ter corrido
Prospectivo TT < TSit	Passado prospectivo <i>He was going to run</i> Ele estava indo correr	Presente prospectivo <i>He is going to run</i> Ele está indo correr	Futuro prospectivo <i>He will be going to run</i> Ele vai estar indo correr

Fonte: adaptado de Klein (1994 apud BOHNEMEYER, 2019).

1.2 Concordância entre tempos (SoT - Sequence of Tense)

Concordância temporal é a relação de tempo estabelecida entre um verbo finito (FIN) e um verbo não finito (INF). A proposta de Klein (1994) que se segue aqui não deixa claro como a relação é implementada sintaticamente. Essa concordância atribui um valor temporal a verbos encaixados, não finitos, por exemplo, nas infinitivas. Se uma oração infinitiva já incluir uma especificação temporal atribuída por um advérbio temporal como “ontem”, pode ocorrer uma violação do tempo assinalado pela congruência temporal e o intervalo de tempo em INF.

Línguas *SoT* — ou tempo “zero” — possuem flexões temporais anafóricas que, quando em sentenças subordinadas, são ancoradas exclusivamente ao tempo da oração principal, e não ao tempo da fala. Línguas não *SoT* não possuem tempos anafóricos ao tempo da oração principal. Assim,

a flexão temporal da oração subordinada funciona de modo independente da flexão temporal da oração principal (OGIHARA, 1996).

Assim é definida concordância temporal em Klein (1994):

- Um verbo finito FIN, que governa um componente não finito INF, insere o seu valor temporal do núcleo T de FIN dentro do núcleo T de INF.

Analisam-se as seguintes sentenças:

(3) É bom estar no Brasil.

[T{PRES} ser bom [TPRO_{PRES} estar no Brasil]]

(4) Foi bom estar no Brasil (*amanhã).

[T{PAST} ser bom [TPRO_{PAST} estar no Brasil (*amanhã)]]

(5) Será bom estar no Brasil (*ontem).

[T{FUT} ser bom [TPRO_{FUT} estar no Brasil (*ontem)]]

‘Estar no Brasil’, componente INF, em (3), é interpretado como tempo presente, ou seja, TU inclui TT; em (4), no passado, TU depois de TT; e, em (5), no futuro, TU antes de TT. É fato que não há nenhuma marca finita para tempo no componente encaixado. Assim, é válida a pergunta: De onde viria a interpretação temporal de INF? Segundo Klein (1994), a resposta seria que essa interpretação só poderia vir do componente FIN, de modo que FIN atribui os mesmos valores temporais no componente INF. Vejam-se mais dois exemplos:

(6) *Eu estou feliz em conhecer você ontem.

(7) Eu estava feliz em conhecer você ontem.

A violação da congruência temporal leva à má formação da estrutura 6. O tempo de tópico “TT-ontem” contrasta com outro TT, uma vez que o tempo do verbo da oração matriz mostra que o TU está incluso no TT (ou seja, no presente) e, de modo contrário, o advérbio ‘ontem’ explicita um TT (anterior a TU), que é incompatível com aquele requerido pelo tempo do verbo da matriz (KLEIN, 1994).

O exemplo (6) pode ser contrastado com o (7) a fim de revelar a compatibilidade entre o TT explícito no componente INF e o tempo do verbo mais alto.

1.3 Alguns aspectos tipológicos da língua karitiana

Karitiana é uma língua verbo-final com movimento obrigatório para C em orações matrizes (STORTO, 1999). Para a autora, a evidência para tal movimento do verbo para a posição do núcleo C são:

- i. a ordem do verbo em relação a seus argumentos nos diversos tipos sentenciais;
- ii. a presença (na matriz) ou ausência (na encaixada) de concor-dância e tempo; e
- iii. a adjunção adverbial.

A autora mostra que há uma distribuição complementar entre as orações subordinadas e matrizes em relação à posição do verbo e seus argumentos, dado que, em cláusulas matrizes, têm-se as ordens verbo-inicial (VOS ou VSO) e verbo na segunda posição (SVO ou OVS), ou seja, apresenta o efeito V-2; em cláusulas encaixadas, têm-se as ordens invariavelmente verbo-final com os argumentos na posição OSV ou SOV.

O movimento do verbo para a periferia esquerda da matriz está associado à flexão de concordância e de tempo da matriz. O fato de não haver movimento do verbo em subordinadas explicaria a ausência de morfologia relacionada à finitude do verbo neste ambiente (STORTO, 1999, p. 121-125).

A seguir apresenta-se um breve resumo dos traços de finitude presentes ou ausentes nos contextos de orações matrizes e subordinadas.

Quadro 4: Resumo dos traços de finitude

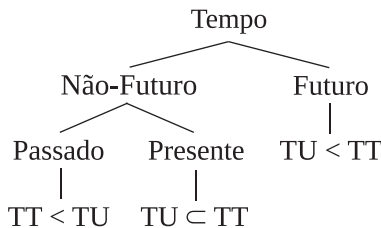
	Matriz	Subordinada
Tempo	+	-
Aspecto	+	+
Modo	+	-
Concordância	+	-

Fonte: adaptado de Rocha (2016, p. 209).

1.4 O sistema temporal em Karitiana

Karitiana apresenta um sistema de tempo dual no qual se distingue o futuro {-j/-i} de não futuro {-t/-ø/-n}. O não futuro apresenta uma leitura ambígua entre o tempo passado (TT < TU) e o presente (TU ⊂ TT) (MÜLLER, 2015; STORTO, 1999, 2013).

Figura 1: O sistema temporal em Karitiana



1.5 O sistema aspectual em Karitiana

Em Karitiana, o aspecto tem um papel bastante importante nas relações temporais. Ele pode codificar, além da temporalidade, a posição do corpo e a pluralidade do evento. Sintaticamente, o núcleo funcional de aspecto seleciona um sintagma verbal (VP) como seu complemento à esquerda, consoante o padrão sintático da língua karitiana, que é núcleo-final (STORTO, 1999, 2012).

Organizamos os núcleos aspectuais de acordo com a semântica de cada um deles. Esses núcleos foram estudados por Storto (1999, 2013). No Quadro 5, apresentamos os núcleos aspectuais imperfectivos; no Quadro 6, os perfectivos; no 7, os núcleos aspectuais com semântica de perfeito; e, no 8, o núcleo prospectivo.

Quadro 5: Imperfectivos

tyki'oo	progressivo (neutro para número)
agi'oo	progressivo plural
tyka	movimento/progressivo
tysyp	supino/deitado/plural
tyso	posição do corpo: em pé
tyã	posição do corpo: sentado
andyk	imperfectivo (leitura de futuro)

Quadro 6: Perfectivos

tykiri	perfectivo (descreve um evento completo)
ki	perfectivo de anterioridade

Quadro 7: Perfeito

byyk	perfeito (plural ou eventos não atômicos)
hyga	perfeito (eventos atômicos)

Quadro 8: Prospectivo

pasagng<a>	prospectivo
------------	-------------

2 Metodologia

Nesta seção, descrevemos a metodologia que foi empregada no desenvolvimento deste trabalho. Por se tratar de um trabalho que é tanto de natureza teórica quanto empírica, a metodologia consiste em aplicar as ferramentas teóricas desenvolvidas pela semântica formal e pela sintaxe a uma análise da língua karitiana como língua-objeto principal.

A parte teórica envolveu:

- i. Pesquisa bibliográfica, que consistiu em um levantamento dos estudos teóricos sobre tempo e aspecto em relação às leituras de perfeito e prospectivo;
- ii. Estudo dos trabalhos relevantes selecionados sobre tempo e aspecto em línguas ameríndias;
- iii. Discussão e análise da teoria proposta por Klein (1994) frente aos dados da língua.

Quanto à parte empírica do trabalho, fizemos uso da metodologia de elicitación de dados, de métodos experimentais e da utilização de *storyboards* (cf. MATTHEWSON, 2004). Este último consiste na utilização de desenhos que contêm uma história, em que o pesquisador apresentou os desenhos sequenciais acompanhados da história aos

colaboradores indígenas, e então a esses colaboradores foi solicitado que recontassem a história na língua-objeto, seguida de uma tradução. Para os métodos empregados nesta pesquisa, consideraremos os trabalhos de Grolla (2009), Matthewson (2004) e Sanchez-Mendes (2014). As etapas envolvidas nessa parte foram as seguintes:

- i. Levantamento dos dados em narrativas, elicitación controlada, experimentos e técnica de *storyboards*;
- ii. Análise dos contextos em que os dados ocorrem frente às previsões teóricas;
- iii. Elaboração de questionários para trabalho de campo;
- iv. Trabalho de campo para coleta de dados que não tenham sido atestados nos *corpora* existentes. Realizamos três trabalhos de campo. A realização dessas sessões de trabalho se deu seja através da ida do pesquisador à aldeia Karitiana, seja através da ida dos colaboradores Karitiana a São Paulo.

2.1 Método de elicitación controlada a partir de dados naturalísticos

No Quadro 9, apresentamos um pequeno excerto de texto em que são reveladas estruturas contendo um dos núcleos aspectuais, o imperfeito *tyki'oot* 'progressivo, neutro para número' (linhas 5 e 6), coocorrendo com outro núcleo aspectual, o prospectivo *pasagng*, que foi estudado por nós no projeto em andamento (ROCHA, 2018a, 2018b, 2018c). Textos de narrativas, de rituais fúnebres, de iniciação ou de cura xamânica, descrições de como fazer plantios, e discursos procedurais, são bastante relevantes para o estudo do tempo e do aspecto, porque são textos em que tais estruturas emergem com mais frequência. Deste modo, dados como os das linhas 5 e 6 podem ser manipulados para se obter o significado dessas expressões linguísticas.

Quadro 9: Exemplo de narrativa: ritual de iniciação (6 primeiras linhas do sumário)

	Frase em Karitiana	Tradução
1	Pyry'a ta'ân y'it keerep	'Meu pai disse para mim, antigamente.'
2	Dez anos yjakat yjxa nakam'yt Osiip	'Quando nós completávamos 10 anos, nós recebíamos o <i>Osiipo</i> .'
3	Dez ngogorongāt (na-aka-t) yjxa osiit	'Ao completar 10 verões, é tempo do <i>Osiipo</i> de nossa gente.'
4	Yjxa naka'obm gopo, yjxa nakam'yt sojoty	'Nós perfuramos o vespeiro, nós somos levados a fazer uso da medicina <i>sojoty</i> .'
5	Nakahadn yjxat yj'it yjsooj pasangam tyki'oot	'Nosso pai nos aconselha, quando estamos prestes a nos casar.'
6	Ïonsot yjamy pasangn tyki'oot	'Quando estamos prestes a adquirir uma esposa.'

Fonte: STORTO, 2018.

Vejam-se os exemplos a seguir, (11) a (13). O primeiro é o dado original retirado do ritual *Osiipo*, em que pode ser encontrado o aspecto perfeito *byyk*. Em (12), substituímos o perfeito pelo prospectivo e, em (13), substituímos o perfeito pela negação privativa *-ki*. Essa técnica permite uma melhor naturalidade na descrição dos dados, uma vez que os falantes colaboradores têm em mente todo o contexto daquele dado, considerando que as histórias são do conhecimento da maioria.

Sentença original do ritual de iniciação *Osiipo* (transcrito e traduzido por Luciana Storto. O texto *Osiipo* foi publicado e analisado em Storto (2019, p. 147-167)): com o aspecto perfeito (*byyk*) em uma oração subordinada adverbial.

- (11) masong i-pihogngon byyk- \emptyset \emptyset -naka-'obm okoo-t
Então ele-curar PERF-ADVLZ 3-DECL-furar AD-NFUT
'Então estando curado, ele furou [o ninho da vespa] novamente.'

Sentença manipulada a partir de (11): com o aspecto prospectivo.

- (12) masong i-pihogngon pasagnga-t \emptyset -naka-'obm okoo-t
Então ele-curar PROSP-ADVLZ 3-DECL-furar AD-NFUT
'Então quando ia estar curado, ele furou [o ninho da vespa] novamente.'

Sentença manipulada a partir de (11): com a negação privativa (-)ki.

- (13) masong i-pihogngon ki-t \emptyset -naka-'obm okoo-t
então ele-curar NEG.PRIV-ADVLZ 3-DECL-furar AD-NFUT
'Então sem estar curado, ele furou [o ninho da vespa] novamente.'

2.2 Método experimental

Este método consiste em apresentar pares de sentenças previamente elicitadas, mostrar uma pequena história com contextos bem definidos e, então, perguntar ao colaborador qual sentença descreve aquele contexto.

Considere-se o par de sentenças a seguir, em que pretendemos testar o perfectivo *versus* o perfeito no passado.

- (14) koot omenda \emptyset -na-pyt'y-t ãonso
ontem meio-dia 3-DECL-COMER-NFUT mulher
'Ontem, ao meio-dia, a mulher comeu.'

- (15) koot omenda ø-na-pyt'y byyk-ø ãonso
ontem meio-dia 3-DECL-comer PERF-NFUT mulher
'Ontem, ao meio-dia, a mulher (já) tinha comido.'

Contexto 1: Existem três pessoas na casa: dois homens e uma mulher. Todos os dias, eles comem juntos, na hora do almoço. Ontem aconteceu algo diferente, os dois homens sentiram muita fome mais cedo. Então eles comeram às onze horas. Já a mulher, como de costume, comeu ao meio-dia. Considerando essa história, qual sentença/frase em Karitiana/na língua descreve melhor a situação em que 'Ontem, ao meio-dia, a mulher comeu'?

Exemplo (14) Exemplo (15)
✓ #

Dado o Contexto 1, perguntamos ao(à) colaborador(a) indígena qual das sentenças é verdadeira. Obtemos, como resposta, o dado em (14), sendo (15) agramatical nesse contexto (representado pelo símbolo #). Concluímos, portanto, que (14) apresenta a leitura de perfectivo, já que $TSit \subseteq TT$ (o Tempo da Situação está dentro do Tempo de Tópico ou é igual a ele).

Contexto 2: Existem três pessoas na casa: dois homens e uma mulher. Todos os dias, eles comiam juntos, na hora do almoço. Ontem aconteceu algo diferente, a mulher sentiu muita fome mais cedo. Então ela comeu às onze horas. Já os homens, como de costume, comeram ao meio-dia. Considerando essa história, qual sentença/frase em Karitiana/na língua descreve melhor a situação em que 'Ontem, ao meio-dia, a mulher já tinha comido'?

Exemplo (14) Exemplo (15)
✓

Neste caso, a sentença (14) não descreve a situação proposta, devendo ser usado o dado em (15), no qual obtemos a leitura de perfeito, já que TSit < TT (o Tempo da Situação é anterior ao Tempo de Tópico).

Agora, considere-se o próximo par de sentenças, cuja intenção é testar o perfectivo *versus* o perfeito no futuro.

(16) dibm omenda ø-na-pyt'y-j j̃onso
amanhã meio-dia 3-DECL-comer-FUT mulher
'Amanhã, ao meio-dia, a mulher vai comer.'

(17) dibm omenda ø-na-pyt'y byyk-i j̃onso
amanhã meio-dia 3-DECL-comer PERF-FUT mulher
'Amanhã, ao meio-dia, a mulher (já) terá comido.'

Contexto 3: Existem três pessoas na casa: dois homens e uma mulher. Todos os dias, eles comem juntos, na hora do almoço. Amanhã será bastante diferente, os dois homens terão que sair mais cedo de casa e, por isso, comerão às onze horas. Já a mulher, como de costume, comerá ao meio-dia em ponto. Considerando essa história, qual sentença/frase em Karitiana/na língua descreve o contexto em que 'Amanhã, ao meio-dia, a mulher irá comer.'?

Exemplo (16) Exemplo (17)
✓ #

Neste caso, a sentença (17) não descreve a situação proposta, devendo ser usada a sentença dada em (16), em que o momento do evento está parcialmente incluído no tempo de tópico.

Contexto 4: Existem três pessoas na casa: dois homens e uma mulher. Todos os dias, eles comem juntos. Amanhã será diferente para a mulher, ela terá de sair mais cedo e, por isso, comerá às 10h30. Já os homens, como de costume, comerão no mesmo horário, ao meio-dia. Considerando essa história, qual sentença/frase em Karitiana/na língua descreve o contexto em que ‘Amanhã, ao meio-dia a mulher já terá comido.’?

Exemplo (16)	Exemplo (17)
#	✓

Já, neste caso, a sentença que descreve a situação dada é (17), visto que no TT, explícito pela expressão linguística “amanhã, ao meio dia”, o evento de comer já terá sido concluído.

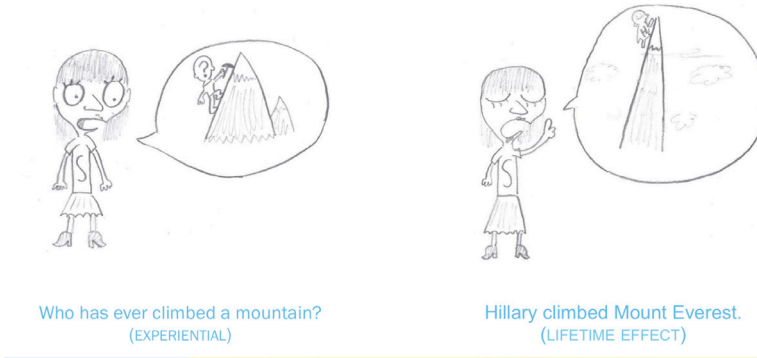
2.3 Método de elicitación através das histórias em quadrinhos (HQ) (storyboards)

Utilizamos o método de HQ desenvolvido pelo grupo de pesquisa da Universidade de British Columbia, no Canadá, coordenado pela pesquisadora Lisa Matthewson, no Projeto *Tense and Aspect in the Pacific* (BURTON; MATTHEWSON, 2015)².

² Os *storyboards* estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <http://www.totemfieldstoryboards.org>.

Figura 2: Exemplo de uma tirinha da história em quadrinhos (*storyboards*) “Miss Smith”

EXAMPLES OF PERFECT PROPERTIES



Fonte: MATTHEWSON, 2014.

Nesta história, a intenção é capturar os diferentes sentidos do perfeito através da metodologia aplicada a um grupo de línguas. Como informado anteriormente, foram apresentados os desenhos sequenciais aos colaboradores indígenas. Em seguida, solicitou-se que recontassem a história na língua-objeto, seguida de uma tradução. Esclarecemos que as histórias são adaptáveis ao fenômeno estudado.

3 Resultados e análises

Nesta seção, apresentamos os resultados obtidos utilizando a metodologia descrita na seção anterior. Nota-se que nossa hipótese de trabalho, de que *byyk* e *pasangng* apresentam as leituras de perfeito e prospectivo, respectivamente, foi corroborada empiricamente a partir dos resultados obtidos nos testes linguísticos.

3.1 Interpretando *byyk* e *pasagng* em ambientes de sentenças matrizes

3.1.1 Perfeito: *byyk*

Para capturar as leituras temporais de *byyk* e *pasagng*, elaboramos testes com expressões adverbiais delineando melhor o TT. Observem-se os pares de exemplos (18) e (19).

Oração matriz (tempo passado com leitura de perfectivo).

- (18) koot omenda ø-na-otam-ø ãonso
ontem meio-dia 3-DECL-chegar-NFUT mulher
'Ontem, ao meio-dia, a mulher chegou.'

Oração matriz (tempo passado com leitura de perfeito).

- (19) koot omenda ø-na-otam byyk-ø ãonso
ontem meio-dia 3-DECL-chegar PERF-NFUT mulher
'Ontem, ao meio-dia, a mulher (já) tinha chegado.'

Comparando os exemplos (18) e (19), notamos que, no primeiro, o tempo da situação em a “mulher chegar”, ou seja, o TSit, inclui parcialmente o tempo de tópico em ‘ontem, ao meio-dia’, ou seja, o TT; já no segundo, o TSit “a mulher chegar” não inclui o TT, mas perdura até algum momento anterior ao TT (TSit < TT).

A seguir, apresentamos dois pares de exemplos no futuro {-j/-i}, modificados por expressões temporais (“amanhã, ao meio-dia”):

- (20) dibm omenda ø-naka-tar-i ãonso
amanhã meio-dia 3-DECL-ir.embora-FUT mulher
'Amanhã, ao meio dia, a mulher vai embora.'

- (21) dibm omenda ø-naka-tat byyk-i ãonso
amanhã meio-dia 3-DECL-ir.embora PERF-FUT mulher
'Amanhã, ao meio-dia, a mulher vai ter ido embora.'

O exemplo (20) pode ser contrastado com o (21), uma vez que o primeiro descreve um evento no futuro ($TU < TT$); o segundo tem a mesma relação temporal ($TU < TT$), mas envolve um TSit antes de TU, ou seja, o evento de “a mulher ir embora” estará completo antes de TT.

3.1.2 *Prospectivo: pasagng*

Os exemplos a seguir mostram dados contendo o núcleo aspectual *pasagng* com semântica de prospectivo nos tempos passado ($TT < TU$), presente ($TT \subset TU$) e futuro ($TU < TT$).

Oração matriz (tempo passado com leitura de prospectivo).

- (22) koot omenda ø-na-pyt'y pasagnga-t ãonso
ontem meio-dia 3-DECL-comer PROSP-NFUT mulher
'Ontem, ao meio-dia, a mulher estava indo comer.'

O exemplo em (22) descreve uma situação em que o evento de “a mulher comer” ocorre depois do tempo de tópico, ou seja, $TT < TSit$.

Oração matriz (tempo futuro com leitura de prospectivo).

- (23) dibm omenda ø-na-pyt'y pasagnga-j ãonso
amanhã meio-dia 3-DECL-comer PROSP-FUT mulher
'Amanhã, ao meio-dia, a mulher vai estar indo comer.'

O dado em (23) descreve a ocorrência de *pasagng* em que o valor temporal é similar ao do exemplo anterior, $TT < TSit$, porém $TU < TT$.

Oração matriz (tempo presente interagindo com prospectivo).

- (24) ãonso ø-na-oky pasagnga-t obaky ãa ta aãat
mulher 3-DECL-matar PROSP-NFUT onça agora
'Agora a mulher está para (prestes a) matar a onça.'

O exemplo (24) apresenta o aspecto prospectivo interagindo com o tempo presente ($TT \subset TU$).

3.1.2.1 O prospectivo interagindo com o imperfeito *tyka*

Os pares de exemplos a seguir evidenciam o prospectivo interagindo com o núcleo aspectual imperfeito *tyka*. Em (25), há uma sentença com um verbo transitivo e com *pasagng*, em que são possíveis duas leituras temporais: presente e passado. Em (26), *pasagng* está interagindo com o imperfeito *tyka*, que restringe a leitura ao tempo presente, eliminando a de passado.

- (25) ãonso ø-na-amang<a> pasagnga-t gok
mulher 3-DECL-plantar PROSP-NFUT macaxeira
'A mulher está para (prestes a) plantar macaxeira.'
'A mulher estava prestes a plantar macaxeira.'

- (26) ãonso ø-na-amang<a> pasagng tyka-t gok
mulher 3-DECL-plantar PROSP IMPF.MOT-NFUT macaxeira
'A mulher está começando (prestes a começar) plantar macaxeira.'
(A leitura de passado não é permitida)

3.2 Interpretando *byyk* e *pasagng* em ambientes de sentenças subordinadas

Nesta seção, descrevemos o uso dos núcleos aspectuais *byyk* e *pasagng* (e em alguns casos *tyka*) em orações subordinadas. Os exemplos de (27) a (30) são referentes às orações subordinadas que funcionam como complementos oracionais; de (31) a (34), às orações relativas; e, de (35) a (38), às orações adverbiais.

3.2.1 Oração complemento

Em Karitiana, as orações subordinadas sempre apresentam a ordem verbo-final (OV, SV, SOV ou OSV). O verbo pode formar uma unidade sintática com o núcleo aspectual (STORTO, 1999). As orações subordinadas a seguir estão representadas entre colchetes ([]), à esquerda da oração principal. Todas as principais têm a oração matriz composta pelo verbo *koro'op hadna* 'pensar', que requer um complemento oracional oblíquo (cf. ROCHA, 2016; STORTO; ROCHA, 2015).

Oração matriz: passado. Encaixada: perfeito.

- (27) [ta-man pykyna byyk]-<y>ty ø-na-koro'op hadna-t Edelaine
ANAF-marido correr PERF-OBL 3-DECL-pensar-NFUT Edelaine

PR: 'Edelaine pensou que o marido dela terminou de correr (concluiu a corrida).'

'Edelaine pensou que o marido dela teria corrido.'

Oração matriz: passado. Encaixada: prospectivo.

- (28) [ta-man pykyna pasang]-<a>ty ø-na-koro'op hadna-t Edelaine
ANAF-marido correr PROSP-OBL 3-DECL-pensar-NFUT Edelaine

PR: 'Edelaine pensou que o marido dela vai correr.'

'Edelaine pensou que o marido dela iria correr.'

Oração matriz: passado. Encaixada: imperfectivo.

- (29) [ta-man pykyna tyka]-ty ø-na-koro'op hadna-t Edelaine
ANAF-marido correr IMPF.MOT-OBL 3-DECL-pensar-NFUT Edelaine

'Edelaine pensou que o marido dela estaria correndo.'

Oração matriz: passado. Encaixada: prospectivo + imperfectivo.

- (30) [ta-man pykyna pasangga tyka]-ty ø-na-koro'op hadna-t Edelaine
ANAF-marido correr PROSP IMPF.MOT-OBL 3-DECL-pensar-NFUT Edelaine

PR: 'Edelaine pensou que o marido dela vai estar correndo.'

'Edelaine pensou que o marido dela estaria indo correr.'

3.2.2 Orações relativas

As orações relativas do Karitiana foram estudadas por Storto (1999, 2012, 2013) e Vivanco (2014). Storto tem argumentado que essas orações apresentam seus núcleos internos à estrutura encaixada. Vivanco (2014), em sua dissertação de mestrado, corrobora a análise de Storto, mostrando que o núcleo é gerado internamente na estrutura. Assim, o núcleo pode ficar *in situ* ou pode ser alçado para a periferia esquerda. Vivanco (2014) mostrou que há uma variação na ordem de constituintes para as relativas: SOV ou OSV. Vivanco (2014) aponta ainda que, para o grupo de falantes com os quais ela fez a elicitación de dados, a ordem *default* das relativas de sujeito é SOV.

O morfema {ti-} é desencadeado pelo alçamento do núcleo da relativa ou da extração de QU- de objeto ou ainda pela extração do objeto para uma posição de sujeito da cópula em construções clivadas. Ele é analisado por Storto (1999, 2010) como marca de construção de foco do objeto (doravante CFO).

Oração matriz: passado. Encaixada: perfeito.

- (31) yn ø-na-amang-ø [erery Maria ti-mong byyk]
eu 3-DECL-plantar-NFUT algodão Maria CFO-colher PERF
PR: ‘Eu plantei o algodão que a Maria tinha terminado de colher.’
‘Eu plantei o algodão que a Maria tinha colhido.’

Oração matriz: passado. Encaixada: prospectivo.

- (32) yn ø-na-amang-ø [erery Maria ti-mong pasangnga]
eu 3-DECL-plantar-NFUT algodão Maria CFO-colher PROSP
‘Eu plantei o algodão que a Maria vai estar colhendo.’

Oração matriz: passado. Encaixada: imperfeito.

- (33) yn ø-na-amang-ø [erery Maria ti-mong tyka]
eu 3-DECL-plantar-NFUT algodão Maria CFO-colher IMPF.MOT
‘Eu plantei o algodão que a Maria está colhendo.’

Oração matriz: passado. Encaixada: prospectivo + imperfeito.

- (34) yn ø-na-amang-ø [erery Maria ti-mong pasagnga tyka]
eu 3-DECL-plantar-NFUT algodão Maria CFO-colher PROSP IMPF.MOT
‘Eu plantei o algodão que a Maria vai estar indo colher.’

3.2.3 Orações adverbiais

As orações encaixadas adverbiais são modificadores que se adjungem à oração matriz. Segundo Storto (1999, 2012, 2013), as orações adverbiais podem ser OSV ou SOV. Conforme a autora tem mostrado em seus trabalhos, a ordem dos constituintes nas orações subordinadas é sempre verbo-final, uma vez que, após o verbo da oração encaixada, só pode ocorrer um núcleo com semântica aspectual (verbo-aspecto) ou evidencial. Além disso, nota-se que existe obrigatoriamente um morfema adverbializador sufixado ao núcleo aspectual {-t}, de modo que podemos verificar o seguinte *template* (modelo/padrão): verbo-aspecto-adverbializador.

Oração matriz: passado. Encaixada: perfeito.

- (35) [y=otamp byyk]-ø ø-na-mboryt-ø Karin
eu=chegar PERF-ADVLZ 3-DECL-sair-NFUT Karin
‘Tendo eu chegado, a Karin saiu.’

Oração matriz: passado. Encaixada: prospectivo.

- (36) [y=otamp pasagnga]-t ø-na-mboryt-ø Karin
eu=chegar PROSP-ADVLZ 3-DECL-sair-NFUT Karin
'Estando eu preste a chegar, a Karin saiu.'

Oração matriz: passado. Encaixada: imperfeito.

- (37) [y=otamp tyka]-t ø-na-mboryt-ø Karin
eu=chegar IMPF.MOT-ADVLZ 3-DECL-sair-NFUT Karin
'Quando eu estava chegando, a Karin saiu.'

Oração matriz: passado. Encaixada: prospectivo + imperfeito.

- (38) [y=otamp pasagng tyka]-t ø-na-mboryt-ø Karin
eu=chegar PROSP IMPF.MOT-ADVLZ 3-DECL-sair-NFUT Karin
'Estando eu começando a chegar, a Karin saiu.'

3.3 Análise

Nesta parte, oferecemos uma análise dos núcleos aspectuais *byyk* e *pasagng* como perfeito e prospectivo, respectivamente. Os exemplos (27), (31) e (35) descrevem o perfeito em três tipos de orações subordinadas: completivas, relativas e adverbiais. A situação descrita por *byyk* tem semântica de um evento completo e acabado que não inclui o TT. Já os exemplos (28), (32) e (36) descrevem o aspecto prospectivo em três ambientes subordinados diferentes, nos quais a situação relata o tempo do evento ocorrendo depois do TT.

Sumarizando a análise do perfeito e do prospectivo, tem-se:

BYYK: TSit < TT, isto é, a situação ou evento ocorre antes do tempo de tópico (sendo o evento completo);

PASAGNG: TT < TSit, isto é, a situação ou evento ocorre depois do tempo de tópico.

Em Karitiana, o núcleo aspectual prospectivo não pode ser analisado como tempo futuro por, pelo menos, três razões: (i) não há marcas de tempo em subordinadas; (ii) ele pode coocorrer com marca de tempo futuro em orações matrizes (vide exemplo (23)); e (iii) pode ocorrer com passado, com a leitura de TSit depois de TT.

O imperfectivo progressivo *tyka* não foi objeto de estudo deste trabalho. No entanto, constatamos que ele pode coocorrer com o prospectivo *pasagng*, como visto nos exemplos (30), (34) e (38). Oferecemos também exemplos usando apenas o imperfectivo progressivo *tyka*, como em (29), (33) e (37). *Tyka* descreve um evento em que TT está incluído em TSit. Além disso, seu uso restringe o tempo verbal ao presente, ou seja, $TT \subset TU$, conforme análise de Carvalho (2010). Resumem-se tais características a seguir:

TYKA: $TT \subset TSit$ e $TT \subset TU$, isto é, o tempo de tópico está incluído no tempo da situação/evento e, no que concerne ao tempo gramatical, TT está incluído no tempo do enunciado/fala.

Tal como visto, o imperfectivo pode combinar-se com o prospectivo, formando uma unidade aspectual complexa que pode ser decomposta temporalmente em duas instâncias de TSit: (i) em que TSit contém o TT (*tyka*) e (ii) em que TSit ocorre depois de TT.

4 Considerações finais

Este capítulo ofereceu uma descrição e análise dos núcleos aspectuais *byyk* ‘perfeito’ e *pasangng* ‘prospectivo’ em Karitiana. Aquele conecta o evento antes do tempo de tópico; este o coloca depois do tempo de tópico. O núcleo aspectual *pasangng* ‘prospectivo’ pode formar com *tyka* ‘imperfectivo progressivo’ uma unidade temporal complexa, a qual pode ser decomposta em duas instâncias do evento: o momento em que o agente ou causador realiza o evento ou situação (perpassando o TT) descrito por *tyka* e o momento em que o evento se inicia (após o TT) descrito por *pasangng*.

Agradecimentos

Agradeço à CAPES pela bolsa PNPd/USP (Processo 1751682), ao Museu Paraense Emílio Goeldi (MCTIC/CNPq/PCI, Processo Institucional 444338/2018-7 e Processo Individual 300667/2019-1) e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da USP pelo financiamento do trabalho de campo. Agradeço à supervisora, Dra. Ana Müller, pelas sugestões e comentários quanto à elaboração do questionário de campo, e à Dra. Luciana Storto pelos comentários e sugestões.

Referências

BOHNEMEYER, Jürgen. Elicitation and documentation of tense and aspect. **Language Documentation and Conservation: University at Buffalo**, 2019.

BURTON, Strang; MATTHEWSON, Lisa. Targeted construction storyboards in semantic fieldwork. *In*: BOCHNAK, Ryan M.; MATTHEWSON, Lisa (Ed.). **Methodologies in semantic fieldwork**. Oxford: Oxford University Press, 2015, p. 135-156.

CARVALHO, Andrea M. de. **O auxiliar aspectual Tyka do Karitiana**. 2010. 110 f. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2010. doi: 10.11606/D.8.2010.tde-25082010-144136. Acesso em: 25 jan. 2020.

COMRIE, Bernard. **Aspect**: an introduction to the study of verbal aspect and related problems. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

COMRIE, Bernard. **Tense**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. v. 17.

FERREIRA, Luiz Fernando; MÜLLER, Ana. The relevance of future vs. non-future languages for the understanding of the role of tense in counterfactuals sentences. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 1051-1099, fev. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/14310>. Acesso em: 25 jan. 2020.

GROLLA, Elaine. Metodologias experimentais em aquisição da linguagem. **Estudos da Língua(gem)**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 9-42, dez. 2009.

KLEIN, Wolfgang. **Time in language**. Londresk: Routledge, 1994.

KLEIN, Wolfgang; LI, Ping (Ed.). **The expression of time**. Berlin: Walter de Gruyter, 2009.

KUSUMOTO, Kiyomi. **Tense in embedded contexts**. 1999. 304 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística da Universidade de Massachusetts at Amherst, Amherst, 1999.

MATTHEWSON, Lisa. On the methodology of semantic fieldwork. **International Journal of American Linguistics**, Chicago, v. 70, n. 4, p. 369-415, out. 2004.

MATTHEWSON, Lisa. Miss Smith's Bad Day. **Totem Field Storyboards**. 2014. Disponível em: <http://www.totemfieldstoryboards.org>. Acesso em: 23 mar. 2020.

MÜLLER, Ana. O sistema temporal do karitiana e a expressão do tempo não-futuro. *In*: IV Workshop de Línguas Indígenas da USP, 4, São Paulo, 2015. **Cadernos de Resumos**, São Paulo: USP, 2015.

OGIHARA, Toshiyuk. **Tense, attitudes and scope**. Dordrecht: Kluwer, 1996.

PARTEE, Barbara H. **Compositionality in formal semantics: selected papers**. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2008.

REICHENBACH, Hans. **Elements of symbolic logic**. Nova York: Macmillan, 1947.

ROCHA, Ivan. **Não-finitude em Karitiana: subordinação versus nominalização**. 2016. 219 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2016. doi: 10.11606/T.8.2016.tde-25102016-122036. Acesso em: 25 jan. 2020.

ROCHA, Ivan. Levantamento da situação sociolinguística da língua Karitiana. In: INVENTÁRIO NACIONAL DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA. Levantamento das Línguas Indígenas de Rondônia (MPEG/IPHAN): relatório técnico-científico, 2017.

ROCHA, Ivan. **Finitude, temporalidade e o aspecto nas orações não-finitas em karitiana**. Relatório de Pesquisa de Pós-Doutorado, São Paulo: USP/CAPES, 2018a.

ROCHA, Ivan. A interpretação temporal em orações não-finitas em Karitiana: a contribuição do aspecto. 2018. Trabalho apresentado no Congresso da ALFAL, ALFALITO, UFPB, João Pessoa. **Caderno de Resumo**, ALFALITO, João Pessoa, 2018b.

ROCHA, Ivan. Omenda napyt'y byyk jonso: a leitura de perfeito em Karitiana. 2018. Trabalho apresentado no Mini Enapol de Línguas Indígenas da USP, 1, São Paulo, USP. **Caderno de Resumo**, 1, São Paulo, USP, 2018c.

SANCHEZ-MENDES, Luciana. Trabalho de campo para análise linguística em semântica formal. **Revista Letras**, Curitiba, v. 90, n. 2, 2014.

STORTO, Luciana. **Aspects of a Karitiana grammar**. 1999. 218 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Linguística) – Massachusetts Institute of Technology, Boston, 1999.

STORTO, Luciana. Copular constructions in Karitiana: a case against case movement. **University of Massachusetts Occasional Papers**, Amherst, v. 41, p. 205-226, 2010.

STORTO, Luciana. Subordination in Karitiana. In: PACHECO, Frantomé; QUEIXALÓS, Francisco; WETSELZ, Leo; TELLES, Stella (Ed.). **Subordination in Amazonian Languages**. Paris: Brill's Studies in the Indigenous Languages of the Americas, 2012.

STORTO, Luciana. Temporal and aspectual interpretations in non-finite clauses. **Time and tense in language**. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholar Publishing, 2013.

STORTO, Luciana. Verbal art in a Karitiana ritual narrative. 2018. Trabalho apresentado no Amazônicas 7, Baños, Equador. **Resumos da Amazônicas**, 5, Baños, Equador, 2018.

STORTO, Luciana. **Línguas indígenas**: tradição, universais e diversidade. Campinas: Mercado de Letras, 2019.

STORTO, Luciana; ROCHA, Ivan. Estrutura argumental na língua Karitiana. *In*: STORTO, Luciana; FRANCHETTO, Bruna; LIMA, Suzi (Ed.). **Sintaxe e semântica do verbo em línguas indígenas do Brasil**. Campinas: Mercado de Letras, 2015, p. 17-42.

VIVANCO, Karin C. **Orações relativas em karitiana**: um estudo experimental. 2014. 118 f. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2014. doi: 10.11606/D.8.2014.tde-08102014-172847. Acesso em: 25 jan. 2020.

Abreviaturas

AD	aspecto aditivo
ADV LZ	adverbializador
ANAF	prefixo anafórico
C	núcleo do sintagma complementizador
CAUS	causativizador
CFO	foco do objeto
DECL	modo declarativo
FIN	verbo finito

FUT	futuro
IMPF	aspecto imperfeito
INF	verbo infinito/não finito
ME	momento do evento
MOT	<i>motion</i> /progressivo
MR	momento da referência
MS	momento da fala (<i>moment of speech</i>)
NEG	negação
NFUT	tempo não futuro
O	objeto
OBL	oblíquo
PAST	passado
PERF	aspecto perfeito
PR	português regional (usado como segunda língua pelos colaboradores indígenas)
PRES	presente
PRIV	negação privativa
PROSP	aspecto prospectivo
S	sujeito
SoT	sequência ou concordância de tempo (<i>sequence of tense</i>)
T	tempo
TPRO	PRO é uma categoria vazia (um constructo teórico), que estabelece a relação de correferência entre a forma vazia (obrigatoriamente controlada) e seu antecedente. Esse constructo tem sido estendido para a categoria Tempo; por isso, TPRO.
TSiT	tempo da situação (<i>Time of the Situation</i>)
TT	tempo de tópico (<i>Topic Time</i>)

Diversidade linguística na América: línguas ameríndias (v. 1)

TU	tempo da enunciação (<i>Time of Utterance</i>)
v	verbo
3	concordância de terceira pessoa
=	simultâneo a
<	posterior
>	anterior
< >	vogal epentética
⊂	está contido/incluído
⊆	está contido/incluído e igual a

CAPÍTULO 8

SINTAGMAS POSPOSICIONAIS EM LÍNGUAS DA FAMÍLIA TUPÍ-GUARANÍ: ARGUMENTOS OU ADJUNTOS? PRIMEIROS PASSOS: KAMAIURÁ

Arthur Britta Scandelari
Mestrando (PPGL/UnB)
Bolsista do CNPq

Dionei Moreira Gomes
Universidade de Brasília

1 Introdução

A tipologia linguística preocupa-se em classificar as línguas de acordo com parâmetros gramaticais, a fim de identificar correlações e propriedades comuns entre elas e contribuir para explicar a linguagem humana. Atualmente, buscam-se padrões tipológicos parciais, que expliquem fenômenos gramaticais específicos (cf. Shibatani e Bynon, 1995). A distinção entre argumentos e adjuntos enquadra-se nesse cenário, apresentando-se como paradigma potencial para a classificação das línguas naturais.

O aprofundamento do tema pode contribuir para: a identificação de padrões, tanto de contato linguístico quanto de mudanças históricas; a validação ou não de princípios sintáticos universais; a verificação de regularidades translinguísticas; a compreensão dos sistemas linguísticos em geral; e até o aprendizado de línguas estrangeiras, a exemplo de dicionários de valência (cf. Haspelmath, 2014b; Haspelmath e Hartmann, 2015).

No âmbito da linguística tipológico-funcional, assumimos que argumentos e adjuntos são categorias relacionadas a necessidades funcionais que temos de expressar ou não alguns constituintes linguísticos. Nesta perspectiva, pretendemos identificar as características formais e funcionais de sintagmas posposicionais (SP) em línguas da família tupí-guaraní, com o intuito de diferenciá-los translinguisticamente, e determinar as variações possíveis entre as línguas dessa e de outras famílias.

Essa proposta inscreve-se em estudo mais amplo, que pretende apurar como tem sido feita a distinção entre argumentos e adjuntos nas pesquisas sobre línguas indígenas brasileiras em geral e estabelecer premissas comuns que possibilitem a identificação desses elementos (cf. Gomes, 2018).

De partida, uma questão que se mostrou relevante em nossa pesquisa é a variedade de termos usados em referência a conceitos similares, o que suscitou uma importante pergunta de fundo, mais abrangente, que tem acompanhado todo o trabalho, a saber: qual o impacto da variação terminológica na discussão teórica? Consideramos que a profusão de termos pode estar por trás tanto das dificuldades em definir critérios comuns para identificar argumentos e adjuntos quanto dos desafios para propor padrões em pesquisas tipológicas.

Quanto aos tipos de SP, interessam-nos principalmente os usados em construções passivas¹, causativas de verbos transitivos, locativas e possessivas, ou os que carregam papel semântico de agente, paciente, tema, experienciador, estímulo, locativo e instrumento. A escolha dessas construções deve-se às diferenças constatadas no plano sintático e no semântico, isto é, ao fato de que os papéis semânticos associados a essas construções, apesar de serem expressos de maneira uniforme em diversas línguas, são os

¹ De acordo com Seki (2000, p. 285), “há um tipo de construção em Kamaiurá, envolvendo nominalização de verbos transitivos com o sufixo {-ipyt} ‘paciente’, que é funcionalmente equivalente à passiva do Português”.

mais controversos no tocante a serem adjuntos ou argumentos, como no exemplo 2, do Kamaiurá, a respeito da classificação do agente causativo do verbo transitivo:

	<u>A</u>	<u>O</u>	<u>V</u>
(1) (1093) ²	i-kywyr-a	h-y'yw-a	o-'awyky ³
	3-irmão-N	3-flecha-N	3-fazer
	'o irmão dela fez as flechas dele (outro)'		

	<u>A</u>	<u>O</u>	<u>V</u>	<u>Oi</u>
(2) (1094)	kujã-a	<u>h-y'yw-a</u>	o-'awyky-ukat	[[o-kywyr-a] upe]
	mulher-N	3-flecha-N	3-fazer-Caus	3Refl-irmão-N Dat
	'a mulher mandou seu irmão fazer as flechas dele (outro)'			

(SEKI, 2000, p. 291-292, colchetes nossos)⁴

No exemplo 2, embora o agente direto (*o-kywyr-a upe*) da construção causativa com verbo transitivo (*o-'awyky-ukat*) seja necessário do ponto de vista semântico, na perspectiva sintática ele é realizado em um SP, indicado pelos colchetes, cujo *status* argumental ou adjuntivo não está completamente claro na análise da autora, embora ela opte por tratá-lo como “oblíquo”:

² A numeração original dos exemplos de Seki (2000) será mantida, mas, para efeitos de melhor compreensão de nosso texto, usaremos numeração própria em ordem crescente, posta imediatamente antes da original. Informamos que as glosas também são da autora. Em relação às marcações de terceira pessoa deste exemplo, esclarecemos que se trata de alomorfes do prefixo relacional {i-} ‘terceira pessoa não reflexiva’ e, no caso do prefixo {o-}, de objeto de terceira pessoa reflexiva.

³ Não encontramos no texto a relação entre grafema e fonema. Segundo Seki (2000, p. 409), “uma análise fonêmica permite identificar na língua um sistema fonológico constituído de 14 consoantes e 12 vogais”. Para mais informações sobre a fonologia da língua, conferir Seki (2000, parte V).

⁴ Informamos que o significado de todas as abreviaturas apresentadas pode ser consultado ao final do capítulo, na seção “Abreviaturas”.

Nos exemplos acima, o objeto direto é expresso pela LN [sintagma nominal] **h-y'yw-a** “flecha dele”, que ocorre precedendo o verbo. O sujeito original de (1093) [1, na numeração do capítulo], a LN **i-kywyt** “irmão dela”, aparece na construção causativa [2] como oblíquo, e o *Causer*, expresso pela LN **kujã** “mulher”, aí ocupa a posição de novo sujeito. (SEKI, 2000, p. 292, grifos da autora)

Por conseguinte, queremos identificar como SP presentes em construções desse tipo são tratados pelos linguistas que pesquisaram ou pesquisam as línguas Tupí-Guaraní.

O presente capítulo apresenta introdução à discussão teórica em torno do tema, bem como os resultados preliminares da pesquisa, iniciada com o Kamaiurá, língua tupí-guaraní do Alto Xingu (MT). Os dados linguísticos desta e das demais línguas investigadas estão sendo obtidos em pesquisas de outros autores, já realizadas na área. A fim de contextualizar a pesquisa em curso, apresentamos a seguir os seus objetivos gerais e a sua metodologia (seção 2). Na sequência, traçamos um panorama do que se entende por “adposição” (seção 3). Posteriormente, fazemos discussão teórica introdutória sobre os critérios existentes para diferenciar argumentos de adjuntos (seção 4). Expomos como as pesquisas linguísticas sobre o Kamaiurá trataram as posições semântica e sintaticamente (seção 5). Encerramos o capítulo com as considerações finais (seção 6), seguidas das referências e abreviaturas.

2 Apresentação da pesquisa em curso: metas e caminhos

O objetivo principal da pesquisa em que se insere a discussão apresentada neste texto é identificar o tratamento sintático dado a sintagmas

posposicionais em pesquisas sobre línguas da família tupí-guaraní e responder à seguinte pergunta: Qual relação sintática estabelecem os SP com o restante da oração — argumento ou adjunto?

Os objetivos específicos que norteiam a pesquisa são: 1) identificar quais critérios foram usados nas pesquisas para classificar os SP; 2) verificar se há uso de posposições distintas para expressar lugar, meta e fonte, enquadrando-se no padrão mais comum entre os cinco padrões observados na tipologia de Pantcheva (2010); 3) verificar a existência de posposições multifuncionais com escopo também pragmático, a exemplo de modalização, fonte da informação ou voz de autoridade (cf. Epps, 2008; Hagège, 2010; Gomes, 2019); 4) identificar qual tipo de complemento as posposições podem tomar: nomes, pronomes (livres ou clíticos), morfemas pessoais presos, advérbios, orações, entre outros; 5) verificar se as posposições manifestam algum isomorfismo com verbos e nomes; 6) identificar diferenças e semelhanças entre línguas dos distintos ramos da família tupí-guaraní, no tocante às formas e funções dos SP; 7) verificar a possibilidade de aplicar, à distinção entre argumento e adjunto, uma classificação em termos prototípicos, mais alinhada com análises como as de Creissels (2014) e Haspelmath (2014a); 8) contribuir para os estudos tipológicos a respeito dos SP e da distinção entre argumento e adjunto. No presente texto, nossa meta é apresentar os primeiros resultados da pesquisa iniciada com o Kamaiurá, o que recobre os objetivos 1 a 5.

No âmbito metodológico, estamos empreendendo levantamento bibliográfico a respeito de SP nas pesquisas já realizadas sobre línguas da família tupí-guaraní. Para tanto, pesquisamos dissertações, teses, artigos e livros sobre a morfossintaxe dessas línguas.

Como ponto de partida para a seleção das línguas, seguimos a proposta de Rodrigues e Cabral (2002), referente à classificação da família tupí-guaraní. De acordo com essa subdivisão, os autores relacionam oito ramos internos à família, quais sejam:

Ramo I: Guaraní Antigo, Kaiwá (Kayová, Pãi), Ñandeva (Txiripá), Guaraní Paraguaio, Mbyá, Xetá (Serra dos Dourados), Tapieté, Chiriguano (Ava), Izoceño (Chané), Guayakí (Axé);

Ramo II: Guarayo (Guarayú), Sirionó, Horá (Jorá);

Ramo III: Tupí, Língua Geral Paulista (Tupí Austral), Tupinambá, Língua Geral Amazônica (Nhe'engatú);

Ramo IV: Tapirapé, Asuriní do Tocantíns, Parakanã, Suruí (Mujetire), Avá-Canoeiro, Tembé, Guajajára, Turiwára;

Ramo V: Araweté, Ararandewára-Amanajé, Anambé do Cairarí, Asuriní do Xingu;

Ramo VI: Kayabí, Apiaká, Parintintín (Kagwahíb), Tupí-Kawahíb (Tupí do Machado, Pawaté, Wiraféd, Uruewauwau, Amondáva, Karipúna, etc.), Juma;

Ramo VII: Kamayurá;

Ramo VIII: Wayampí (Oyampí), Wayampípukú, Emérimon, Jo'é, Urubu-Ka'apór, Anambé de Ehrenreich, Guajá, Awré e Awrá, Takunhapé. (RODRIGUES; CABRAL, 2002, p. 335-336, grifos dos autores)

Com vista a abranger a diversidade de línguas existentes na família tupí-guaraní e de verificar semelhanças e diferenças entre elas, pretendemos selecionar uma língua de cada ramo, ainda a definir. Buscaremos línguas que tenham sido extensamente estudadas, a fim de ter acesso a grande quantidade de dados qualificados e análises bem estruturadas, especialmente no que se refere aos SP.

Conforme explicitado adiante, na seção intitulada “Kamaiurá: primeiros passos”, iniciamos a pesquisa com o Kamaiurá, do ramo VII. As pesquisas de Lucy Seki sobre essa língua são vastas e foram reunidas em sua gramática do ano 2000. Como veremos, esse material nos serviu

muito bem para levantar as informações concernentes aos propósitos descritos, além de nos ajudar a refinar as perguntas que vão compor um protocolo a ser usado com cada uma das línguas a serem pesquisadas.

Nossa pesquisa poderá ainda vir a contribuir para ratificar ou não a distribuição dessas línguas nos respectivos ramos em que foram alocadas, comparando-a com as classificações de Mello (2002), Dietrich (2010) e Michael (2015), embora esse não seja um objetivo primário.

Para a execução global da pesquisa em andamento, temos cumprido o seguinte percurso: 1) formação de banco de dados com dissertações, teses, artigos e livros sobre a morfossintaxe das línguas da família tupí-guaraní, com foco nas pesquisas que evidenciem diferenças entre argumentos e adjuntos, e especifiquem a identificação de relações gramaticais e SP; 2) identificação dos critérios usados pelos pesquisadores para classificar os SP em argumentos ou adjuntos; 3) levantamento dos critérios comuns e dos diferentes; 4) revisão da literatura linguística geral, de diferentes filiações teóricas, sobre a distinção entre argumento e adjunto; 5) revisão da literatura linguística geral sobre posposições; 6) identificação de conceitos comparáveis translinguisticamente, tais como os citados na introdução deste capítulo: agente, paciente, tema, experienciador, estímulo, locativo, instrumento; e 7) cotejamento dos critérios encontrados nas pesquisas feitas com os relatados na literatura linguística, sobretudo com os propostos no *Leipzig valency patterns project*, também conhecido como *Valency Patterns Leipzig (ValPaL) database* (Hartmann *et alii*, 2013) — ou “Projeto de padrões de valência de Leipzig” e “Banco de dados de Padrões de Valência de Leipzig (ValPaL)”, respectivamente, em tradução livre.

Neste texto, trazemos parte da execução desses passos. Especificamente, apresentamos a seguir a categoria central de nossos estudos — as adposições — e, na sequência, uma introdução sobre o debate teórico em torno da diferenciação entre argumentos e adjuntos. Chegaremos, então, às considerações sobre o Kamaiurá no que tange a esses temas.

3 Adposições: conceito, tipologia e desafios

De acordo com Hagège (2010), as adposições formam uma classe gramatical que tem recebido pouca atenção nas pesquisas tipológicas, quando comparada com as demais categorias. Embora existam mais tipos de adposições na literatura, como a preposição, a circumposição e a ambiposição (cf. Haspelmath, 2003), neste capítulo, conforme indicado na apresentação da pesquisa, usamos o termo para nos referir especificamente às posposições, que são o tipo encontrado nas línguas da família tupí-guaraní. Preposições são raras nessa família, sendo detectadas apenas duas no Nheengatú (Língua Geral Amazônica), por empréstimo do Português, devido ao histórico de intenso contato entre essas línguas, que resultou em alterações significativas na primeira (cf. Rodrigues, 1996; Cruz, 2011).

Haspelmath (2003) destaca a função relacional das adposições e os papéis semânticos que estabelecem entre SN (sintagmas nominais) e predicados, como locativo, instrumental, beneficiário e causa. A partir da leitura de seu texto, infere-se relação de iconicidade diagramática entre a forma e o sentido das adposições concretas — que indicam situações mais reais, como tempo e lugar — e das adposições gramaticais, que expressam relações sintáticas abstratas: “Adposições complexas [formadas por locuções] são sempre concretas, e adposições gramaticais são sempre curtas e simples” (HASPELMATH, 2003, p. 40, tradução nossa⁵).⁶

⁵ “Complex adpositions are always concrete, and grammatical adpositions are always short and simple” (HASPELMATH, 2003, p. 40).

⁶ Em trabalhos posteriores, esse autor rejeita explicações com base no princípio da iconicidade: “Haspelmath (2008a) argumentou que iconicidade (ou a tendência para correspondência entre forma e significado) geralmente não pode funcionar como uma explicação dos universais de codificação assimétrica, porque, em muitos casos, não há diferenças de significado, mas ainda assim encontramos assimetrias de codificação” (“Haspelmath (2008a) argued that iconicity (or the tendency for form-meaning matching) cannot generally work as an explanation of the universals of

O autor afirma também que são sempre uma classe fechada de palavras, a qual não costuma ser extensa. Muitas línguas não dispõem de adposições, e suas funções tendem a ser desempenhadas por sistemas de caso ou substantivos relacionais. Segundo Haspelmath (2003), as adposições geralmente derivam de substantivos relacionais, mas podem originar-se de advérbios, o que lhes permite exercer funções adverbiais — as quais constatamos no Kamaiurá.

Hagège (2010, p. 28, tradução nossa⁷), por sua vez, também focaliza o aspecto relacional das adposições, ao explicar que “uma das funções características de uma Adp [adposição] é relacionar um termo, com o qual constitui um sintagma adposicional, a um predicado, muitas vezes representado por um SV [sintagma verbal], e assim marcar a relação gramatical e semântica entre eles”.

E, aprofundando-se na análise, define as adposições como uma categoria morfolexical, pelo fato de que “muitas expressões construídas com Adps [adposições], cujo significado é compreensível pela composicionalidade (portanto, não são expressões idiomáticas), pertencem ao léxico, bem como à gramática” (HAGÈGE, 2010, p. 269, tradução nossa⁸). Neste sentido, elas não são apenas um instrumento gramatical. Pelo contrário, podem apresentar conteúdo semântico e implicações pragmáticas. Em outras palavras, conforme Hagège (2010), as adposições não são elementos puramente relacionais, de maneira que a relação estabelecida por elas pode conter, em si, uma realidade.

asymmetric coding, because in many cases there are no meaning differences but we still find coding asymmetries” (HASPELMATH, 2018b, p. 18, tradução nossa).

⁷ “[...] one of the characteristic functions of an Adp is to relate a term, with which it constitutes an Adp-phrase, to a predicate, often represented by a VP, and thus to mark the grammatical and semantic relationship between them” (HAGÈGE, 2010, p. 28).

⁸ “[...] many expressions built with Adps the meaning of which is understandable by compositionality (therefore not idioms) belong to the lexicon as well as to the grammar” (HAGÈGE, 2010, p. 269).

Hagège (2010) também enfatiza a versatilidade funcional das adposições e fornece listas sobre a diversidade sintática e polissêmica da categoria. No aspecto semântico, ao comparar várias línguas, o autor elenca possibilidades que envolvem intercâmbio entre as funções agentiva e atributiva, pacientiva e alativa, possessiva e atributiva, inessiva e alativa, alativa e comitativa, comitativa e instrumental, espacial consecutiva e nocional consecutiva, inessiva e instrumental.

O autor chega a elaborar proposta explicativa, a fim de ilustrar a hierarquia dos domínios semânticos, conforme explana em:

se uma língua tiver uma ou mais Adps [adposições] marcando a função motivadora [*motivative function*], ela terá uma ou mais marcando as funções espaço-temporais pré e pós-essivas [*pre- and possessive functions*], e, se tiver isso, ela terá uma ou mais Adps marcando as funções dativa e alativa. (HAGÈGE, 2010, p. 282, tradução nossa⁹)

A partir dessas evidências, estamos investigando também posposições com função pragmática. A título de ilustração, Epps (2008) identificou a existência de posposições multifuncionais na língua Hup: “Várias das posposições locativas são usadas para codificar relações temporais, além de relações espaciais, e, em alguns casos, elas têm funções abstratas adicionais, relacionadas ao discurso” (EPPS, 2008, p. 463, tradução nossa¹⁰). A posposição *hiyóʔ*, por exemplo, pode indicar lugar (“sobre”, “em cima de”) ou “falha, erro como causa de algo”, enquanto a posposição *miʔ*, além

⁹ “[...] if a language has one or more Adps marking the *motivative function*, it will have one or more marking the *spatio-temporal pre- and possessive functions*, and if it has that, it will have one or more Adps marking the *dative and allative functions*” (HAGÈGE, 2010, p. 282).

¹⁰ “A number of the *locative postpositions* are used to encode *temporal relations* in addition to *spatial relations*, and in some cases they have *further, more abstract discourse-related functions*” (EPPS, 2008, p. 463).

de também indicar lugar (“sob”, “dentro de casa”), expressa as noções de “ao mesmo tempo” e “apesar de” (EPPS, 2008, p. 465-466, tradução nossa¹¹).

Quanto às possibilidades de codificação de expressões direcionais, Pantcheva (2010) propõe uma tipologia com cinco padrões logicamente possíveis:

- a. **Lugar=Meta=Fonte** (L=M=F) – uma língua com este padrão tem um único marcador (seja um afixo de caso ou adposição) para codificar lugar, meta do movimento e fonte do movimento, não distinguindo, portanto, entre as três funções.
- b. **Lugar=Meta≠Fonte** (L=M≠F) – neste caso, existe um marcador que é ambíguo entre lugar e meta do movimento, e um segundo marcador que expressa a fonte do movimento.
- c. **Lugar≠Meta≠Fonte** (L≠M≠F) – este é o padrão das línguas que possuem um marcador diferente para cada uma das três noções.
- d. **Lugar≠Meta=Fonte** (L≠M=F) – tal língua tem um marcador que codifica movimento, independentemente de ser orientado pela meta ou pela fonte. O lugar é expresso por um marcador diferente.
- e. **Lugar=Fonte≠Meta** (L=F≠M) – em tal língua, as noções de lugar e fonte de movimento são expressas pelos mesmos meios, excluindo-se a meta de movimento, que é codificada diferentemente. (PANTCHEVA, 2010, p. 2, grifos da autora, tradução nossa¹²)

¹¹ “*fault, error as cause of something*” e “*at same time; in spite of*” (EPPS, 2008, p. 465-466).

¹² “a. **Location=Goal=Source** (L=G=S) – a language with this pattern has one single marker (be it a case affix or adposition) to encode location, goal of motion and source of motion, thus drawing no distinction between the three functions.

b. **Location=Goal≠Source** (L=G≠S) – in this case, there is one marker which is ambiguous between location and goal of motion, and a second marker which expresses source of motion.

c. **Location≠Goal≠Source** (L≠G≠S) – this is the pattern of languages that have a separate marker for each of the three notions.

Entre eles, os mais comuns, de acordo com as pesquisas consideradas pela autora, são os descritos no item “b.”, Lugar=Meta≠Fonte (31%), e no “c.”, Lugar≠Meta≠Fonte (60,7%). Assim, os dois padrões mais recorrentes diferenciam apenas o caso ablativo, demonstrando sincretismo entre o locativo e o alativo, ou utilizam adposições distintas para marcar os casos locativo, alativo e ablativo. As demais ocorrências são residuais ou não atestadas nas línguas analisadas.

Com base nessa tipologia, pretendemos verificar se as línguas da família tupí-guaraní confirmam os padrões aventados, isto é, se apresentam posposições distintas para exprimir lugar, meta e fonte ou, ao menos, para indicar a fonte.

Por fim, ao estudar as línguas indígenas amazônicas, Queixalós e Gomes (2016, p. 14) chamam atenção para a existência de isomorfismo estrutural entre sintagmas nominais, verbais e posposicionais nessas línguas, o qual se manifesta “em uma variedade de elementos formais: possível presença de um argumento interno, ordem sequencial entre esse argumento e o núcleo, identidade na marcação do núcleo (paradigmas pronominais) ou na marcação do dependente (casos)”. Além dessas semelhanças, consideramos indícios de isomorfismo: a forma como o núcleo organiza o constituinte, o modo pelo qual os sintagmas são flexionados e os marcadores que os sintagmas aceitam.

Em Mundurukú, por exemplo, língua indígena do tronco tupí, Gomes (2016, p. 284) descreve que os sintagmas nominais, verbais e posposicionais

d. Location≠Goal=Source (L≠G=S) – such a language has one marker that encodes motion, regardless of whether it is goal oriented or source oriented. Location is expressed by a different marker.
e. Location=Source≠Goal (L=S≠G) – in such a language the notions of location and source of motion are expressed by the same means, to the exclusion of goal of motion, which is encoded separately” (PANTCHEVA, 2010, p. 2).

compartilham algumas propriedades sintáticas e morfológicas, tais como: i) argumento interno representado pelo mesmo pronome pessoal clítico e ii) flexão relacional. Nos exemplos a seguir, queremos destacar que a estrutura interna de SN (21a), SP (21b) e de alguns SV (21c-d) é a mesma:

(21)

a. [[o=]ba]

1=braço

‘meu braço’

b. [[o=]kay]

1=para

‘para mim’

c. [[o=]parara]

1=ter.medo

‘tenho medo’

d. [[o=]jo~jo-m]

1=ver~DUR-IPRF

‘está me vendo’

(GOMES, 2016, p. 284, com modificações)

Seguindo a análise do autor, buscamos identificar se os SP nas pesquisas das línguas da família tupí-guaraní guardam isomorfismo com SN e SV, o que poderá contribuir para a discussão a respeito de tais semelhanças representarem, possivelmente, equivalência “funcional entre esses sintagmas, sem perder de vista que cada um desempenha também função específica na língua” (GOMES, 2016, p. 288).

4 Argumentos *vs.* adjuntos: introdução ao tema

Com o intuito de verificar se os critérios usados na classificação dos SP como argumento ou adjunto, nas línguas da família tupí-guaraní, permitem comparações translinguísticas para fins tipológicos, e de embasar teoricamente a pesquisa, empreendemos revisão inicial da literatura especializada sobre o tema, apresentada nesta seção.

4.1 Critérios mais usados para diferenciar argumentos de adjuntos

Na literatura linguística, via de regra, os sintagmas adposicionais são identificados como adjuntos, porém, conforme demonstram Hagège (2010) e Haspelmath e Hartmann (2015), também podem ser argumentos. A título de exemplo, comparemos as expressões preposicionadas em “Ela cortou a carne com a faca” e “Ela quebrou a vidraça com o punho”, adaptadas do texto de Haspelmath e Hartmann (2015, p. 5-6)¹³.

No Português, ambas tendem a ser consideradas adjuntos, pelo fato de acrescentarem uma circunstância ao predicado oracional. Contudo, se nos basearmos no critério que evoca o sentido dos verbos para diferenciar argumentos de adjuntos, concluiremos que a primeira pode ser argumento, uma vez que o verbo “cortar” implica a noção de dividir ou partir algo com um instrumento afiado, cortante. Assim, seguindo esse critério, o instrumento usado (a faca) poderia já estar previsto no significado do verbo. Fato diverso ocorre na segunda frase, pois o sentido de “quebrar” não estipula uma forma específica de tornar algo quebrado, dado que a vidraça pode ser quebrada de várias maneiras, não só com o uso de partes do corpo do agente.

¹³ “*They cut the meat [with the knife]*” e “*He broke the window [with his fist]*” (HASPELMATH; HARTMANN, 2015, p. 5-6). Em tradução livre: “Eles cortam a carne [com a faca]” e “Ele quebrou a janela [com o punho]”, respectivamente.

Ao retomar divergências como essa, entre proposições teóricas e evidências linguísticas, Gomes (2018, p. 2) expõe a complexidade da questão e, no tocante às pesquisas sobre línguas indígenas brasileiras, indaga se, “de fato, não haveria critérios comuns que possibilitariam a identificação desses elementos”.

Os critérios para a distinção entre argumentos e adjuntos variam na literatura. Entre as propostas para identificá-los, a que focaliza noções semânticas, como a exposta acima, tem ampla aceitação nas descrições linguísticas, apesar de não haver “correspondência estreita entre os participantes previstos e o que normalmente são considerados argumentos” (HASPELMATH; HARTMANN, 2015, p. 6, tradução nossa¹⁴).

Nesta perspectiva, argumentos seriam os constituintes obrigatórios da oração, pelo fato de serem exigidos por uma carência semântica verbal, e adjuntos seriam constituintes não selecionados semanticamente pelo verbo. Segundo essa definição, no enunciado “A mãe deu uma bicicleta ao filho no Dia das Crianças”, o verbo “dar” exigiria três argumentos (“A mãe”, “uma bicicleta” e “ao filho”), sendo que o último deles é preposicionado, e o constituinte restante, circunstancial, seria um adjunto (“no Dia das Crianças”), embora também seja nucleado por preposição (“em”).

Essa proposta soma-se a outra muito próxima dela, referente à noção de especificidade do verbo, segundo a qual “o raciocínio básico para distinguir argumentos de adjuntos” consiste no fato de que “argumentos são específicos do verbo e, em consequência, devem ser aprendidos junto com cada verbo, enquanto o uso de adjuntos é independente de verbos específicos” (HASPELMATH, 2014a, p. 5, tradução nossa¹⁵). Uma das

¹⁴ “[...] *close match between entailed participants and what are normally considered arguments* [...]” (HASPELMATH; HARTMANN, 2015, p. 6).

¹⁵ “[...] *the basic rationale for distinguishing arguments from adjuncts: Arguments are verb-specific and thus have to be learned together with each verb, whereas the use of adjuncts is independent of particular verbs*” (HASPELMATH, 2014a, p. 5).

situações que ilustram esse critério é a especificidade de codificação, como na comparação entre os verbos “gostar” e “apreciar”, em que o primeiro codifica um de seus argumentos por meio de uma preposição (por exemplo, “Eu gosto [*de* filmes estrangeiros]”), diversamente do segundo, apesar de os sentidos serem bastante próximos (por exemplo, “Eu aprecio [filmes estrangeiros]”). Contudo, tal qual no caso anterior, o próprio autor acaba por descartar esse critério para fins de comparações translinguísticas, uma vez que não é possível aplicá-lo igualmente a todos os argumentos de uma mesma língua, nem a todas as línguas.

Não obstante, existem outras formas de averiguar a diferença entre argumentos e adjuntos, entre as quais, citamos:

- a) a obrigatoriedade sintática de aparecimento de um termo, como a exigência que um verbo faz de um objeto. Em “The dragon devoured the princess”¹⁶, a retirada do constituinte sublinhado tornaria a frase agramatical (HASPELMATH; HARTMANN, 2015, p. 7, grifo nosso);
- b) a especificidade de ocorrência, segundo a qual um nome, na função de argumento, não ocorre com qualquer verbo. Compare-se “He called his brother” com “She laughed her brother”¹⁷: a mesma estrutura, no segundo exemplo, fica incorreta pela mudança do verbo (HASPELMATH; HARTMANN, 2015, p. 8, grifo nosso);
- c) o chamado *happen test* (também usado para identificar a especificidade de ocorrência), em que a viabilidade de antepor a expressão *and this happened*¹⁸ a um termo o insere entre os adjuntos. O enunciado “She called her brother in the morning” pode ser assim reescrito “She called her brother, and this happened in the

¹⁶ “O dragão devorou a princesa”, em tradução livre.

¹⁷ “Ele chamou seu irmão” e “*Ela riu seu irmão”, respectivamente, em tradução livre.

¹⁸ “e isso aconteceu”, em tradução livre.

morning”¹⁹, indicando que o constituinte sublinhado exerce a função de adjunto (HASPELMATH; HARTMANN, 2015, p. 8, grifo nosso).

Esses critérios, no entanto, não são válidos para todas as situações. Com base na semântica verbal, por exemplo, constituintes locativos podem ser considerados tanto argumentos quanto adjuntos, a depender da situação, como em “Ele foi à praia”, em que a retirada do sintagma preposicionado tornaria a oração incompreensível. O critério da obrigatoriedade não identifica a omissão automática de argumentos, a exemplo de “Você já conversou com eles? Sim, conversei e chegamos a um acordo”. O da especificidade acaba por tratar sujeitos como adjuntos, pois os sujeitos tendem a ocorrer com diversos verbos, porém desconhecemos autores que não os incluam entre os argumentos. O *happen test*, por fim, nas línguas que viabilizam tal retomada anafórica, gera construções pouco elucidativas, como nos pares “She was sitting on the sofa” vs. “?She was sitting, and this happened on the sofa” e “They cut the meat with the knife” vs. “?They cut the meat, and this happened with the knife” (HASPELMATH; HARTMANN, 2015, p. 9)^{20, 21}

No que tange à obrigatoriedade, Creissels (2014) também reconhece a limitação desse parâmetro e sustenta que:

¹⁹ “Ela chamou seu irmão pela manhã” e “Ela chamou seu irmão, e isso aconteceu pela manhã”, respectivamente, em tradução livre.

²⁰ “Ela estava sentada no sofá” vs. “?Ela estava sentada, e isso aconteceu no sofá” e “Eles cortaram a carne com a faca” vs. “?Eles cortaram a carne, e isso aconteceu com a faca”, respectivamente, em tradução livre.

²¹ O *happen test* é similar aos testes de constituinte usados na teoria Gerativa para encontrar constituintes sintáticos por meio da técnica da retomada anafórica: “fazer o mesmo” (para situações mais agentivas) e “acontecer o mesmo” (para situações menos agentivas). Neste sentido, o *happen test* funciona mais para identificar constituintes, ou seja, conjuntos de palavras que se comportam como unidade, do que para distinguir argumentos de adjuntos.

A única diferença geral entre argumentos e adjuntos, em relação a obrigatoriedade *vs.* opcionalidade, é que os adjuntos só podem ser opcionais, e a falta de especificação do significado correspondente é a única interpretação possível da ausência de um dado tipo de adjunto, enquanto, translinguisticamente, argumentos não expressos têm dois tipos possíveis de interpretação: ou codificam a falta de especificação do participante correspondente, ou são identificados a um referente recuperável do contexto ou da situação. (CREISSELS, 2014, p. 43, tradução nossa²²)

Além dessas dificuldades, que interferem no estabelecimento de parâmetros uniformes para comparações translinguísticas, pesquisadores têm usado critérios particulares para identificar argumentos e adjuntos nas línguas estudadas (cf. Haspelmath, 2014a), o que, em tese, eleva a variedade de conceitos na literatura e dificulta pesquisas de natureza tipológica. Em adição aos critérios mencionados anteriormente (semântico, da obrigatoriedade, da especificidade e o *happen test*), outros são usados em línguas específicas, entre os quais, citamos a posição do constituinte na sentença, as estratégias de relativização e a codificação (cf. Haspelmath, 2014a).

Em Alemão, por exemplo, “adjuntos adverbiais como *am Vormittag* ‘pela manhã’ podem ocorrer na posição pós-particípio [...], enquanto os argumentos adverbiais (como *dorthin* ‘lá’ [...]) não podem” (HASPELMATH, 2014a, p. 5, grifos do autor, tradução nossa²³). Em Sliammon ou Comox

²² “The only general difference between arguments and adjuncts with respect to obligatoriness *vs.* optionality is that adjuncts can only be optional, and lack of specification of the corresponding meaning is the only possible interpretation of the absence of a given type of adjunct, whereas cross-linguistically, unexpressed arguments have two possible types of interpretation: either they encode lack of specification of the corresponding participant, or they are identified to a referent retrievable from the context or the situation [...]” (CREISSELS, 2014, p. 43).

²³ “[...] adverbial adjuncts such as *am Vormittag* ‘in the morning’ may occur in post-participle position [...], while adverbial arguments (such as *dorthin* ‘there’ [...]) may not [...]” (HASPELMATH, 2014a, p. 5).

(língua Salishe), sintagmas oblíquos tidos como argumentos (“objetos oblíquos”, segundo Haspelmath, 2014a, p. 6, tradução nossa²⁴) são relativizados sem marcador específico, ao passo que os tidos como adjuntos são relativizados por meio de nominalizador particular ($\partial x^w=$). Em Saliba (língua falada na Papua Nova Guiné), por fim, adjuntos são marcados por posição, e argumentos não recebem a marca.

Com base nessas evidências, Haspelmath (2014a) afirma que os distintos critérios usados produzem categorias também distintas. Em consequência, defende que só se podem comparar conceitos, não categorias específicas, como argumentos e adjuntos, posicionamento que mantém em outros textos:

O princípio básico é [...] que as línguas podem ser prontamente comparadas apenas em relação a significados e sons/gestos, mas não em relação a suas categorias, porque apenas significados e sons, mas não categorias, são universais. (HASPELMATH, 2014b, p. 495, tradução nossa²⁵)

No entanto, conforme exposto na seção anterior, pretendemos aferir a validade dessa conclusão. Ao investigar como têm sido feitas as distinções entre argumentos e adjuntos nas pesquisas sobre línguas indígenas brasileiras, vamos confrontá-las com abordagens teóricas vigentes, especialmente as de cunho tipológico, para verificar se há ou não critérios comuns que viabilizem a identificação desses elementos.

²⁴ “*oblique objects*” (HASPELMATH, 2014a, p. 6).

²⁵ “*The basic principle is [...] that languages can be readily compared only with respect to meanings and sounds/gestures, but not with respect to their categories, because only meanings and sounds, but not categories, are universal*” (HASPELMATH, 2014b, p. 495).

Nesse percurso, vislumbramos a necessidade de trabalhar com explicações fundamentadas na adaptação funcional (cf. Haspelmath, 2018b), em que as pressões de uso impactam a codificação. Essa proposta encontra respaldo em Furtado da Cunha e Costa (2003, p. 68), ao sustentarem que “a estrutura argumental tem a ver com frequência no uso linguístico real. O modo como os verbos se combinam com nomes não é uma propriedade estável [...], mas um fato altamente variável”. Neste sentido, para o estabelecimento de padrões tipológicos, ainda que parciais, além de observar os aspectos morfológicos e sintáticos mais comuns, é preciso recorrer aos usos contextuais nas línguas, identificando a frequência de cada termo e comparando-a com sua codificação.

Para confirmar ou negar tais hipóteses, contudo, estamos empreendendo levantamento sobre as características formais dos elementos posposicionais nas línguas da família tupí-guaraní. A partir disso, buscamos averiguar as variações possíveis e, deste modo, verificar a possibilidade de estabelecer ou não um parâmetro tipológico para argumentos e adjuntos. Reconhecemos que o foco no uso exigirá pesquisas mais extensas, capazes de fornecer tais informações. Caso não encontremos obras com essa dimensão, serão necessárias pesquisas futuras sobre as línguas, o que, momentaneamente, foge ao escopo deste trabalho.

Por ora, mantemos o posicionamento de que “uma perspectiva universalista das línguas humanas não é incompatível com a atenção particularista aos detalhes das línguas individuais” (HASPELMATH, 2014b, p. 504, tradução nossa²⁶).

²⁶ “[...] a universalist perspective on human languages is not incompatible with a particularist attention to the details of individual languages” (HASPELMATH, 2014b, p. 504).

4.2 Por uma abordagem gradual (prototípica) para classificar argumentos e adjuntos

Creissels (2014) inicia a discussão com a noção geral de que argumentos são exigências semânticas feitas pelo verbo. Contudo, em seguida, o autor refuta o recurso a aspectos unicamente semânticos, limitado à dicotomia entre participantes essenciais *vs.* não essenciais, como critério para a distinção translinguística entre argumentos e adjuntos. E acrescenta que, “no nível sintático, as línguas diferem significativamente na maneira como regulam a obrigatoriedade *vs.* a opcionalidade de sintagmas nominais” (CREISSELS, 2014, p. 43, tradução nossa²⁷). Assim, Creissels (2014) acaba por evocar a natureza do lexema verbal como determinante na identificação de um participante em um dado evento. Todavia, ele destaca também a necessidade de averiguar como essa questão léxico-semântica se reflete na sintaxe.

Nesse ponto, Creissels (2014) reforça o posicionamento de Haspelmath e Hartmann (2015) exemplificado na subseção anterior — de que nem todos os participantes previstos são expressos no enunciado, e certos argumentos não são previstos pelo significado do verbo — e afirma que “alguns verbos não permitem a expressão de um participante obrigatório” (CREISSELS, 2014, p. 43, tradução nossa²⁸). Considerando, então, que a obrigatoriedade semântica não se reflete sintaticamente, o autor volta-se a uma classificação dos participantes (semânticos) na forma de escala, não na forma de categoria discreta:

²⁷ “*At the syntactic level, languages differ greatly in the way they regulate the obligatoriness vs. optionality of noun phrases*” (CREISSELS, 2014, p. 43).

²⁸ “[...] *some verbs do not allow the expression of an obligatory participant*” (CREISSELS, 2014, p. 43).

As observações sustentam a posição segundo a qual um argumento semântico [*semantic argumenthood*], como conceito comparativo, deve ser diferenciado de seus possíveis correlatos sintáticos, e deve ser definido como um conceito escalar, e não categórico, refletindo a interação entre os vários fatores que podem contribuir para definir o grau de envolvimento de participantes em um evento.²⁹ (CREISSELS, 2014, p. 41, tradução nossa³⁰)

Sobretudo a partir da análise do papel de beneficiário, cuja função adjuntiva não se confirma translinguisticamente em diversas situações, Creissels (2014) propõe que a distinção entre argumento e adjunto deva ser pensada em termos de protótipo:

O papel do beneficiário fornece uma ilustração particularmente boa da medida em que o comportamento dos SN cumprindo um determinado papel semântico pode variar translinguisticamente em comparação ao comportamento de argumentos típicos ou adjuntos típicos, fornecendo assim suporte claro à abordagem de protótipo em relação ao argumento [*argumenthood*]. (CREISSELS, 2014, p. 41, tradução nossa³¹)

²⁹ Creissels (2014, p. 42, tradução nossa) define “argumento semântico” do seguinte modo: “Argumento semântico pode, portanto, ser definido em termos do grau de envolvimento dos participantes no evento” (“*Semantic argumenthood can therefore be defined in terms of degree of involvement of participants in the event*”).

³⁰ “*The observations support the position according to which semantic argumenthood as a comparative concept must be distinguished from its possible syntactic correlates, and must be defined as a scalar rather than categorical concept reflecting the interaction between the various factors that may contribute to defining the degree of involvement of participants in an event*” (CREISSELS, 2014, p. 41).

³¹ “*The role of beneficiary provides a particularly good illustration of the extent to which the behavior of NPs fulfilling a given semantic role may vary cross-linguistically in comparison with the behavior of typical arguments or typical adjuncts, providing thus clear support to the prototype approach to argumenthood*” (CREISSELS, 2014, p. 41).

Em seguida, afirma que a concepção escalar elimina uma divisão categórica entre adjuntos e argumentos oblíquos:

[...] não se deve esperar que exista distinção clara entre adjuntos verdadeiros e argumentos oblíquos (sintagmas nominais relativamente altos na escala de argumento [*argumenthood*], mas codificados como adjuntos típicos) se a distinção entre argumentos e adjuntos em si for concebida como escalar:

argumentos ----- adjuntos	
termos sintáticos nucleares	oblíquos

(CREISSELS, 2014, p. 44, tradução nossa)³²

Com base no gráfico, subentende-se que, em oposição a abordagens estritamente formais, participantes com codificação periférica não atuam necessariamente como adjuntos e podem ter função de argumento. Os adjuntos seriam, assim, uma categoria menor que a dos oblíquos, a qual se estende até os argumentos.

Em abordagem similar, Zariquiey (2017) recorre à noção de *continuum*³³ para fazer a distinção entre argumentos e adjuntos, aplicado a uma língua específica. Em sua análise, observa três tipos de argumento não sujeito na

³² “no clear-cut distinction must be expected to exist between true adjuncts and oblique arguments (noun phrases relatively high on the scale of argumenthood but encoded like typical adjuncts) if the distinction between arguments and adjuncts itself is conceived as scalar:

arguments ----- adjuncts
core syntactic terms obliques”

(CREISSELS, 2014, p. 44)

³³ A possível distinção entre escala e *continuum* não será aqui abordada. Em princípio, os autores citados parecem utilizar os termos a fim de mostrar que a distinção entre argumento e adjunto não é categórica, mas prototípica/gradual.

língua peruana Kakataibo — i) objetos de predicados transitivos (sem marcação explícita de caso); ii) “quase objetos” (sem marcação explícita de caso, ocorrendo com predicado intransitivo), na terminologia proposta pelo autor; e iii) objetos oblíquos (com marcador locativo indireto, ou seja, com marca de caso oblíquo, ocorrendo com predicado intransitivo) — e compara-os com os adjuntos, que são sempre marcados por caso oblíquo ou posposição e não podem ter reflexividade nem reciprocidade. Com base nisso, propõe que “a existência de três diferentes argumentos não sujeito em Kakataibo produz um efeito de *continuum* na distinção entre objetos e adjuntos, e isso revela que os objetos [*objecthood*] na língua precisam ser entendidos como uma categoria gradiente e variável” (ZARIQUIEY, 2017, p. 719, tradução nossa³⁴). Portanto, encontram-se aí tanto uma distinção gradual entre argumento (no caso, objeto) e adjunto, quanto uma distinção gradual entre tipos de objeto.

Além do mais, Zariquiey (2017) afirma que “objetos, como qualquer outra relação gramatical, podem ser definidos em termos de suas propriedades morfossintáticas, as quais podem variar translinguisticamente e são altamente dependentes do perfil tipológico da língua” (ZARIQUIEY, 2017, p. 722, tradução nossa³⁵). Em outras palavras, pode-se subentender que é possível fazer a distinção entre argumentos e adjuntos em base tipológica, o que permitiria comparações translinguísticas, ainda que haja variações nas propriedades morfossintáticas.

Retomando a exposição sobre as adposições, Hagège (2010) também defende análise baseada em *continuum*, porém não no nível semântico, mas no morfossintático, conforme exposto em:

³⁴ “[...] *the existence of three different non-subject arguments in Kakataibo produces a continuum-like effect in the distinction between objects and adjuncts, and it reveals that objecthood in the language needs to be understood as a gradient and variable category*” (ZARIQUIEY, 2017, p. 719).

³⁵ “[...] *objects, as with any other grammatical relation, can be defined in terms of their morphosyntactic properties, which can vary cross-linguistically and are highly dependent on the typological profile of the language*” (ZARIQUIEY, 2017, p. 722).

Nós podemos, portanto, propor, à luz dessa importante contribuição das Adps [adposições] para a marcação de funções, que existe um *continuum* ao longo do qual vários fenômenos podem ser alocados, e no qual complementos centrais e adverbiais aparecem como dois polos, em vez de membros de uma oposição estrita. (HAGÈGE, 2010, p. 200, tradução nossa³⁶)

Portanto, à semelhança de Haspelmath (2014a), Creissels (2014) questiona a capacidade de aplicação dos critérios atuais para diferenciar, translinguisticamente, argumentos de adjuntos e reconhece a necessidade de aplicar um tratamento prototípico (ou gradual) à distinção, sem apresentar rejeição a uma análise translinguística nesta perspectiva. Zariquiey (2017), por sua vez, também defende análise baseada em abordagem gradual/prototípica e deixa subentendida a possibilidade de estabelecer comparações translinguísticas de natureza morfossintática, aproximando-se, neste ponto, de Hagège (2010).

A seguir, apresentamos os primeiros resultados concretos da pesquisa sobre argumentos e adjuntos em línguas da família tupí-guaraní, a partir da análise do tratamento dispensado aos SP no Kamaiurá.

5 Kamaiurá: primeiros passos

Conforme mencionado na introdução, a pesquisa teve início com o Kamaiurá, língua falada no Alto Xingu (MT) e pertencente ao ramo VII da família tupí-guaraní, de acordo com a classificação proposta por Rodrigues e Cabral (2002). Seguem alguns resultados preliminares, com base na obra de Seki (2000).

³⁶ “We can therefore propose, in the light of this important contribution of Adps to function-marking, that there is a continuum along which various phenomena can be located, and that core and adverbial complements appear as two poles, rather than as members of a strict opposition” (HAGÈGE, 2010, p. 200).

5.1 Sintagmas posposicionais: classificação e estrutura interna

Os SP, chamados pela autora de “locuções posposicionais” (LP), funcionariam “como adjunto da sentença, como complemento de cópula e como predicado de orações não-verbais” (SEKI, 2000, p. 149). Apresentamos exemplos das três funções de um SP a seguir:

(3) (443) kunu’um-a o-jae’o [[motaw-a] r-ehe]
menino-N 3-chorar comida-N Rel-Causa
‘o menino está chorando por causa de comida’

(4) (444) [[motaw-a] r-ehe] i-ko-w
comida-N Rel-Causa 3-Cóp-Circ
‘ele está por [em busca de] comida’

(5) (445) mojũ-a kwar-a [[y-a] pupe]
sucuri-N toca-N água-N dentro
‘a toca da sucuri é/fica dentro d’água’

(SEKI, 2000, p. 149; os colchetes da glosa são nossos, os da tradução, da autora)

Em 3, o sintagma nucleado pela posposição *-ehe* (“motaw-a r-ehe”), localizado na margem direita da estrutura, funciona como adjunto da oração. Em 4, o mesmo sintagma, agora colocado na margem esquerda, em posição de tópico, exerce a função de “complemento de cópula”, o que podemos interpretar como argumento do sintagma verbal *i-ko-w*³⁷. Em 5, o sintagma

³⁷ As orações com cópula “distinguem-se pela presença do elemento verbal tipo cópula *-ko* ~ *-eko* ‘ser, estar, ficar’, um argumento nuclear Sa [sujeito de verbo intransitivo ativo] e um complemento, expresso por LN [sintagma nominal]. São usadas para expressar identidade, função, papel” (SEKI, 2000, p. 158, grifos da autora).

nucleado pela posposição locativa *-pupe* (“y-a pupe”) exerce a função de predicado de oração não verbal³⁸, nas palavras da autora, ou, de acordo com a proposta de Praça, Magalhães e Cruz (2017), também aventada por Seki (2000)³⁹, atua como predicado adverbial, cujo argumento externo é o SN *mojũ-a kwar-a* ‘toca da sucuri’, e o argumento interno é *ya* ‘água’.

Seki (2000, p. 163) volta a falar de “adverbial em função de predicado” e repete o exemplo 5 (originalmente 445) que acabamos de citar, renumerado como (516) (aqui o renumeramos como 6), porém com o acréscimo de prefixo zero na posposição, o qual é glosado como relacional. A posposição, por sua vez, é glosada como “Ines”, que não consta das abreviaturas da obra, mas provavelmente remete a “inessivo”. A autora define “orações locativas e existenciais” da seguinte forma:

Consistem de um nominal em função de So [sujeito de verbo (intransitivo) descritivo], marcado no caso nuclear, e de um adverbial em função de predicado. O adverbial pode ser um advérbio, uma locução posposicional ou um nominal marcado no [caso] locativo: [...]

(6) (516) *mojũ-a kwar-a [[y-a] Ø-pupe]*
sucuri-N toca-N água-N Rel-Ines
‘a toca da sucuri é/fica dentro d’água’

(SEKI, 2000, p. 163, colchetes nossos)

³⁸ Sobre as estruturas com predicado não verbal, Seki (2000, p. 160) afirma que “são orações com predicado não-verbal e um argumento nuclear em função de So [sujeito de (verbo) descritivo], usadas para exprimir relações de posse, identidade, locação/existência”.

³⁹ A respeito de predicados adverbiais, Seki (2000, p. 189, grifo da autora) informa: “Orações com verbo nominalizado pelo sufixo {-**tap**} ‘nome de ação, estado’ são usadas para expressar finalidade também em construções sem verbo principal, nas quais aparecem como predicado adverbial”.

Outro exemplo de complemento de cópula, agora com verbo flexionado na segunda pessoa, pode ser visto a seguir. O sintagma posposicional *ko katy*, em posição de tópico, exerce tal função, que pode ser interpretada como argumento do SV *ere-ko*:

- (7) (1220) [[ko] katy] rak ere-ko
roça Dir At 2sg-Cóp
'você estava na roça'

(SEKI, 2000, p. 327, colchetes nossos)

Para fundamentar a primeira análise, de que SP funcionariam como adjunto da sentença, Seki (2000) recorre a critérios adicionais, como ordem, marca gramatical, classificação morfológica e relação sintática. Assim, os SP tendem: a ocorrer em posição periférica (tipicamente, pós-verbal); a ser nominalizados com o morfema *wat* 'nominalizador de circunstância'⁴⁰, o qual é exclusivo de advérbios e posições; a alterar as formas verbais ativas para o chamado modo circunstancial, tal como fazem os adverbiais, quando topicalizados no início da sentença.

O registro de que os SP podem ser nominalizados pelo acréscimo do morfema *wat* 'nominalizador de circunstância' parece-nos relevante, pois a viabilidade de nominalizar um termo pressupõe que ele não era argumento primariamente, mas pode passar a sê-lo depois de receber o morfema:

Como outros adverbiais, a LP [SP] tem as propriedades de condicionar a ocorrência do verbo no modo circunstancial e de ser nominalizada com **wat**: [...]

⁴⁰ Há um número considerável de nominalizadores no Kamaiurá. Para mais detalhes, conferir Seki (2000), nas seções 3.2.2, 4.2.1, 4.2.2 e na página 373.

(8) (447) pe-a kyaw-a wite wat
aquele-N rede-N Comp NMLZ⁴¹
'uma que é igual à rede daquele'

(SEKI, 2000, p. 149-150, grifo da autora)

Ao afirmar que *wat* “ocorre somente com adverbiais”, Seki (2000, p. 122) retoma as propriedades compartilhadas entre SP e advérbios. Tendo em vista que advérbios atuam como adjuntos, é possível correlacionar tais propriedades com um *status* mais adjunto das posposições⁴². Além disso, a propriedade de atuar como predicado é comum a ambos, conforme análise da autora: “elementos de certas subclasses de advérbios (locativos e temporais) ocorrem também como predicado em orações não-verbais” (SEKI, 2000, p.77).

Esse nominalizador ocorre também com numerais, que são considerados um tipo de advérbio:

As palavras para números cardinais, ordinais e distributivos são incluídas entre os advérbios por apresentarem propriedades dessa classe: recebem o nominalizador **wat** “nominalizador de circunstância”, acarretam a ocorrência do verbo no modo circunstancial e funcionam sintaticamente como adjunto. (SEKI, 2000, p. 78, grifo da autora)

Ao tratar advérbios e numerais como adjuntos, a autora reforça, novamente, o *status* de adjunto das posposições, as quais compartilham várias propriedades formais com eles. O mesmo reforço pode ser inferido do

⁴¹ Por sugestão de um dos avaliadores, substituímos a glosa original de Seki (2000) referente a “nominalizador”, que era “Nom”, por “NMLZ”.

⁴² Em face dessas propriedades compartilhadas, pode-se indagar se a classe das posposições seria um rótulo sintático ou apenas semântico, já que parece classificar-se como um de tipo adverbial.

caso locativo, tendo em vista que os nominais marcados por ele “adquirem as propriedades características de advérbios” (SEKI, 2000, p. 148).

Considerando as propriedades compartilhadas entre SP e advérbios e o fato de que advérbios atuam como adjuntos da oração, pode-se afirmar que, em termos prototípicos, os SP do Kamaiurá funcionam como adjuntos. Com relação a estes, Seki (2000, p. 157, grifo nosso) esclarece que: “Os adjuntos ocorrem como adverbiais — advérbios, nominais em caso oblíquo e **locuções posposicionais**, e geralmente ocupam posições periféricas em relação aos constituintes nucleares da oração”.

Se cotejarmos os critérios exibidos na seção sobre a discussão teórica com os aplicados por Seki (2000), a fim de identificar argumentos e adjuntos, notaremos coincidência explícita entre dois deles: estratégias de codificação e posição do constituinte na sentença. Além destes, com base nos exemplos apresentados pela autora, podemos inferir mais três similaridades: 1) os adjuntos acrescentam circunstância ao predicado oracional; 2) não são exigidos por carência semântica verbal; 3) nem por obrigatoriedade sintática⁴³.

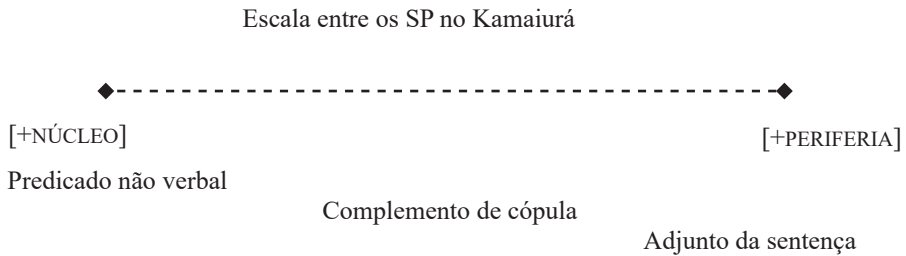
Em consequência, foram utilizados por Seki (2000) os critérios referentes à especificidade de codificação, à ordem dos constituintes, à semântica e à sintaxe. Embora a especificidade de ocorrência (um nome na função de argumento não ocorreria com qualquer verbo), o *happen test* e as estratégias de relativização não tenham sido aplicados, a autora recorreu a critérios não listados na seção teórica, a saber: efeitos da topicalização e semelhanças entre propriedades de diferentes classes gramaticais.

Com relação às funções não prototípicas dos SP, estes funcionariam como argumento — que a autora chama de “complemento de cópula”

⁴³ Neste momento da pesquisa, ainda não realizamos comparações entre as línguas. No entanto, esclarecemos que, em algumas línguas da família tupí-guaraní, como o *Ápyãwa* (Tapirapé), verbos podem exigir SP. Segundo Praça (2007, p. 105), os chamados “verbos de cognição e percepção” (*ma* ‘olhar’, *ew* ‘gostar’ e *eã* ‘lembrar’) exigem tais sintagmas.

— e como predicado, conforme exposto nos dados reproduzidos anteriormente (4, 5 e 7).

Assim, retomando a subseção anterior, a proposta de escala para classificar argumentos e adjuntos poderia ser organizada com os traços [+NÚCLEO] em uma extremidade e [+PERIFERIA] em outra, a fim de incluir todas as funções exercidas pelos SP na análise de Seki (2000). A inserção dos constituintes posicionados ao longo da escala ampara-se nos critérios aplicados pela autora:



Fonte: elaborado pelos autores.

As posposições do Kamaiurá, além disso, ocorrem com complemento obrigatório — representado por nomes com o sufixo *-a* “caso nuclear”⁴⁴ —, flexionam-se com prefixos relacionais e, tal quais os advérbios, são capazes de condicionar a forma verbal para o chamado modo circunstancial ou indicativo II quando deslocadas para o início da sentença⁴⁵. O acionamento do modo circunstancial pode ser visto no exemplo 4 supracitado e no 9, a seguir:

⁴⁴ A denominação e real função do morfema {-a} suscita debates na literatura. Rodrigues (1996) chama-o de “caso argumentativo”; Seki (2000), de “caso nuclear”; Queixalós (2006), de “morfema referenciante”. Ainda há autores que o interpretam como nominalizador. Pelo escopo deste trabalho, o assunto não será desenvolvido aqui, mas uma introdução ao tema pode ser consultada em Queixalós (2006) ou em Praça, Magalhães e Cruz (2017).

⁴⁵ Sobre esse tema, conferir Praça, Magalhães e Cruz (2017).

- (9) (79) o-y-a nite i-jo-w
3-mãe-N Com 3-ir-Circ
'ele vai com a mãe dele'

(SEKI, 2000, p. 74, grifo nosso)

A estrutura interna do SP é assim representada por Seki (2000, p. 149):

A locução posposicional (LP) [sintagma posposicional] tem a estrutura geral representada em (439), similar à da locução genitiva:

$$(439) LP \rightarrow \left\{ \left\{ \begin{array}{l} \text{LN-a} \\ \text{Pro} \end{array} \right\} \right\} \text{Rel- Posp}$$

Partindo do esquema acima, notamos que sintagmas nominais (“LN-a”) ocorrem em distribuição complementar com elementos pronominais (“Pro”). Tal constatação pode ser confirmada nos seguintes dados:

- (10) (440) [[**akwama'e-mer-a**] r-ehe]
homem-Col-N Rel-Causa
'por causa dos homens'

- (11) (441) [[**ne=**]r-ehe]
2sg=Rel-Causa
'por tua causa'

- (12) (442) [[**h-**]ehe]
3-Causa
'por causa dele'

(SEKI, 2000, p. 149, grifos e colchetes nossos)

Em 10, o SN *akwama'e-mer-a* atua como objeto da posposição *-ehe*. Já em 11 e 12, são os elementos pronominais *ne=* e *h-* que exercem essa função argumental, de acordo com a autora.⁴⁶

Ainda em relação aos complementos que as posposições admitem, Seki (2000) afirma que todos os tipos de SN podem exercer função de objeto de posposição, a saber: a) nomes não possuídos; b) demonstrativos; c) forma dêitica *a'e* marcada com sufixo casual⁴⁷; d) interrogativo *arwa* 'quem'; e) verbos nominalizados; f) orações adverbiais nominalizadas; g) palavra *amo* 'outro'; h) pronomes pessoais clíticos; e, embora não sejam SN, i) prefixos relacionais *i-* (terceira pessoa específica e não reflexiva) e {o-} (terceira pessoa reflexiva)⁴⁸. Ressaltamos que os pronomes livres não atuam como objeto de posposição.

5.2 Isomorfismo e valência das posposições

Verificamos correlações formais entre posposições, nomes possuíveis e (verbos) descritivos. Seki (2000, p. 71, grifos da autora) atesta que “as posposições são flexionadas com os prefixos relacionais e ocorrem com marcadores de pessoa (clíticos) basicamente da mesma maneira que os nomes possuíveis e os [verbos] descritivos”. De modo análogo aos nomes

⁴⁶ Quanto à classificação dos prefixos relacionais, as glosas usadas por Seki (2000) revelam a ambiguidade funcional do morfema. Além do valor relacional, vemos também o reconhecimento do valor de pronome pessoal.

⁴⁷ Segundo Seki (2000, p. 64, grifos da autora), “*a'e* ‘aquele de que se fala’ — distante do falante e do ouvinte, visível ou não [...]. As formas *a'e* e *pe* são amplamente usadas como pronomes de terceira pessoa”.

⁴⁸ Ao citar o exemplo 442, aqui renumerado para 12, em meio aos “tipos de LN” que “podem ocorrer como objeto de posposição”, Seki (2000, p. 149) deixa implícito que trata o prefixo relacional {i-} como complemento ou objeto de posposição. Ressaltamos que esse exemplo é igual ao 65 (na numeração da autora), usado pela autora para explicar que “as posposições também se subdividem conforme a possibilidade de ocorrência com os alomorfes do prefixo relacional {i-} ‘terceira pessoa não reflexiva’” (SEKI, 2000, p. 72).

Essa semelhança poderia se relacionar com a função de instituir predicado que é comum aos três sintagmas examinados aqui [nominais, posicionais e verbais em Mundurukú]. Essa hipótese explicativa ganharia força se assumirmos, de fato, que nomes, posposições e verbos têm valência, sendo argumentos os nomes e os pronomes que ocorrem nos sintagmas instanciados por essas três classes. Assim, teríamos dois novos temas a pesquisar a partir deste artigo: a função predicativa de nomes, verbos e posposições, e a sua valência sintática.

No momento, podemos entender o isomorfismo como reflexo de duas tendências possíveis: a) percurso diacrônico: considerando que as adposições geralmente derivam de nomes ou verbos⁴⁹, elas teriam herdado propriedades formais destes; b) função: como a predicação ocorre com as três classes, isso reforça o fato de terem formas tão semelhantes. Além disso, outra explicação possível, alinhada com teorias atuais sobre línguas da família tupí-guaraní, ampara-se na proposta da omnipredicatividade, segundo a qual algumas classes gramaticais seriam inerentemente predicados nessas línguas. Essa teoria será considerada no decorrer da pesquisa⁵⁰.

Em relação à valência das posposições, isto é, ao fato de exigirem ou não argumentos, podemos concluir que, no Kamaiurá, as posposições

⁴⁹ “Pode-se observar que línguas distintas tendem a mudar, independentemente, de maneiras semelhantes. Por exemplo, certos tipos de itens lexicais — especialmente verbos ou itens locativos — geralmente mudam para se tornar preposições ou posposições (que podem ser coletivamente chamadas de ADPOSIÇÕES). As adposições podem então ser atraídas por substantivos para se tornar AFIKOS.” (“*It can be observed that diverse languages tend to change independently in similar sorts of ways. For instance, certain types of lexical items—especially verbs or locational items—often change to become prepositions or postpositions (which can be collectively referred to as ADPOSITIONS). Adpositions can then become attracted to nouns to become AFFIXES*” (CROWLEY; BOWERN, 2010, p. 219, grifos dos autores, tradução nossa)).

⁵⁰ Agradecemos a Walkíria N. Praça pela proposta analítica.

tendem a ser monovalentes, pelo fato de ocorrerem com complemento obrigatório, consoante informado por Seki (2000, p. 149, grifo da autora):

A LP [sintagma posposicional] tem como núcleo um elemento da classe “posposição” [...]. A posposição vem sempre precedida de seu objeto, expresso pelos mesmos recursos que assinalam o possuidor na locução genitiva: LN não pronominal marcada com o sufixo {-a} “nuclear”, pronome clítico e prefixo relacional.

No entanto, quando são usadas como núcleo de predicado não verbal, ao nosso ver, as posposições seriam bivalentes, pelo fato de exigirem dois argumentos, um SN interno (complemento) e um externo, conforme explicitado na análise de constituintes que propomos no exemplo 20 a seguir:

(20) (445) [mojũ-a kwar-a] [[y-a] pupe]
sucuri-N toca-N água-N dentro
'a toca da sucuri é/fica dentro d'água'

(SEKI, 2000, p. 149, colchetes nossos)

Assim, a posposição *pupe* ‘dentro’ teria o argumento interno *ya* ‘água’ e o argumento externo *mojũ-a kwar-a* ‘toca da sucuri’. A interpretação de que, em dados como 20, existem dois argumentos encontra respaldo em argumentação similar desenvolvida por Praça, Magalhães e Cruz (2017), relativa a outras línguas da família tupí-guaraní (Ãpyãwa, Guajá, Nheengatú e Tupinambá). Optamos por apenas introduzir esse tema aqui, deixando o seu desenvolvimento para outros trabalhos.

5.3 Usos das posposições

Em relação aos objetivos específicos de nossa pesquisa maior, listados na segunda seção, “Apresentação da pesquisa em curso”, e concebidos para auxiliar na identificação dos elementos nucleares e periféricos das línguas, identificamos, em consonância com o previsto na tipologia de Pantcheva (2010), que o Kamaiurá tem posposições distintas para expressar **lugar** – como *pupe* ou *pype* (‘em’, ‘dentro’), *ehe* (‘sobre’, ‘em’), *rupi* (‘por’, ‘ao longo de’), *owake* (‘diante de’) – e “várias outras posposições locativas derivadas de radicais de natureza nominal pelo acréscimo de sufixos locativos” (SEKI, 2000, p. 76). Para exprimir o papel semântico de **fonte**, os falantes do Kamaiurá usam uma posposição específica, similar à usada em Mundurukú, *wi* (‘de’)⁵¹, que também é empregada para expressar finalidade. O papel semântico de **meta**, por sua vez, é expresso com a posposição *katy* (alativo, direcional).

Na abordagem inicial sobre o Kamaiurá, não podemos afirmar categoricamente que existam posposições multifuncionais com escopo pragmático, o que ainda está sendo investigado. Por ora, podemos apenas supor que a posposição *ehe* ‘causa, assunto, locativo, em busca de’ tenha se gramaticalizado em uma partícula de segunda posição *ehe* ~ *he* ‘constatativo visual’, que tem natureza pragmática e:

Indica que o falante se baseia em evidência visualmente percebida. O enunciado em (207) ocorre no texto no momento em que o pescador retira a rede da água e vê o seu conteúdo:

⁵¹ Nesta língua, consoante descrito por Gomes (2006), há posposições diferentes para locativo, meta e fonte: *be* ‘locativo pontual’, *kay* ‘meta’ e *wi* ‘fonte’.

- (207) jakui-a te=he='aŋ a-mo'a =pa
tipo de flauta-N F=Vis=Próx 1sg-apanhar=MS
'é flauta jacuí que eu apanhei!'

(SEKI, 2000, p. 97, grifo nosso)

As chamadas partículas de segunda posição atuam como “[...] marcadores de atenuação, modalidade, foco, ênfase, evidencialidade, atestação e dêixis” (SEKI, 2000, p. 91).

5.4 Situações controversas de adjunção

Retomando nossa preocupação com o impacto da variação terminológica nas pesquisas, exposta na introdução deste capítulo, notamos que, a despeito da terminologia “objeto”, a autora usa o termo “objeto indireto” como rótulo semântico e trata esse constituinte posposicional sintaticamente como adjunto, conforme se lê em:

[...] a oração simples pode conter outros constituintes que exprimem distintos papéis semânticos — objeto indireto, causa, locação etc., e que são tratados como adjuntos, dada a ausência de marcas gramaticais que permitam estabelecer uma distinção formal entre eles. (SEKI, 2000, p. 157)

Novamente, a despeito de receber o rótulo de “agente de verbo transitivo”, há outro sintagma posposicional que também é tratado como adjunto. Fruto de enunciados elicitados, esse “agente de verbo transitivo” ocorre em construções consideradas como um tipo de “passiva”, uma vez que “[...]”

funcionalmente equivale à passiva do Português” (SEKI, 2000, p. 285). No próximo exemplo, o constituinte *towajara upe* exemplifica tal função:

- (21) (1074) [[pe akwama'e-a] juka-pyr-am] [[t-owajar-a] upe]
Dist homem-N matar-NMLZ-Atr 3/Indef-inimigo-N Dat
'aquele homem foi morto pelo inimigo'⁵²
[o assassinato do homem pelo inimigo]

(SEKI, 2000, p. 286, colchetes nossos)

Essa seria uma das três construções “passivas” do Kamaiurá segundo a autora (cf. Seki, 2000, seção 11.3), a qual envolve o uso do nominalizador de verbos transitivos {-ipyt} ‘paciente’. De acordo com Seki (2000, p. 286, grifos da autora), “em (1074) [21], **akwama'e** aparece como sujeito, **towajat** como objeto oblíquo [ou argumento interno da posposição], marcado pela posposição **upe** ‘dativo’, o verbo vem nominalizado com o sufixo {-ipyt} e marcado no caso ‘atributivo’”. Como se vê, Seki trata o sintagma posposicional agente como um “objeto oblíquo”, que é um tipo de adjunto no Kamaiurá, e afirma que, “em construções com o nominalizador {-ipyt}, o mais comum é que o agente não seja expresso” (SEKI, 2000, p. 286, grifos da autora). Em outras palavras, nessa estrutura do Kamaiurá, o chamado “agente de verbo transitivo” é dispensável, porém, se for usado, deverá ser posposicionado.

Embora Seki (2000) classifique como construção “passiva”, há dúvidas de que se poderiam classificar assim construções como 21. Não vamos

⁵² Esta tradução deveria estar no tempo futuro, tendo em vista que “na ausência do sufixo {-het} ‘passado nominal’, o sufixo atributivo remete ao futuro” (SEKI, 2000, p. 286). Na p. 122, há exemplo com a tradução correta:

- (315) i-juka-pyr-am
3-matar-Nom-Atr
'o que será morto' (SEKI, 2000, p. 122)

tratar disso aqui nem das demais formas de passiva aventadas pela autora, pois foge ao nosso objetivo imediato, mas registramos esse tipo de passiva para destacar dele o participante agente que ocorre em um SP, o qual é semanticamente necessário, mas sintaticamente dispensável. Essa é uma das controvérsias que nos interessa pesquisar e que deverá ser aprofundada na sequência de nossas pesquisas sobre línguas tupí-guaraní.

6 Considerações finais

Neste capítulo, buscamos mostrar que o estudo de SP nas línguas da família tupí-guaraní oferece oportunidade para compreendermos a distinção entre argumentos e adjuntos em termos tipológicos. O tema insere-se em perspectiva ampla, voltada à classificação das línguas e à apuração de padrões entre elas, a fim de contribuir para o entendimento das línguas indígenas brasileiras, especificamente, e para a compreensão da linguagem humana, em última instância. Estamos buscando, neste sentido, padrões viáveis para comparar argumentos e adjuntos em perspectiva tipológica.

O foco nos SP deriva dos escassos estudos realizados sobre o assunto, em comparação a outros assuntos linguísticos, e da diversidade conceitual verificada sobre o tema, cuja compreensão representa desafio à descrição e teorização linguística. Assim, o questionamento inicial permanece em aberto: qual relação sintática estabelecem os SP com o restante da oração? Os critérios empregados para responder a ele não são conclusivos, razão pela qual alguns autores defendem que não é possível fornecer solução aplicável translinguisticamente e definitiva à questão.

Em relação à distinção de argumentos e adjuntos, trabalhamos com uma hipótese de diferenciação amparada no conceito de protótipo linguístico, isto é, de que alguns membros de uma categoria exibem o maior número de propriedades que caracterizam a classe a que pertencem. Isso nos leva

à proposta inicial de escala (ainda a ser aprimorada ao longo da pesquisa), em oposição à de categorias discretas, organizada com traços [+ARGUMENTO] em uma extremidade e [-ARGUMENTO] em outra, ou [+NÚCLEO] de um lado e [+PERIFERIA] de outro. A inserção dos constituintes posicionados ao longo da escala ampara-se nos vários critérios aplicados à identificação de argumentos ou adjuntos, na presença de marcações diferenciais, na acessibilidade dos termos, na indexação, nas propriedades de codificação controladas por tempo, aspecto e modo (ou “*TAM-governed coding properties*”⁵³, nas palavras de Creissels, 2014, p. 44), entre outros (cf. Creissels, 2014).

Incluímos as línguas indígenas nesse debate porque suas peculiaridades em relação a línguas mais conhecidas, de origem europeia, têm fornecido área profícua de pesquisa linguística. Conforme destaca Chomsky (1998, p. 22), “a linguística antropológica forneceu uma compreensão muito mais profunda da natureza e variedade das línguas”. Neste sentido, o estudo das línguas menos investigadas tem continuamente ajudado a questionar e consolidar conhecimentos sobre a estrutura da linguagem humana.

Gomes (2018) enfatiza a diversidade linguística encontrada na região amazônica e destaca o valor das línguas indígenas para a ciência, relatando a atenção que o tema recebeu de Rodrigues (2000) e de Grinevald e Seifart (2004), por exemplo. De acordo com o autor:

Diante de tamanha diversidade, Grinevald & Seifart (2004) destacam alguns desafios tipológicos em relação às línguas amazônicas, também já ressaltados por outros autores: o estudo da ordem de palavras, o da ergatividade, o dos sistemas de classificação nominal, em especial os presentes nas línguas da parte oeste da Amazônia. (GOMES, 2018, p. 2-3)

⁵³ “Propriedades de codificação controladas por TAM”, em tradução livre.

A presente pesquisa tangencia todos esses assuntos, uma vez que são abordados por diferentes autores no intuito de identificar argumentos e adjuntos, e abrange o estudo da valência verbal, que viabiliza compreensão da correspondência entre as relações gramaticais e os papéis semânticos e pragmáticos.

Até o momento, confirmamos que os SP, no Kamaiurá, tendem a atuar como adjunto, que, em apenas uma situação, funcionam como argumento (complemento de cópula) e, em outra, como predicado. Com base nisso, propusemos, preliminarmente, uma escala com os traços [+NÚCLEO] em uma extremidade e [+PERIFERIA] em outra, a fim de incluir as três funções exercidas pelos SP no Kamaiurá. Nesta perspectiva, teríamos o predicado de orações não verbais à esquerda, em posição mais nuclear, o complemento de cópula ao centro, em função argumental, e o adjunto da sentença à direita, em posição mais periférica.

Em relação à tipologia de Pantcheva (2010), referente ao uso de posições distintas para expressar lugar, meta e fonte, o Kamaiurá se inclui no padrão mais recorrente (Lugar≠Meta≠Fonte) apontado pela autora.

Quanto à identificação de papéis semânticos em SP para fins de comparação translinguística, conforme aduzido na seção sobre metodologia, encontramos até o momento os seguintes conceitos: ablativo, agente (em construções “passivas” elicitadas e causativas de verbos transitivos), alativo, benefactivo, causa, causado, comitativo, comparativo, dativo, destinatário, direcional (destinação), fonte, instrumento, locativo(s) e meio. Salientamos que Seki (2000) tende a interpretá-los como adjuntos e que, entre eles, incluem-se algumas das construções e dos papéis semânticos que são foco desta pesquisa, mencionados na introdução do capítulo. Contudo, embora tenhamos identificado como são expressos pela autora, carecemos de dados das demais línguas para verificar semelhanças e diferenças entre as análises dos autores, o que será feito nas fases seguintes de nossa pesquisa.

Constatamos também certo isomorfismo entre posposições, nomes e verbos, o que suscita novas dúvidas acerca da semelhança funcional entre essas classes de palavras, algo ainda a ser investigado.

Em relação à variedade de termos mais diretamente relacionados aos temas da pesquisa, encontramos termos como “adverbial”, “caso nuclear”, “complemento de cópula”, “locução nominal”, “locução posposicional”, “objeto indireto” em função de adjunto, “orações com predicado não-verbal”, “predicado” e “verbo descritivo”, os quais compõem a terminologia de Seki (2000) e serão contrastados com a nomenclatura de outros pesquisadores.

Outro tema a ser pesquisado, a respeito do próprio Kamaiurá, refere-se à existência de possíveis posposições multifuncionais com funções pragmáticas, além das sintáticas já identificadas. Como informado na seção intitulada “Kamaiurá: primeiros passos”, apesar de alguns indícios, não pudemos afirmar com certeza que tais posposições existam na língua.

Pesquisaremos também eventuais diferenças entre posposições e afixos de caso, tendo em vista que a similaridade entre as adposições e esses afixos é um aspecto citado com frequência na literatura (cf. Hagège, 2010; Haspelmath, 2014b). Neste sentido, as semelhanças englobariam desde aspectos funcionais e semânticos a comportamentos sintáticos.

Mais um assunto a investigar, por fim, é a generalização de Haspelmath (2018a, 2018b) segundo a qual haveria correspondência linguística entre forma gramatical e frequência de uso. Neste sentido, extrapolando as ideias do autor, buscaríamos averiguar a possibilidade de diferenciar argumentos e adjuntos na frequência de uso, na previsibilidade e na eficiência de codificação. Caso não encontremos obras que permitam análise com essa dimensão, serão necessárias pesquisas futuras sobre as línguas que incluam tentativa de explicação fundamentada na adaptação funcional.

A pesquisa, portanto, permanece em andamento, e serão necessários dados das demais línguas da família tupí-guaraní para respondermos, de maneira mais efetiva, às perguntas aqui apresentadas.

Referências

- CHOMSKY, Noam. Primeira Palestra. In: CHOMSKY, Noam. **Linguagem e mente: pensamentos atuais sobre antigos problemas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 17-38.
- CREISSELS, Denis. Cross-Linguistic Variation in the Treatment of Beneficiaries and the Argument *vs.* Adjunct Distinction. **Linguistic Discovery**, Hanover, v. 12, n. 2, p. 41-55, 2014.
- CROWLEY, Terry; BOWERN, Claire. **An introduction to Historical Linguistics**. 4. ed. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010.
- CRUZ, Aline. **Fonologia e gramática do Nheengatú: a língua geral falada pelos povos Baré, Warekena e Baniwa**. 2011. 654 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Vrije Universiteit, Amsterdam, 2011.
- DIETRICH, Wolf. O tronco tupi e as suas famílias de línguas. Classificação e esboço tipológico. In: NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf. (Org.). **O português e o tupi no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 9-25.
- EPPS, Patience. **A Grammar of Hup**. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2008.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; COSTA, Marcos Antonio. A interdependência dos componentes sintático, semântico e pragmático. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 61-70, 2003.
- GOMES, Dione M. **Estudo morfológico e sintático da língua Mundurukú (Tupí)**. 2006. 319 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

GOMES, Dionei M. Sintagma verbal, nominal e posposicional em Mundurukú (Tupí): possível isomorfismo. *In: QUEIXALÓS, Francesc; GOMES, Dionei M. (Org.). O sintagma nominal em línguas amazônicas*. São Paulo: Pontes Editores, 2016. p. 263-290.

GOMES, Dionei M. **Argumentos e adjuntos em línguas indígenas brasileiras**. Projeto de pesquisa – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

GOMES, Dionei M. Postpositions in Munduruku (Tupi): formal and functional features. **Revista Forma y Función**, Bogotá, v. 32, n. 2, p. 109-150, 2019. doi: 10.15446/fyf.v32n2.80817.

GRINEVALD, Colette; SEIFART, Frank. Noun classes in African and Amazonian languages: towards a comparison. **Linguistic Typology**, Berlin, v. 8, p. 243-285, 2004.

HAGÈGE, Claude. **Adpositions**: Function-marking in human languages. Oxford: Oxford University Press, 2010.

HARTMANN, Iren; HASPELMATH, Martin; TAYLOR, Bradley (Ed.). **Valency Patterns Leipzig**. Leipzig: MPI for Evolutionary Anthropology, 2013.

HASPELMATH, Martin. Adpositions. *In: International Encyclopedia of Linguistics*. W.J. Frawley (Ed.). Oxford; New York: Oxford University Press, 2003. p. 39-41.

HASPELMATH, Martin. Arguments and adjuncts as language-particular syntactic categories and as comparative concepts. **Linguistic Discovery**, Hanover, v. 12, n. 2, p. 3-11, 2014a.

HASPELMATH, Martin. Comparative syntax. *In: CARNIE, Andrew; SATO, Yosuke; SIDDIQI, Dan (Ed.). The Routledge handbook of syntax*. London: Routledge, 2014b. p. 490-508.

HASPELMATH, Martin. **Differential place marking and differential object marking**. Nov. 2018a. Disponível em: https://www.academia.edu/37762885/Differential_place_marking_and_differential_object_marking. Acesso em: 7 fev. 2020.

HASPELMATH, Martin. **Explaining grammatical coding asymmetries: Form-frequency correspondences and predictability**. 2018b. Disponível em: https://www.academia.edu/37510601/Explaining_grammatical_coding_asymmetries_Form-frequency_correspondences_and_predictability. Acesso em: 7 fev. 2020.

HASPELMATH, Martin; HARTMANN, Iren. Comparing verbal valency across languages. *In: MALCHUKOV, Andrej; COMRIE, Bernard. (Ed.). Valency classes in the world's languages: Introducing the framework, and case studies from Africa and Eurasia*. Berlin [u.a.]: Mouton de Gruyter, 2015. p. 41-72.

MELLO, Antônio A. S. Evidências fonológicas e lexicais para o sub-agrupamento interno Tupi-Guarani. *In: CABRAL, Ana Suely A. C.; RODRIGUES, Aryon D. (Org.). Línguas indígenas brasileiras: Fonologia, gramática e história. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE LÍNGUAS INDÍGENAS DA ANPOLL, 1., 2001, Belém. Atas...* Belém: EDUFPA, 2002. v. 1, p. 338-342.

MICHAEL, Lev. **Amazonian Languages: linguistic diversity of "Greater Amazonia"**. Chicago: LSA Linguistic Institute, jul. 2015. 62 eslaides.

PANTCHEVA, Marina. The syntactic structure of Location, Goals and Sources. **Linguistics**, Berlin, v. 48, n. 5, p. 1043-1081, 2010.

PAYNE, Thomas E. **Describing morphosyntax: a guide for field linguistics**. UK: CUP, 1997. p. 129-222.

PRAÇA, Walkiria N.; MAGALHÃES, Marina M. S.; CRUZ, Aline da. Indicativo II da família Tupí-Guaraní: uma questão de modo? **LIAMES**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 39-58, jan.-jun. 2017.

QUEIXALÓS, Francesc. The primacy and fate of predicativity in Tupi-Guarani. *In*: LOIS, Ximena; VAPNARSKY, Valentina (Ed.). **Lexical categories and root classes in Amerindian Languages**. Bern: Peter Lang AG, 2006. p. 249-287.

QUEIXALÓS, Francesc; GOMES, Dionei M. Predicados, nomes, sintagmas. *In*: QUEIXALÓS, Francesc; GOMES, Dionei M. (Org.). **O sintagma nominal em línguas amazônicas**. São Paulo: Pontes Editores, 2016. p. 7-27.

RODRIGUES, Aryon D. As línguas gerais sul-americanas. **PAPIA**, Brasília, v. 4, p. 6-18, 1996.

RODRIGUES, Aryon D. Panorama das línguas indígenas da Amazônia. *In*: QUEIXALÓS, Francesc; RENAULT-LESCURE, Odile (Org.). **As línguas amazônicas hoje**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

RODRIGUES, Aryon D.; CABRAL, Ana Suely A. C. Revendo a classificação interna da família Tupí-Guaraní. *In*: RODRIGUES, Aryon D.; CABRAL, Ana Suely A. C. (Org.). **Línguas indígenas brasileiras: Fonologia, gramática e história**. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE LÍNGUAS INDÍGENAS DA ANPOLL, 1., 2001, Belém. *Atas...* Belém: EDUFPA, 2002. v. 1, p. 327-337.

SEKI, Lucy. **Gramática do Kamaiurá**: língua Tupi-Guarani do Alto Xingu. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

SHIBATANI, Masayoshi; BYNON, Theodora. **Approaches to Language Typology**: a conspectus. New York: Oxford University Press, 1995.

ZARIQUIEY, Roberto. Objects, quasi-objects and oblique objects in Kakataibo (Panoan, Peru). **IJAL**, Chicago, v. 83, n. 4, p. 719-41, out. 2017.

Abreviaturas

A	Sujeito de verbo transitivo
ABL	Ablativo
AF	Afirmativo
AL	Alativo
AT	Atestado
ATR	Caso atributivo
cf.	Conferir
CAUS	Causativo
CIRC	Modo circunstancial
COL	Coletivo
COM	Comitativo
COMP	Comparativo
CÓP	Cópula
DAT	Dativo
DIR	Direcional
DIST	Distante
F	Foco
FS	Fim de sentença
IMPER	Imperativo
INDEF	Indefinido (possuidor)
INES	Inessivo
INTENS	Intensivo
INTENT	Intentivo
LN	Locução (sintagma) nominal
LOC	Caso locativo
LP	Locução (sintagma) posposicional
MS	Falante de sexo masculino

N	Caso nuclear
NEG	Negativo
NMLZ	Nominalizador
O	Objeto direto
Oi	Objeto indireto
PAS	Passado
PI	Pessoa inclusiva
PL	Plural
POSP	Posposição
POT	Potencial
PRO	Elemento pronominal
PROIB	Proibitivo
PRÓX	Próximo
REFL	Reflexivo
REL	Prefixo relacional
SG	Singular
SN	Sintagma nominal
SP	Sintagma posposicional
SV	Sintagma verbal
V	Verbo
VIS	Visual
<i>vs.</i>	<i>Versus</i>
1	Primeira pessoa
2	Segunda pessoa
3	Terceira pessoa
=	Fronteira de clítico

Os diferentes fenômenos analisados nesta coletânea representam apenas uma pequena amostra dos recursos da linguagem quando comparados à riqueza linguística global. Para se ter uma ideia da diversidade linguística nos países, basta verificarmos a relação entre a quantidade de línguas identificadas no mundo¹ e a de nações atualmente reconhecidas² pela Organização das Nações Unidas (ONU) — existem cerca de 36 línguas para cada país. Tal proporção evidencia que, apesar de haver relativamente poucas línguas oficiais reconhecidas dentro desses países, o multilinguismo é a regra em quase todos eles.

Na América, a situação não é diferente. Há cerca de 30 línguas por Estado americano, o que representa um total de mais de mil e cinquenta línguas conhecidas em nosso continente, muitas das quais em sério risco de extinção. As tentativas passadas e presentes de extermínio de seus falantes mataram muitas pessoas, culturas e línguas, mas não conseguiram eliminar a pluralidade humana.

A diversidade linguística é parte real das sociedades. Assim como estas não são homogêneas, as nações não são monolíngues. As línguas minoritárias são a maioria das que existem na América e no mundo. Elas contêm em si valores, culturas e saberes históricos de comunidades

¹ Existem aproximadamente sete mil línguas vivas, segundo informações de Faraco (2019), disponível em: FARACO, Carlos Alberto. **História do português**. São Paulo: Parábola, 2019.

² A ONU possui 193 países-membro. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/paises-membros/>. Acesso em 22 mar. 2020.

variadas, os quais são benéficos à humanidade. Seu conhecimento e sua divulgação favorecem a vida coletiva, na medida em que contribuem ao combate de preconceitos, discriminações e pensamentos únicos. São as questões políticas e sociais as responsáveis pela preservação ou não do patrimônio linguístico humano.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos colegas citados abaixo a gentileza de terem feito a avaliação crítica e construtiva dos textos desta coletânea:

Prof. Dra. Ana Carolina Hecht
Universidad de Buenos Aires (UBA), CONICET e INAPL

Prof. Dra. Ana Paula Barros Brandão
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof. Dr. Dionei Moreira Gomes
Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Dr. José Pedro Viegas Barros
Universidad de Buenos Aires (UBA)

Prof. Dra. Luciana Raccanello Storto
Universidade de São Paulo (USP)

Prof. Dra. Marcia Niederauer
Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Dra. María Alejandra Regúnaga
Universidad Nacional de La Pampa (UNLPam) e CONICET

Profa. Dra. Marina Garone Gravier
Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM)

Profa. Dra. Rocío Martínez
Universidad de Buenos Aires (UBA) e CONICET

Profa. Dra. Stella Telles
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Profa. Dra. Walkíria Neiva Praça
Universidade de Brasília (UnB)

Agradecemos igualmente ao Prof. Dr. Dermeval da Hora Oliveira, presidente da Associação de Linguística e Filologia da América Latina (ALFAL), o importante apoio dado durante o congresso ALFALito 2018, ocorrido na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no qual os presentes textos foram inicialmente apresentados em comunicações orais.

Agradecemos ainda à Editora Universidade de Brasília (EDU), especialmente à Profa. Dra. Germana Henriques Pereira de Sousa, sua diretora, o excelente suporte dado a esta publicação, sem o qual ela não seria possível.

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES



Adriana Speranza obtuvo el Posdoctorado en el Programa de Posdoctorado en Ciencias Humanas de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires y el Doctorado en Lingüística por la misma Universidad. Profesora Titular de Lingüística en la Universidad Nacional de Moreno; Profesora Adjunta de Lingüística en la Universidad Nacional de La Plata; Investigadora Asociada de la Comisión de Investigaciones Científicas de la provincia de Buenos Aires (CIC); Directora de la Carrera de Especialización en Lectura y Escritura; Directora de la Subsección de la Cátedra UNESCO en la Universidad Nacional de Moreno y Coordinadora-Vicedecana de la Licenciatura en Comunicación Social de la misma Universidad. Desarrolla su tarea docente y de investigación en el campo de la Lingüística y de la Sociolingüística, específicamente, su trabajo se orienta hacia la variación lingüística, el contacto de lenguas y su impacto en la educación. Una vertiente de los principales estudios desarrollados en sus investigaciones se orienta hacia el análisis de la evidencialidad en el español americano. En este

campo teórico ha investigado diferentes casos de variación lingüística en distintas variedades del español americano.

E-mail: paglispe@gmail.com



Angel H. Corbera Mori é professor no Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), instituição onde atua na graduação e na pós-graduação, e lidera o Grupo de Pesquisa “ESTUDO DAS LÍNGUAS AMERÍNDIAS” (CNPq). É professor colaborador no Programa de Doutorado em Linguística da Universidade Nacional Mayor de San Marcos (Lima, Peru). Tem como foco de pesquisa o estudo das Línguas Ameríndias, Línguas Arawak, Tipologia Linguística, Morfologia, Sintaxe Tipológico-Funcional. Também é editor da Revista *LÍNGUAS INDÍGENAS AMERICANAS (LLAMES)*.

E-mail: corbera.mori@gmail.com



Arthur Britta Scandelari é Mestre em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Estudante do grupo de pesquisa “Núcleo de Tipologia Linguística” (NTL/CNPq). Graduando em Letras - Língua Portuguesa e Respectiva Literatura (UnB). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pós-graduado em Direito Internacional

pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

E-mail: scandelari@gmail.com



Dionei Moreira Gomes é Professor Associado 4 do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília (UnB). Pesquisa línguas indígenas, português do Brasil e língua brasileira de sinais (Libras). Atua também na formação inicial e continuada de professores. Concluiu mestrado e doutorado em Linguística na UnB, tendo sido, durante este último período de formação, pesquisador visitante nos seguintes centros de pesquisa franceses: Centre d'Études de Langues Indigènes d'Amérique (CELIA/Paris) e Laboratoire Dynamique du Langage (DDL/Lyon). Foi coordenador do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES) do curso de Letras e coordenou o Programa de Pós-graduação em Linguística da UnB (mestrado e doutorado) no biênio 2012-2013. É líder do Grupo de Pesquisa “Núcleo de Tipologia Linguística (NTL)” (CNPq) e coordena, junto com a Profa. Dra. Alejandra Regúnaga, o Projeto 9 “Diversidade linguística na América (Línguas Ameríndias)” da Associação de Linguística e Filologia da América Latina (ALFAL).

E-mail: dionei98@gmail.com



Ivan Rocha trabalha com descrição de línguas indígenas amazônicas. Atualmente é pesquisador visitante no Museu Goeldi (MCTIC/CNPq/PCI), trabalhando com descrição e documentação do léxico Karitiana. Realizou estágio pós-doutoral na USP com bolsa PNPd/CAPES (2017—2019), com o tema “tempo e aspecto em orações não-finitas em Karitiana”, supervisionado pela Profa. Dra. Ana Müller; foi pesquisador visitante na Universidade do Texas com uma bolsa de pesquisa FAPESP/BEPE (2014—2015). Obteve o doutorado com bolsa FAPESP (2016) e mestrado em Linguística com bolsa CNPq (2011) pela Universidade de São Paulo, sob orientação da Profa. Dra. Luciana Storto. Possui também graduação em Linguística (2008) pela mesma universidade com bolsa de pesquisa da Fundação Volkswagen do Brasil.

E-mail: ivanrochaxxi@gmail.com



Jackeline do Carmo Ferreira possui graduação em Licenciatura no curso de Letras com habilitação em Português e em Inglês pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2010-2013) e mestrado em Linguística, na área de línguas Indígenas, pela Universidade Estadual de Campinas (2015-2017), quando foi bolsista CAPES. Atualmente, é doutoranda do programa de linguística do Instituto de Estudos da Linguagem, sob orientação do professor Dr. Angel H. Corbera

Mori, também na UNICAMP. Tem como foco de pesquisa a área de Línguas Indígenas, com ênfase nas línguas da família Arawak, Tipologia Linguística e Descrição Linguística.

E-mail: jackelinedocarmoferreira@gmail.com



Marcelo Pagliaro es Licenciado y Profesor en Antropología (UBA). Ha desarrollado trabajos de investigación en el campo de la Antropología económica en la localidad de Miyuyoc, provincia de Jujuy. Como docente investigador ha participado en distintos proyectos vinculados a la diversidad cultural y lingüística en el marco de las convocatorias del INFD y en proyectos radicados en la Universidad Nacional de Moreno. Ha ocupado el cargo de Consultor en el Proyecto *Becas Alumnos Indígenas*, INFD, MECyT de la Nación y como Especialista Técnico Regional del Área Antropología por la DGE de la provincia de Buenos Aires. Actualmente se desempeña como docente en el Curso de Orientación y Preparación Universitaria de la Universidad Nacional de Moreno y en establecimientos de formación docente de la provincia. Algunas de sus publicaciones son: *Claude Lévi-Strauss y el estructuralismo* (2018); *La enseñanza del español en contextos de diversidad lingüística* (en colaboración, 2018); *Reflexiones sobre la diversidad lingüística y cultural en el conurbano bonaerense* (en colaboración, 2015), entre otros.

E-mail: marcelo.pagliaro@yahoo.com.ar



María Alejandra Regúnaga es Doctora en Letras (2011) por la Universidad Nacional del Sur (Bahía Blanca, Argentina). Es profesora e investigadora en la Facultad de Ciencias Humanas de la Universidad Nacional de La Pampa (Argentina), en las áreas de Linguística teórica y descriptiva, y directora del Instituto de Linguística en esa misma institución. En dicho ámbito dirige proyectos de investigación sobre lenguas indígenas patagónicas y otras lenguas minoritarias/minorizadas. Es investigadora adjunta en el Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), donde desarrolla investigaciones relativas a la descripción de lenguas indígenas en peligro de desaparición/desaparecidas de la Patagonia Sur a través de fuentes documentales, principalmente misioneras. Coordina, junto con el Prof. Dr. Dionei Moreira Gomes, el Proyecto 9 “Diversidad lingüística en América (Lenguas Ameríndias)” de la Asociación de Lingüística y Filología de América Latina (ALFAL).

E-mail: aregunaga@gmail.com



Sivaldo Correia é Bacharel em Letras e Mestre em Linguística pela UFPE. Atualmente é Doutorando em Letras (Linguística) pela Universidade Federal de Pernambuco, com Doutorado Sanduíche (CAPES) na University of Oregon. É membro do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Indigenistas da UFPE (NEI) e desenvolve

pesquisas na área de morfossintaxe e descrição da língua Kithãulhu (família Nambikwara).

E-mail: sivaldocorreia@gmail.com



Zarina Estrada Fernández Ph.D en Lingüística-Sintaxis por la Universidad Arizona (Tucson, 1991). M.A. en Lingüística-Sintaxis (Universidad de Arizona, 1989). Licenciada en Lengua y Literatura Españolas, especialidad en Lingüística Hispánica (Universidad Nacional Autónoma de México, 1975). Es profesora-investigadora de la Universidad de Sonora en la Licenciatura y Maestría en Lingüística así como en el Doctorado en Humanidades. Es una académica reconocida especialmente por la investigación que ha desarrollado sobre lenguas de la familia yuto-azteca habladas en el noroeste de México. Sus trabajos de investigación se caracterizan por la integración de la perspectiva tipológica y la diacrónica en el análisis descriptivo de las estructuras gramaticales; asimismo, ha contribuido a la documentación lingüística de lenguas escasamente estudiadas y de lenguas minoritarias, tomando en consideración no solo la preservación lingüística sino también la del contexto etnocultural. Ha participado y participa en proyectos colectivos de registro lingüístico, preservación y documentación digital financiados por CONACYT (México), CNRS

(Francia), Max Planck Institute for the Science of Human History (Alemania) y la Universidad de Sonora (México). Entre sus publicaciones destacan 9 libros de autoría personal, 29 codirecciones de libros, 52 capítulos de libros, varios de ellos en editoriales de reconocido prestigio (John Benjamins, Mouton de Gruyter), 36 artículos publicados en revistas de arbitraje internacional. Ha dirigido más de 45 trabajos de tesis. Ha sido reconocida por el Sistema Nacional de Investigadores del CONACYT, por la Sociedad Lingüística de América y por la Universidad de Sonora.
E-mail: zarinaef@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

Por se tratar de uma obra digital, as línguas e os termos deste índice remissivo podem ser encontrados por meio das ferramentas de busca do leitor de textos.

Línguas

A

Acoma
Alakalufe (Alacalufe)
Alantesu
Alikoolip
Ãpyāwa
Arawak
Asháninka
Ashéninka

B

Baure

C

Chemehuevi
Chilidago
Comanche
Cora
Cupeño

G

Guajá
Guaraní
Guarijío

H

Hahāntesu
Halakwulup
Halotesu
Hoava
Huichol
Hukuntesu

I

Iñapari

K

Kamaiurá
Karitiana
Katitãulhu
Kawaiisu
Kawesqar (Kaweskar)
Kithãulhu
Kustenáu (Kustenu)

L

Lakondê
Latundê
Lihir

M

Machiguenga
Maipure
Mamaindê
Mapuche
Mapuzungun
Mayo
Mehináku (Mehinaku)
Mexicanero
Mundurukú

N

Náhuatl
Nambikwara do Cerrado
Nambikwara do Sul
Navajo
Negarotê
Névome
Nheengatú
Nijaklosu
Nomatsiguenga

O

O'odham
Odami

P

Pápagu
Paresi
Pima Bajo
Piro

Q

Quechua
Quichua

S

Sabanê
Saráre
Sawentesu
Selk'nam
Siwaisu
Sowaintê

T

Tagalog
Tamil
Tapirapé
Tarahumara
Tawandê
Tehuelche
Tepehuano del norte
Tepehuano del sureste
Terena
Tsoneca
Tulatülabal
Tupinambá

U

Unua
Ute

W

Waikisu

Wakalitesu

Wasusu

Waurá

Y

Yagán

Yapese

Yaqui

Yawalapití (Yawalapiti)

Yine

Termos

A

adjunto
adposição
ágrafo
alfabeto
alienabilidade
alienável
anglicano
animacidade
Antropología
argumento
aspecto

C

cambio diacrónico
codificación
coletivizador
coletivo
comparativo (análisis)
complemento de cópula
contacto lingüístico
contável
continuum
creatividade

D

dependent-marking (marcação no dependente)
desplazamiento
diccionario
documentación

E

escala
Etnografía

F

finito
fonético
fonotípico
frecuencia (del comportamiento)

G

genética
gramaticalización

H

head-marking (marcação no núcleo)
historia
historiografía

I

identidad
inalienável
isomorfismo

J

jerarquía de animicidad

L

Linguística Histórica

M

método comparativo
método da reconstrução interna
método reconstrutivo sincrônico
migración
misión
misionero
multifuncional

N

número

O

oração encaixada
oração matriz
ortografia

P

perfeito
pluralidade (nominal)
posposição
posse
possuído (não possuído)
pragmática
predicado
princípio comunitario
proceso de cambio
prospectivo
protocolo
protótipo

Q

quantificador

R

religião
representação grafemática
revitalización

S

santiagoño
sintagma posposicional
sistema (fonético)
Sociolingüística
subdiferenciação
superdiferenciação
supradiferenciação

T

taller de lengua
tempo
temporalidade
terminologia
tipologia

V

valência